



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DIRCEU CLEBER CONDE

**A ALTERNÂNCIA DA REFERÊNCIA DO SUJEITO-
ENUNCIADOR COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE E
SEUS EFEITOS DE SENTIDO**

Londrina
2008

DIRCEU CLEBER CONDE

**A ALTERNÂNCIA DA REFERÊNCIA DO SUJEITO-
ENUNCIADOR COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE E
SEUS EFEITOS DE SENTIDO**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof.Dr. Luiz Carlos Fernandes

Londrina
2008

DIRCEU CLEBER CONDE

**A ALTERNÂNCIA DA REFERÊNCIA DO SUJEITO-
ENUNCIADOR COMO EXPRESSÃO DA IDENTIDADE E
SEUS EFEITOS DE SENTIDO**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes -
Orientador
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Pedro de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dra. Edina Regina Pugas Panicchi
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Mariângela Peccioli Galli
Joanilho
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 25 de março de 2008.

***Para Márcia e Laura, pacientes
companheiras nesta jornada de estudos.***

AGRADECIMENTOS

A Deus, de quem recebi sabedoria, força e coragem.

Ao Professor Luiz Carlos Fernandes, pela paciente orientação.

Ao Professor Bernard Bosredon da Université Paris III, que me acolheu no período de estágio.

À minha família, de quem sempre recebi apoio e incentivo.

À Fundação Educacional Jandaia do Sul, mantenedora da FAFIJAN, pelo apoio constante.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estágio doutorando.

Ao amigo Ítalo Tasso, companheiro de trabalho e grande incentivador.

Aos Colegas de curso, pela constante troca de experiências e o apoio.

A todos os amigos que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho chegasse ao término.

CONDE, Dirceu Cleber. ***A alternância da referência do sujeito-enunciador como expressão da identidade e seus efeitos de sentido.*** 354f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, 2008.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como se comporta o fenômeno da alternância entre as referências ao sujeito enunciador (pessoas do discurso, conforme a tradição gramatical) em um mesmo texto e seus efeitos na constituição das identidades dos sujeitos. Para tanto, desenvolvemos a análise de 446 textos divididos em quatro grupos para observar as regularidades da alternância. A partir das observações desenvolvidas, detectamos diferentes aspectos que se coadunam para a existência do fenômeno, que vão desde os aspectos enunciativos, passando por questões semânticas, chegando por fim às determinações discursivas. Na relação entre a perspectiva da Enunciação e a da Análise Discurso está a principal perspectiva teórica para a compreensão das alternâncias. Observamos que o fenômeno da alternância não é uma falha de domínio da língua escrita, haja vista a constante insistência dos professores de Língua e Redação para que haja esforço dos aprendizes em manter a uniformidade. A alternância é constitutiva da enunciação, cujas depreagens e embreagens enuncivas ou enunciativas fazem parte das “estratégias da enunciação a serviço do discurso”. Não se trata aqui de um sujeito estrategista, mas de formações ideológicas e formações discursivas, que se estruturam em interdiscursos cujo objetivo principal é a hegemonia discursiva. Para analisar as alternâncias, nos valem de diferentes ferramentas, dentre elas a estatística aplicada aos textos no nível do léxico e da frase. A relação entre léxico e frase não representa um olhar meramente estruturalista, mas um meio a partir do qual pudemos explorar a materialidade dos textos ao ponto de observarmos a dinâmica dos discursos. Entre um enunciador dizer “eu”, “nós” ou não enunciar nenhuma dessas marcas há procedimentos de reconhecimento e instauração das identidades que, por sua vez, também estão sujeitas às pressões do discurso. Assim, compreender o fenômeno em seus diferentes matizes proporcionou também compreender a formação das identidades em relação ao sujeito enunciador e ao sujeito enunciado. Além de observarmos, no *corpus*, comportamentos discursivos, também ousamos propor uma nova abordagem da enunciação graças à integração da interpretação de dados enunciativos, estatísticos e discursivos.

Palavras-chave: Enunciação. Sentido. Discurso. Formação discursiva. Sujeito Enunciativo. Identidade.

CONDE, Cleber Dirceu. *The alternation of the reference of the enunciative subject as identity expression and its meaning effects*. 354f. Thesis (PhD in Language)

ABSTRACT

The aim of this work is to understand how the alternation phenomenon among the references of the enunciative subject behaves (discourse persons, according to grammatical tradition) in a same text and its effects in the constitution of the subjects' identities. For this, we developed the analysis of 446 texts divided into four groups to observe the alternation regularities. From the developed observations, we detected different aspects, which join for the phenomenon existence, that start from enunciation aspects, passing through semantic questions and finally getting to discursive determinations. In the relation between the Enunciation and the discursive Discourse Analysis perspectives lies the main theoretical perspective for the alternations comprehension. We observe that the alternation phenomenon is not a failure in the written language control, considering the frequent insistence of Language and Writing teachers for the learners' effort on keeping uniformity. The alternation is part of the enunciation whose shifters and clutches are parts of the "enunciation strategies on discourse service". It is not the case here of a strategist subject, but ideological formations and discursive formations which are structured in inter discourses whose main objective is the discursive hegemony. In order to analyze the alternations, we used different tools, among them statistics applied to texts considering the lexical and sentence levels. The relation between the lexical and the sentence does not represent a simply structural look, but a way from which we could explore texts materiality to the point of observing the discourses dynamic. Between the fact of an enunciator says "I" or "we" or when he doesn't enunciate any of these marks, there are recognizing procedures and identities instauration which, on their turn, are also subjects exposed to discourse pressures. Thus, understanding the phenomenon in its different shades also provided understanding the formation of identities related to the enunciative subject and to the enunciated subject. Besides observing, in the *corpus*, discursive behaviors, we also dare to propose a new enunciation approach thanks to the integration of the enunciative, statistical and discursive data interpretation.

Keywords: Enunciation. Meaning. Discourse. Discursive formation. Enunciative Subject. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro	1	- Exemplificação de análise semântica estrutural.....	33
Quadro	2	- Oposição “negro” e “branco”.....	41
Quadro	3	- Exemplificação de debreagem e embreagem actanciais.....	71
Quadro	4	- O jogo de imagens e as perguntas subjacentes.....	174
Quadro	5	- O jogo de imagens e as perguntas subjacentes – continuação	174
Quadro	6	- Exemplos de enunciados do grupo A.....	210
Quadro	7	- Exemplo de enunciados do grupo B.....	210
Quadro	8	- Exemplos de enunciados do Grupo C.....	210
Quadro	9	- Distribuição das alternâncias do grupo A.....	212
Quadro	10	- Domínio físico-cultural da sinalética identitária.....	230
Quadro	11	- Resumo de FD racista.....	243
Quadro	12	- Correspondência entre papel temático e conteúdo.....	251
Quadro	13	- Paráfrase de discursos preconceituosos.....	284
Diagrama	1	- Eixo da referencialidade.....	66
Diagrama	2	- Critérios de análise dos textos segmentados – 1º. Modelo.....	130
Diagrama	3	- Primeiro modelo de análise.....	137
Diagrama	4	- Segundo modelo de análise.....	138
Diagrama	5	- Modelo final de segmentação.....	139
Diagrama	6	- Produção dos efeitos de sentido.....	231
Diagrama	7	- Produção dos efeitos de sentido a partir do diagrama 6.....	232
Diagrama	8	- A relação entre elementos pré-discursivos e as noções.....	269
Ilustração	1	- Tela de segmentação dos textos.....	140
Ilustração	2	- Tela de critérios.....	140
Ilustração	3	- Tela de análise.....	141

Ilustração	4	- Tela de resultados estatísticos.....	142
Ilustração	5	- Tela de entrada do Lexico3.....	145
Ilustração	6	- Esquema de análise dos papéis temáticos.....	158
Ilustração	7	- Alimentação do banco de dados sobre alternância.....	188
Gráfico	1	- Relação de pessoas enunciativas e grupos.....	184
Gráfico	2	- Erupções enunciativas por grupo.....	185
Gráfico	3	- Ilustração do mapa eruptivo.....	187
Gráfico	4	- Mapa enunciativo do texto 174A	189
Gráfico	5	- Mapa enunciativo 1.....	190
Gráfico	6	- Mapa enunciativo 2.....	190
Gráfico	7	- Média geral dos movimentos de alternância dos grupos.....	191
Gráfico	8	- Comparativo dos movimentos eruptivos nos grupos.....	192
Gráfico	9	- PDs identitários conforme os grupos.....	201
Gráfico	10	- Distribuição das co-ocorrências de “negro” e “branco”.....	203
Gráfico	11	- Comparativo entre enunciação e paradigma identitário.....	209
Gráfico	12	- Análise fatorial por enunciado do grupo A.....	212
Gráfico	13	- Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo A.....	214
Gráfico	14	- Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo B.....	215
Gráfico	15	- Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo C.....	215
Gráfico	16	- Análise fatorial de todos os grupos do <i>corpus</i>	216
Gráfico	17	- Análise fatorial das alternâncias eruptivas do grupo A.....	217
Gráfico	18	- Distribuição do PD “negro” entre as alternâncias do grupo A...	219
Gráfico	19	- Distribuição do PD “branco”entre as alternâncias do grupo A..	220
Gráfico	20	- Distribuição dos papéis temáticos do grupo A.....	221
Gráfico	21	- Distribuição do PD “sociedade” nos grupos do corpus.....	224
Gráfico	22	- Co-ocorrência dos PDs “negros” e “sociedade”.....	225
Gráfico	23	- Co-ocorrência dos PDs “braços” e “sociedade”.....	225

Gráfico	24	- Distribuição do PD “sociedade” no grupo A.....	226
Gráfico	25	- Distribuição dos itens do PD “sociedade” no grupo A.....	227
Gráfico	26	- Distribuição de parte do PD “negros” no grupo A.....	234
Gráfico	27	- Distribuição de “negro” e “negros” no grupo A.....	235
Gráfico	28	- Distribuição do PD “brancos” no grupo A.....	245
Gráfico	29	- Tipos de 1pp.....	253
Gráfico	30	- Inclusões e exclusões em 1pp – grupo A.....	255
Gráfico	31	- Inclusões e exclusões em 1pp – grupo A, detalhando os tipos	256
Gráfico	32	- Conteúdo preconceituoso por enunciação.....	262
Gráfico	33	- Co-ocorrência do PD “negros” e da noção “criminalidade”.....	279
Gráfico	34	- Análise das erupções em 004-A	286
Gráfico	35	- Co-ocorrências do PD “branco” e da noção “preconceito”	295
Gráfico	36	- Surgimento do termo afrodescendente.....	302

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	- Quantidade de textos por grupo.....	125
Tabela	2	- Proporção dos modelos de mapas em relação à quantidade de textos.....	189
Tabela	3	- Percentual de alternância por grupo.....	192
Tabela	4	- Paradigmas designacionais para as identidades no grupo A	200
Tabela	5	- Paradigmas designacionais para as identidades no grupo B	200
Tabela	6	- Paradigmas designacionais para as identidades no grupo C	200
Tabela	7	- Comparativo da análise fatorial dos grupos.....	218
Tabela	8	- PD “sociedade”.....	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1ps	– primeira pessoa do singular
1pp	– primeira pessoa do plural
AD	– Análise do Discurso
AAD 69	– Análise Automática do Discurso de 1969
AIE	– Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	– Aparelhos Repressores de Estado
FD	– Formação discursiva
FI	– Formação ideológica
GGT	– Gramática Gerativo-Transformacional
LT	– Lingüística Textual
np	– não-pessoa
PD	– Paradigma designacional
ST	– Estatística Textual (Statistique Textuelle)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
PARTE I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
1 CAPÍTULO – INTRODUÇÃO ÀS DISCUSSÕES TEÓRICAS: O HISTÓRICO E O ESTRUTURALISMO.....	23
1.1 Relembrando o estruturalismo.....	26
1.2 O aparelho da linguagem.....	37
1.3 O aparelho da linguagem – concepções.....	44
1.3.1 A linguagem e a língua.....	45
1.3.2 Enunciação e enunciado.....	48
1.3.3 Sentido e referência: uma primeira entrada para a dêixis.....	52
1.3.3.1 Iniciando uma reflexão sobre sentido e referência.....	52
1.3.3.2 Denominação e relações denominativas.....	56
1.3.3.3 Uma perspectiva signalética da referência.....	61
1.3.3.4 Dêixis e enunciação.....	64
1.3.3.5 A instauração da subjetividade: debreagem e embreagem.....	68
2 CAPÍTULO – O MATERIALISMO HISTÓRICO.....	73
2.1 O Materialismo Histórico na AD.....	73
2.2 Althusser e suas marcas.....	76
2.3 A noção de ideologia.....	78
2.4 O discurso.....	96
2.4.1 O conceito de formação discursiva.....	99
3 CAPÍTULO – A PSICANÁLISE.....	103
3.1 Inconsciente e Linguagem.....	103
3.2 O sujeito.....	111
3.3 A identidade.....	116
PARTE II – OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISES.....	122
4 CAPÍTULO – METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS.....	122
4.1 As motivações teóricas sobre a prática	122
4.2 Sobre a coleta de dados e grupos de controle.....	124
4.3 Tratamento dos textos.....	126
4.3.1 Segmentação do <i>corpus</i> – o primeiro modelo.....	127
4.3.2 O papel da Estatística Textual.....	142
4.3.3 O componente semântico.....	146
4.4 Conclusão do capítulo.....	160

5	CAPÍTULO – DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DO GÊNERO DISSERTATIVO.....	161
5.1	O gênero do discurso.....	161
5.1.1	A finalidade.....	170
5.1.2	Os parceiros.....	172
5.1.3	O lugar e o momento.....	176
5.1.4	O suporte material.....	177
5.1.5	A organização textual.....	179
5.1.6	O gênero dissertativo escolar.....	180
5.2	Caracterização do <i>corpus</i>	182
5.3	Sobre as características estruturais das alternâncias: erupções...	183
5.3.1	Sobre a alternâncias eruptivas.....	186
5.3.2	Os mapas mais recorrentes e as características dos grupos.....	188
5.4	Levantamento geral dos movimentos.....	191
5.5	As referências às pessoas enunciativas no <i>corpus</i> analisado.....	194
5.6	Paradigmas designacionais e seu cruzamento com as modalidades enunciativas.....	199
5.7	Exploração semântica e seu cruzamento enunciativo.....	205
5.8	As alternâncias eruptivas no <i>corpus</i> principal.....	211
5.9	O paradigma designacional “sociedade”	223
6	CAPÍTULO A SIGNALÉTICA DA ALTERIDADE: A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA AO OUTRO.....	229
6.1	Em busca da sinalética identitária.....	230
6.2	As designações em não-pessoa.....	240
6.3	O conceito de noção.....	242
6.4	Enunciação e designação em np.....	244
6.5	Enunciação e designação em 1ps.....	246
6.6	As designações em 1pp.....	248
6.6.1	Papéis temáticos enunciados em 1pp.....	250
6.6.2	A referência complexa de 1pp.....	252
6.7	A indicação do outro: uma sinalética da alteridade.....	257
6.7.1	O papel temático de “paciente”	258
6.7.2	O papel temático de “beneficiário”	259
6.7.3	O papel temático “objeto”	260
6.8	A relação entre alternância e discursivo	261
7	CAPÍTULO OS DISCURSOS E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS	264
7.1	Pré-discurso: a memória discursiva e a formação discursiva.....	264
7.2	Os discursos presentes nos textos	269
7.3	As formações discursivas: racista e não-racista.....	271
7.3.1	A superioridade branca.....	273
7.3.2	O negro e a criminalidade	276
7.3.3	A igualdade essencialista.....	279
7.3.4	Os discursos não-racistas.....	282
7.4	A dêixis e as FDs.....	287

7.5	Movimentos eruptivos, FDs e inconsciente	289
7.6	A identidade dos sujeitos.....	291
7.7	Alternância é constitutiva da enunciação	298
7.8	Identidade em construção: afrodescendente	302
	CONCLUSÃO.....	306
	REFERÊNCIAS	310
	ANEXO I – Tema de redação dos grupos A, B e C.....	316
	ANEXO II – Tema de redação do grupo D.....	320
	ANEXO III – Questionário sócio-educacional do grupo C	326
	ANEXO IV – Testes sobre paradigmas designacionais.....	329
	ANEXO V – Exemplário dos textos analisados	334

INTRODUÇÃO

O fenômeno que abordamos nesta tese pode ser resumido em poucas palavras, no entanto sua aparente simplicidade recobre o complexo mecanismo enunciativo próprio das línguas naturais. É interessante observarmos a maneira como fenômenos tão corriqueiros podem, muitas vezes, surpreender; de modo que, a cada vez que relatávamos nossa pesquisa em uma conversa informal, algum interlocutor exclamava: “Que interessante... jamais havia pensado nisso!”. Mas essa exclamação também vinha seguida de uma súbita reflexão, deixando entrever que, apesar de não ter a “consciência” do fenômeno, o nosso interlocutor já intuía algo sobre o mesmo. O fato de em um mesmo texto o sujeito utilizar a primeira pessoa do singular, a primeira pessoa do plural ou a não-pessoa, alternadamente, poderia revelar diferentes efeitos de sentidos.

A primeira hipótese intuitiva para explicar a alternância era a de que a maneira de alternar entre as pessoas da enunciação tinha a ver com o assunto a ser tratado e para qual interlocutor se enunciava, tal intuição apontava para imagens e conceitos que o senso comum alimenta nos falantes naturais sobre a sua própria língua ou sobre a enunciação. Dissemos que se pode resumir o objetivo de nossa pesquisa em poucas palavras, eis então: nosso objetivo é procurar compreender e explicar a maneira como um sujeito-enunciador, em textos escritos, alterna as vozes enunciativas, que passaremos a chamar de “modalidade enunciativa” entre a primeira pessoa do singular, a primeira pessoa do plural e a não-pessoa. É comum, em diferentes tipologias textuais não-narrativas vermos, dentro de um mesmo texto, a “voz” do sujeito-enunciador alternar, entre esses registros (primeira pessoa do singular, *1ps*; primeira pessoa do plural, *1pp*; terceira pessoa ou não-pessoa, *np*).

Apesar de todas as recomendações de mestres e manuais para que se

mantenha a uniformidade “das pessoas do discurso”, as tais alternâncias, invariavelmente, acontecem, demonstrando que, mesmo o autor mais consciencioso e disciplinado¹, às vezes, alterna involuntariamente. Ora, o que há nesse fenômeno que provoca um sujeito a dizer “eu” em determinado momento e a dizer “nós” em outro, ou, ainda, a não dizer nada disso alhures? Quais seriam os processos que levam o sujeito a enunciar referindo-se a diferentes vozes enunciativas? Indo um pouco mais além: Qual seria o efeito resultante dessa alternância de vozes? Seria uma maneira de o sujeito daquele dizer estabelecer alianças ou repulsas? Quais seriam as relações de inclusão e exclusão decorrentes de tais variações na combinação de vozes?

Para se chegar ao objetivo proposto, o de compreender a alternância e seus efeitos de sentido decorrem outros objetivos específicos, tais como: i) compreender a natureza e a materialidade dos enunciados; ii) compreender as regularidades dos enunciados; iii) relacionar tais aspectos ao discurso; iv) compreender como tal materialidade está intimamente ligada aos discursos e à questão identitária. Tais objetivos irão redundar em uma compreensão de como se organizaram os discursos identitários através das modalidades enunciativas.

A justificativa para um trabalho como nosso se deu pela complexa relação entre a enunciação, o discurso e a identidade. Há muito tempo tínhamos como curiosidade compreender os movimentos da alternância, o que não esperávamos era que o um objeto, inicialmente enunciativo se transformasse em um objeto de

¹Cumpra esclarecer que toda vez em que tivermos expressões que levem à referência a um sujeito da vontade, não significa que concordamos com tal possibilidade. O fato é que em condições de produção, os sujeitos se posicionando sob a égide dos esquecimentos conforme descritos nas páginas 84 e 85. Há sim, a nosso ver um sujeito da vontade, mas que fica sublimado pelo sujeito do inconsciente, o sujeito da vontade é o que permite a um indivíduo assinar um contrato, escrever um artigo, procurar emprego etc. Por isso, o sujeito que procura manter a uniformidade em um texto, que procura argumentar não será objeto de nossa análise, contudo, por vezes, vemo-nos obrigados a nos referirmos a ele, dada a condição de produtor de texto em situações como a da vida escolar, por exemplo.

discurso dada a complexidade e as suas diferentes implicações. Quando então decidimos pela análise, vimos que os dados apontavam para a enunciação, o discurso e além deles para a questão da identidade. Dada a quantidade de trabalhos que se dedicam à questão identitária por diferentes perspectivas, vimos ser de bom proveito para esse tema nos dedicarmos à uma perspectiva que contemplasse a materialidade do sentido na constituição das identidades, que por vezes, são tratadas bastante no campo teórico, ou então, quando são tratadas por uma perspectiva mais analítica, são utilizados *corpus* bastante pequenos. O tamanho do *corpus* não necessariamente implica na sua validade, mas quando se trata de populações grandes é mister um determinado número de casos para que alguma generalização seja proveitosa.

Outro aspecto que justifica tal perspectiva é que as identidades são construídas por diferentes práticas simbólicas, mas dentre elas a linguagem articulada é a principal por fazer circular em uma cultura tanto o significante, quanto o significado transbordante de sentido e de ideologia. Nenhuma identidade pode ser criada e desenvolvida sem que exista linguagem, tanto verbal quanto não-verbal; nesse caso a linguagem verbal e suas estratégias enunciativas são estudadas à luz também do discurso.

Diante desse processo complexo de referência enunciativa, decidimos empreender uma pesquisa na qual procuramos compreender como e quando as alternâncias ocorrem e se há regularidade em sua ocorrência. O ponto de partida para a compreensão do fenômeno e a principal teoria em que se baseiam as tentativas de explicações da alternância é a da Análise do Discurso de linha francesa: com ressalvas, porém! O que queremos dizer com isso? Primeiramente não estamos inventando uma nova Análise do Discurso, mas é preciso frisar que a

filiação a ela não é cega, nem é a única teoria que servirá de referência citada neste trabalho. Prova disso é que o resultado final de nossa pesquisa apresentou uma bipolaridade entre os rudimentos de nosso parco conhecimento em Análise do Discurso e nosso escasso conhecimento em Teoria da Enunciação. Essa relação entre Enunciação e Discurso não foi um simples acaso, um simples encontro de teorias. Tal encontro foi o caminho mais verossímil capaz de explicar o fenômeno. O resultado final chegou a uma análise do discurso e a uma interpretação dos gestos enunciativos, isso só foi possível porque deixamos que o objeto a ser escandido, ora falasse e ora fosse interpretado da mesma maneira que um médico ouve seu paciente que possui intuições e até mesmo superstições sobre seu problema e o médico, sem ignorar ou supervalorizar essas intuições toma os enunciados de seu paciente para dar seu diagnóstico.

Essa nossa postura analítica se explica por dois fatores,, a saber: 1) consideramos que nenhum objeto de análise pode ser compreendido sem que um pré-discurso lhe dê feição, quer dizer, ao olhar um determinado fenômeno, o analista, inevitavelmente, irá se posicionar de algum lugar: o que significa que imparcialidade ou neutralidade não passam de efeitos. Tal fato não invalida a tentativa de compreender um fenômeno; logo, não estamos à procura de uma lei, mas à procura de reflexão; 2) apesar de o olhar lançado pelo analista ser sempre influenciador em relação ao que procura demonstrar sobre o objeto, é preciso que este não seja impedido de “falar”. Ainda que se trate, é claro, de um processo antagônico, deve-se evitar impor ao objeto a maneira como ele deve se comportar, embora determinadas abordagens possam tentar silenciá-lo; mesmo que não se deseje esse silenciamento, um pouco de sua voz e de outras vozes serão silenciadas. Temos, nesse aspecto, uma contradição dialética de força e vozes em

saudável conflito. É por isso que tentaremos ouvir o maior número possível de vozes. E essa liberdade de conciliar ou de repudiar é-nos dada pela própria Análise do Discurso (como um teoria que tem raízes dialéticas), a qual, felizmente, não se prende a métodos totalmente pré-construídos, mas constrói um método próprio para questões específicas. Por conta de tal postura teórica, é que serão encontradas, neste trabalho, diferentes referências a outros pensamentos que não somente os da Análise do Discurso.

Ao nos dedicarmos à análise do fenômeno, percebemos que ele demandava um tratamento complexo no sentido de envolver mais que uma variante, ou mais que um olhar era preciso tentar compreendê-lo em diferentes dimensões: a enunciativa, a semântica, a sintática, a discursiva. Implica em dizer que o fenômeno da alternância precisava de uma visão abrangente, ou seja, a materialidade do texto, as questões semânticas (mais propriamente sobre o problema da referência) as questões discursivas e ideológicas seriam elementos imprescindíveis para definir, com alguma clareza, aquilo que identificamos no fenômeno.

Foi assim que, com o intuito de dar conta do assunto, organizamos este trabalho em duas partes, sendo uma teórico-metodológica e outra com as análises e resultados. Os princípios teórico-metodológicos permearam todo o relato da pesquisa, desde a contextualização do objeto e do *corpus* em que o objeto foi identificado, até as conclusões finais. Achamos por bem deixar a descrição da metodologia para o momento seguinte à apresentação dos pressupostos teóricos, com o fito de facilitar a exposição da maneira como operacionalizamos a aplicação dos conceitos neste trabalho. Ademais, a maneira como este trabalho se organiza, reflete um pouco da nossa perspectiva enquanto pesquisador: a de que teoria e prática são elementos distintos em sua natureza, porém indissociáveis em sua

existência, pois ao teorizar sobre um assunto o pesquisador passou por diferentes reflexões sobre as prática e o próprio teorizar é um fazer que exige técnica, encadeamento das idéias, verossimilhança entre outros aspectos. Da mesma forma, o fazer prático exige um caminho traçado previamente por princípios, diretrizes que fazem parte do conhecimento teórico.

Assim, no tratamento das idéias e propostas da Análise do Discurso, encaminhamo-nos em direção às três disciplinas ou campos do conhecimento (a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise) para encontrar, em cada uma delas, as balizas necessárias para o tratamento do fenômeno, mas, a nosso ver, o ponto de partida matiz importante e esclarecedor do mesmo, talvez seja a compreensão da materialidade discursiva.

Serviram de *corpus* à nossa pesquisa textos dissertativos produzidos por candidatos em um exame vestibular, por alunos de primeiro ano de curso superior e por estudantes que se preparavam para o vestibular. Essa diversidade textual, tanto no que se refere à variedade de grupos de informantes como à diferença temporal existente entre as coletas de dados, nos permitiu observar o fenômeno em diferentes circunstâncias e, por isso, perceber, com maior clareza, as regularidades que se fazem presente no processo de enunciação escrita. O *corpus* tem seus aspectos heterogêneos e isso assegura um grau de abrangência do fenômeno e segurança para discutirmos algumas idéias.

PARTE I
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO ÀS DISCUSSÕES TEÓRICAS: O HISTÓRICO E O
ESTRUTURALISMO

Uma perspectiva teórica ou uma vertente dentro de um sistema teórico que embase qualquer pesquisa não deve ser um acidente, menos ainda, uma imposição da vontade de quem desenvolve a pesquisa. No momento da escolha do caminho a ser traçado, o pesquisador se vê diante das pressões que o próprio fenômeno lhe impõe. Se o pesquisador permitir que o fenômeno analisado tenha sua própria “voz”, não haverá a tensão para a moldagem das explicações segundo a visão do analista, embora ele sempre imprima a sua perspectiva sobre o objeto de estudo, já a partir da sua escolha do mesmo e do recorte do *corpus* a ser trabalhado. Nessa perspectiva de deixar o objeto falar e fazer também com que ele nos ouça, pretendemos, nesta parte de nosso trabalho, traçar um caminho para a discussão dos conceitos e fundamentos que serviram de apoio para nossa análise.

O roteiro a ser seguido compreende uma discussão baseada nas três disciplinas que deram origem em três eixos da à Análise de Discurso francesa e que se apresentam cristalizadas na fundamentação dessa disciplina, a saber: o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a Lingüística. Pretendemos tratar da contribuição de cada eixo, articulando os temas que lhes são caros e traçando uma linha que permita cuidar dos conceitos de modo a se operacionalizarem no resultado de nossa reflexão. Assim, esta parte inicial contará com capítulos destinados à

contextualização da disciplina, e com o tratamento de conceitos agrupados em torno das noções de língua, discurso e sujeito. No entanto, os mesmos são tomados como pivôs em redor dos quais se congregam outros pensamentos complementares.

Para iniciar a discussão, uma questão chave: por que a AD colocada no centro desta pesquisa? Estamos caminhando para quase quarenta anos de reflexão em AD: são quatro décadas de muitas discussões que suscitaram diferentes dinâmicas ao seu desenvolvimento: foram descréditos, modismos, hegemonias e polêmicas que marcaram profundamente algumas discussões. Em especial a polêmica foi o componente essencial, pois a AD não se contenta em dar respostas prontas, uma vez que as respostas são tão provisórias quanto seu objeto de análise, o discurso. Por isso, ela não pode ser ciência num mundo em que o modelo de ciência é o da Física, a qual também, aliás, já se abalou há muito tempo, a partir das descobertas da Física Quântica. Uma disciplina que dá respostas provisórias está mais longe de se tornar uma ortodoxia, está mais preparada para ser abalada, como os edifícios construídos em regiões de maior atividades sísmicas: tem sido assim o comportamento da AD, mais preocupada na construção de respostas que simplesmente em ser fiel ao formalismo ou às supostas “leis” ou “princípios”, sem, contudo, deixar de ser metódica. Ela está mais próxima de ser um princípio metodológico do que exatamente um método: não pára de reinventar-se, vivendo uma dialética que lhe permite acompanhar seu objeto de análise altamente volátil. Assim, a AD serviu de base para este trabalho porque tenta explicar o fenômeno por bases transdisciplinares, pois, afinal, se fôssemos adotar um método único, não teríamos como abranger o assunto de modo satisfatório, porque, já em si, o objeto comporta a sua complexidade.

Ao tratar da alternância enunciativa em um texto, vemos um fenômeno que

não pode ser explicado por um fator apenas, ou seja, não poderíamos tomar o aspecto enunciativo, ou o semântico-sintático, ou o sócio-histórico, ou o psicanalítico isoladamente. Percebemos que esses fatores estão, de algum modo, articulados, o que está bem descrito na evolução do pensamento da AD. Para melhor compreender a nossa escolha, e porque, a nosso ver, a AD é a melhor escolha para dar conta do fenômeno, é mister apresentarmos, mesmo que superficialmente, um pouco do seu histórico.

Trazer a esta tese todo o histórico da AD seria um erro, pois há bibliografia suficiente e mais competente para o tratamento do assunto com maior propriedade². Por outro lado, uma retomada em detalhes da sua história seria desnecessária e inoperante ao nosso trabalho, mas o equilíbrio se faz necessário para maior entendimento. Assim, as partes que se seguem não trarão a cronologia dos estudos em AD, mas apenas um esboço de contextualização necessária à conceituação e operacionalização discutidas para o embasamento da pesquisa.

Se seguíssemos o fio da história dos estudos da linguagem, desde a inauguração da Moderna Lingüística, com a edição, em 1917, do *Cours de Linguistique Générale*, de Saussure, passaríamos pelo século XX como um grande período de produção, mais do que em outros períodos da humanidade em que se discutiram linguagem, código, comunicação, etc. Não porque se comunicou ou se interagiu mais nesse século, mas porque as transformações científicas, culturais e políticas nesse período permitiram que a língua e a linguagem estivessem no centro da atenção, diferentemente do que se deu com outras áreas de conhecimento, que tiveram sua existência determinada pela Revolução Industrial. A inserção dos conteúdos da comunicação na ordem do século XX se deu com a hegemonia dos

² Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura de Malidier (2003), obra que será citada constantemente nesta tese.

meios de comunicação em massa, desde o surgimento do jornal escrito até a difusão de redes via computador.

Nesta parte da tese, teremos a oportunidade de observar as origens da AD, bem como alguns dos mais importantes conceitos teóricos básicos referentes ao “aparelho da linguagem” e, no seu bojo, o que significarão língua, referência, dêixis e enunciação. Para iniciar, preferimos começar pelo estruturalismo para, em seguida, discutirmos o marxismo e a psicanálise, lembrando as três disciplinas fundadoras.

1.1 Lembrando o estruturalismo

Entre os anos 20 e 50 do século XX, a hegemonia do Estruturalismo no universo de pesquisas da Lingüística irá determinar a maneira como se comportarão os estudos da linguagem e da língua, inclusive, entre outros, os estudos das ciências sociais. A Lingüística será a ciência piloto de outras ciências humanas, valendo citar os trabalhos de Levy–Strauss na antropologia como um dos exemplos mais marcantes da influência que a maneira de pensar as estruturas teve nas ciências ditas humanas.

O estruturalismo inaugurado por Saussure transformará os estudos da linguagem em uma ciência, deslocando-os para longe da especulação das gramáticas históricas com sua ânsia pela língua primitiva e pela genealogia das línguas. Isso porque, mais do que dividir em dois o objeto linguagem, as dicotomias saussurianas cindiram os limites de outros objetos a serem tratados pelos estudos da linguagem, com a formulação de uma metodologia que, de certa maneira, projeta sua influência sobre tudo que ainda se produz no âmbito dos estudos lingüísticos, semânticos e pragmáticos. Um exemplo do pensamento estruturalista, a título de ilustração, pode ser o que a própria AD admite quando diz que um sujeito, ao se

inscrever em uma formação discursiva, passa a se opor às demais. Ora, tal perspectiva nada mais é do que uma referência ao princípio estruturalista da organização paradigmática: quando o falante seleciona um fonema ou um morfema deixa os demais em estado de latência ou virtualidade que poderiam passar a realizados. É claro que explicar as relações entre os discursos apenas através da relação de pertença ou de negação pode ser um expediente muito redutor da sua complexidade, mas não podemos negar que esses princípios estão aí presentes.

A aplicação do estruturalismo não poderá responder ao momento histórico de grandes transformações provocadas pela influência marxista e pelas releituras de Freud e realizadas por Lacan nos anos de 1950 e 1960. Tais releituras fizeram com que rupturas surgissem dentro do estruturalismo, em especial na França, o que não significará o seu fim, mas sim uma revisão de rumos, uma revisão de perspectivas. Em um mundo dividido entre direita e esquerda – não podemos deixar de pensar no Mundo pós-1945 –, a lingüística estruturalista não era capaz de dar respostas às questões semânticas que voltavam às mesas de trabalho mais de um século depois que Frege (cujos trabalhos são da década de 1870 – texto da referência 1978) e Bréal (1890, texto da referência de 1992) lançassem as bases de diferentes linhas de pesquisa em estudos semânticos. Assim, a década de 1960, marcada pelos questionamentos ao Estruturalismo e à Gramática–Gerativo–Transformacional (GGT), período de grande efervescência cultural e intelectual, em que, particularmente na França, se acirravam as disputas políticas, foi o tempo propício ao desenvolvimento de um novo pensamento sobre o sentido do texto. Seus estudos afastam-se para longe do conteudismo tradicional das ciências sociais, pautando-se, agora, por três correntes: o Materialismo Histórico, a Psicanálise e a Lingüística.

Nos agitados anos de 1960, surge, no cenário intelectual francês, Michel

Pêcheux, figura inaugural da análise de discurso de orientação francesa. Filósofo de formação, engajado na perspectiva althusseriana de releitura de Marx, e envolvido no projeto da história das ciências e da epistemologia, Pêcheux se tornaria uma emblemática figura para a AD. No Brasil, suas idéias e, diríamos, a vulgarização das mesmas, chegou pelas mãos de Eni Orlandi na década de 1980. Não nos deteremos muito na figura do pesquisador Pêcheux e seu engajamento político e científico, mas o tomaremos como inaugurador da AD francesa para compreendermos um pouco do desenvolvimento de alguns conceitos que defendeu ao longo da história. Como a AD tem uma profunda ligação com os conceitos de história e historicismo, nada mais justo que observemos a sua gênese levando também em consideração sua história.

O marco que inaugura a AD francesa foi a surgimento de um “estranho”, mas instigante livro de Pêcheux intitulado *Análise Automática do Discurso*. Maldidier resume o momento em que surge a obra, ao se dedicar a “reler Michel Pêcheux hoje”:

Não posso imaginar uma obra sobre Michel Pêcheux que não permitisse visitar o estranho livro que aparece na Dunod em 1969 com o título provocador de *Análise Automática do Discurso*. É o momento inaugural do caminho que quero dar a percorrer. Nele se ligam – pela primeira vez – todos os fios constitutivos de um objeto radicalmente novo: o discurso. (MALDIDIÉ, 2003, p. 19)

Até então, tanto no estruturalismo como na GGT, o objeto era a língua, sob uma perspectiva predominante pautada no corte saussuriano entre *langue/parole*. Nessa dicotomia, o elemento *parole*, por questões diversas (uma delas é a necessidade de restringir o campo de pesquisa) foi deixado de lado por Saussure e por aqueles que seguiram na mesma perspectiva teórica. O que Pêcheux fez foi dar um outro significado à *parole* do “corte saussuriano”, revisitando-a sob uma perspectiva que ultrapassou um enfoque restrito à simples elocução de fonemas, morfemas ou frases, longe de um sujeito empírico e da subjetividade romântica, para

ir além da simples relação semântica do binômio **sentido e referência**, embora pressuponha, a todo tempo, esses conhecimentos. De modo algum Pêcheux nega Saussure ao propor o *discurso* como objeto de estudo:

O *discurso* construído por Michel Pêcheux não invoca, de forma alguma, a “superação” da dicotomia língua/fala. Saussure é, para ele, o ponto de origem da ciência lingüística. A seus olhos, o deslocamento operado por Saussure, da função para funcionamento da língua é um adquirido científico irreversível. O essencial daquilo que, nos termos da epistemologia da época, ele chamará de “o corte saussuriano”, reside na idéia de que a língua é um sistema. (MALDIDIER, 2003, p. 20)

É interessante notar, como ficará claro mais adiante, que não se trata de apagar o estruturalismo ou o texto inaugural de Saussure, mas atribuir à *parole* aquilo que a maioria das linhas pós-saussurianas do estruturalismo não o fizeram:

Michel Pêcheux constitui o *discurso* como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas. Desde este momento, o essencial, que não vai variar, é colocado: tratar-se-á sempre de manter-se no ponto de encontro da *língua*, tomada na pura acepção saussuriana de sistema, e de coerções irreduzíveis à ordem lingüística e ao sujeito psicológico. (idem, p.22)

O *Análise Automática do Discurso* (daqui por diante AAD 69) será um esboço do que se seguiria nos próximos anos. A revolucionária “máquina discursiva” – o que Paul Henry, conforme Maldidier (idem), chamara de “cavalo de tróia” – era uma espécie de decodificação dos discursos para provocar uma reviravolta nas ciências sociais. Não se trata de um cânone da AD, mas de um “texto fundador” que embasa o roteiro de estudos e servirá de ponto a ser refutado: daí sua importância, pois refutar esse ponto de partida garantirá à AD o seu amadurecimento. No entanto, devemos muito a esse marco fundador, por constituir uma proposta de mudança de conceitos sobre texto, leitura e sentido, e, especialmente, uma releitura do modelo comunicacional oriundo de Jakobson ([1957]1988). Pêcheux introduz a figura, não de interlocutores empíricos, mas de sujeitos colocados em posições sociais, que enunciam a partir dessas posições; assim, o extralingüístico – fora do território da

pragmática – passa a figurar como elemento essencial na construção de sentido entre sujeitos representantes de grupos sociais, classes, a voz dos discursos e as formações discursivas. Abrimos um parêntese aqui para lembrar que, em outro tempo e em outra episteme, o conceito de comunicação de Jakobson – que tem reflexos nas noções de sujeito – foi questionado por Bakhtin. Segundo este estudioso,

nos cursos de lingüística geral (até nos cursos sérios como os de Saussure), os estudiosos comprazem-se em representar os dois parceiros da comunicação verbal, o locutor e o ouvinte (quem recebe a fala), por meio de um esquema dos processos ativos da fala do locutor e dos processos passivos de percepção e de compreensão da fala do ouvinte. Não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos aspectos reais, mas quando estes esquemas pretendem representar o todo real da comunicação verbal se transformam em ficção científica. (BAKHTIN, 1997, p. 290)

Isso demonstra que o modelo da comunicação estava predestinado a sofrer revisão, e a ser visto de uma nova perspectiva. Kerbrat-Orecchioni (1999, p. 15), através de Halle, lembra que este autor vai além: “Ele afirma que, em certos momentos, essa concepção de troca verbal se vê próxima de ser ideologicamente suspeita, e influenciada por uma certa visão da circulação de bens tal qual acontece na economia de mercado.” (tradução nossa) ³. A discórdia com o modelo de Jakobson, tanto em Bakhtin como em Kerbrat-Orecchioni, colocam o problema do modelo monovetorial da comunicação, e por enxergar os sujeitos como seres em uma troca constante de material verbal é que Bakhtin irá atacar os modelos mecanicistas com a noção de *atitude responsiva ativa* (1997). Outro aspecto a ser levado em conta é que, na troca de símbolos, como se se tratasse de uma economia de mercado, a figura da mensagem simplesmente perde sua importância em si e passa a ser considerada moeda de troca. Não obstante, o modelo de Jakobson não

³ Il arrive enfin parfois que cette conception de l'échange verbal se voie reprocher d'être idéologiquement suspect, et influencée par une certaine vision de la circulation des biens telle qu'elle fonctionne en économie de marché.

é de todo obsoleto ou inoperante, pois serve como uma boa base para a teoria da comunicação cibernética e para a compreensão das funções da linguagem, embora o tratamento que lhe é dispensado seja ainda muito superficial quando se trata das funções⁴. Essencialmente, os conceitos de AAD 69 serão revisitados, remodelados e, finalmente, alguns abandonados ao longo das mudanças que a AD sofrerá, mas eles sempre serão fundamentos de muito do que se dirá após.

Até aqui, a discussão ficou centrada na obra de Pêcheux, no entanto, retrocedendo um pouco no tempo, não podemos deixar de destacar a contribuição do pensamento de Zellig Harris, que, a partir de seu artigo *Discourse analysis*, publicado na revista francesa *Langage*, em 1969, propunha uma nova forma de análise dos enunciados e de seus processos de encaixe dentro de um texto. Pêcheux a tomará como um procedimento para redução dos enunciados do texto a enunciados mínimos e não só de um texto, mas de um conjunto de textos, vistos como a expressão material do discurso. Interessantemente, esse tipo de procedimento também foi empregado na presente pesquisa, o que contribuiu na identificação, no material analisado, das formações discursivas, conceito que será detalhado mais adiante.

Como dissemos anteriormente, a AD não irá negar o Estruturalismo e suas vertentes, embora uma metodologia que busca enunciados mínimos possa ser identificada às práticas estruturalistas, o que poderia suscitar a crítica de anti-formalistas, que viriam na AD um privilégio à forma. Por outro lado, o conteudismo sem compreensão da materialidade dos signos levaria a afirmações cujos fundamentos poderiam se tornar vagos, ou seja, discutir o sentido somente pelo sentido e pela cultura não seria suficiente para dar conta do texto e sua

⁴ Principalmente quando se trata de manuais de comunicação ou administração geral.

historicidade.

Juntando-se a essa entrada de Pêcheux pelo método lingüístico, vem a sua filiação ao trabalho de Louis Althusser, filósofo marxista, empenhado na releitura de Marx e na compreensão e interpretação da ideologia e seus processos formativos. Para compreender melhor isso, é mister relembrarmos o conceito de ideologia em Althusser (1970). Segundo este, diferentemente do que pensavam os filósofos idealistas, a existência da ideologia é assegurada numa materialidade, ou seja, na metáfora da infra-estrutura e da superestrutura, conforme Althusser. Segundo esse pensamento, a infra-estrutura de um prédio, é o que dá sustentação à sua superestrutura na superfície, determinando suas formas. Assim, a infra-estrutura da organização social no capitalismo se dá pela relação material existente entre o capital e a mão-de-obra, enquanto a superestrutura é o visível, o perceptível representado pelas instituições: família, igreja, justiça etc. que têm sua existência e material determinados pela infra-estrutura da relação capital-trabalho. Assim, a ideologia não é mais simplesmente uma questão de idéias, mas das práticas que se estabelecem nas relações entre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) como são a família, a igreja, a justiça. No momento primordial do trabalho de Pêcheux, tal perspectiva o influenciará e será a porta para a entrada do marxismo na AD, pois os projetos se interseccionaram:

Lingüística, então, aparece como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca, para Althusser, como uma via por meio da qual se pode depreender o funcionamento da ideologia. (MUSSALIN, 2001, p. 104)

Essa tomada de posição produz efeitos: o primeiro é o de que a AD não se coloca como uma evolução da Lingüística ou a superação de Saussure, pois, como a língua (langue) se comporta como elemento sistemático, continua sendo

interpretada como tal, mas não é a lingüística o carro chefe; o segundo, o de que a significação – e daí a retomada de uma Semântica voltada para o sentido e não para a referência – não é sistemática nos moldes do estruturalismo, que se filia à relação entre traços. Tomemos um exemplo da semântica de Pottier, citado por Lopes (1995, p 265) na análise ilustrativa do conceito “cadeira”:

	Cad. 1	Cad. 2	Cad. 3...	... Cadeira N
q ¹ =encosto.....	+	+	+	+
q ² =veludo.....	+	-	-	(+) -
q ³ = 4 pés.....	+	-	+	+ (-)
q ⁴ =de madeira.....	-	+	-	- (+)
q ⁵ =para sentar-se	-	+	-	+
.....				

Quadro 1 - Exemplificação de análise semântica estrutural

Um modelo semântico como exemplificado acima, que se restringe ao nível lexical ou frasal, não dá conta de descrever o discurso como objeto de análise. Como a AD trata de uma abordagem também semântica, e de uma visão mais ampla e ligada às condições de produção, seu escopo toma a forma de elemento indicativo dos percursos do sentido.

É importante ressaltar-se que a AD não era feita apenas por Pêcheux e seu grupo de pesquisa, mas envolvendo também a participação de Henry, Plon, Culioli, Fuchs e os demais que faziam parte do laboratório de Psicologia Social do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)⁵. Jean Dubois também desenvolvia seus trabalhos sob uma perspectiva marxista, mas utilizando a lingüística como a principal corrente, de modo que os mesmos se desenvolviam como extensão da lingüística, postura que levou a uma outra corrente de AD, normalmente identificada como AD anglo-saxônica, voltada para a análise da conversação. Outra corrente que

⁵ Centro Nacional de Pesquisa Científica, órgão de fomento e organização da pesquisa científica na França.

igualmente vem se popularizando no Brasil é a Análise Crítica do Discurso, cujo representante mais conhecido é Fairclough (2003).

A partir da proposta e da releitura do marxismo de Althusser, Pêcheux vê na lingüística um nó capaz de unir discurso e ideologia, voltando-se para a busca de um sujeito que responda, nas análises, às necessidades epistemológicas de sua pesquisa. Torna-se assim mais fácil identificarmos quem não pode ser visto como sujeito em sua teoria do que quem o é. Trata-se, então, de vermos um sujeito que não é o dono do dizer, nem o único responsável pelo sentido, pois se trata de quem responde não só a outro sujeito empírico, mas a um Outro mais amplo, que constitui os outros sujeitos. Na AD, não é o sujeito da vontade de dizer, nem a intenção do indivíduo o objeto de análise, haja vista que o dizer revela mais daquilo que o sujeito não quer ser, ou não quer dizer, por causa do inconsciente e é essa a entrada para a noção de inconsciente freudiano como um dos lugares onde a ideologia opera. Logo, o sujeito, para a AD, não será mais considerado aquele que fala usando a língua, mas sim aquele pela qual a ideologia fala. É claro que essa perspectiva comporta um componente altamente determinista, mas não isentamos o mérito que essa reflexão tem: o de inaugurar uma nova visão sobre o sujeito e sua complexidade. Tal determinismo será a marca da máquina discursiva da AAD69, mas passará por revisões e rediscussões até chegar a um modelo baseado no sujeito fragmentado e, diríamos, complexo, cuja “vontade” não é ignorada e sim compreendida em outra dimensão, a do efeito ideológico.

Para construir um panorama geral do assunto, resumiremos as “três épocas”. Conforme o próprio Pêcheux, em um de seus últimos textos de 1983, a história da AD pode ser resumida em três fases intituladas AD-1, AD-2 e AD-3, consideradas as respectivas semelhanças e diferenças que justificam as distinções. A AD1 é

marcada pela recusa do sujeito intencional e pelo investimento na maquinaria do discurso, de modo que o “sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seu discurso” (PÊCHEUX, [1983] 1993, p. 311). Nesse momento da AD, tem-se “um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, trabalhando num espaço em que as ‘máquinas’ discursivas constituem unidades justapostas” (idem, p. 313), ou seja, através de um conjunto de análises algébricas se almejava chegar à constituição do discurso e sua desconstrução. Assim, o componente lingüístico do discurso era visto como determinado pela discursivização, cujo controle se dava pela ideologia, a qual por sua vez, operaria no inconsciente. Trata-se de um sujeito sem escolhas, porta-voz de um discurso que ele não domina.

A noção de maquinaria, na AD-1, demonstrava, por exemplo, que o discurso político da direita era homogêneo e independente. Já na AD-2, há uma modificação no olhar dos pesquisadores, que irão se voltar para as relações que uma máquina desenvolve em relação à outra. “Na perspectiva da AD2, estas relações são relações de forças desiguais entre processos discursivos” (idem, p. 314). Nesse momento da AD, começa a destruição das máquinas, para dar lugar à noção de interdiscursividade, com a qual se procurava demonstrar o exterior dos discursos. O sujeito, na AD2, ainda é determinado, mas a vantagem da inclusão de um olhar sobre a interpenetração dos discursos irá assegurar à teoria mais coerência, haja vista que um discurso só existe pela negação e/ou união a outros, o que vai demonstrar a interdependência entre eles.

Finalmente, na AD-3, passa-se a priorizar a alteridade, enquanto que o processamento dos discursos por ordem fixa deixa de ser a prática corrente. Entram em cena também o conceito de heterogeneidade mostrada como uma forma de

assunção da flexibilidade do sujeito entre a determinação que sofre, e, simultaneamente, sua atuação sobre o sistema. Essa será uma entrada que permitirá uma maior liberdade tanto para o pesquisador, quanto para a sua compreensão da identidade do sujeito do discurso. Possenti sintetiza bem a idéia do sujeito ativo, divido:

Não acredito em sujeitos livres nem em sujeitos assujeitados. Sujeitos livres decidiriam a seu bel-prazer o que dizer numa situação de interação. Sujeitos assujeitados seriam apenas um ponto pelo qual passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semi-sistemas em processo. (POSSENTI, 1996, p.37)

Ou seja, a construção do sujeito dar-se-ia no jogo entre a determinação e a vontade do ser e do saber, ou ainda, entre o consciente e o inconsciente. A nosso ver, há muito mais a predominância do inconsciente e das formações discursivas falando pelos enunciadores nos textos analisados, através das alternâncias. Por isso observamos, na opinião de Possenti, que a presumível “liberdade” que os sujeitos teriam seria uma liberdade condicionada pelas possibilidades de discursos existentes.

Como dito anteriormente, optamos por não fazer uma retomada histórica muito profunda sobre a AD, haja vista que o principal objetivo era apresentar uma contextualização que permitisse ao leitor situar o embasamento teórico da tese. Outras noções históricas da disciplina serão retomadas em diferentes momentos ao discutirmos conceitos chaves para esta pesquisa e sua operacionalização. A discussão do conceito será breve para que sua retomada, no capítulo das análises, seja mais produtiva diante de exemplos claramente definidos.

Assim, com vistas a auxiliar na compreensão do fenômeno a ser aqui estudado e de atender nossa demanda teórica, procuraremos tratar aos conceitos segundo as três correntes da AD: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise. A

discussão sobre o Estruturalismo, a materialidade lingüística, a enunciação, a semântica e o texto será desenvolvida nessa primeira parte; já os conceitos sobre ideologia e história serão tratados na corrente marxista no próximo capítulo e finalmente, o sujeito, a identidade e o inconsciente serão tratados dentro da psicanálise que constitui o último capítulo de nossa fundamentação teórica. A junção desses pensamentos e a demonstração do mecanismo de análise ficam por conta do elemento prático de nossa pesquisa, a partir do capítulo que versa sobre a operacionalização dos conceitos.

1.2 O aparelho da linguagem

Pode parecer preciosismo de nossa parte, mas não conseguimos introduzir um pensamento sobre a linguagem sem nos remetermos à lingüística moderna, sem tomarmos Saussure como ponto de referência. Pêcheux reconhece a força das três disciplinas formadoras da AD, invocando, ironicamente, a “Tríplice Entente”: Marx, Freud e Saussure (cf. MALDIDIER, 2003, p. 21), mas, de nossa parte, preferimos inverter essa ordem, tomando como base a lingüística e partindo do marco que foi o estruturalismo, sem o qual acreditamos que seria impossível desenvolver-se. Sem o estruturalismo pensamos que a AD não teria muitas condições de desenvolver um mínimo de rigor metodológico.

Até Saussure, o pensamento sobre a linguagem baseava-se na gramática clássica e nas gramáticas da tradição lógico-normativa – como a gramática de Port-Royal (ARNAULD, 1992) –, assim como nos estudos filológicos e na gramática histórica ou comparativa. Não se pode negar a importância e o relevante papel histórico representado por esses trabalhos, a seu modo, na evolução do pensamento lingüístico, nem tampouco podemos nos esquecer de que o próprio

pensamento saussuriano foi o resultado de uma longa tradição da gramática histórica. Talvez isso tenha sido um fator preponderante para que hoje pudéssemos usufruir de toda a herança que o pensamento estruturalista nos legou.

Com a elaboração do objeto “língua” por Saussure, não foi apenas o tratamento exaustivo das dicotomias: langue X parole, paradigma X sintagma, sincronia X diacronia, social X individual, signo X significante que se tornou importante para a definição do objeto, mas deu-se um outro, embora menos lembrado e até mais significativo para esta reflexão: o tratamento da dicotomia “exterior X interior” da língua (SAUSSURE, 1975, p. 29). Ao propor-se também esse recorte, não se estabelece a visão do mais importante sobre o menos importante, mas sobrepõe-se a idéia de uma ciência realmente com limites capazes de permitir com que ela prosseguisse, sem que se perdessem de vista princípios essenciais. O pensamento do estudo imanente da língua engendrou um modelo próximo das ciências naturais possível de ser aplicado no âmbito das ciências humanas. Além da metodologia e da orientação científicista, o estruturalismo conferiu aos estudos lingüísticos uma “autonomia” (BORBA, 1991, p. 304) antes inexistente.

Foi a partir de então que os estudos fonéticos e fonológicos e também as oposições entre os feixes de traços, passaram a servir de trampolim metodológico para muitos trabalhos estruturalistas que vieram a seguir, com Bloomfield, o Círculo Lingüístico de Praga, Martinet, Hjelmslev, Harris. Em especial este último será de grande importância no início dos estudos em AD, como citado anteriormente.

É necessário notar que o século XX produziu um grande movimento de contestação, e Saussure será um dos precursores até da sociolingüística ao abordar as questões da língua escrita X língua falada. A propriedade com que ele discute essa e outras questões deve ser pesada de acordo com a situação dos estudos

sobre linguagem em sua época, para percebermos que se tratava de um grande avanço para esse período (final do século XIX e início do século XX). Não obstante, devemos observar, conforme Borba (1991, p. 306), que o gérmen do pensamento das oposições não é uma inusitada intuição do linguísta genebrino:

Como meio de comunicação e expressão, a língua é uma espécie de instituição social: é coletiva e supra-individual; é algo criado pela sociedade e, de certa forma, imposta aos indivíduos. Sob este aspecto Saussure assimila as idéias do sociólogo francês Durkheim que depreende os fatos sociais através de um feixe coeso de relações que constitui a realidade social, independente dos indivíduos.

A reação à preocupação excessiva com a estilística, ao trato dos aspectos individualizados e às particularidades das línguas muda de perspectiva. Com o advento saussuriano, busca-se o que é comum e social, o supra-individual. O sucesso da empreitada estruturalista teve como uma forte razão, a abertura dos novos horizontes metodológicos:

As razões desse êxito espetacular dependeram essencialmente do fato de que o estruturalismo apresentou-se com um método rigoroso que poderia ocasionar esperanças a respeito de certos progressos decisivos no rumo da ciência; mas também, simultaneamente, e de um modo mais fundamental, do fato de que o estruturalismo constituiu um momento particular da história do pensamento suscetível de ser qualificado como o tempo forte da consciência. (DOSSE, 1994, p. 13)

O estruturalismo passou a ser uma alternativa ao cânone clássico (acentuado nos estudos da Estilística, da Retórica), e também uma resistência ao pensamento metafísico sobre a noção de língua/linguagem e também as concepções normativistas, de longa data, dominantes nos bancos escolares. Embora Saussure (leia-se Bally e Sechehaye) tenha empregado o termo “estrutura” apenas três vezes no *Cours de Linguistic Générale*, será a Escola de Praga a responsável pela sua difusão e doutrina (cf. DOSSE, 1994, p. 15).

O apogeu de um pensamento, normalmente lhe confere uma hegemonia perigosa até o levar à ruptura; no entanto, ruptura não significa fim ou esquecimento definitivos, mas apenas o fim da hegemonia alcançada. Os traços que restam nas

sucessões de outros pensamentos que conquistarão hegemonia, lá estarão, e inclusive nos pensamentos de resistência, tratando-se, é claro, de uma interdiscursividade. É o que tentaremos delinear agora. Por volta de 1967, tem início o “refluxo das críticas” (idem, p. 17), em que os estudiosos começam a tomar posição de distanciamento e dissidência. É como se uma diáspora acontecesse no núcleo duro: a Lingüística do Texto, a Pragmática, a Sócio-Lingüística, a Semântica Argumentativa, a Psicolingüística nascem da tradição estruturalista, muito embora tenham tomado rumos distintos e se firmado como disciplinas muito “independentes” – independência de militância, mais do que de conceitos.

A entrada da Lingüística e de sua episteme estruturalista nos estudos do discurso dar-se-á através de duas figuras, segundo Malidier (apud MUSSALIN, 2001, p. 101): Dubois e Pêcheux. Embora Dubois e Pêcheux apresentassem preocupações distintas, a luta política os unia, haja vista seu envolvimento com o Partido Comunista Francês.

Dubois, um lingüista, lexicólogo envolvido com os empreendimentos da lingüística de sua época; Pêcheux, um filósofo envolvido com os debates em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia. O que há de comum no trabalho desse dois pesquisadores com preocupações distintas é que ambos são tomados pelo espaço do marxismo e da política, partilhando convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social. (MUSSALIM, 2001, p. 101-102)

A vertente liderada por Dubois tomará a AD como uma extensão da Lingüística, ou, pelo menos, como uma evolução dela. De modo que, para ele, o contraste das regularidades no *corpus* será o método, e na concepção de enunciação, com sua visão de um sujeito autônomo e idealizado pelo dizer. Já para Pêcheux, não há sujeito autônomo, e isso leva a uma divisão entre os pensamentos muito particulares, entrando-se nos campos da discussão sobre a Ideologia e o Sujeito.

Se o estruturalismo deixa de ter hegemonia, qual será sua importância na

AD? A lingüística estrutural será o nó que unirá a compreensão da inserção do sujeito determinado/determinante histórico e ideológico com o sujeito do inconsciente e dos processos da formação e identificação da identidade, pois toda a linguagem e língua serão as entradas para a tentativa de compreensão do sujeito e de sua existência histórica, sua formação ideológica e sua interação com os outros sujeitos. Quando se diz “a língua será o nó”, entenda-se que ela será o lugar de encontro entre os fios do sujeito, da história revelada e atuante não na estrutura da língua por si, mas dessa estrutura com um processo explicado pelos traços enunciativos deixados na enunciação. Ou seja, por que um sujeito que não admite ser racista enunciaria uma frase como esta abaixo?

1) Mais o fato mais intrigante é que independente de ser rico ou pobre, branco ou negro, inteligente ou ignorante, [atos de violência] vem sendo praticados sem nenhuma negligência. (Fragmento de um texto de estudante).

Note-se que, se tomarmos esse enunciado como um esquema paralelístico, ele produziria o seguinte quadro:

VALORES “POSITIVOS”	VALORES “NEGATIVOS”
branco	Negro
rico	Pobre
inteligente	Ignorante

Quadro 2 - Oposição “negro” e “branco”

Outro exemplo é o nosso *corpus*, trazendo para o problema de nossa tese: Por que um sujeito alterna a referência do enunciator em seu texto? Não responderemos a essa questão neste momento, no entanto ela reforça a idéia de que, realmente, a estrutura lingüística, a enunciação e a semântica são os nós responsáveis por boa parte da costura do tecido da vida social, incluindo-se, é claro,

muitos outros meios, códigos e linguagens, de modo que o fenômeno da alternância irá se traduzir em efeitos de sentidos diferentes. E é sobre ele que pretendemos produzir nossas análises neste trabalho.

Outro raciocínio que não pode ficar no esquecimento é o de que a língua e demais meios de expressão não representam simplesmente cada cultura em uma dada época, mas, mais do que isso, são os veículos de formação da ideologia, pois não é possível que um ser humano, vivendo em sociedade, seja afetado apenas por uma ideologia, mesmo que seja afetado apenas por um língua enquanto sistema. Inevitavelmente, ele também é afetado pelos sistemas psicolinguísticos e sociais vigentes no contexto em que vive. Apesar das diferenças epistemológicas, vale a pena lembrarmos-nos da hipótese Sapir-Whorf como ilustração:

A hipótese de Sapir-Whorf foi muito divulgada em meio a lingüistas e antropólogos sobretudo nas décadas de cinquenta e sessenta. Para essa teoria, a conceitualização da realidade se revela claramente nas estruturas gramaticais e semânticas das línguas. Em outras palavras: todo sistema lingüístico manifesta tanto no seu léxico como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação dos dados da realidade que são típicos dessa língua e da cultura com que ela se conjuga. Ou ainda: cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, refletindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e lexicais. (BIDERMAN, 2001, p. 109)

Jamais poderíamos dizer que tal afirmação seja ponto pacífico, contudo vale ressaltar que, se essa hipótese for verossímil, se forem comparadas línguas distintas, também podemos afirmar que não só as estruturas gramaticais indicam uma maneira de ver de uma dada sociedade, como também formam uma maneira de ser. Assim, não estamos diante de um modelo de sujeito contemplativo, mas de um sujeito ativo e interativo sobre e na “realidade” de seu grupo social, por isso consideramos que a estrutura (língua) é veículo do discurso, e também um ente formativo do discurso, de tal modo que um indivíduo será afetado pelas diferentes formações discursivas, e isso em uma mesma língua, com os sentidos que se digladiam na arena da linguagem, para além da sua dimensão estrutural.

A contribuição da AD para os estudos da linguagem coloca-se por um gesto inaugural e ousado:

Se a lingüística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é objeto da lingüística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica). (ORLANDI, 1996, p. 26)

Não se trata de um rompimento nem se trata de interdisciplinaridade, mas de um conhecimento. Analisar o **discurso** é tentar dar conta do sentido, é uma semântica que toca nas questões até então excluídas, tanto do campo da lingüística quanto do campo dos estudos sociais, embora ambos, na década de 1960, estivessem pautados na episteme estruturalista. A AD se coloca como uma nova abordagem semântica, cujo estruturalismo servirá como objeto de questionamento e também para uma de suas bases, de modo que tal contribuição (aqui contribuição não deve ter um sentido minimizado) foi premente para o surgimento da AD e sua configuração tal qual se encontra hoje.

Sempre que se pensa na língua e em seu funcionamento social, deve-se também lembrar que o sistema é neutro. Retomando o corte saussuriano entre *langue X parole*, Pêcheux admite a neutralidade do sistema e conceitua o que será a língua para a AD:

Ao opor *base lingüística* e *processo discursivo*, inicialmente estamos pretendendo destacar que, como foi apontado recentemente por P. Henry, todo o sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. É, pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos*, e não enquanto expressões de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria 'acidentalmente' os sistemas lingüísticos. (PÊCHEUX, 1996, p. 91).

Com base nessa citação, entendemos que a episteme lingüística da AD é um ponto de apoio, e essa conceituação será de extrema utilidade em nosso trabalho, como demonstraremos na apresentação metodológica, pois através dos elementos

morfossintáticos, próprios do português falado e escrito no Brasil, entenderemos algumas peculiaridades enunciativas escritas dos textos analisados. É mister esclarecer que nosso objeto não é o interior do sistema, mas a sua relação com o seu exterior, com o seu entorno.

1.3 O aparelho da linguagem: concepções

Para introduzir este assunto, tomemos como exemplo, um estudante de física que tem por objetivo descrever em laboratório o comportamento de partículas subatômicas. Ele se vale de aparelhos de precisão, de supercomputadores para efetuarem os cálculos etc. Quando ele termina seus trabalhos daquele dia, ele se envolverá com outras atividades que não propriamente seja o seu objeto de análise. De modo diferente se comportam aqueles que analisam a língua, discurso, enunciados, pois o seu objeto de análise é também o que serve para descrever o objeto. É por isso que a compreensão e apreensão da metalinguagem é difícil, porque o contato como usuário do objeto analisado lhe imprime mais senso comum e pré-discursos do que um estudante de física teria sobre partículas subatômicas. Pois um lingüista, um analista do discurso, um sociolingüista, um psicolingüista têm por objetos de pesquisa a língua, o discurso, o processamento da linguagem, os grupos lingüísticos e por ferramenta também a língua: ferramenta imperfeita (lembrando HENRY, 1992 e também FREGE 1978). Tudo isso serve para dizer que alguém que se debruça sobre a linguagem como objeto de estudo não consegue o mesmo grau de distanciamento do objeto, como um físico o conseguiria.

Neste item, seguiremos, então, um traçado um pouco longo que envolverá a conceituação de noções básicas, como as de língua, linguagem, sentido e referência, enunciação, marcas enunciativas. Tais conceitos comportarão outros,

como por exemplo: a enunciação englobando os conceitos de enunciado, debreagem e embreagem entre outras idéias inerentes à compreensão do fenômeno analisado.

1.3.1 A linguagem e a língua

As discussões sobre a língua/linguagem remontam à Antigüidade Clássica (ver ABBAGNANO, 1998, verbete *linguagem*; CÂMARA, 1980; entre outros), mas foi Saussure quem estabeleceu importantes princípios sobre o tema e com propriedade:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, 1975, p. 17)

Em Saussure, a linguagem quase aparece como um ente geral e caótico, como uma propriedade da existência, sem muita explicação, ou ainda com explicações desnecessárias. Não devemos nos admirar dessa incerteza, pois, aos olhos do pensamento positivista que embasa a época em que o *Cours* foi escrito, seria muito difícil que asserções sobre a linguagem, algo que era visto como desestabilizado, descontínuo, fragmentado, pudesse fazer sentido. No entanto, mais adiante, o *Cours* afirmará: “A língua, assim, como delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto a linguagem não o é.” (p. 23). E, ainda na página 24, vem a cartada final, na qual se propõe a Semiologia como estudo geral dos signos, enquanto a língua é tomada como o principal dos seus objetos. Saussure foi um pioneiro ao propor a diferença entre

língua e linguagem, isso porque lhe foi necessário definir o objeto da Lingüística, que é a língua e não todos os sistemas simbólicos, daí sim, objeto da semiologia. Poderíamos dizer que ele estava errado em fazer esse “corte”? De modo algum, se considerarmos o que ele pretendia alcançar, e levarmos em conta o momento histórico: o lingüista estava afetado pela formação discursiva do Positivismo.

Trazendo para o contexto desta pesquisa, como compreenderemos **língua e linguagem**? Adotar um conceito meramente para que essa lacuna não fique em branco, seria desonesto, tendo em vista o nosso objeto de análise, e também não seria original de nossa parte simplesmente adotar um conceito apenas por tratar de algo consagrado.

Como já vimos, segundo Saussure, a língua é a principal linguagem para o ser humano, sendo de maior importância que gestos, expressões, elementos pictóricos: é a linguagem verbal que predomina nas conversas face a face, na leitura de jornais, nos diálogos por telefone ou por meios eletrônicos. Então, o que vem a ser linguagem? Partiremos do símbolo. Para nós, o símbolo é todo e qualquer elemento dentro de um conjunto de normas e regras que vale por um outro. Por exemplo, um “abandar de cabeça” pode significar “sim”, ou seja, estar no lugar de “uma afirmativa”, ou estar na resposta de uma situação comunicativa. Alguns outros exemplos: uma coluna de fumaça está apontando para um lugar onde há fogo, ou ainda, o léxico a palavra “xícara” referenciar um objeto na realidade. Daí a linguagem passa a comportar as normas e regras organizadoras dos símbolos, no entanto, devemos observar que a linguagem e o símbolo estão em sincronia: nem o símbolo nem a linguagem existiram primeiro um em relação ao outro, mas concomitantemente. O símbolo e a linguagem nascem juntos, como um mesmo evento.

Se o símbolo aponta, denomina, significa e leva a efeitos de sentido, como compreendê-lo no meio social e, principalmente, em um processo discursivo de referenciação como, por exemplo, nosso objeto de análise? Trata-se de uma relação bastante complexa a que nos leva a pensarmos no modo de referenciação dos sujeitos enunciadorees em seus textos e, mais ainda, nas representações lingüísticas da alternância. O valor de algo por outro não encerra em si a referência, mas o próprio sentido de “valor” se amplifica: “estar no lugar de” já é significativo, o que aponta para escopos muito variados. Um exemplo dessa complexidade é o caso das relações de sinonímia e hiperonímia que pressupõem a substituição lexical. Substituir um termo próximo de sentido por outro ou uma estrutura sintática pois outra pode manter uma mesma referência, mas não o mesmo sentido e efeito de sentido, como substituir “negro” por “pessoa de cor”, ou usar a voz ativa no lugar da voz passiva. As diferenças de uma forma a outra não estão somente na forma, mas na relação que a forma estabelece com outros elementos constitutivos do efeito de sentido, tais como sujeitos envolvidos, momento histórico, contexto enunciativo etc. Isso acontece por existem valores agregados a “negro” e “pessoa de cor” que levam a efeitos de sentido dependendo de sua posição sintática, por exemplo.

Adotaremos a noção de Pêcheux segundo a qual a língua é o nó, como foi dito anteriormente, e a tomaremos, nesse sentido de tessitura dos textos, ou melhor, como o que amarra os enunciados de que constituem os discursos. Contudo, essa tecedora é dinâmica: tanto o nó quanto os fios se completam e só existem porque estão juntos, já que não existe língua sem discurso e não existe discurso sem língua. O caminho que nos resta, para tentarmos a compreensão e reagrupação dos discursos considerados “dispersos”, no sentido foucaultiano (FOUCAULT, 2002 e 2003) a partir dos fatores da língua e da enunciação, é buscar as marcas das

referências nas pistas deixadas nos enunciados. Isso, no entanto, não constitui uma simples investigação em que, através das impressões digitais ou de algum tecido orgânico, procura-se encontrar um culpado que seja denunciado pelo seu DNA. Esta investigação não chega a pontos exatos, mas a outros indícios, ou a caminhos possíveis de serem percorridos para se tentar compreender o modo de funcionamento de procedimentos enunciativos.

1.3.2. Enunciação e enunciado

Os conceitos a respeito da enunciação são muitos e sobre eles foram produzidas diferentes obras e muitos artigos. Para esta parte da tese, iniciaremos com a clássica definição de Benveniste e depois faremos algumas observações sob o prisma de Kerbrat-Orecchioni.

Segundo a clássica definição de Benveniste (1995), a enunciação é “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”, o que se opõe a “enunciado”, definido como produto do ato da enunciação. “A reflexão sobre a enunciação pôs em evidência a dimensão *reflexiva* da atividade lingüística: o enunciado só faz referência ao mundo na medida em que reflete o ato de enunciação que o sustenta. Assim, as pessoas e o tempo do enunciado são selecionados em relação a sua situação de enunciação [...] (CHARAUDEAU E MAINGENEAU, 2004, p. 193).

O ato individual ao qual Benveniste se refere não é um procedimento de subjetividade no sentido idealista. Apesar de as críticas da AD serem muito constantes sob a perspectiva enunciativa adotada por Benveniste, parecem-nos muito importantes suas observações quanto à questão da subjetividade, aliás, um ponto de equívoco, por parte daqueles que o criticam. A leitura mais apropriada de

Benveniste permite compreender que a abordagem empreendida não é mais que uma questão estrutural das posições enunciativas. É o que deixa claro Possenti quando questiona: “O que significa ‘o sentido depende da enunciação?’”: “[...] para Benveniste, o sentido releva da língua. O que releva da enunciação é a referência, e o problema quanto a ele é mais o suposto consenso do que qualquer outro.” (POSSENTI, 2001, p. 194). Por isso, a leitura que faremos sobre Benveniste não qualifica sua obra como “inocente”.

Eu designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado do “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim excetuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”. (BENVENISTE, 1995, p. 250)

Não acreditamos que Benveniste estivesse interessado em um “sujeito dono do sentido”, mas sim preocupado com o circuito comunicativo sob uma perspectiva de alteridade estrutural, empírica é claro. Sua preocupação também residia em compreender o processo enunciativo e as marcas dos sujeitos enunciadores nos enunciados, por se tratar de um procedimento altamente complexo; assim, a instauração de pessoa subjetiva, pessoa não-subjetiva e não-pessoa compreende um jogo de sentidos muito peculiar em diferentes línguas, como o próprio Benveniste (1995) demonstra. Dessa situação, não há como escapar de um sujeito-enunciador que, ao assumir “eu”, fale de si mesmo, mesmo que esse “eu” seja um indivíduo com a ilusão de integridade e uniformidade: afinal, sempre haverá alguém a empunhar a caneta que é um ser empírico constituído de várias outras vozes, e não se trata de subjetividade romântica ou romantizada e que o ser empírico não é senhor dos sentidos.

Kerbrat-Orecchioni (1999) lembra os significados da enunciação, partindo de

Benveniste, mas também o que dizem Ascombre e Ducrot (apud KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p. 32): “a enunciação é por essência histórica, eventualmente, e, como tal não se reproduz jamais duas vezes idênticas a si mesma.” (tradução nossa)⁶, daí se reconhece a dificuldade em se constituir a enunciação como objeto em si mesmo de análise por parte dos lingüistas. No decorrer de suas observações, Kerbrat-Orecchioni adotará os “fatos enunciativos” como princípio de sua discussão sobre enunciação:

Nós chamaremos de “fatos enunciativos” as unidades lingüísticas, de quaisquer natureza, posição e dimensão, que funcionem como indícios da inscrição no seio do enunciado de um e/ou de outros parâmetros que venham a ser enumerados, e que sejam por isso portadores de um arquitrato semântico específico a que chamaremos de ‘enunciatema’. (idem, p. 34).⁷

Adotaremos o mesmo princípio, haja vista que nosso objeto de análise se pauta em semelhante processo, pois os indícios do processo enunciativo são perceptíveis por enunciatermas que se pautam em três eixos, lembrando Benveniste e a lingüística da enunciação:

- a) enunciado reportando ao locutor;
- b) enunciado reportando ao alocutário;
- c) enunciado reportando à situação enunciativa.

Em nossa análise, interessar-nos-á apenas a relação com o “locutor”, sendo os outros considerados elementos secundários, embora não menos importantes, isso porque a base da enunciação seja o “eu” (ego), ou seja, parte de um sujeito que empunha a palavra a partir de um “aqui” (hic) e de um “agora” (nunc). Contudo, como veremos nas análises, esse “eu” pouco se referencia, sendo as enunciações em np e 1ps muito mais numerosas e para explicar isso iremos propor uma outra

⁶ [L’ énonciation] est donc par essence historique, événementielle, et, comme telle, ne se reproduit jamais deux fois identique à elle-même.

⁷ Nous appellerons “faits énonciatifs” les unités linguistiques, quels que soient leur nature, leur rang, leur dimension, qui fonctionnent comme indices de l’inscription au sein de l’ énoncé de l’un et-ou l’autre des paramètres qui viennent d’être énumérés, et qui sont à ce titre porteuses d’un archi-trait sémantique spécifique que nous appellerons ‘enunciatème ».

perspectiva. Assim, não há como se falar de uma enunciação sem uma centralidade subjetiva. Vale lembrar que o conceito clássico de “sujeito” evoca a noção do “ser” sobre o qual se predica. Aristóteles, epicuristas e a tradição filosófica medieval voltam seu olhar para a noção filosófica e gramatical. Já Locke irá chamar o sujeito de “substrato ou suporte” (ABBAGNANO, 1998, p. 913). Sem entrar no mérito da discussão filosófica que contrapõe as correntes idealista e empirista e mesmo considerando que o nosso trabalho esteja dentro da perspectiva da AD, devemos ser prudentes em compreender o sujeito “ser” ou “indivíduo” como suporte na enunciação, pois, como já foi dito acima, trata-se de uma contingência estrutural da própria natureza da interação entre os indivíduos. Sempre há um “eu” que se instaura em oposição a um “tu”, sempre há um “aqui” que se instaura em oposição ao “lá”, e um “agora” que se instaura em oposição a um “antes/depois”. A “tal subjetividade é onipresente: todas essas escolhas implicam no locutor – mas em graus diversos” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1999, p. 36) (tradução nossa)⁸, a nosso ver, isso implica em pressupor que existam nuances, diferenças, efeitos de sentido quanto à instauração das referências enunciativas, sejam elas em 1ps, 1pp ou np.

Por conta da diferença entre enunciado e enunciação, é preciso remarcar que o enunciado, mais que simplesmente o dito/escrito, é a materialização da enunciação, e só se depreende a enunciação por intermédio dele. No mesmo caminho de Kerbrat-Orecchioni, teremos como objeto para busca das pessoas enunciativas o seguinte direcionamento:

[...] a problemática da enunciação (a nossa) pode ser assim definida: é a busca dos processos lingüísticos (shifter, modalizadores, termos avaliativos, etc.) através dos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem (implicitamente ou explicitamente) e se situa por relação a si mesmo (problema da “distância enunciativa”). É uma tentativa de localização e descrição das unidades, de qualquer natureza e de qualquer nível que sejam, que funcionam como indícios de

⁸ Cette subjectivité est omniprésente: tous ses choix impliquent le locuteur – mais à des degrés divers.

inscrição no enunciado do sujeito da enunciação.⁹ (idem)

O trabalho de Kerbrat-Orecchioni é bastante amplo, pois ela procura dar conta do maior número possível de marcas, enquanto nós pretendemos apenas descrever a marca dos sujeitos enunciativos, sem pensar em tempo e espaço como itens para descrição. Isso torna a nossa pesquisa bastante específica, além, é claro, dessa descrição ser parcial para os fins de discutir o sujeito fragmentado. O assunto referente à enunciação será retomado mais adiante, após tratarmos da dêixis, quando retomamos os aspectos teóricos da debreagem.

1.3.3. Sentido e referência: uma primeira entrada para a dêixis

Dada a natureza do objeto de nossa pesquisa, temos, obrigatoriamente, que tratar de aspectos semânticos, principalmente no que dizem respeito à referência e, assim, por conta deste aspecto, as questões dêíticas serão aprofundadas. Para melhor fazê-lo, iniciaremos o capítulo partindo do pensamento de Frege (1978) a respeito das questões da nomeação e da designação, perseguindo os conceitos de dêixis resultantes de um importante colóquio realizado em 1990 na Sorbonne e organizado por Morel e Danon-Boileau (1992).

1.3.3.1 Iniciando uma reflexão sobre sentido e referência

Não acreditamos ser interessante, para os objetivos aqui propostos, explorarmos o que o pensamento grego produziu a respeito da discussão sobre o sentido, o significado e a gramática, mas não podemos deixar de citar os diálogos de

⁹ [...] la problématique de l'énonciation (la nôtre) peut être ainsi défini: c'est la recherche des procédés linguistiques (shifters, modalisateurs, termes évaluatifs, etc.) par lesquels le locuteur imprime sa marque à l'énoncé, s'inscrit dans le message (implicitement ou explicitement) et se situe par rapport à lui (problème de la « distance énonciative »). C'est une tentative de repérage et de description des unités, de quelque nature et de quelque niveau qu'elles soient, que fonctionnent comme indices de l'inscription dans l'énoncé du sujet d'énonciation.

Platão, em especial, Teeteto e Parmênides (PLATÃO, 1988 e PLATON, 1975), como boas referências sobre o tema, nem tão pouco nos vimos obrigados a tratar do que os escolásticos da Idade Média pensavam sobre o assunto. Assim, desejamos iniciar esta primeira reflexão em um momento histórico mais recente, começando por Frege – cuja obra data do final do século XIX –, que discute, em seu célebre artigo “Sobre sentido e referência” (Frege, 1978)¹⁰, alguns conceitos sobre a relação “linguagem” e “mundo” e desencadeia uma série de outras reflexões que se seguiram à sua com o objetivo de sistematizar essa relação; inaugurou assim, aquilo que seria reconhecido como Semântica Referencial.

A episteme que marca o momento de produção do pensamento de Frege foi a do idealismo alemão, ao mesmo tempo em que os estudos gramaticais e sobre a linguagem se voltavam para a história e a etimologia nas línguas por causa dos estudos dos neogramáticos. Frege procurava construir uma *Begriffsschrift* (aproximadamente, “escrita conceitual”) que desse conta de transcrever o pensamento sem as “falhas”, as imperfeições, as ambigüidades presentes nas línguas naturais, uma vez que o pensamento de uma linguagem referencial tinha por objetivo alcançar uma língua adâmica, capaz de aceder à Verdade sem os percalços da língua natural que, segundo ele, estava, normalmente, impregnada de equívocos, ou melhor dizendo, de derivas de sentido. Além disso, em sua concepção, a linguagem deve ser capaz de levar conhecimento e, por isso, chegou a considerar que o texto literário não seria capaz de alcançar esse objetivo, por não se ater à Verdade, ou seja, o texto literário serviria para o deleite, mas não para apreensão da Verdade objetiva. Apesar de um modo de pensar como esse parecer estranho ao presente momento dos estudos sobre linguagem, no qual vemos

¹⁰ Para uma melhor compreensão desse pensamento, Henry (1992, p. 37-43).

avanços importantes para aproximar áreas outrora tidas como distantes, a contribuição de Frege para a semântica resultou extremamente produtiva, principalmente pela distinção que faz entre sentido e referência.

Ao se referir aos sinais e nomes próprios, Frege propõe: “Neste contexto fica claro que, por ‘sinal’ e por ‘nome’, entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla)” (1978, p. 62). Assim, o que ele entende por referência é o objeto real e o que entende por sentido são as formas, mais ou menos arbitrárias socialmente, de referência ao objeto da realidade. Nessa circunstância, o que se encontra nas línguas naturais é o fato de as referências terem mais de uma designação e mais de um sentido. O que permite também que existam mais sentidos que referência; é o que se observa, por exemplo, na expressão “o corpo mais distante da Terra” (idem, p. 63), cuja referência não é tangível, ou ainda quando se trata de elementos mitológicos como “unicórnio”. Acrescenta, como conclusão, que “portanto, entender-se um sentido nunca assegura sua referência.” (idem).

Essa relação, se levada às questões enunciativas, faria com que passássemos a ter um aspecto que se estende às situações mais complexas, como, por exemplo, a possibilidade de compreender a relação sentido e referência no âmbito dos enunciadores. Por exemplo: se tomarmos um dêitico como “eu”, teremos sentido que seria “a pessoa que enuncia num dado momento” e a referência seria a própria pessoa enunciando em “tal momento”. Mas essa não é uma questão simples, pois, em um ambiente com mais de uma pessoa enunciando “eu” (como no caso de um coro), teríamos um enunciado morfo-fonético-sintático idêntico, cuja referência seria distinta da de um indivíduo, pois participariam vários indivíduos. Ao passo que três pessoas em um recinto pronunciando a palavra “janela” teriam como referente

um mesmo objeto da realidade humana.

A questão da referência pode se complicar mais ainda. Observemos o que ocorre em se tratando de “nós”, cuja fórmula é complexa: a) nós = ps + pns ou b) nós = ps + np(x) – np(y)¹¹, COMO, por exemplo, em:

2) *Vamos tomar um café!*

3) *A nossa sociedade precisa dar uma chance para eles.*

Embora, para Frege, expressões que podem ser um sinal, como “Estrela da manhã” e “Vênus”, tenham o mesmo referente, “Planeta Vênus”, cada uma comporta não só sinais diferentes, mas sentidos diferentes, ou seja, formas de aceder ao real de maneira diferente e, por isso, têm a capacidade de produzir conhecimento. Ou seja, um indivíduo que conhecesse apenas designação para Vênus, passa a conhecer outras, porém, não podemos dizer o mesmo das formas pronominais e verbais que demarcam a pessoa da enunciação. A complexidade do mecanismo enunciativo irá compor um jogo diferente dos mecanismos de referenciar e dos mecanismos dêiticos. Afinal, apontar objetos da existência não significa apenas nominá-los e, por conseguinte, referenciá-los; a nosso ver, significa, em todo instante, estabelecer avaliações, inscrever-se em formações discursivas e disparar efeitos de sentidos. É por conta dessa reflexão que desejamos tocar em assuntos pertinentes aos mecanismos de enunciação e também semântico para que percebamos algumas distinções entre as modalidades enunciativas importantes.

1.3.3.2 Denominação e relações denominativas

Kleiber (1984, p. 77) afirma que a “linguagem tem por vocação primeira falar

¹¹ 1ps: primeira pessoa do singular ; pns: pessoa não-subjetiva (tu, você, vocês, referindo-se ao interlocutor); np: não-pessoa (ele, outro elemento não participante do circuito interativo).

sobre o real” (tradução nossa)¹². Assim, as relações de função de designação e representação constituem a principal característica do signo lingüístico: não basta estar no lugar de algo. O signo deve representar algo, funcionar como referencial de algo.

[...] a função de designação, de representação constitui a característica principal do signo lingüístico. A relação de denominação é uma parte constitutiva dessa dimensão referencial. Ela se inscreve no processo que coloca em relação os signos com as coisas e se posiciona ao lado das relações referenciais: referir a, remeter a, designar, representar, denotar etc. respondem ao esquema X (signo) ↔ x (coisa) (tradução nossa)¹³.

O esquema X (signo) ↔ x (coisa) pode, ainda, ser desdobrado em pelo menos duas principais distinções que se fazem necessário considerar: a referência e a denominação. Partiremos dos enunciados que servem de exemplo em Kleiber (1984, p. 78):

- 4) a) Uma pequena mosca se chama/ se nomeia / é chamada MOSQUITO.
b) MOSQUITO é o nome da mosca pequena
- 5) a) O diretor da escola se chama / BERNARD.
b) BERNARD é o nome do diretor da escola
- 6)a) MOSQUITO designa / representa / denota uma pequena mosca
b) MOSQUITO refere-se / remete a uma pequena mosca
- 7)a) BERNARD designa / representa o diretor da escola
b) BERNARD refere-se / remete ao diretor da escola
- 8)a) ? BERNARD significa ‘o diretor da escola’.
b) ? BERNARD tem o sentido de ‘diretor da escola’.
c) ? O sentido de BERNARD é ‘o diretor da escola’.
- 9)a) MOSQUITO significa ‘mosca pequena’.
b) MOSQUITO tem o sentido de mosca pequena.
c) O sentido de MOSQUITO é ‘mosca pequena’;

Observamos uma determinada identidade entre os exemplos de 4 a 7. No entanto, em língua portuguesa, 4a e 4b possuem um grau baixo de aceitabilidade, já em 8a, 8b e 8c são impossíveis em português e em francês. O exemplo serve para

¹² La langage a pour vocation première de parler du réel.

¹³ [...] la fonction de désignation, de représentation, constitue le caractère principal du signe linguistique. La relation de dénomination est une partie constitutive de cette dimension référentielles: référer à, renvoyer à, désigner, représenter, dénoter, etc., qui répondent toutes au schéma X (signe) ↔ x (chose).

demonstrar que existem limitações entre os signos cujas naturezas referenciais sejam distintas, como é o caso dos nomes comuns e dos nomes próprios e essa diferença está no fato de BERNARD ser uma nomeação, enquanto que MOSQUITO, uma designação. O artigo de Kleiber aprofunda-se em outros aspectos, mas nos deteremos aqui, demonstrando que o nome próprio possui uma determinada estabilidade enquanto outros nomes terão, ordinariamente, sua significação eventual. Ora, em nossa pesquisa, iremos lidar com nomes, não apenas com pronomes e verbos ao nos referirmos às estruturas lingüísticas que representam o sujeito na enunciação, bem como o seu outro no que diz respeito às identidades tocadas nos textos que servem de *corpus*. Essas relações designacionais serão muito valiosas quando tratarmos de termos como “negro”, “branco”, “pessoa de cor negra” “sociedade”, “brasileiro(s)”, que são sentidos cuja referência merece um tratamento, além de semântico, discursivo. Assim sendo, aqui abordada a diferença, podemos compreender que tais nomes funcionam como designadores e, por isso, o deslizamento de sentido constitui-se em uma natural mutação, cuja referência não é clara e cujo sentido se fundamenta na base de uma dada discursividade, o que não significa que tais termos fiquem em uma deriva incondicional, permanecendo à mercê de sentidos exageradamente profícuos, como veremos a seguir.

Ao discutirmos sentido e referência, necessariamente entramos em um campo bastante complexo de análise que se estende à distinção entre nomeação e designação, como visto acima. Mais tarde, Kleiber (1994, p. 21) irá tratar desse assunto ao retomar conceitos relativos às categorias filosóficas para tratar da realidade, até chegar a uma conceituação sobre o assunto da referência, como se observa em termos como “sociedade”, “brasileiro”, “cultura”. Uma pergunta clássica inicia o debate: “Para a fundamental questão *como se categorizam as coisas?*, a

resposta clássica, ‘aristotélica’, em que se pensa imediatamente é que a categorização se faz à base de propriedades comuns.”¹⁴ De acordo com esse modelo, para se chegar a uma identidade, é necessário que se atendam às *condições necessárias e suficientes* (esse é o modelo CNS). Por exemplo, para se dizer que um “cão” pertence a sua categoria, são condições que ele seja um animal, mamífero, quadrúpede etc., ou seja, impõem-se os atributos e propriedades comuns de um cão. O problema do modelo CNS está em que “sofre algumas dificuldades para dar conta de ‘sentidos múltiplos’, ou seja, de palavras que se remetem a vários tipos de referentes possíveis e que apresentam, então, um problema quanto à fixação das CNS.” (idem, p. 26).¹⁵ Se as distinções são claras, o modelo corresponde a casos em que se tem mais de uma referência a um mesmo termo e se resolveria o problema com a homonímia, muito embora a polissemia possa ser evocada. Daí, então, temos uma situação ambígua se tomarmos o léxico a palavra “manga”. Trata-se de um termo polissêmico ou de um mesmo termo que dá nomes a coisas distintas? Em uma situação como esta, achamos por bem dizer que não se trata de um termo polissêmico, pois os conceitos de polissemia estão associados ao tratamento do léxico isoladamente; por outro lado, se pensarmos que o signo pode se referir a coisas distintas, encontramos apenas a *forma* (palavra) indicando objetos distintos, mas seu sentido acaba sendo inequívoco. Voltando ao exemplo de “manga”, entendemos que a parte da roupa e o fruto são objetos distintos, muito embora a prosódia e a grafia do termo sejam idênticos, mas um refere a objetos distintos. Se tivéssemos de formalizar frases como: “João colheu a manga”, e “João

¹⁴ “À la question fondamentale *Comment catégorise-t-on?*, la réponse classique “aristotélicienne”, à laquelle on pense immédiatement, est que la categorisation se fait sur la base de propriétés communes.

¹⁵ “[...] Lê modele des CNS éprouve des difficultés à rendre compte du ‘sens multiple’, c’est-à-dire des mots qui renvoient à plusieurs types de référents possibles et qui posent donc un problème quant à la fixation des CNS.

rasgou sua manga” tomaríamos o argumento “manga” como referências distintas umas das outras. Nesse contexto, as CNS respondem às necessidades para categorizar os entes “manga1” e “manga2”, mas teríamos como dizer o mesmo de termos como “sociedade” cuja extensão não se dá de maneira clara?

Em oposição ao modelo CNS, Kleiber lembra a versão Standard da “semântica do protótipo”. “O que se chama de *protótipo*? Os testes e experiências descritas nos primeiros trabalhos de E. Rosch introduziram a noção de protótipo como sendo o melhor exemplar ou ainda a melhor instância, o melhor representante ou instância central de uma categoria.” (idem 47-48)¹⁶. A partir dessa citação, podemos dizer que a semântica do protótipo se tornou uma teoria semântica lexical, ainda em uma perspectiva bastante referencial, mas dando um salto em direção à categorias mais abertas, ou seja, se aplicarmos o modelo de protótipo a um pássaro (tem plumagem e é ovíparo) poderíamos, então, concluir que o pingüim é um pássaro e uma proposição que o contivesse como pássaro seria verdadeira, pois ele se aproxima de um modelo de pássaro (tem plumagem, é ovíparo). No entanto isso não exclui um outro problema a se pensar: se, para João e Pedro, o protótipo de um pássaro não é o mesmo, como eles identificam um pássaro como tal? Isso é possível porque, em uma cultura, existem zonas de saber compartilhadas: “O objetivo da semântica do protótipo é, evidentemente, o de descrever essas zonas de saber prototípico compartilhadas.” (Langacker, apud, Kleiber, 1994, p. 49) (tradução nossa)¹⁷.

O modelo prototípico sofreu revisões de seus elaboradores, principalmente no que diz respeito ao próprio conceito de protótipo. Primeiramente, negar a idéia de

¹⁶ “Qu’appelle-t-on *prototype*? Les tests et expériences décrits dans les premiers travaux d’E. Rosch introduisent la notion de prototype comme étant les meilleur exemplaire ou encore la meilleure instance, les meilleurs représentant ou l’instance centrale d’une catégorie.”

¹⁷ Le but de la sémantique du prototype, c’est évidemment de décrire ces zones de savoir prototypique partagé.

protótipo seria colocar abaixo toda a teoria; em segundo lugar, as experiências e testes feitos por Rosch, nos anos 1960 e 1970 demonstravam que um conceito que englobasse um princípio prototípico e procedente não dava conta da complexidade presente na matéria. Logo, o conceito de protótipo teve que ser revisado e a primeira revisão foi excluir a noção de “ente” prototípico, ou seja, de rejeitar um exemplar que resumisse ou congregasse as categorias de definição do objeto. “Falar de protótipo é simplesmente uma ficção gramatical cômoda; o que é realmente visado são os julgamentos de grau de prototypicalidade.” (Rosch, apud, Kleiber, 1994, p. 150) (tradução nossa)¹⁸. Assim, diante de uma grande variação de categorias, as significações devem ser compreendidas pela ligação que as categorias mantêm entre si, como se se tratasse de graus de parentesco. O protótipo é um efeito de organização e não o ente organizador da significação.

A importância dos princípios de prototypicalidade explorados acima têm grande valia para nossa pesquisa, pois, a voz que enuncia mobiliza categorias que lhe são inconscientes e ideológicas, de modo que enunciar não é simplesmente dizer de onde vem a voz, mas em que posição social se enuncia e, logo, quais são as relações prototípicas sobre conceitos como “negro”, “sociedade”, entre outros, reveladores da formação discursiva que afeta os sujeitos. Os protótipos estão intimamente ligados à noção de imagens, pois, as noções de prototypicalidade não são meramente cognitivas, são também sociais, culturais, ideológicas; por isso, nossa busca também se deu no tocante a compreender o comportamento de determinados termos, principalmente aqueles referentes às identidades.

Nessa relação prototípica, não entram as noções dêiticas, como veremos adiante, mas ela irá se associar, em um enunciado como “nossos irmãos negros”,

¹⁸ Parler de *prototype* est simplement une fiction grammaticale commode; ce qui est réellement visé ce sont les jugements de degré de prototypicalité.

em que o pronome adjetivo “nossos” é um elemento marcador da dêixis sobre dois protótipos “irmãos” e “negros”, cuja análise demonstrará as peculiaridades desse tipo de construção nos textos dissertativos do *corpus*.

1.3.3.3 Uma perspectiva sinalética da referência

Ao estudar como se dá o processo de nomeação de quadros, Bosredon (1997) relata estar diante de um objeto estranho por se tratar de um universo dividido entre o lingüístico e o não-lingüístico, mas com relações entre si muito complexas.

Proponho considerar essa atividade [nomeação de quadros] como uma atividade fortemente controlada, em um campo ao mesmo tempo individual e coletivo; individual porque os sujeitos são compelidos a certas escolhas, coletivo porque essas escolhas são fortemente condicionadas pelo uso e o controle trazido por este é, em grande parte, inconsciente. (p. 7) (tradução nossa)¹⁹

A pergunta de quem lê este texto deve ser: o que tem a ver o procedimento de nomeação dos quadros com os processos de alternância? A primeira coisa em comum é que se trata de procedimentos lingüísticos e discursivos. Em seus acontecimentos respectivos, não existem maiores detalhes em comum, mas uma coisa chama a atenção: ambos processos trabalham com uma forma de referenciação, com uma semântica que, juntamente com os aspectos enunciativos, revela os controles dos signos. Assim, enquanto o título do quadro nomeia o objeto único, as marcas enunciativas ou sua ausência referenciam e apontam para outros elementos que não necessariamente o enunciador:

Denominei sinalética esses campos específicos de identificação conforme os domínios dos objetos identificados que permitem pensar que não se

¹⁹ Je propose de considérer cette activité comme une activité fortement contrainte, dans un champ à la fois individuel et collectif; individuel puisque les sujets sont confrontés à certains choix, collectif parce que ces choix restent fortement conditionnés par l'usage et que les régulations apportées par celui-ci sont en grande partie inconscientes.” Por não achar conveniente traduzir “contrainte” por “constrangimento”, optamos por “controle”.

nomeia uma tela como se intitula um livro, um filme ou uma fotografia artística, que se não nomeia o que por si já é nominável, ou o que é do já intitulável, segundo, precisamente, uma sinalética de domínio sempre lingüisticamente marcado. A existência de sinaléticas obriga, por consequência, que se considere que toda operação de identificação, procedendo por chamamento ou denominação, não pode ser analisada sem que se leve em conta a especificidade dos domínios físico-culturais aos quais ela se aplica.²⁰

Não nos interessa aqui o processo de nomeação dos quadros em si, mas pensar em que tipo de “domínio físico-cultural” baseia-se o controle dos sentidos. Seja a referência por denominação ou uma designação (seja por dêixis ou não), há um conjunto de fatores que não são só culturais, mas sociais e ideológicos que determinam a modalidade de enunciador e as relações que este mantém com o seu referente; mais adiante, teremos uma melhor visão de como se pode definir uma sinalética para o tipo de compreensão que podemos desenvolver.

As relações de referenciação presentes em textos, como os pertencentes ao nosso *corpus*, são resultados de diferentes “pressões” (*contraintes*) controles e identificações, balizadas pelas relações pragmáticas (informações dadas) e discursivas (memória). Uma exemplificação disso pode ser obtida pela seguinte análise preliminar, desenvolvida a partir do texto a seguir:

(Texto 006, grupo A)[Desde o descobrimento do Brasil, o negro e seus descendentes, sofrem com o preconceito e a desvalorização. Há muito tempo o negro vive na sociedade, como que não fosse membro desta família. Muitas empresas, instituições e pessoas ainda faz distinção e desvaloriza o homem de cor negra.]¹ [É tempo de parar e refletir o que somos e temos.]² [É preciso compreender que como ser humano a igualdade é direito de todos e por isso a oportunidade de crescer e mostrar o valor como pessoa seja negra ou parda, é este. Pessoas de padrão rico em resistência, são considerados os negros, e nisso consiste a força de sempre lutar, para que governantes de muitas universidades,

²⁰ J'ai appelé signalétique ces champs spécifiques d'identification selon les domaines d'objets identifiés qui permettent de penser qu'on ne nomme pas une toile comme on intitule un livre, un film ou une photographie d'art, qu'on ne nomme que du déjà nommable, du déjà intitulable dans, précisément, une signalétique de domaine toujours linguistiquement marquée. L'existence des signalétiques oblige par conséquent à considérer que toute opération d'identification procédant par appellation ou dénomination ne peut être analysée sans que soit prise en compte la spécificité des domaines physico-culturels auxquels elle s'applique.

possa favorecer o direito de cotas, para estudantes dessa cor.

*O sucesso de um desses jovens, está nas mãos, na espera de quem possa-o defender e acreditar nele. Confiar, é dar oportunidade, dar oportunidade é ceder algo, ceder algo é contribuir;]*³ *[e contribuindo você será responsável pelo sucesso de muitas pessoas e pelo desenvolvimento do nosso país.]*⁴

*[É nesta corrente que inicia-se a esperança de muitas pessoas que por serem negras, vêem-se, dessa propriedade de seus direitos.]*⁵

Nesses cinco segmentos do texto, é possível percebermos modos diferentes de enunciação: 1: np; 2: 1pp; 3: np; 4: 1pp; 5: np. O texto referencia diferentes objetos, ou, melhor ainda, conceitos, como por exemplo: “descobrimento do Brasil”, “negros e seus descendentes”, “preconceito”, “desvalorização”, “sociedade” etc. Partindo de um ponto de vista estruturalista do sentido, poderíamos dizer que se trata de conceitos convencionados na sociedade e que são vistos como translúcidos por qualquer falante de língua portuguesa. No entanto, isso não ocorre dessa maneira, pois um conceito como “sociedade” pode variar deveras de um interlocutor para outro, como se contivesse uma referência elástica naquilo que seriam suas “bordas semânticas”. Como, por exemplo, o termo “sociedade”, que pode adquirir o conceito de população brasileira ou mundial, sistema cultural, ou sistema econômico-financeiro. Lembramos que estamos tratando de textos produzidos por falantes nativos, estudantes recém-saídos do ensino médio que, muitas vezes, utilizam certos termos inadequadamente. É possível compreender-se o protótipo de cada um dos conceitos: negro, branco, sociedade, mas seriam necessários muitos testes para chegarmos a alguma conclusão sobre os níveis de prototypicalidade, embora seja possível inferirem-se alguns protótipos sem necessariamente fazermos testes com os sujeitos: basta, para tanto, tentarmos compreender as regularidades de uso desses termos pensando também em seu contexto enunciativo. Observemos o exemplo a seguir, retirado do *corpus*:

10) *Na nossa sociedade deveria ter pessoas que ajudassem mais essas pessoas, pois até na hora de conseguir um emprego é difícil, [...]*

O vocábulo “sociedade” terá aí, em virtude do emprego do pronome adjetivo em 1pp, uma determinação de seu sentido e também a sua referência. Diferentemente do exemplo anterior, “*Há muito tempo o negro vive na sociedade, como que não fosse membro desta família.*”, no qual “sociedade” faz referência a um espaço social, sem conflito, mas também sem negros. No exemplo 10, a “sociedade” é um espaço de onde o negro está excluído, mas não se trata de espaço físico, e sim de um espaço conceitual, o do usufruto de direitos proporcionados pela própria sociedade.

Grosseiramente comparando as duas referências à “sociedade”, percebemos que elas são balizadas por outros conceitos ou operações enunciativas dentro de um mesmo texto: uma deu-se pela enunciação em np e outra, em 1pp. Assim, a sinalética proposta neste trabalho não tem a ver com uma etiquetagem de objetos como quadros, mas com uma “etiquetagem” muito peculiar de conceitos moldados pela enunciação e, principalmente, pela formação ideológica.

1.3.3.4 Dêixis e enunciação

Discutidas as questões concernentes ao sentido, à referência e à questão enunciativa, convém adentrarmos na questão da dêixis enquanto uma categoria indicial das enunciação, conforme vimos em Kerbrat-Orecchioni (1999).

O termo “dêixis” vem do grego (δείξις) e tem o significado de “apontar”, “referenciar”, “demonstrar”. Morel e Danon-Boileau (1992, p. 10) afirmam que a dêixis constitui uma “categoria lingüística fundamental, situada no cruzamento das operações de referência e das operações de construção discursiva [...] constitui, para muitas formas de ver, um ‘primeiro estado’ dos arranjos languageiros” (tradução

nossa)²¹. De um modo geral, a referência dêitica só se completa no contexto enunciativo, de modo que um pronome como “eu” tem sentido, mas não tem referência definida, e sua referência sempre estará por ser preenchida, como acontece com dêiticos de tempo e de espaço.

O fato de a dêixis compreender um grande número de termos e frases, que só têm significado dentro da enunciação, torna-a uma noção válida, mas redutora. Se a função da dêixis é apontar as coisas no mundo, mas dentro de um conjunto enunciativo que carece da existência de um contexto de enunciação, isso constitui um problema: quando o enunciador de um texto escrito, no caso do *corpus* estudado, enuncia *eu* ou *nós* não temos, portanto, dêiticos? Trata-se, então, de que tipo de referência? Não seria a mesma referência representada por um termo como “Congresso Nacional”, ou como “política”? Embora esses outros dois termos necessitem, como todos os termos de uma língua, de interlocutores que construam sentidos a partir deles, ou seja, que indiquem que o interlocutor vai enveredar por efeitos de sentidos que são parte de suas crenças, “eu”, “nós”, “você” necessitarão de um trabalho semântico maior para o preenchimento da referência, além do que tal referência não será de maneira tão simples como “política”. Se tratarmos de textos escritos em que os interlocutores não estão face a face, enunciar “eu” ou “nós” é algo desprovido de sentido segundo um conceito muito estreito de dêixis? Que tipo de referência é essa então?

A nosso ver, a dêixis não depende simplesmente de uma situação enunciativa oral, mas falar de dêiticos textuais também não é conveniente para nosso objeto de análise, uma vez que os dêiticos textuais têm outra característica: a de fazer referência a elementos textuais em circunstâncias semelhantes às das anáforas e

²¹ Catégorie linguistique fondamentale, située à la croisée des opérations de référence et des opérations de construction discursive, la déixis constitue à maints égards une sorte de “premier état” de l’agencement langagier.

catáforas. No entanto, em nossa perspectivas, um “eu” dentro de um texto ainda será um elemento dêitico, mesmo que sua referência não se apresente claramente definida; no entanto, fica patente a idéia de que, dependendo da cena enunciativa em que figura, suas características podem ser diversas, como poderemos ver na análise de dados nesta tese.

Para representar graficamente o processo de preenchimento de referência pelo signo segundo uma espécie de curva, poderíamos representar a dêixis através da seguinte escala:

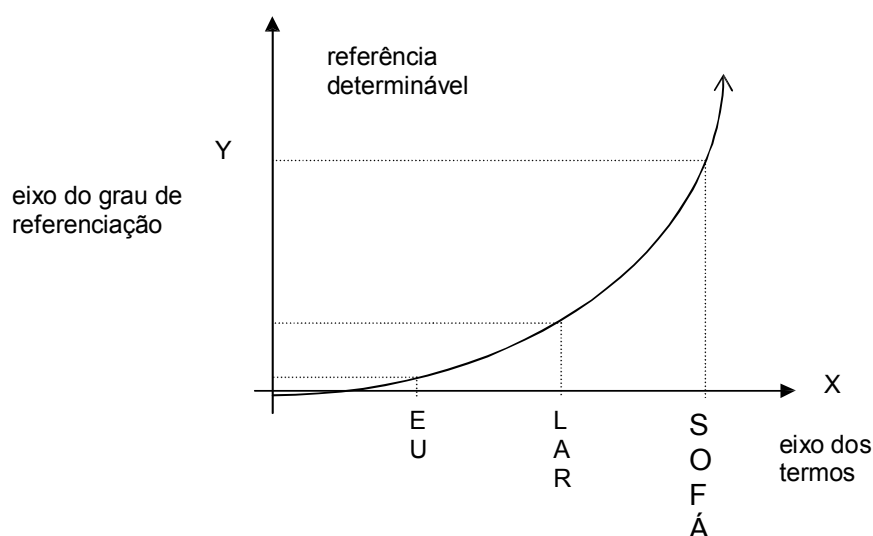


Diagrama 1 - Eixo da referencialidade

Ora, é como se, no eixo “Y”, quanto mais se sobe, menos preenchimento da referência é exigido pela cena enunciativa, enquanto que, no eixo “X”, os termos são ajustados ordenadamente pelo primeiro dêitico. Se “eu” significa apenas aquele que enuncia, “lar” significa o ambiente moral, afetivo em que vive um grupo organizado em família ou não, enquanto que o objeto “valise” referencia um modelo de bolsa, temos uma espécie de gradação da referência. No caso, o vocábulo “valise” é mais facilmente reconhecível do que a palavra “lar”, e também muito mais definível do que “eu”.

Outro aspecto a se considerar é que a dêixis está intimamente ligada ao

fenômeno de localização de objetos no espaço, no tempo e, a nosso ver, no processo enunciativo, pois na medida em que se localiza os sujeitos enunciadores, haja vista a centralidade do “ego” na enunciação, tem-se a imagem daqueles que enunciam a partir dos tipos de referências que se constrói sobre um dizer. É claro que esse modo de conceituar é extremamente redutor, mas pode ser o começo de um aprofundamento, principalmente porque as relações entre o homem e sua enunciação no mundo passam, necessariamente, pela dêixis.

Hagège (1992) propõe a compreensão da dêixis a partir de um “*systeme de l’anthropophore (sistema antropofórico)*” (p.115) – da mesma maneira que Kerbrat-Orecchioni aponta para a centralidade do elemento humano na enunciação –, o que faz muito sentido, se analisarmos a proposta de Benveniste (1995) como uma introdução ao assunto da subjetividade estrutural a partir de sua proposta de compreender os entes envolvidos na comunicação não só pelo viés empírico, mas com toda a consequência que esse pensamento traz. Segundo “Minha perspectiva apresentada aqui é morfogenética, é a atividade de construção das línguas que está no centro da presente contribuição. Os locutores-ouvintes não são somente vistos como usuários, mas primeiramente como construtores de línguas.” (HAGÈGE, 1992, p. 117-118) (tradução nossa)²². Hagège demonstra que existe um marco zero para a dêixis e isso só pode ser por meio de um sujeito que não só usa a linguagem, mas que também opera sobre a mesma. Em suma, o pensamento desse autor reforça aquilo que outrora afirmamos: há uma interação estrutural necessária para que os sujeitos se comuniquem.

A definição mais comum de dêixis é que se trata de termos ou de expressões que não podem ter referência senão no momento de enunciação. Mas essa

²² Ma perspective étant ici morphogénétique, c’est l’activité de construction des langues qui est au centre de la présente contribution. Les locuteur-auditeurs ne son donc pas seulement vus comme usagers, mais d’abord comme constructeurs de langues

definição não é suficiente, considerando-se o *corpus* que temos para analisar, no qual a dêixis actancial ou sua ausência tem significados diferentes. É o que se observa, por exemplo, quando o indivíduo enuncia “eu”, mas não se trata necessariamente de um “eu” presente. Aí temos de concordar com Rousseau (1992, p. 367) para quem a dêixis permite, globalmente, designar os objetos presente ou ausentes.” (tradução nossa)²³ A 1ps enunciada, pelo pronome e pelas formas verbais referencia um objeto *in absentia* que é o enunciador daquele texto e, às vezes, não é possível apontar, em uma realidade dada, quem o seja. É por isso que a referência ao enunciador presente no texto pode ser compreendida como dêixis: porque o elemento pode estar na presença ou na ausência, sem prejuízo do princípio dêitico de referência “preenchível”. Para todos os efeitos, as referências actanciais, nos textos analisados, são indicadores e, por isso, são dêiticos apesar de a cena enunciativa não ser oral. Esse preenchimento, no caso da enunciação de 1ps e 1pp abrem o campo para discussão de outro aspecto: os movimentos de debreagem e embreagem.

1.3.3.5 A instauração da subjetividade: debreagem e embreagem

Foi dito anteriormente que a subjetividade sobre a qual fala Benveniste é da ordem da alteridade estrutural, ou seja, considera que sempre há alguém na posição “A” de enunciador, enquanto alguém é colocado na posição “B” de enunciatário, mesmo que não se trate, necessariamente, de seres humanos empíricos, mas seres humanos sujeitos que enunciam de posições sociais. Como o processo de instauração do sujeito depende de elementos dêiticos, é mister compreendermos determinadas exigências que a própria estrutura enunciativa provoca.

²³ La deixis permet globalement de désigner des objets, présent ou absents.

Primeiramente é importante lembrarmos que as línguas naturais têm como objetivo estabelecer as relações entre o homem e o mundo e os homens entre si, logo a referencialidade é um fator preponderante; no entanto a relação linguagem e mundo não pode ser tida fora de um quadro discursivo. A referencialidade da qual falamos está baseada no mito adâmico e pode ser relida da seguinte forma: o “arquétipo” de Adão, o primeiro homem que nomeia as coisas e os seres vivos, não se distingue de cada um que enuncia sentindo-se dono do dizer, de tal modo que cada um de nós se constitui como um Adão, cuja ânsia de originalidade sustenta nossa ilusão necessária de objetividade e de transparência na linguagem, mas que, ao mesmo tempo, como tais “adões”, não conseguimos nomear sob uma luz divina, mas sob uma luz ideológica. Não se trata apenas de uma questão onomasiológica, como faz pressupor o mito adâmico; esse nomear acontece sob as condições de produção do discurso, enraizadas na história. Em tempo: ainda vale lembrar que, ao ato de nomear, precede o ato de apontar; logo, a dêixis é o primeiro procedimento antes de se nominar um objeto na realidade, pois tal objeto está localizado em relação ao sujeito. Por isso um objeto nomeado foi apontado no mundo, e no momento em que um objeto apontado cria identidade, passa a fazer parte das potencialidades do discurso, das virtualidades do efeito de sentido, conseqüentemente, traz consigo valores historicamente constituídos. Um exemplo disso é a expressão “afrodescendente”, ou “afro-brasileiro”: a dimensão do uso desses termos localiza objetos no espaço, mas também constrói sobre os sentidos diferentes perspectivas identitárias, o que faz de afrodescendente um designativo diferente de “negro”, “preto”, “moreno” etc.

Como fora visto anteriormente, o sujeito é o instaurador do lugar e do tempo, no entanto nem sempre o espaço e o tempo são próprios do enunciador, embora ele

sempre esteja no ponto de partida. É por causa das coincidências e não coincidências que um jogo muito produtivo na enunciação leva a determinados efeitos de sentido. Uma coisa é certa: a enunciação não está naquele que enuncia, uma vez que, ao enunciar “eu”, “aqui” e “agora”, os movimentos de instauração do sujeito são dois: a *debreagem* e a *embreagem*²⁴. A *debreagem* consiste “num primeiro momento, em disjungir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*” (Fiorin, 2002, p. 43), apresentando-se como dois tipos distintos: a enunciativa e a enunciva. A *debreagem* enunciativa é a que se instala no enunciado, enquanto a enunciva “instala os actantes do enunciado” (idem, p. 44), ou seja, o “ele”, o “algures” e o “então”, que são as relações simétricas do outro em relação ao *eu*, *aqui*, *agora*.

Segundo Fiorin:

A *debreagem* enunciativa e a enunciva criam, em princípio dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros do *ego-hic-nunc* enunciativos com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade. Já a eliminação das marcas de nunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo com que o discurso se construa apenas com enunciado, produz efeitos de sentido de objetividade. (FIORIN, 2002, p. 45)

A nosso ver, isso é realmente um fato perceptível em diferentes textos, mas não significa que tal procedimento seja fruto de um processo exclusivamente estratégico²⁵ no processo de discursivização. O que fica patente é que, tanto em uma como em outra *debreagem*, o sujeito simplesmente existe, independentemente de sua vontade de aparecer ou não. Como não se trata de efeito de sentido conscientemente provocado por um sujeito da vontade, os efeitos de

²⁴ “Os termos advêm da tradução francesa do termo *shifters*, utilizado por Jakobson em seu artigo “Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe”. [...] O lingüista russo mostrava nesse artigo que a significação geral de um embreante não pode ser definida fora de uma referência à mensagem.” (FIORIN, 2002: 27).

²⁵ O sentido de “estratégico” aqui é referente ao sujeito que procura conscientemente manipular os efeitos de sentido. No entanto, tal procura não significa sua eficácia em todas as circunstâncias.

subjetividade/objetividade, nesta tese, estarão atrelados principalmente ao discurso, ao inconsciente que é formado por uma linguagem na qual operam as formações ideológicas. Logo, a debreagem e a embreagem actanciais não acontecem senão por uma questão discursiva no sentido da AD e não na discursivização como propõe Fiorin.

A embreagem, por sua vez, se comporta no caminho inverso da debreagem. Na debreagem, trata-se do efeito da “neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo assim como pela denegação da instância do enunciado.[...] Por conseguinte, obtém-se, na embreagem, um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.” (idem, p. 48). A título de ilustração, vejamos alguns exemplos de debreagem e embreagem actanciais retirados do *corpus* :

Debreagem		Embreagem	
Enunciativa	Enunciva	Enunciativa	Enunciva
11) <i>Já imaginou se eu resolvesse exigir o meu espaço como descendente de russa dentro de uma universidade</i>	12) <i>Esperamos que continue sempre assim, que acabe o preconceito e eles atinjam suas metas como todo nós.</i>	13) <i>A criação de cotas para a entrada de negros na universidade é uma possibilidade que acarretará na proliferação do preconceito.</i>	

Quadro 3 - Exemplificação de debreagem e embreagem actanciais

No exemplo 11, ficam claras as demarcações do *eu/tu*, que leva uma debreagem enunciativa, ou seja, a instauração dos interlocutores. Já em 12, se instala, em oposição a um enunciador “nós”, uma debreagem enunciva para distinguir o “eu/ele”. Em 13 tanto a debreagem enunciativa e enunciva estão neutralizadas, pois não há demarcação dos actantes da enunciação nem dos actantes do enunciado, ambas as categorias estão neutralizadas.

A nossa análise, no entanto, tentou observar que esse procedimento

enunciativo pode ser simplificado e que, essencialmente, é preciso compreender-se que, estatisticamente, a embreagem é mais presente que a debreagem, o que nos fez inferir que a embreagem é base a enunciativa, como veremos na análise dos dados.

CAPÍTULO II

O MATERIALISMO HISTÓRICO

O Materialismo Histórico tem na AD uma história própria, que se construiu numa dada conjuntura política e acadêmica, e entender a relação da AD com essa viés da história e da sociedade se faz necessário para que se possa compreender determinados conceitos bastante importantes para o método e a análise nesta pesquisa. Do intenso trabalho empreendido por Pêcheux e seu grupo de pesquisa, conceitos foram desenvolvidos e aprimorados, dentre os quais, destacamos as noções de Ideologia, Discurso e "Formação Discursiva".

Neste capítulo, tratamos do papel do materialismo histórico na formação epistemológica da AD, ao mesmo tempo em que procuraremos compreender os conceitos citados entre outros que serão operacionalizados na análise.

2.1 O Materialismo Histórico na AD

O marxismo não é um visitante na AD, mas sim o anfitrião e, para contar sua história, nada melhor que resgatarmos novamente a figura de Pêcheux: “O encontro [de Pêcheux] com Althusser será decisivo: ele traz o choque de um pensamento político e decide sua ‘entrada na política” (Maldidier, 2003, p. 17). Em que consistia tal choque? Ora, Pêcheux já havia iniciado seus estudos sobre a episteme das ciências sociais e, ao ingressar no pensamento marxista sustentado pela releitura que Althusser faz da obra de Marx, um horizonte diferente se abre: é a perspectiva de compreender as ciências e a produção do conhecimento em uma dinâmica materialista, no sentido de que as condições de vida material do homem é que lhe proporcionam a concepção da vida em sociedade, vista como processo que se dá

pela linguagem. Entre as diferentes vulgatas do marxismo correntes em toda a Europa e em todo mundo, é mister tentarmos compreender de qual leitura Pêcheux se valeu e como tal pensamento passou a construir uma das partes da Tríplice Aliança (Tríplice Entente): Marx, Saussure e Freud.

A incorporação de idéias do marxismo na AD dar-se-á através de Luis Althusser e sua releitura de Marx. Em um de seus livros, “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1970), propõe uma nova visão sobre a noção de ideologia, e que servirá à compreensão do discurso. Althusser será uma figura preponderante para os conceitos que serão elaborados no decorrer da história da AD em sua primeira fase, mesmo depois de seu afastamento da vida pública²⁶. A releitura feita por ele do marxismo será preponderante, visto que o movimento da AD nasce de uma condição de produção específica, considerando-se dois fatores: a) hegemonia da Gramática Gerativo-Transformacional; b) as releituras de Freud e Marx (Gregolin, 2004, p. 32).

A chave para a participação do marxismo althussereano será o anti-humanismo que faz parte, inclusive, do pensamento freudiano. O anti-humanismo consiste em ver, nas relações que os homens estabelecem entre si e suas condições de produção, não como uma forma subjetiva de pensar a existência. Nesse movimento anti-humanista o foco não é mais o homem como o centro da produção e controle dos significados, mas um participante da história, dos fatos. Não se trata mais da história individual de heróis, reis, políticos, mas sim do coletivo de homens como parte do processo histórico-social. Foi um deslocamento necessário do homem do centro da vontade para a situação de quem vive e interage com as suas condições de existência. O anti-humanismo permitirá uma revisão muito importante quanto ao completo domínio pelo homem do “dizer”, ou seja, os efeitos

²⁶ Em 1980 assassina a esposa em um acesso de loucura e viverá seus últimos dez anos de vida internado em um asilo nos arredores de Paris.

de sentido vistos como sendo controlados socialmente e ideologicamente, não mais pela vontade individual. O pensamento de que o indivíduo tem controle sobre o seu dizer e que é sua fonte também é um dos efeitos próprios da ideologia, logo, nessa revisão anti-humanista, nega-se o poder e controle sobre o dizer e seus significados.

Quando o anti-humanismo é desenvolvido, o objetivo fora de descentralizar a constituição do sujeito de seu egocentrismo, de tal maneira que fosse possível ao pesquisador observar um ser fragmentado e constituído de outros. Da descentralização do homem nasce um sujeito atravessado por outras identidades constituídas ao longo do tempo e daí a convicção de que o sujeito é fragmentado. Logo, advém o fato de as formulações e reformulações sobre a realidade serem olhadas como contendo pré-construídos não de uma subjetividade, mas da intersubjetividade historicamente construída. A idéia de fonte do dizer será contestada, a subjetividade inatista será abalada. Isso não significa que se passe a dar menor importância ao homem, trata-se de redimensionar como o homem se constitui como tal, ou seja, como as subjetividades são construídas a partir de outras subjetividades pré-existentes. Esse deslocamento traz profundas mudanças, pois, um ponto nevrálgico será o de que a noção de fonte do dizer é uma ilusão necessária (Pêcheux, 1975).

A nosso ver, também o anti-humanismo fará com que o sujeito como causa do sujeito seja colocado em "causa" (Pêcheux, 1996). E a melhor *metáfora metafísica*, nas palavras de Pêcheux, seria mesmo o "efeito Münchhausen", referência à conhecida lenda a respeito do heróico barão da literatura infanto-juvenil do século XIX, que se suspendeu no ar pelos próprios cabelos. É como se estivéssemos diante de um paradoxo que leva à seguinte questão: Como o sujeito que é formado por outros sujeitos pode ser a causa do sujeito? A resposta fica por

conta de se considerar que, uma vez em sociedade e uma vez o homem exposto a outros homens e suas intersubjetividades, ninguém escapará ao recrutamento, salvo as pessoas que sofrem algum tipo de mal, como os casos em que o autismo atinge um grau muito elevado, para os quais não saberíamos dizer se a subjetividade chega a ser constituída como efeito nos contornos da teoria que adotamos.

Voltaremos a discutir esse assunto quando retomarmos as questões referentes à identidade; por hora, seguiremos no intuito de compreender o papel do marxismo na AD e as influências de Althusser.

2.2 Althusser e suas marcas

Althusser, entre os anos de 1960 e 1970, fundou um grupo de trabalho informal, reunindo jovens franceses brilhantes, entre eles Pêcheux, no que se convencionou chamar de “escola althussereana” (Gregolin, 2004, p. 34). Embora a orientação fosse marxista, havia um constante questionamento das diretrizes de base do Partido Comunista Francês, num momento em que fazer ciência era também fazer política. No entanto, a releitura operada por Althusser não se resumia à luta política, mas, pelo contrário, tratava-se de um processo reflexivo mais amplo, para além da vida política, porém, ao mesmo tempo, encantado pelo horizonte aberto pelo estruturalismo, o que o leva ao pensamento anti-humanista, e isso não agradava ao PCF (idem, p. 36). É preciso lembrarmos, no entanto, que o anti-humanismo, como foi dito acima, tinha suas razões teórico-metodológicas, objetivando retirar o homem de sua condição de sujeito-objeto das ciências humanas, enquadrado na ótica da autonomia consciente e proposital de sua ação, ou seja, livrá-lo de uma espécie de antropocentrismo narcísico na qual viviam correntes das ciências humanas, e mesmo das ciências sociais. Ademais, não é

mistério identificarmos tanto na esquerda quanto na direita da época uma grande paixão pelos ídolos, pelas personalidades, pois ambas correntes não poderiam viver sem os narcisismo e o mito dos heróis individuais. Um bom exemplo disso é o culto que se prestou aos nomes da Revolução Socialista na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Inclusive, Pêcheux (1975a, p. 79) cita o artigo de Vingradov “Triompher du culte de la personnalité dans la linguistique soviétique” (in *Language*, 1969, n° 15) para demonstrar como esse tipo de prática é também uma forma de contradição quanto à ilusão de sujeito.

Althusser, Pêcheux e Foucault foram mais esclarecedores sobre a natureza social do homem que necessariamente aqueles que se diziam humanistas, pois, em suas releituras e pontos de vista, viram que, no jogo simbólico da linguagem e sua complexidade, o homem se constitui em um animal ideológico (Pêcheux, 1996), logo, um ser na linguagem. O anti-humanismo de Marx já mostrava os indícios da dificuldade que o homem tinha de se perceber fora de suas relações simbólicas: é o que se observa no caso do exemplo que Marx dava utilizando a metáfora do "espelho invertido" ao tratar de sua noção de ideologia, ou seja, segundo ele, o espelho impunha ao ser humano uma visão distorcida da “realidade”. No entanto, esse tipo de reflexão não o afastava dos resquícios de "humanismo hegeliano" que ficaram inscritos no que diz respeito à prática política segundo a qual os proletários, pela vontade de poder e hegemonia, seguiriam seu curso natural para o fim da história, ou seja, o proletariado, actante consciente de sua missão, seguiria o curso da meramente pelo desejo de o fazer. Tal teleologia será negada em prol da leitura mecanicista e vulgar que se fizera, a título político, do *Capital*. Resta que tal comportamento, criticado por muitos marxistas e não-marxistas, será posteriormente registrado em debates e críticas.

Polêmico, crítico, o pensamento de Althusser está fincado no projeto de construção da análise do discurso, dando à obra de Michel Pêcheux sua sustentação filosófica e política. Em Pêcheux podemos ler, explicitamente, as teses mais radicais do althusserianismo, mobilizadas para reflexão sobre o discurso, a ideologia, o sujeito, o sentido. (GREGOLIN, 2004, p. 52)

Acreditamos que a noção mais contundente e que necessita de uma reflexão mais demorada é a de ideologia, que será centralizadora da compreensão do fenômeno analisado, pois não há como compreender o fenômeno do sentido sem pensarmos a língua, sujeito e história afetados pela ideologia.

Apesar das muitas críticas à obra de Althusser, em especial, Eagleton (1997) é mister esclarecer porque tomamos o pensamento althusseriano como base para discutirmos alguns fenômenos abordados pelo marxismo, não pelo fato de defendermos uma bandeira, mas por vermos que o anti-humanismo permitiu uma visão um pouco mais afastada do objeto, numa tentativa de isenção, muito embora também saibamos que essa tentativa constitua uma ilusão de nossa parte. Isso porque, para nós, a visão de Althusser é menos equivocada, e nos permitirá ver o objeto de análise de uma forma mais próxima da história em seu sentido amplo. Ademais, essa descentralidade do sujeito é perceptível na materialidade do discurso quando tratamos de assuntos como a enunciação e a alternância detectadas nos textos, uma genuína mostra de que o sujeito é realmente fragmentado.

2.3 A noção de ideologia

Tratar da ideologia não é tarefa fácil, não só pela complexidade do conceito, mas pelas noções vulgarizadas e enganosas que circulam, muito comumente, em redor do assunto. Historicamente, a ideologia fora entendida como pensamento dominante, conjunto de idéias, como consciência de classe, ou tomada, genericamente, como prática simbólica. Segundo um ponto de vista histórico, é

possível compreendermos que há, pelo menos, dois *grandes períodos* que marcam as discussões em torno do conceito de ideologia: o primeiro, que a contempla como consciência e o segundo, na qual é compreendida por prática. Para a presente discussão, é interessante tomar Eagleton (1997) como base, pois o autor é abertamente anti-althussereano, o que coloca o contraponto e permite uma visão até mais fortalecida da contribuição intelectual de Louis Althusser.

Para se entender melhor esses dois grandes períodos, pode-se dizer que a primeira fase apresenta um conceito de ideologia baseada numa consciência em forma de visão-de-mundo, sendo que o principal expoente desse período – além do próprio Karl Marx – é o marxista húngaro George Lukács ([1923] 1989). Já a segunda fase propõe a ideologia como uma *prática* social, ganhando projeção nos trabalhos teóricos de Antonio Gramsci e Louis Althusser. Cada fase teve suas peculiaridades e é mister compreendê-las, haja vista a necessidade de se explicitar um conceito de ideologia suficientemente operacionalizável para o tratamento de dados nesta tese.

O aparecimento do termo “ideologia” remonta ao século XIX:

Sabe-se que essa expressão (ideologia) foi forjada por Destutt de Tracy, Cabanis e seus amigos. Eles compreendiam por esse termo, conforme a tradição clássica na Filosofia Iluminista, na qual a noção de gênese tornou-se uma noção central, a teoria (-logia) e da gênese das idéias (ideo-), donde Ideologia. Eles se deram a conhecer como os Ideólogos. Desde que Napoleão disse, em uma célebre fórmula: “Não se pode fazer nada com os Ideólogos.”, ele pensava tão somente neles – não em si mesmo, apesar de, evidentemente, ser o ideólogo n° 1 (ideologia no sentido marxista do termo) [...] Marx tomou o termo 50 anos após seu uso público, as expressões ideologia e ideólogos, mas lhes atribuindo um outro sentido totalmente diferente.(ALTHUSSER, 1995, p. 205-206) (tradução nossa)²⁷

²⁷ On sait que cette expression (l'idéologie) a été forgée par Destutt de Tracy, Cabanis, et leurs amis. Ils entendaient par ce terme, selon une tradition classique dans la Philosophie des Lumières, où la notion de genèse tient une place centrale, la théorie (-logie) de la genèse des idées (idéo-) d'où l'Idéologie. Ils avait donné à leur groupe le nom connu: les Idéologues. Lorsque que Napoléon disait, dans une formule célèbre: « on ne peut rien faire avec les Idéologues », il pensait à eux , et à eux seuls – pas à lui évidemment qui, étant l'idéologue n° 1 (idéologie au sens marxiste du terme) [...] Marx a pris 50 ans après leur premier usage public, les expressions: idéologie, les idéologues, mais en leur donnant un tout autre sens.

Quando Marx e Engels falam de ideologia, em *A ideologia alemã* ([1847]1993), sustentam a concepção de que o conceito de ideologia explica o fenômeno segundo o qual o homem experimenta uma visão distorcida da realidade, ou seja, vê essa realidade como a câmara escura de uma máquina fotográfica que inverte a sua visão da mesma²⁸, de modo que a acha justa, como, por exemplo, a existência da mais-valia e de outras práticas da sociedade capitalista, que formam um todo "coerente": daí, tais fenômenos oriundos da atividade econômica e do sistema de organização dos meios de produção passam a ter um estatuto natural que, no caso, se refere ao fato de o dono dos meios de produção comprar a mão-de-obra que está sendo ofertada por um preço abaixo de seu valor real. "Em *A ideologia alemã*, essa fórmula (inversão da realidade) figura em um contexto francamente positivista. A ideologia é pura ilusão, puro sonho, ou seja, nula. Toda realidade está fora dela mesma." (ALTHUSSER, 1995, p. 209) (tradução nossa).²⁹

Podemos identificar, nessa forma de distorção da realidade, o velho chavão "o trabalho dignifica o homem" como um operador do mascaramento da realidade, em que o homem se vê obrigado a vender sua força de trabalho a preços muito inferiores e acredita estar sendo justo e honesto para consigo e para com a sociedade. Na teoria de Marx (cf. EAGLETON, 1997), a ideologia é um operador que atua na consciência e transforma a realidade objetiva em uma imagem, segundo os interesses da classe dominante; assim, só existe uma ideologia para ele, que é a da burguesia.

Já para Lukács (1989), tem-se uma visão reificada e distorcida que é a da classe dominante enquanto que o proletariado ~ a classe universal ~ possui uma

²⁸ As câmaras escuras fotográficas do século XIX invertiam a imagem em virtude dos tipos de lentes que era possível se fabricar nessa época.

²⁹ Dans *L'idéologie allemande*, cette formule figure dans un contexte franchement positiviste. L'idéologie est pure illusion, pur rêve, c'est-à-dire néant. Toute sa réalité est hors d'elle-même.

visão ampla de sua existência. Se, para Marx, ela é monopolar, para Lukács ela é bipolar, por estar tanto na burguesia quanto no proletariado. A ideologia, para ele, é uma força que opera no âmbito da falsa ou verdadeira consciência. De maneira que a verdadeira consciência é a constituída pelo proletariado, que, devido ao seu lugar desprivilegiado na malha social, consegue contemplar a si mesmo e seu papel de explorado. Essa noção lukácsiana do proletariado envolve uma noção bastante idealizada de movimento social, pois a visão dos operários nem sempre é a de explorado. Já a burguesia seria detentora de uma falsa consciência da realidade, conformando-se com a visão deturpada da realidade que mascara as relações de exploração; a essa visão que a burguesia tem, Lukács dá o nome de consciência **reificada:**

o proletariado, afirma ele [Lukács], é uma classe potencialmente "universal", já que carrega consigo a emancipação potencial de toda a humanidade. Sua consciência, assim, é universal em princípio; mas uma subjetividade universal é, na verdade, idêntica à objetividade. Portanto, o que a classe operária conhece a partir de sua própria perspectiva histórica deve ser objetivamente verdadeiro. (EAGLETON, 1997, p. 91)

É importante ressaltar-se que, em se tratando de falsa ou verdadeira consciência, não estamos operando com valores estereotipados do senso comum, mas sobre a verdade no sentido do que pode valer universalmente, ou seja, sobre generalizações. "Assim, a ideologia é, para Lukács, não exatamente um discurso infiel à maneira como as coisas são, mas fiel apenas de uma maneira limitada" (idem), superficial, ignorando suas tendências e ligações mais profundas no seio da sociedade. E este é outro sentido que aflora das reflexões de Lukács: ao contrário da opinião mais aceita, para ele, "a ideologia não é falsa consciência no sentido de simples erro ou ilusão" (idem, p. 94), mas uma maneira reificada de olhar as questões das lutas de classe.

Um dos principais problemas que Eagleton levanta na crítica que faz ao

modelo lukácsiano é a recorrência da crença em um essencialismo da consciência (modelo visão-de-mundo), através da reificação da economia, da cultura, educação etc. Isto reduz a burguesia a "um conjunto de 'expressões' de reificação cuidadosamente superpostas" (idem). A visão de Lukács homogeneiza os elementos de determinada classe, colocando-os em um mesmo nível de consciência. Esta resistência ao fator homogeneidade é marcante em Eagleton, que prefere ver a questão como uma colcha de retalhos – mais ao modo complexo pregado por Foucault. De nossa parte, acreditamos existir uma tensão entre a homogeneização e a individualização e que há, realmente, algo em comum no discurso de determinada classe, o que não quer dizer que o conjunto de burgueses, ou de operários, pense da mesma forma. Esse tipo de divisão ou de categorização determinista das classes é um tanto perigosa, pois passa a vê-las como estanques e plenamente separadas por uma visão empirista de sujeitos. Isso pode levar-se a crer que um sujeito operário só terá acesso a uma formação discursiva porque a sua visão de mundo assim o determina e pela experiência, vemos que o interdiscurso está presente nos discursos dos sujeitos, como é o caso de um operário que defende um discurso que seria anti-operário.

Para Lukács a ideologia é quase que uma força "espiritual", como observa Eagleton, e que essa força se revela para a revolução e depende da formação da consciência de classe proletária para imprimir as transformações na sociedade. A ideologia é vista como uma força abstrata, mais do que simplesmente como uma prática. O que se observa em Lukács é uma concepção **prescritiva** de ideologia como elemento transformador. Mais adiante veremos que uma ideologia não pode ser prescritiva, mas analisável através das práticas que a evidenciem. Por isso, o modelo da consciência não pode dar conta de todos os fenômenos sociais, haja

vista que o cidadão, seja ele um rico industrial ou um operário, age de forma independente, sem consultar aquilo que vulgarmente se apelidou de "consciência ideológica". Mas, essa visão tem uma origem e uma explicação que estão baseadas no próprio fazer político de Lukács e seu envolvimento com as causas marxistas da Europa Oriental (para uma melhor compreensão do texto de Lukács, sugerimos o comentário de ZIZEK, 2003).

Ainda segundo Eagleton (1997), a ruptura com a forma essencialista da consciência dá-se com o italiano Antonio Gramsci. Este vai utilizar o termo **hegemonia** significando o fim último de uma ideologia, pois esta não se reduz à ideologia. O que vem a ser a hegemonia? Quem responde é Eagleton: "Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio - apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção." (idem, p. 105). Construindo uma visão que privilegia a prática enquanto luta hegemônica – ao invés de um conglomerado de idéias que reificam a realidade, Gramsci dá o primeiro passo em direção a uma descrição do que vem a ser o mecanismo ideológico na sociedade pelo viés da prática simbólica e não mais no sentido das idéias, mas como uma espécie de concretude das práticas ideológicas. Isso ainda não o isenta de certa tendência prescritiva ao falar do *intelectual orgânico* e seu trabalho de conscientização das massas e ainda homogeneiza as classes sociais como fez Lukács.

Podemos resumir: "A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente à maneira como as lutas pelo poder são levadas a cabo no nível da significação [...]." (idem, p.

106) Reconhecidamente, Gramsci vê que o fim hegemônico não existe apenas na classe dominante, mas que está também dentro de toda a classe que quer ascender ao poder, como seria o caso do proletariado através da luta pelo socialismo. O que quer dizer que não temos mais uma questão de reificação, mas verdadeiramente a luta de classes pelo poder e, conseqüentemente, um conjunto de fatores culturais e políticos que vão formular a nova ordem. Mais uma vez, podemos observar que não é uma consciência que transforma a sociedade, mas a prática que é gerenciada pelo papel do intelectual orgânico na transição de um sistema de produção para outro. Enquanto Lukács é "vago" em descrever como a consciência empírica (aquela que dava a visão universal ao proletariado) tem de se transformar em consciência do possível (aquela que revoluciona), Gramsci dá a resposta através do intelectual orgânico. Assim, Eagleton resume o papel dessa personagem:

o intelectual orgânico, assim, provê o vínculo ou pivô entre a filosofia e o povo, versado na primeira, mas ativamente identificado com o segundo. Seu objetivo é construir, baseado na consciência comum, uma unidade 'cultural-social' na qual as vontades individuais normalmente heterogêneas são fundidas na base de uma concepção comum do mundo. (idem, p.110)

Em suma, o marxista italiano conseguiu dar um importante passo na direção da percepção de ideologia, tomando-a enquanto prática.

É nesse cenário pós-Gramsci que a noção de práxis ideológica começa ser desenvolvida, e Althusser procura formular uma teoria da ideologia a partir do posicionamento da psicanálise lacaniana que concilia a prática ideológica ao processo de formação do sujeito. Daí, a prática em Althusser não ser vista da maneira prescritiva como propõe Gramsci ao falar dos intelectuais orgânicos, mas como uma prática que ocorre na sociedade de forma inconsciente.

Para Althusser, toda ação, inclusive a insurreição socialista, é levada a cabo na esfera da ideologia [...], é apenas a ideologia que empresta ao sujeito humano a coerência ilusória, provisória, suficiente para que se torne um agente social prático. Do ponto de vista sombrio da teoria, o sujeito não

tem absolutamente nenhuma autonomia ou consistência: é meramente o produto "excessivamente determinado" desta ou daquela estrutura social. (idem, p. 128)

O adjetivo "sombrio" talvez tenha sido exagerado, pois, na verdade, Althusser propõe que o sujeito, enquanto indivíduo totalmente subjetivo (tudo que faz ou fala pertence somente a ele), é uma ilusão necessária da qual Pêcheux irá tratar quando fala do *Efeito Münchhausen*. Não quer dizer que toda a "vontade" do ser humano está apagada, ou seu livre arbítrio, mas que há produção de uma ferida em Narciso, coincidentemente com o projeto de Foucault em "As palavras e as coisas": "O projeto de *As palavras e as coisas* é historicizar o advento dessa ilusão que seria o homem, que só nasceu nesse mundo no século XIX" (GREGOLIN, 2004, p. 83). Ademais, a própria noção de vontade passa a ser relativizada, a tal ponto, a nosso ver, que o sujeito tem escolha, mas todas elas restritas à "verdade de sua época" (FOUCAULT, 2002). Não queremos dizer que a criatividade não exista, mas que as formações discursivas limitam as escolhas conscientes e inconscientes.

Althusser (1995), na década de 1970, irá então propor a noção de **interpelação**: que significa dizer que o "sempre-já sujeito" (o indivíduo antes de ser constituído como sujeito) é chamado a ocupar seu espaço de sujeito, ou seja, ao entrarmos no mundo social, nos é dado um nome, com que se inicia o processo de subjetivação conforme a cultura e a história e isso é levado a cabo através do processo ideológico. Por isso, Pêcheux chama o homem de "animal ideológico" (PÊCHEUX, 1996), pois é possível diferenciar o ser humano dos demais seres pela sua propriedade de poder criar um campo simbólico que lhe dá a ilusão de essência em si.

Eagleton (1997) critica o fato de a teoria de Althusser ter um caráter pré-determinado no sentido de considerar que o homem nasce em um determinado

discurso que o reproduzirá como uma máquina, mas esse argumento de Eagleton não se sustenta plenamente. Observemos a citação abaixo:

Essa tese simplesmente retoma nossa última proposição: não existe ideologia senão pelo sujeito e para os sujeitos. Observemos: não existe ideologia senão para sujeitos concretos (como eu e você), e essa destinação de ideologia não é possível se não pelos sujeitos enquanto categoria e seu funcionamento. (ALTHUSSER, 1995, p. 223) (tradução nossa)³⁰

Nas palavras do filósofo marxista, não vemos o sujeito enquanto uma mera determinação, mas vemos tanto o sujeito influenciado pela ideologia, quanto a ideologia existindo pelo sujeito, ou seja, a ideologia existe pelos sujeitos reais, e os sujeitos reais só se compreendem porque existe ideologia. Isso implica em colocar o sujeito como categoria indispensável para a existência da ideologia:

A categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas ao mesmo tempo, diríamos que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, e que também toda ideologia tem por função (que a define) “constituir” os sujeitos concretos (como você e eu). É nesse jogo de dupla constituição que existe o funcionamento de toda ideologia, que não é mais que seu próprio funcionamento nas formas materiais. (idem) (tradução nossa)³¹

Dessas observações, advém o pensamento de que Althusser estava preocupado em perceber como o sujeito e a ideologia subsistem simultânea e reciprocamente, e se a relação é de reciprocidade, significa que tanto uma como outra categoria se afetam, de modo que o jogo se duplica também em determinar e ser determinado, ou seja, os sujeitos modificam os processos ideológicos da mesma maneira com que a ideologia determina como os homens são chamados a serem

³⁰ Cette thèse revient tout simplement à expliciter notre dernière proposition: il n'y a d'idéologie que par le sujet et que pour des sujets. Entendons: il n'y a d'idéologie que pour des sujets concrets (comme vous et moi), et cette destination de l'idéologie n'est possible que par le sujet: entendons par la catégorie de sujet e son fonctionnement.

³¹ Nous disons: la catégorie de sujet est constitutive de toute idéologie, mais en même temps et aussitôt nous ajoutons que la catégorie de sujet n'est constitutive de toute idéologie, qu'en tant que toute idéologie a pour fonction (qui la définit) de « constituer » les sujets concrets (comme vous et moi.). C'est dans ce jeu de double constitution qu'existe le fonctionnement de toute idéologie, l'idéologie n'étant rien que son fonctionnement dans les formes matérielles de l'existence de ce fonctionnement.

sujeitos. Neste último sentido, a determinação não pode ser esquecida, mas ela deve ser compreendida, necessariamente, como um processo bivalente, daí concluímos que o determinismo e o assujeitamento, foram mal interpretados ao longo da “fase heróica” da AD tratada por Malidier (2003), no entanto isso foi corrigido posteriormente.

Como então compreender o paradoxo entre liberdade dos sujeitos e a sua determinação? O sujeito não teria mesmo escapatória? Sob a nossa ótica, talvez nem se trate de um paradoxo, ou mesmo que o fosse não necessitaria de ser resolvido, pois tratar-se-ia de um paradoxo ou simples contradição necessariamente constitutiva, ou seja, a dialética entre o determinismo e a “liberdade” seriam forças atuantes na própria constituição dos sujeitos. Assim, dentro de uma comunidade ou uma sociedade, existem diferentes discursos, de tal sorte que o sujeito interpelado por eles assume alguns e nega outros, como se dá na articulação entre paradigma e sintagma do estruturalismo, mas a diferença consiste em que um *discurso A* faz fronteira, se opõe ou faz aliança com um *discurso B* em determinados aspectos. A hipótese de Maingueneau (2005, p. 33) é bastante significativa para aquilo que pretendemos compreender: “Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.” Desse modo, sempre um discurso existirá em função do outro e como a produção de discursos está sujeita às vicissitudes da história e sua dialética, o sujeito acaba sendo tocado por muitos e diferentes discursos já dados ou em construção.

A configuração de como um discurso entrecorta o outro é que produzirá concepções ou “visão de mundo” no sujeito, também a maneira como o sujeito vai acomodar esses discursos em sua “identidade” passa a ser algo elementar para sua

sobrevivência em sociedade. Tais acomodações são contraditoriamente constitutivas, e se aplicam a situações como a que se observa na passagem a seguir:

*14) Os negros tem capacidade de estudar e cursar uma faculdade ou **até mesmo** ter uma pós, mas antes de tudo isso e necessário ele ter um lar, alimentação, roupas entre outros itens indispensáveis.*

Para analisarmos a frase 14, tomemos o conceito de pressuposição de Ducrot (1977), para quem se trata de um tipo particular de conteúdo inscrito no enunciado que permite ao posto (enunciado) ter coerência; ademais, o pressuposto é da ordem do conhecimento coletivo, de uma voz anônima que não precisa ser explicitada. No caso de 14, a locução “até mesmo” indica uma gradação hierárquica sobre o termo “pós” que indica o nível da pós-graduação no Sistema Educacional Brasileiro, sendo, para o sujeito-enunciador, o último e mais valioso nível, inclusive em que o negro pode aceder. A informação pressuposta e que toca em um discurso também pressuposto é o de que o negro está detido nos níveis inferiores à pós-graduação, ou seja, no máximo ele atinge a graduação. Logo, o “até mesmo” introduz a exceção ou o absurdo como uma espécie de hipérbole; no caso, a informação pressuposta seria

*14') Os negros (só) têm capacidade de estudar e cursar uma faculdade ou **até mesmo** ter uma pós (porque eles normalmente não chegam a cursar uma pós, porque a sua capacidade normalmente não alcança esse objetivo), mas antes de tudo isso e necessário ele ter um lar, alimentação, roupas entre outros itens indispensáveis.*

Esse conhecimento pressuposto, relativo aos limites que o negro teria, está baseado em uma formação discursiva: a da inferioridade do negro. O sujeito até se esforça para ser simpático à causa da igualdade, mas o efeito é contrário, pois ele simplesmente ressalta o preconceito. Isso se deve ao fato de, ao enunciar assim, tocar em dois discursos distintos: A) o da igualdade entre as raças; B) o da

desigualdade das raças. Se esse sujeito que enunciou a frase fosse inquirido sobre o efeito de sentido preconceituoso, possivelmente não o perceberia de imediato. A percepção aconteceria com um bom êxito desde que esse sujeito fosse exposto ao outro discurso, ou seja, ao não-racista, ou quando as paráfrases e as explicações revelassem os pressupostos que o "até mesmo" comporta nessa situação. A dificuldade de uma percepção imediata e a impossibilidade de uma percepção do próprio discurso estão inscritas no processo de formação do sujeito, pois a ideologia, enquanto operação que se dá no inconsciente, se incumbe de alienar o sujeito desses sentidos através do "duplo esquecimento".

Segundo Pêcheux (1995), quando a ideologia opera no indivíduo para lhe constituir como sujeito, há duas formas de esquecimento baseadas na interpretação que faz do sistema do inconsciente freudiano (ver capítulo III) em relação ao discurso. Vejamos como se organiza o sistema do esquecimento:

Concordamos em chamar de *esquecimento número 2* ao "esquecimento" pelo qual todo sujeito-falante "seleciona" no interior da formação discursiva que o domina, isto é no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase.[...] Por outro lado, apela para a noção de "sistema inconsciente" para caracterizar um outro "esquecimento", o *esquecimento número 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. (PÊCHEUX, 1995, p. 173)

Diríamos que muitas interpretações surgiram dessa clássica definição, e não faremos diferente. O esquecimento número 2 não pode ser apenas uma forma de relação que o sujeito tem com o enunciar, ou seja, com a evidência de sentido, mas de tentativa e controle pré-consciente e aí inscrevemos essa "vontade de verdade" no âmbito da "intenção", muitas vezes banida das discussões da AD. A nosso ver, não se trata da intenção no âmbito cognitivista ou inatista, considerada como uma vontade interior imotivada, mas a intenção também pode ser um aspecto resultante do efeito ideológico, como vemos no esquecimento número 2, cujo exemplo pode

ser: "O que você quer dizer com isso?" Nesse caso, trata-se de uma frase que pressupõe que um dos enunciadore não entendeu aquilo que foi dito, e que o outro interlocutor tem a capacidade de especificar os sentidos como se fossem domináveis e daí a paráfrase sobre um termo ou sobre uma sentença vai atestar o que é o desejo de verdade, de modo que o sujeito glosa o seu dizer para o tornar mais evidente. No entanto, tal evidência nem sempre acontece. Assim, a ilusão de transparência do sentido e controle do dizer serão fatores importantes na compreensão dos processos enunciativos dos sujeitos. O esquecimento número 1 evidencia-se pelo inconsciente, dado que a ideologia, como vimos, opera sobre o inconsciente, de modo que a articulação entre os dois esquecimentos são formantes do sujeito:

O efeito de forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento número 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento número 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza a formação discursiva dada aparece como lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico* (corpo verbal). (idem, p. 177)

A dimensão do imaginário lingüístico também diz respeito às imagens que os sujeitos fazem dos componentes lexicais de sua língua, como atesta Pêcheux: "A esse imaginário lingüístico deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as 'evidências' lexicais inscritas na estrutura da língua[...]" (idem), ou seja, um sujeito comum acredita que paráfrases possam ser feitas sem que sua significação seja alterada, sem que isso possa inscrever o seu dizer em uma dada formação discursiva.

Se considerarmos que os esquecimentos revelam um jogo tipicamente humano de produções simbólicas que são construídas e reconstruídas ao longo da história e dos discursos historicamente marcados, logo o "real" não pode ser considerado como dado, se tomado no sentido da simples e pura objetividade. Ele é

construído historicamente de acordo com as epistemes de cada época, no entanto a extrema relativização do sentido também não é muito produtiva. Diríamos que há duas instâncias sobre o sentido e uma delas tem a ver com as relações lingüísticas imaginárias: a primeira, que o sentido é socialmente compartilhado em um sistema, de modo que qualquer falante de língua portuguesa sabe o que é "janela" e sabe também interpretar metáforas como "os olhos são as janelas da alma", o que chamaríamos de "sentido" numa perspectiva bastante fregeana. Já o "efeito de sentido", pressuposto pelo sentido, parte deste para as zonas de instabilidade, pelo menos de estabilidade aparente, pois, nesse caso, o exterior e o ideológico fazem o sentido deslizar para efeitos.

No exemplo de "janela", a referência não é um objeto real, mas a sua função; no caso, tem-se uma metonímia, em que a qualidade do objeto ("entrada de ar, luz, visão, relação com o exterior etc.) são evocados para o conceito "alma" (psique). No contexto do discurso religioso, pode estar presente em um sermão sobre a cobiça; no contexto artístico, pode ser o título de uma exposição de fotografias. Em ambos os casos teremos efeitos de sentido distintos para "olhos", "janela" e "alma".

O processo de interpelação é a base para a criação da ilusão de sujeito, de tal forma que é através dele que a sociedade "reconhece" o sujeito (o maior dos esquecimentos), como o fato de ser chamado pelo nome, ou um conativo na rua. É o que se dá, por exemplo, em "Hei, você!", pois nos reconhecemos como sujeitos capazes de responder a um apelo como esse. Os dois esquecimentos tratados anteriormente farão o trabalho de esconder uma dura verdade – e Eagleton (1997) reconhece o mérito dessa idéia em Althusser –, a de que a sociedade não necessita de um ser específico portador do que chamamos "identidade individual". Ela tem necessidade de um sujeito que possa cumprir determinada função com eficiência, a

ideologia, enquanto recrutadora de indivíduos, esconde a desimportância do sujeito, para que ele seja motivado a ocupar seu espaço na sociedade. Índícios disso estão, por exemplo, nos anúncios publicitários que provocam o sujeito a se ver como indivíduo: “Um banco só para você!” (anúncio de banco), que esconde o fato de que o estabelecimento atende milhares de clientes simultaneamente.

Por outro lado, há um problema que depõe contra a teoria de Althusser: como o sujeito reconhece aquele que o interpela como sujeito? É difícil responder a esta questão sem cair numa cilada lógica. A resposta seria que o sujeito é “sempre-já sujeito”, o que faz pressupor que ele existe antes mesmo de seu nascimento, como se se tratasse de um “inatismo”! E há ainda outra questão a colocar: como o sujeito se reconhece como tal e reconhece o outro? Seria necessário existir um terceiro sujeito maior, pré-existente e, então, seria o caso de se perguntar quem interpelou esse sujeito maior para que fosse como tal? *Grosso modo*, representamos aqui as dúvidas que rondam a teoria.

Creemos que as respostas para essas dúvidas não sejam fáceis, mas gostaríamos de apontar para alguma saída: admitamos, então, que, realmente, exista um sujeito sempre-já-lá, só à espera de um preenchimento e que é criado por um sujeito maior que é o próprio processo ideológico. O que acontece é que o Outro faz parte da estrutura de qualquer sociedade, ou seja, onde quer que haja um grupo humano lá estarão estruturas de poder e ideologia, que se sobrepõem à individualidade. Bakhtin (1997) corrobora essa idéia dizendo que não basta colocar dois seres humanos um diante do outro para que se comuniquem, mas que é preciso considerar-se a existência da história como um processo evolutivo³². À medida que as relações humanas na vida social e econômica foram adquirindo seus

³² Não no sentido positivista, mas do desenrolar das relações sociais entre os seres humanos.

contornos próprios, o Outro social foi também se constituindo com nuances próprias, daí a interação e a sinergia entre sujeito e ideologia da qual falamos acima. É claro que há contradições na teoria, mas seria muito radicalismo reduzir o pensamento althussereano como fez Eagleton, haja vista a ruptura que provocou no marxismo filosófico. Todavia, apesar dos problemas, há saídas dentro do sistema apresentado. É claro que toda essa controvérsia da existência de um terceiro sujeito poderia ser dirimida se considerada a forma de existência das instituições (estado, escola, igreja), ou seja, a presença dos *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) (ALTHUSSER, 1995) na formação do sujeito, os quais são esquecidos por Eagleton no momento em que discute o problema da teoria. Ora, fica fácil descobrir de onde vem a interpelação e como o indivíduo se reconhece como sujeito ao olhos desse primeiro interpelador: A origem do mesmo está nos AIE, que são justamente lugares onde se dá a reprodução/transformação das relações de produção (cf. PÊCHEUX, 1996). Isso fica patente, como no caso da esquerda que acreditava que tomar o Poder e sua máquina estatal – uma parte dos AIE – era necessário para revolucionar os meios de produção. Por isso grupos, sob a sigla de organizações como partidos e grupos revolucionários procuram atingir a hegemonia se colocando à frente do Estado.

Outro fator a ser considerado é que, de acordo com o conceito de ideologia de Pêcheux – herdado de Althusser – ela não tem história, é eterna, o que lhe confere o caráter de estrutura presente e perene, como elemento essencial para o funcionamento de qualquer sociedade, porque acomoda os sujeitos em seus papéis. A ideologia é "indispensável, em qualquer sociedade, para que os homens sejam formados, transformados e equipados para reagir a exigências de suas condições de existência." (ALTHUSSER, apud EAGLETON, 1997, p. 136). Portanto, em sua

aparência, o pensamento de Althusser parece pré-determinador: a vida em sociedade convoca os seres humanos para desempenhar um determinado papel e isso independe do meio, o que acontece é que cada meio social irá interpelar o indivíduos à sua maneira. No caso das sociedades ocidentais, a individualidade é supervalorizada para que esse indivíduo acredite que lhe é destinado algum tipo de função no grupo e possa, assim, ter o mínimo de vontade para se sentir reconhecido como sujeito. O que, na verdade, é uma forma de relação entre os meios de produção e o campo simbólico, talvez explicado por um pensamento bastante simples ou simplista: para se entender o capitalismo contemporâneo não basta compreender que existe uma elite que domina os meios de produção (que não são mais os mesmos da Revolução Industrial, momento histórico que marcou *O Capital*), mas compreender que, se existem os meios de produção, existe uma finalidade para eles. A sua finalidade é produzir bens e serviços, mas lembramos que nem todos os bens e serviços são naturalmente (biologicamente falando) essenciais à manutenção da vida. Assim, algumas necessidades devem ser criadas no âmbito do simbólico que se encarrega de criar uma necessidade, que até então não existia.

A partir disso, podemos compreender a produção de um efeito de sujeito narcísico a partir da ascensão da burguesia e que se reflete até hoje nos campos simbólicos relacionados ao consumo. Isso é o que leva a um conjunto de valores relacionados ao tipo de produção adotado por uma determinada sociedade. No caso de nossa história capitalista, desenvolvemos uma imagem de sociedade democrática e igualitária, dentro da utopia da burguesia na qual todos os indivíduos têm a mesma condição de competir para conquistar bens de consumo e bens simbólicos. Trata-se da verdade desta nossa época, que não aceita, por exemplo, a verdade da época escravista, cujos sujeitos tinham como natural o fato de um homem ter o direito de

decidir se seu escravo poderia ou não viver. No caso da sociedade contemporânea, a satisfação do consumo não é meramente um desejo consciente, mas a criação desse desejo de “ter” é essencialmente discursiva.

Em um caso como esse, a ideologia desenvolve um papel preponderante como prática. Adotaremos aqui a formulação de Althusser (1995), segundo a qual existe a ideologia geral e as ideologias específicas, sendo que a diferença entre elas está no papel da história:

Então, de uma parte, eu creio poder sustentar que as ideologias *têm uma história própria* (claro que ela é determinada em última instância pela luta de classes nos aparelhos de reprodução das relações de produção); e, de outra parte, eu creio poder sustentar, ao mesmo tempo, que a *ideologia* em geral *não tem história*, não em um sentido negativo (sua história está fora de si), mas em um sentido absolutamente positivo. Esse sentido é positivo, se for verdadeiro que o próprio da ideologia é ser dotado de uma estrutura e de um funcionamento tal que eles constroem uma realidade não-histórica, ou seja, oni-histórica, no sentido em que essa estrutura e esse funcionamento, estão sob *uma mesma forma, imutável*, presentes no que chamamos de *história inteira* [...] (p. 210) (tradução nossa)³³

Assim, a ideologia geral é aquela que chama o indivíduo a ser sujeito, enquanto a ideologia específica é aquela pertencente a grupos sociais e a momentos históricos diferentes. E é claro que a interpelação e a constituição dos sujeitos só ocorrem graças à linguagem e através da língua. E, como o circuito atravessa os sujeitos, as categorias bakhtinianas de dialogia e polifonia explicam como é possível, por exemplo, que os sujeitos de nossa análise mantenham-se na mesma memória compartilhada (ou formação discursiva, como veremos à frente) em sua maior parte e não haja textos cuja construção do sentido ultrapasse o velho clichê utilizado na AD sobre as formações discursivas: aquilo que pode ou não pode

³³ Car, d'une part, je crois pouvoir soutenir que les idéologies *ont une histoire à elles* (bien qu'elle soit déterminée en dernière instance par la lutte des classes dans les appareils de la reproduction des rapports de lutte des classes dans les appareils de la reproduction des rapports de production); et, d'autre part, je crois pouvoir soutenir en même temps que *l'idéologie* en général *n'a pas d'histoire*, non en un sens négatif (son histoire est en dehors d'elle), mais en un sens absolument positif. Ce sens est positif, s'il est vrai que le propre de l'idéologie est d'être dotée d'une structure et d'un fonctionnement tels qu'ils en font une réalité non-historique, c'est-à-dire omni-historique, au sens où cette structure et ce fonctionnement sont, sous une même forme, immuable, présents dans ce qu'on appelle l'histoire entière [...].

ser dito em uma determinada época.

O contra-argumento a essa idéia de formação discursiva seria dizer que os textos que analisamos ou que agrupamos em um *corpus* seriam dados "viciados", pois respondem a uma mesma motivação de tema e, por isso, têm discursos semelhantes. A nosso ver, uma coisa é discorrer sobre um mesmo tema e outra é ter a mesma posição sobre um tema; assim, o fato de três grupos da análise responderem a um dado enunciado, não invalida a idéia de que tais sujeitos compartilham discursos por terem sido igualmente afetados por eles. Além disso, é preciso lembrar que, segundo Bakhtin, "um enunciado é repleto de ecos e de referências a outros enunciados" (BAKHTINE, 1984, p. 296)³⁴. Logo, a dialogia é uma categoria inerente, constitutiva, e a polifonia é uma exibição dessa categoria materialmente, ou seja, a idéia é de que as várias "vozes" (sons) se mostram no dizer alheio. Jaqueline Authier-Revuz (1990), através das noções de heterogeneidade constitutiva e mostrada, ampliou o conceito bakhtiniano e permitiu sua operacionalização em diferentes aspectos. É graças à noção de heterogêneo, que voltaremos a discutir no momento oportuno, que poderemos compreender como as identidades dos sujeitos de nossa pesquisa se comportam.

Bem, falamos muito de discurso e formação discursiva, sem, contudo, conceituá-los. Acreditamos, pois, que chegou o momento de fazê-lo.

2.4 O discurso

Definir "discurso" talvez seja a tarefa mais difícil em um trabalho como este, não pelo caráter do *corpus* a ser trabalhado, mas pela própria história do termo e seus diversos empregos em cada momento. Como já dissemos anteriormente, não

³⁴ « Un énoncé est rempli des échos et des rappels d'autres énonces (...) »

há necessidade de recontarmos toda história da AD, mas é preciso retomar a origem de alguns conceitos para melhor conceituá-los e aplicá-los na análise.

O termo "discurso" conhece seus primeiros usos a partir da filosofia grega e seu sentido é colocado, inicialmente, como um sentido próximo do *logos*. Tanto que foi e é sinônimo de fala, enunciado etc. Maingueneau (1991, p. 15) enumera pelo menos sete sentidos para o termo "discurso", que são os seguintes:

- Discurso 1: equivalente de "fala" saussuriana, ou seja, toda ocorrência enunciada, ou seja, falada ;
- Discurso 2: unidade de dimensão superior à frase (conforme a gramática de texto)
- Discurso 3: no quadro enunciativo e pragmático discurso é a dimensão interativa, considerado seu poder de ação sobre o outro, sua inscrição em uma situação enunciativa dada;
- Discurso 4: é a conversação, entre os sujeitos, tomados do conceito 3;
- Discurso 5: opõe-se, por vezes, à língua e a discurso como sistema virtual de valor pouco específico, e opõe-se também à diversidade de superficial ligada às variedades de uso (como por exemplo, discurso dos adolescentes, ou os regionalismos);
- Discurso 6: conceito utilizado correntemente para designar um sistema de constrangimentos que rege a produção de um conjunto ilimitado de enunciados a partir de uma certa posição social e ideológica;
- Discurso 7: tradicionalmente a AD define seu objeto de análise distinguindo enunciado e discurso.

Interessam-nos as duas últimas definições para este trabalho. A noção de discurso, tal qual concebemos nesta pesquisa, começa com o surgimento da obra inaugural de Pêcheux, *AAD*, em 1969. Como se trata de uma disciplina que vive suas revisões sem maiores traumas, é importante observarmos que o conceito de discurso modificou-se, mas, a título de contextualização, iremos fazer um aporte a suas diferentes concepções, até chegarmos à noção de *formação discursiva* (FD). Antes de prosseguirmos, é preciso prevenir que a noção de FD será revisitada e revisada por nossa parte, ou seja, não pretendemos enterrá-la simplesmente por achá-la antiquada.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 169) citam Foucault para definir

discurso: "Chamaremos de *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva", ou ainda:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 135).

Definir discurso segundo um conceito, tal como definir ideologia não é tarefa fácil, pois mais uma vez estamos diante de um termo que, além de antigo – lembrando que o termo é uma herança clássica –, tem seu uso amplamente difundido e vulgarizado. Por isso, partindo de Foucault, achamos por bem construir uma compreensão diferenciada.

Quando o filósofo francês diz que se trata de um conjunto de enunciados que se "apóiam/provêm", preferimos interpretar que se refere à sua inscrição em um dado campo, mas é importante que fique bem claro que o "discurso" é a inscrição, e a *formação discursiva* – ou como querem outros pesquisadores chamar de "memória", "campo discursivo", "campo semântico do discurso" etc. – é a inscrição de um discurso específico (discurso machista, neoliberal, de esquerda etc.). Assim, os textos que aqui analisamos são discursos, as telenovelas são discursos, as aulas também são discursos; logo, todo dizer será discurso, mas o *discurso X* será um determinado discurso segundo formas de constrangimento que lhe são próprias. Queremos, com essa distinção, retirar equívocos e aplicar a mesma relação hierarquizada entre *ideologia geral* e *ideologia específica*. Logo, não podemos dissociar discurso e formação discursiva.

Pêcheux toma de Foucault sua definição de FD e que se tornou amplamente difundido nas pesquisas em AD, bem como amplamente "vulgarizado" no sentido da banalização que o termo sofreu. Então, vejamos:

Chamaremos, então de *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)." (PÉCHEUX, [1975] 1995, p. 160)

Esse conceito merece uma revisão que lhe possa imprimir mais coerência e clareza, pois, como veremos mais adiante, alguns conceitos acabam sofrendo as vicissitudes dos modismos e podem ser banalizados ou então, simplesmente banidos, o que, ao nosso ver, é pior.

2.4.1 O conceito de *formação discursiva*: tentativa de resgate

A AD não foge também dos discursos da moda e daí também incorporar termos que podem e não podem ser usados, como no caso de FD. Guilhaumou (2004) faz uma interessante reflexão sobre o conceito de FD, lembrando que o conceito teve sua origem em *Arqueologia do Saber*, de Foucault, e que, depois de uma década de reinado, desaparece no início dos anos oitenta. E Guilhaumou explica a ascensão, queda e possível retorno do conceito com as seguintes palavras:

É o momento [início da década de 1970] bastante inicial no qual eu mesmo e Régine Robin situamos as formações discursivas ao lado das formações ideológicas, seguros em relação à sua autonomia, ou seja, em quanto à relação que mantém com os sistemas de representação, mais precisamente às suas condições de produção no seio de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. A primeira abordagem crítica (GUILHAUMOU, MALDIDIER, 1979) dessa busca teórica inaugural mostra que a espécie discursiva era então classificada dentro do gênero "ideologia", e que a questão do sentido era relacionada tão somente ao exterior ideológico. (tradução nossa)³⁵

Mais adiante, o termo sofrerá os reveses com sucessivas transposições entre

³⁵ C'est bien le moment initial où Régine et moi-même, nous situons les formations discursives du côté des formations idéologiques, certes avec leur autonomie propre, c'est-à-dire dans leur rapport à des systèmes de représentation, plus précisément à leurs conditions de production au sein d'une réalité sociale marquée par l'idéologie dominante. La première approche critique (Guilhaumou, Maldidier, 1979) de cette démarche théorique inaugurale montre que l'espèce discursive était ainsi classée dans le genre « idéologie », et que la question du sens était renvoyée au seul extérieur idéologique.

teoria e prática, as quais não o afastaram, necessariamente, das raízes marxistas, mas a retomada do termo se faz necessária, haja vista o desgaste que sofreu.

No primeiro momento de seu repúdio, a FD foi abandonada, por causa da materialidade do sentido, pois as análises empíricas contradiziam a primeira noção posicionada segundo uma perspectiva altamente castradora da criatividade, conforme atesta Guilhaumou:

[...] a descrição da materialidade dos textos focaliza nossa atenção sobre práticas discursivas de sujeitos da enunciação tomados em relações de reciprocidade no horizonte de uma atividade livre, logo emancipatória. Ressalta-se a dimensão inventiva, logo, interpretativa do enunciado. No seio de tal espaço de cooperação, a noção de formação discursiva pode ainda conservar seu lugar. Num primeiro momento, nós tivemos a tendência de considerar seu desaparecimento da cena discursiva como definitivo [...](tradução nossa)³⁶

Essa reviravolta, por conta da prática, a nosso ver, desfará um equívoco promovido na primeira fase da AD que era o de ler apenas enunciados dos grandes discursos e não textos do cotidiano, perdendo-se um pouco da originalidade da busca de regularidades na dispersão dos discursos de que fala Foucault em *Arqueologia*, não são apenas os grandes discursos que podem ser agrupados a partir da compreensão das regularidades, mas também os discursos cotidianos. Ainda segundo Guilhaumou (2004):

Falar sobre formação discursiva para dar conta da regularidade de enunciados dispersos e heterogêneos, no sentido de Michel Foucault, retorna com a sua preocupação original e não separada da existência do pensamento e do discurso. A formação discursiva é então o gênero ao qual pertence todo o assunto, todo objeto e todo o conceito apto a simbolizar a existência conjunta da realidade, do pensamento e do discurso, em virtude da existência empírica dos fenômenos linguageiros. Estamos mais próximos do universo dos dizíveis, ou seja, a articulação do uso das palavras, logo de sua utilização, e de sua ligação ao pensamento, portanto de sua verdade. A noção de formação discursiva pode, então, designar o conjunto de regras dos nomes específicos ligados à generalidade de um

³⁶ [...] la description de la matérialité des textes focalise notre attention sur les pratiques discursives de sujets d'énonciation pris dans des relations de réciprocité à l'horizon d'une activité libre, donc émancipatoire. L'accent est mis sur la dimension inventive, donc interprétative, de l'énoncé. Au sein d'un tel espace de co-partage, la notion de formation discursive peut-elle encore conserver une place ? Dans un premier temps, nous avons eu tendance à considérer sa disparition sur le devant de la scène discursive comme définitive [...]

discurso; ela nos lembra sem cessar que o discurso procede simultaneamente da particularidade dos indivíduos falantes e da generalidade de sua produção linguageira comum. (tradução nossa)³⁷

Para nós, o conceito de FD é altamente empírico, demonstrável, balizável: é foucaultiano sem perder sua origem, e pêcheutiano em sua aplicação. As discussões sobre a origem ("paternidade") do conceito pouco nos ajudariam a entender o fenômeno que analisamos e, sem uma noção que nos permita o agrupamento dos textos pouco nos valeria tratar de 464 sujeitos empíricos distintos, mas que se posicionam em poucos sujeitos de discurso. Isso é um indício de que os sujeitos empíricos são atravessados pelos sujeitos discursivos, porta-vozes das diferentes FDs. Tal fenômeno será perceptível nos textos dos alunos conforme demonstram diferentes métodos de análise, como, por exemplo, a estatística textual demonstrará nas análises que realizamos.

Daí acreditamos que o golpe de misericórdia sobre a polêmica da noção de FD esteja em Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 242):

O recuo em relação a essa noção explica-se igualmente pelo interesse crescente que incide sobre *corpora* não doutrinários. Deve-se, entretanto, evitar cair no excesso contrário: para numerosos *corpora*, essa noção pode mostrar-se produtiva, se for claramente definida.³⁸

A noção de formação discursiva, em nosso *corpus*, não é vista diretamente como um poder ou não poder dizer, mas de um dizer que se inscreve, por suas características materiais, em uma dada formação discursiva identificável pelos seus

³⁷ Parler de formation discursive pour rendre compte de la régularité d'énoncés dispersés et hétérogènes, au sens de Michel Foucault, reviendrait alors à mettre l'accent sur le mode originel et non séparé d'existence de la pensée et du discours. La formation discursive serait alors le genre auquel appartient tout sujet, tout objet et tout concept apte à signifier l'existence conjointe de la réalité de la pensée et du discours, par le fait de l'existence empirique des phénomènes langagiers. Nous sommes au plus près de l'univers des dicibles, c'est-à-dire à la charnière de l'usage des mots, donc de leur utilité, et de leur lien à la pensée, donc de leur vérité. [...] La notion de formation discursive pourrait alors désigner l'ensemble réglé des noms particuliers attachés à la généralité d'un discours ; elle nous rappellerait sans cesse que le discours procède à la fois de la particularité des individus parlants et de la généralité de leur production langagière commune.

³⁸ Ainda sobre o assunto, sugerimos a leitura de Baronas (2005).

aspectos recorrentes como uso de um determinado léxico ou de segmentos repetidos perceptíveis aos métodos lexicométricos e às características semânticas e sintáticas do texto, bem como aos processos enunciativos. A busca das regularidades nos permitirá aceder às formações discursivas.

CAPITULO III

A PSICANÁLISE

Chegamos então ao terceiro membro da *Tríplice Entente*, e pretendemos compreender em quais aspectos a psicanálise se articula com a AD. Qual é o elo entre esses três pensamentos com histórias muito distintas? Neste capítulo do nosso trabalho, mais que tentar responder, pretendemos desenvolver uma reflexão sobre conceitos operacionalizáveis que dêem conta da compreensão do fenômeno que analisamos. O percurso deveras curto deste capítulo tem sua explicação, nossa pouca experiência em tratar de assunto tão rico e complexo, mas faremos o possível para compreender pelo menos três eixos nesta reflexão: o inconsciente, a identidade e o sujeito.

No inconsciente tomaremos alguns conceitos de Freud, Lacan e a leitura que Pêcheux fez deles, na qual se baseiam as articulações com a formação da identidade, via ideologia, e como esta constitui o sujeito. Não se trata de uma articulação comandada pelo inconsciente, mas comandada pela ideologia, que opera no inconsciente e reproduz "sujeitos".

3.1 Inconsciente e linguagem

Forrester (1980, p. 39) afirma que "A psicanálise é a teoria de uma terapia. A terapia, sob a forma mais pura e mais 'original'", que consiste em uma "cura pela palavra"(tradução nossa)³⁹, nada mais justo pensar na cura pela palavra, uma vez que alguns males psíquicos se originam na "palavra", ou melhor ainda, surgem na da linguagem, cuja língua é um dos meios mais completos e complexos de sua

³⁹ La psychanalyse est la théorie d'une thérapie. La thérapie, sous sa forme la plus pure et la plus "originale", consiste en une "cure de parole" ["talking-cure"].

existência. Não trataremos de início da questão da língua e da linguagem, mas vale a pena revermos alguns fatos que levaram o trabalho de Freud a tocar nas questões da linguagem até chegarmos ao inconsciente lacaniano. Segundo Forrester (1980), os trabalhos de Freud sobre a afasia serão muito importantes para o início da relação entre linguagem e psicanálise, pois as pesquisas do médico alemão chegaram à formulação das noções de consciente, pré-consciente e inconsciente. A descoberta de Freud sobre o inconsciente se deu pela sua originalidade, ou seja, de tratar um problema pelo viés até então reservado aos gramáticos: a linguagem, que muitas vezes não entrava no rol de objetos dos estudos cognitivistas. Freud se debruça sobre as questões da linguagem, inicialmente pelo viés cognitivista, mas o desenrolar de suas pesquisas o levaram a uma interpretação psicossocial dos fenômenos da linguagem.

A nosso ver, a dicotomia que Freud propõe sobre a diferença entre pensamento e linguagem será importante, e trará subsídios para a construção da noção de inconsciente. Tal qual fez Althusser com a teoria marxista, ao realizar uma releitura pelo viés do estruturalismo saussuriano, Lacan o fará também a partir de uma releitura de Freud.

O próprio Freud distinguia o pensamento de sua representação verbal e examinava as diferenças que apareciam quando o processo exerce sua influência tanto sobre as representações da palavra quanto da coisa. No entanto, essa forma de evocar os "encadeamentos de pensamento" dava cada vez mais o sentimento de que tais encadeamentos eram sempre suscetíveis de tradução pelos encadeamentos verbais; certamente, a impressão que ele tinha era de que existia um equivalente na cadeia verbal sem solução de continuidade, porque ele chegava freqüentemente a descrever tal cadeia como possuidora de uma gramática, possuidora também de propriedades da linguagem, por exemplo, o duplo sentido. Os processos que ele considera específicos, como o trabalho do sonho – condensação, projeção, etc. apresentam, com os procedimentos estritamente lingüísticos (tais como a metáfora, metonímia, tropos, etc.) estreitas semelhanças. (FORRESTER, 1980, p. 46-47) (tradução nossa)⁴⁰

⁴⁰Lui-même [Freud] distinguait la pensée de sa représentation verbale et examinait les différences qui paraissent lorsque le processus exerce son influence aussi bien sur les représentations de mot que sur les représentations de chose. Mais sa façon d'évoquer les "enchaînements de pensée" donnait à

Apesar de não dizer, Freud já dava os indícios de que o inconsciente se estrutura na forma de uma linguagem, e Lacan perceberá essa possibilidade de interpretação através do pensamento estruturalista. As relações entre a AD e essas releituras, como fora dito alhures, explicam os componentes psicanalíticos de seus conceitos.

Não nos esqueçamos de que a intuição que teve Freud no curso dos anos 1890, segundo a qual a psicose seria uma transposição do inconsciente sobre o pré-consciente, demonstrava que a via da linguagem se encontraria invadida pelo inconsciente. (idem, p. 114)⁴¹

Assim, a condição para existência do inconsciente é a de que exista linguagem capaz de estruturar não só o pensamento, mas também a sua negação, também o impensado. É por isso que o pensamento de Freud irá transbordar na encruzilhada da AD de forma a permitir uma compreensão mais próxima da realidade psicossocial em que se encontram a faculdade da linguagem e as competências lingüísticas no sentido amplo.

O inconsciente deixa de ser uma zona abissal povoada de monstros, impossível de ser compreendida; o "débordement" do inconsciente no pré-consciente permitirá não só ao analista do discurso, mas ao psicólogo, psicanalista, psiquiatra compreender alguns males psíquicos e processos sócio-psíquicos ligados à constituição das psiques individuais e coletivas. Não se trata mais de um sujeito uno, único, indivisível, portador de uma identidade nata ou construída por si mesma, estamos diante de uma virada no estudo das ciências humanas que considerará o sujeito como resultado da intersubjetividade, ou seja, quando um indivíduo vem ao

chaque fois le sentiment que ces enchaînements étaient toujours susceptibles d'être traduit par des enchaînements verbaux; on a pour tout dire l'impression qu'il les concevait comme ayant pour équivalent une chaîne verbale sans solution de continuité, car il lui arriva fréquemment de les décrire comme possédant une grammaire ainsi que certains caractéristiques propres au langage, par exemple le double sens. Les processus qu'il voyait comme spécifiques du travail du rêve – condensation, déplacement, etc. Présentent avec les procédés strictement linguistiques (tels que métaphores, métonymies, tropes, etc.), d'étroites ressemblances."

⁴¹Nous n'oublions pas l'intuition qui fut celle de Freud au cours des années 1880, et selon laquelle la psychose aurait été un débordement de l'inconscient dans le préconscient, la voie du langage elle-même se trouvant envahie par l'inconscient.

mundo, as relações já estão postas entre outros indivíduos, e a teia de tais relações, através do discurso, constituirá esse indivíduo em sujeito.

Como conceber o inconsciente freudiano? Humildemente tentaremos sintetizar uma possível resposta, embora já sabendo que correremos o risco do reducionismo: mas não podemos deixar de tratar de tão importante tema, apesar de nossas limitações. Em seu artigo de 1915, intitulado “O inconsciente”, Freud (1969) inicia pressupondo o inconsciente como um elemento subjacente:

Como devemos chegar a um conhecimento do inconsciente? Certamente, conhecemos como algo consciente, depois que ele sofreu transformação ou tradução para algo consciente. A cada dia o trabalho psicanalítico nos mostra que esse tipo de tradução é possível. (FREUD, 1969, p. 191)

Esse é praticamente o trabalho que o analista do discurso desempenha ao tentar mostrar como a materialidade do sentido, envolvida em sua cadeia, em sua trama, desempenha tal papel, praticamente o de trazer à tona o subjacente do ideológico, ou seja, daquilo que ainda ignoramos por trás da “letra” conforme o esquecimento *número 1* ao qual se refere Pêcheux (1995). No percurso de Freud, o importante não foi definir o inconsciente, mas identificar sua existência, haja vista que a definição, por si só, não responde a uma dada realidade empírica. O que se aproxima de uma resposta seriam somente suas manifestações, ou seja, sabemos que o inconsciente existe e sua existência “é *necessária e legítima*”, e ainda segundo Freud,

Ela é *necessária* porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com freqüência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova. [...] nossa experiência diária mais pessoal nos tem familiarizado com idéias que assomam à nossa mente vindas não sabemos de onde, e com conclusões intelectuais que alcançamos não sabemos como. (FREUD, 1969, p. 192)

A noção de inconsciente, que se aproxima do seu aniversário de um século, já adquiriu estatuto de “doxa”, ou seja, popularmente podemos ouvir pessoas

falarem do inconsciente ou subconsciente na rua, confundindo seus conceitos e atribuindo diferentes sentidos, como, por exemplo, ao se discutirem doenças somáticas e se lhes atribuir ao “subconsciente”.

A prova do inconsciente de que fala Freud é indireta, sendo perceptível através de indícios da análise da linguagem dos sujeitos. Da mesma forma, nós também tivemos experiências muito produtivas nesse sentido: em diferentes oportunidades, lidando com diferentes alunos (cursos de Letras, Ensino Médio, Administração e em conferências) apresentamos a frase seguinte já citada alhures neste trabalho:

1) Mais o fato mais intrigante é que independente de ser rico ou pobre, branco ou negro, inteligente ou ignorante, [atos de violência] vem sendo praticados sem nenhuma negligência.

Após apresentarmos tal frase, perguntamos ao auditório qual é a percepção que tinha, e a grande maioria dos interpelados criticam a estrutura *non sens* da frase, seus problemas de ortografia e sintaxe. Poderíamos dizer que a atenção do auditório está focada nesses aspectos descritos, e é por isso que eles não percebem o paralelismo *branco, rico, inteligente* com *negro, pobre, ignorante*. Em nossa opinião, a atenção e o “esquecimento” do paralelismo são posturas cognitivas influenciadas por um inconsciente, construído pela alteridade, ou seja, ao longo de nossa formação escolar, em língua portuguesa, fomos instruídos a detectar o erro, a enxergar a forma pela forma e não a relação entre “forma” e “conteúdo” *grosso modo*. Nossa formação discursiva, com relação à questão do preconceito racial, se mostra na operação de disjunção entre forma e conteúdo, aliás, cria uma espécie de “esquizofrenia de letramento”, como no caso em que o estudante, ao dialogar com seu professor a respeito de um texto corrigido, argumenta haver sentido em seu trabalho.

O professor então contra-argumenta asseverando que o “texto não diz isso” que o aluno pretendia dizer e este retruca: “mas é isso que eu penso”. Daí o *esquecimento n. 2*, ou ainda, preferimos chamar de fantasia, em que o sentido parece óbvio, e no qual todos os sujeitos se baseiam, ou seja, todos os sujeitos apresentam, de uma certa forma, um quadro de “esquizofrenia”, de não coincidência do dizer com o querer dizer.

Ao expormos de maneira gráfica o paralelo entre “negro” e “branco” da frase citada, todos os alunos então reconhecem o paralelismo como uma expressão de preconceito e também que esse sujeito não teve a “intenção” (consciente) de parecer preconceituoso ou dizer algo preconceituoso, mas o disse inconscientemente (sem intenção consciente). Daí advém outro fator que levamos ao conhecimento desse auditório: a falta de percepção do paralelismo entre “branco” e “negro” deu-se porque o auditório também esteve afetado por esse mesmo discurso inconsciente do autor da frase que faz apagar o sentido.

Ao trazer essa discussão sobre a frase, realizamos, como propôs Freud, ou seja, uma operação na qual trazemos do inconsciente para o consciente um conteúdo cognitivamente desconhecido ao conhecimento. Esse método não se tratou de uma “cura”, mas de um momento de aprendizagem para esses sujeitos com os quais lidamos.

Freud tratará ainda do inconsciente pelo viés dos impulsos, dos instintos e, nesse momento, a linha da AD se distancia da psicanálise freudiana e tende para mais próximo daquilo que Lacan abordou; mas antes de prosseguirmos nesta discussão, retomamos de Freud (apud FORRESTER 1980, p. 107-108) (tradução

1896, mas o que nos chamou a atenção foi a noção de *pré-consciente*, que se inscreve na instância da *enunciação*, ou seja, a enunciação não é consciente, nem inconsciente, mas pré-consciente, e talvez seja esse o aspecto que permite com que os sujeitos se enunciem em 1ps, 1pp, ou np. Ao longo de nossa análise, percebemos que a referência básica ou subjacente (no sentido de ser o suporte das demais) é a não-pessoa, porque ela existe antes da pessoa que opera no pré-consciente, a não-pessoa é o Outro, o *inconsciente* imerso nos outros dizeres, como os dados estatísticos apontarão mais adiante.

Após Freud lançar as bases do *status* da linguagem no campo da psicanálise, tirando-a das reflexões meramente cognitivistas (no sentido *lato* do termo), Lacan nos apresenta uma releitura de Freud que irá reforçar as bases da AD no que diz respeito à relações da entre sujeito, língua, linguagem e o próprio sentido. Dois textos de Lacan serão fundamentais para esta reflexão: “*Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*” e “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*”, sendo que se trata de um relatório e um artigo, respectivamente, reunidos em *Escritos* (1988).

Afirmamos, quanto a nós, que a técnica não pode ser compreendida, nem portanto corretamente aplicada, se se desconhece os conceitos que a fundam. Nossa tarefa será de demonstrar que esses conceitos não tomam seu sentido pleno senão ao se ordenarem num campo de linguagem, senão ao se ordenarem à função da fala. (LACAN, 1988, p. 111)

Não vemos aqui senão uma retomada de Freud, que, segundo Forrester, destaca os importantes progressos feitos sobre a questão da afasia. No entanto, Lacan irá retomar e destacar a fantasia do real provocada pela linguagem, de modo que a “alucinação verbal” que para Pêcheux será a *ilusão necessária* acontece em virtude de o ego ser o lugar da fantasia do real, daí a regressão terapêutica se torna um momento de atualizar essa fantasia. Nela, não fala de um real, mas de uma discursivização sobre o passado, ou seja, ao recontar suas experiências, o paciente

não relata o real, mas constrói um discurso sobre ele.

É na versão do texto que o importante começa, o importante do qual Freud nos diz que é dado na elaboração do sonho, isto é, em sua retórica. Elipse e pleonasma, hipérbato ou silepse, regressão, repetição, aposição, tais são os deslocamentos sintáticos, metáfora, catacrese, antonomásia, alegoria, metonímia e sinédoque, as condensações semânticas, onde Freud nos ensina a ler as intenções ostentatórias ou demonstrativas, dissimuladoras ou persuasivas, retorsivas ou sedutoras, com que o sujeito modula seu discurso onírico. (idem, p. 132)

Tal perspectiva reforça mais a idéia de que a materialidade do discurso constitui, revela, interage com o inconsciente, ou seja, este não se forma em zonas etéreas, mas na realidade da letra, na sua materialidade lingüística.

Por fim, sem o inconsciente é impossível ter linguagem, e mesmo ter uma máquina de discurso, o projeto primeiro de Pêcheux, o qual foi abandonado, não é mera ficção, pois teoricamente é possível criar uma máquina que analise discurso e produza discurso; o problema é que tal máquina deveria ter, em seus logaritmos, todos os cálculos necessários à constituição do inconsciente, sem o qual não é possível construir-se o discurso interior (BAKHTIN, 1997) e o exterior. Uma máquina do discurso deveria ser capaz de instaurar mais que o inconsciente: a própria alteridade. Como veremos adiante, o inconsciente e o Outro se constituem mutuamente, pois ambos são produtores/produto da linguagem.

3.2 O sujeito

O conceito de “sujeito”, conforme Abbagnano (1998) se funda sob dois aspectos: o conceito herdado da cultura clássica, que o toma como objeto de que se fala; o segundo, oriundo da filosofia moderna a partir de Kant, o toma como “ego”, ou o indivíduo cognoscente. São ambas noções que subsistem em diferentes pensamentos, ou conjunto de saberes como é o caso da gramática ao tratar das

estruturas sintáticas, ou ainda na doxa, ao se pensar um indivíduo da vontade (o sujeito enquanto ser que vive, pensa, ocupa uma posição social etc.). No entanto, a noção de sujeito a qual pertence a AD não é das mais fáceis de se compreender e nem das mais ortodoxas em se pensando na ilusão de subjetividade. Além do mais não se tem um sujeito apenas, em se tratando da AD, mas vários desdobramentos de tal sujeito, como é o caso do próprio título de nossa tese ao tratar do sujeito do enunciado.

A noção de sujeito irá nos permitir ainda a construção de outros significados não menos importantes. O primeiro é o da subjetividade, que já foi debatido em outro momento pelo viés enunciativo, mais uma vez rebatendo a doxa de que a subjetividade diz respeito ao mundo interior. Assim, faremos a distinção entre sujeito do discurso, sujeito do enunciado, sujeito-enunciador ou da enunciação, de modo a nos situarmos em nossa pesquisa.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 457), “o sujeito do discurso é uma noção necessária para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito falante (ou do locutor) com relação a sua atividade languageira”, ou seja, não é possível falar de linguagem sem que se tenha com clareza o papel de seus actantes, como também a clareza de que instância esse ser portador da palavra *fala* e como o faz. Entendemos que nesse fazer haja mais do que comunicar, mais do que enunciar, mais do que interagir. O falar de um indivíduo que é convocado a ser sujeito se inscreve no intervalo de ações/processos que vão desde de as funções biológicas do aparelho fonador até as instâncias do efeito de sentido, passando por aspectos bio-psico-sociais deveras complexos. Nesta situação da discussão é mais fácil dizer o que não é sujeito para a AD até que se consiga chegar ao que é o sujeito para ela. Assim, o sujeito não é um ser individual, dono do seu dizer,

juridicamente capaz, não é um ser empírico denominável e detectável da massa de seres humanos.

[...] sob a *evidência* de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “idéias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo de interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o *quidam* que *se achará aí* [...] (PÊCHEUX, 1995, p. 159).

Essa definição dada por Pêcheux, remete a sua feliz analogia com o “Barão de Münchhausen” que se suspendeu puxando-se pelos próprios cabelos. A analogia demonstra a ilusão do sujeito que se auto-constitui, tal pensamento da “máquina discursiva” na qual os sujeitos eram totalmente assujeitados em sua primeira fase (AD-1, *cf.* PÊCHEUX, 1983, in GADET E FUCHS, 1993). Tal posicionamento levou a AD a um percurso que começara na sobredeterminação do sujeito: “Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos ‘domínio de pensamento’ se constitui sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 161), e mais:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constitui, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determina*, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (idem, p. 163)

O sujeito, ainda na AD-1 e AD-2 é, para Pêcheux, altamente determinado sem possibilidade de sair de dentro dos discursos, preso em suas determinações ou pelas determinações interdiscursivas. Para outros teóricos, a sobredeterminação do sujeito é deveras radical. Já há um consenso entre analistas do discurso que vêem o sujeito nem totalmente determinado nem totalmente livre, o que faz muito sentido,

pois os focos de resistências aos discursos são comuns, do contrário, todos os sujeitos seriam autômatos, sem resistência, sem “liberdade”, mesmo que vigiada.

Para Charaudeau, no quadro de uma problemática da alteridade, o sujeito do discurso é, ao mesmo tempo, sobredeterminado – mas somente em partes – pelos condicionamento de ordem diversas, e livre para operar suas escolhas no momento de focalizar seu discurso. Ele é, ao mesmo tempo, coagido pelos dados da situação de comunicação (contrato) que o conduzem e se comportam discursivamente de uma certa maneira, e livre de *se individuar*, o que o leva a usar estratégias. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 458).

Lembramos mais uma vez Possenti (1996, p. 37) que, ao tratar dos sujeitos divididos entre a prisão e a liberdade vigiada, considera-os ativos em meio às produções languageiras, como citado anteriormente.

Não se trata aqui de apenas um meio termo ou uma posição pacífica para agradar a gregos e troianos, mas de uma posição verdadeiramente teórica e fundamentada no sujeito ativo, porque “certamente há domínios em que os sujeitos sofrem efeitos, mas há outros em que sua atuação é demandada e verificável” (idem, p. 44). Nossa posição sobre o sujeito ativo é a noção próxima de autoria a qual defende Baronas (2001) segundo a qual o autor é o sujeito capaz de transitar por diferentes formações discursivas, como sujeito que consegue escapar de uma FD mesmo que seja para ficar sob a custódia de outra. Por isso, acreditamos que seja possível, na investigação, encontrar até onde vai o efeito de um discurso interpelador, e onde está a vontade do sujeito em mobilizar determinado elemento da língua para alcançar o efeito desejado, o que permitiria deixar existirem formas diferentes e criativas de enunciação. No fundo, os sujeitos são polifônicos e dialógicos, porque entram em contato com outros sujeitos produtores de outros enunciados assumindo-os, repelindo-os ou reproduzindo-os, mas direcionado-se por uma relativa liberdade, condicionada por constrangimentos dos diferentes discursos subsumidos.

Assim, o termo “sujeito”, para nós, será o fruto do trabalho ideológico de

subjetivação, conforme Foucault (REVEL, 2005, p. 82):

O termo “subjetivação” designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente de uma subjetividade. Os “modos de subjetivação” ou “processo de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo por meio de um certo número de técnicas permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.

Nesse sentido podemos nos atrever a perceber proximidades entre Foucault e Pêcheux ao verem os sujeitos como seres em construção; daí o fato de as técnicas de subjetivação não serem interiores, mas exteriores e próprias de cada sociedade e de cada época. Considerando-se essa compreensão de sujeito, adotamos, para nossa pesquisa, o conceito de que o sujeito é o humano ou o indivíduo que assume uma dada posição que lhe confere determinados saberes, como por exemplo, o de individualidade, de identidade de grupo. Ou seja, trata-se de um ser que diz “eu” porque a noção de individualidade está subjacente e foi construída socialmente, tendo como princípio as relações que os homens sustentam entre si e com as suas condições de produção.

Essa interpretação da realidade a partir das estruturas enunciativas sobrevive pelo campo simbólico, e como a língua com todos os seus aspectos estruturais comporta a existência do simbólica nos diferentes níveis (morfológicos, sintáticos, semânticos), e além disso, nos níveis supra-frásticos e segmentais, tem-se o maior e mais poderoso mecanismo de produção de sentido. No caso deste trabalho, os processos de enunciação estão em relação com a constituição do outro, do diferente, relacionado ao histórico dos negros no Brasil, ou seja, a maneira da enunciação, da referenciação possíveis em língua portuguesa do Brasil serão os

indícios do discurso preconceituoso.

Mais adiante, veremos, através dos dados levantados, que o inconsciente está não só pressuposto, mas legível através da superficialidade material e sempre tomado em relação à alteridade:

Para poder trazer à tona seu material, Lacan assume que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. (MUSSALIN; BENTES, 2004, p. 107)

Daí, no pensamento lacaniano, termos as relações de oposição e de complementaridade na formação dos sujeitos que são clivados, cindidos, preenchidos pelo Outro. A questão para Freud ainda era muito indicial, como atesta Forrester (1980), mas suficiente para inaugurar as discussões.

Mais recentemente, Paveau (2006) dá uma importante abordagem à “memória” ao falar sobre o conceito de “pré-discurso” e revela que a intersubjetividade, mais do que um conjunto de indivíduos já construídos, representa, na verdade, um conjunto de saberes pré-discursivos, aos quais os discursos se remetem de maneira contínua. A nosso ver, esse processo não se dá de maneira direta, mas através de referências oblíquas e, muitas vezes apagadas, pela formação ideológica, como quando exemplificamos anteriormente com a frase “1”. Agora temos a deixa para entrarmos em outro aspecto da intersubjetividade: o da identidade e da não-identidade.

3.3 A identidade

No campo da filosofia, a designação “identidade” relaciona-se a pelo menos, três conceitos distintos. Segundo Abbagnanno (1998), a primeira definição vem de Aristóteles, e se baseia na noção de unidade, ou seja, os elementos têm identidade

desde que entre si sejam unidos por uma mesma característica; a segunda forma é herdada de Leibniz, baseada na igualdade de função, ou seja, se um elemento substitui o outro sem lhe alterar o valor de verdade, tem-se uma identidade entre os elementos; finalmente, a terceira visão é menos dogmática e é assumida por diferentes lógicos da contemporaneidade. Nessa concepção, prevê-se que a identidade pode ser estabelecida e reconhecida segundo os critérios de valores convencionais.

Partindo da etimologia do termo, vindo do latim, em que *idem*, a priori significa o mesmo, o homólogo, o igual, as três concepções acima têm razão: o elemento identitário faz parte do uno, ou então substitui outro elemento em uma mesma função (e função pode ser exemplificada por uma fórmula matemática ou uma frase) e também uma cultura pode identificar os iguais, como o caso de nossa cultura que aboliu a escravatura identificando que todos os homens têm direito à liberdade e, por isso, são “iguais”. Já, para a AD, a noção se aproxima dos conceitos sociológicos e Charaudeau e Maingueneau (2004) alertam para a dificuldade que é definir o termo, mas ressaltam que a noção de identidade deve estar relacionada com outras duas: *sujeito* e *alteridade*, o que aproxima a AD de questões mais etnológicas, ou seja, da terceira concepção. Então podemos conceber a identidade como igualdade entre elementos (sujeitos) distintos (alteridades), unidos por traços de semelhança e separados por diferenças, conforme o que convencionalmente tem sua raiz na história e na ideologia, ou seja, conforme o discurso. Não é difícil de se perceber tal fenômeno em nossa cultura, basta vermos como as práticas de si mesmo (no sentido foucaultiano), com relação ao poderes instituídos, se dão, por exemplo, na articulação existente nos dois sentidos do documento de “identificação” de um cidadão (seja ele de qualquer nação). No caso brasileiro, a Carteira de Identidade

Nacional, entre outros documentos, identifica o indivíduo a um grupo, ou seja, o dos brasileiros natos e essa identificação já lhe confere uma imagem de sujeito; por outro lado, também o individualiza como um cidadão com um nome, sobrenome, filiação, naturalidade etc; assim, o sujeito se identifica com os seus iguais e se distancia dos seus diferentes. Não nos convém entrar no mérito da identidade pessoal, nem tampouco da coletiva em sentido estrito, mas é possível, sim, relacionarmos os sujeitos às múltiplas identidades que os constituem pelas relações do igual e do diferente, que são sempre pautadas no Outro:

Qual é, pois esse outro a quem sou mais ligado que a mim, visto que no seio mais consentido de minha identidade a mim mesmo, é ele quem me agita? Sua presença não pode ser compreendida senão a um segundo grau de alteridade, que desde então situa a ele próprio em posição de mediação em relação a meu próprio desdobramento de mim mesmo como de um semelhante. Se eu digo que o inconsciente é o discurso do Outro com O maiúsculo, é para indicar para além onde se prende o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento. (LACAN, 1988, p. 255)

As identidades são construções da linguagem em todos os sistemas simbólicos, sejam eles verbais ou não-verbais. Sobre o eixo da identidade, pretendemos compreender como os sujeitos das redações expressam sua identidade, tomando para si os lugares de autores para o vestibular as respectivas relações. Assim, o branco, o negro, o brasileiro, o estrangeiro são identificações de grupos que podem ser também identidades de grupos. “Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000, p. 8). Pelo fato de as identidades serem construídas pelo simbólico, a AD, pode, através de seus métodos e dos diferentes instrumentos de análise das estruturas lingüísticas (inclui-se aqui a compreensão das alternâncias) perscrutar os jogos simbólicos constituintes e representantes das identidades do sujeito, do grupo ou mesmo as outras identidades que o sujeito “descreve” como o “outro”, uma vez que, basicamente, a identidade é formada por

oposições binômicas: negro X branco, católico X evangélico, esquerda X direita; nesse binômio sempre encontraremos o “eu/nós” se opondo a todos os outros. É claro que, nesse processo, não estamos utilizando o par opositivo como antagonismo, embora, em determinadas situações, os sujeitos possam ser antagônicos ou antagonizados socialmente, o que se deve ao fato de que os binômios são estruturas relacionais e marcadas pela diferença. Daí, nosso esforço, através do exame das marcas lingüísticas, de perceber o discurso dos informantes de nosso *corpus*. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferenças. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*’.

Woodward (2000, p. 39). Mais adiante a autora define os papéis do social e do simbólico:

O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (idem, p. 14)

É preciso ressaltar-se que tais diferenças, como construtos simbólicos, estão submetidas também à história de como determinadas sociedades se organizam, por isso a linguagem (como simbólico) é imprescindível para a constituição das identidades e lembramos também que a linguagem, como aparelho psicossocial, é transmissora dos discursos que estabelecem as identidades, da mesma forma como as identidades retransmitem as posições discursivas dos sujeitos. Respostas às questões como “quem eu sou?” são produzidas no, pelo e para os discursos.

Outro aspecto a ser considerado é que as identidades sobrevivem de suas representações, ou seja, a identidade é apreendida e está em dinâmica construção a partir das suas representações ou imagens motivadas principalmente pelas

formações ideológicas e pelos interdiscursos. É preciso, ainda, acrescentar-se que, pensando de modo estruturalista, e isso dá um resultado aparentemente satisfatório, podemos imprimir as relações opostas para compreender os processos identitários. Silva (2000, p. 74) ao introduzir seu artigo, diz que, à primeira vista, a identidade parece ser concebida por uma “positividade”, enquanto que a diferença pressupõe uma oposição negativa em si e para com o ser identificado: “eu sou brasileiro, negro, jovem, heterossexual», em oposição a ela que é “italiana, branca, velha, homossexual”, a cada uma das positivities existe uma seqüência de negações, por exemplo, a “brasileiro” em oposição a “argentino, peruano, norte-americano, alemão...”, o que pode ser lido como “brasileiro = não-argentino, não-peruano, não-norte-americano, não-alemão, não-X”. É por isso que a identidade carrega em si os traços da alteridade. Como as sociedades se organizam em torno de seus meios de produção, e em torno de como elas concebem suas realidades, o jogo entre identidade e diferença serve, muitas vezes, para embasar as relações de desigualdade entre os sujeitos. Barros (2005) faz uma interessante abordagem entre os conceitos de “igualdade”, “desigualdade” e “diferença”.

Quando se considera o par '*Igualdade X Diferença*' (ou 'igual' x 'diferente'), tem-se vista algo da ordem das essências: uma coisa ou é igual à outra (pelo menos em um determinado aspecto) ou então dela difere. [...] já o contraste entre Igualdade e Desigualdade refere-se quase sempre não a um aspecto “essencial”, mas a uma “circunstância” associada a uma forma de tratamento (mesmo que esta circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas).

Resumindo essa reflexão, podemos exemplificar da seguinte maneira: homens e mulheres são biologicamente diferentes, mas não necessariamente desiguais, daí, o fato de o campo das desigualdades ser construído sobre o simbólico, ou melhor, sobre o discursivo, tomando algum assunto, como por exemplo, afirmar-se que homem dirige melhor que a mulher; ou, no campo do

preconceito racial: o branco é mais inteligente que o negro etc. Assim, diferenças, do ponto de vista biológicas, existem entre os seres humanos em termos de fenotípi (cor da pele, olhos, cabelos e sua textura; estatura, massa, faixa etária, sexo, dificuldades físicas etc.), mas dizer que uma raça, uma faixa etária etc. são melhores ou piores que outras é uma construção simbólica, logo, discursiva.

No entanto, é preciso lembrar que tanto a desigualdade quanto a igualdade também são elementos que podem construir negativa ou positivamente relações sociais. Um exemplo que Barros (2005) cita era o fato de os europeus tratarem as tribos africanas com igualdade, ou seja, não respeitar as diferenças étnicas existentes entre elas, ou ainda se valer dessas mesmas diferenças para que uma tribo perseguisse a outra para escravizá-la.

Chegamos, assim, ao termo do que pressupomos como fundamentação dessas relações. O primeiro aspecto é que o componente psíquico, a nosso ver, revela mais do outro do que de si, pois somos sujeitos constituídos pelas intersubjetividades, visão compartilhada por Freud, Lacan, Bakhtin, Authier-Revuz etc. O segundo é que nem sempre esses processos estão sob a luz de uma consciência que enxerga a tudo e que tem clareza do que “pensa” e do que diz; assim, entramos no inconsciente que fala e nos processos de esquecimento aos quais se refere Pêcheux. Em terceiro lugar, a posição do outro não é só uma posição socialmente estabelecida, muito pelo contrário, o que o “eu” e “outro” ocupam são imagens ou representações de relações de identidades e de diferenças construídas pela linguagem em relação ao que a formação ideológica e à memória, ou o pré-discurso já disseram alhures.

PARTE II

OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISES

CAPITULO IV

METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

Findas as discussões sobre a questão teórica, desejamos apresentar as ferramentas de análise para podermos discutir os textos. Assim, este capítulo tratará da operacionalização de conceitos, bem como de apresentar a metodologia e criar um instrumental analítico minimamente coerente com as discussões. Para tanto, iremos aproximar as teorias adotadas da metodologia aplicada, depois apresentaremos a constituição do *corpus* e seus diferentes grupos e, logo em seguida, as ferramentas computacionais que serão utilizados para a análise dos elementos.

4.1 As motivações teóricas sobre a prática da análise

Para sistematizar as relações entre os conceitos estudados nos capítulos anteriores e a nossa prática de análise é preciso um movimento interpretativo, até certo ponto, incomum em AD. No capítulo 1, expusemos as razões pelas quais adotamos a AD como fundamento, ponto de partida para nossas reflexões e quando iniciamos as discussões teóricas falamos sobre as três epistemes como meio de justificar essa prática analítica. Dessas três epistemes e isso se explica também pelo que pensava Pêcheux sobre a Lingüística como ponto de convergência para o seu projeto, tomamos os aspectos da materialidade do sentido inscrito nas estruturas semânticas, sintáticas e enunciativas, melhor dizendo a Lingüística e o

Estruturalismo como a porta de entrada para a Enunciação em nosso trabalho. E a própria Enunciação acaba por ter também um papel condensador do fenômeno, o que possibilitou que enxergássemos nessa possibilidade uma AD voltada para o texto mais do que as ADs que se concentram na história e na psicanálise. Talvez essa nossa excessiva preocupação com a materialidade se explique pela nossa formação e convicções, uma delas é a de que devemos fazer mais análise que discurso.

Como se verá mais adiante, os conceitos chaves estudados nos capítulos anteriores se refletem na análise de maneira, muitas vezes, implícita, necessitando de uma explicação mais esclarecedora. O primeiro desses esclarecimentos diz respeito a dois pontos bastante relevantes: o papel da estatística textual na Análise do Discurso e na enunciação. Primeiramente, a estatística, como está sendo aplicada neste trabalho, é mais um método que uma teoria, pois os dados apontam para tendências que devem ser lidas e interpretadas. Logo, não nos cabe decidir sobre a validade ou não da interpretação, mas sobre sua verossimilhança com a realidade do fenômeno. Assim, ao dizermos que a população de textos analisados apresenta uma determinada propensão à utilização de uma modalidade enunciativa, relacionada com uma certa formação discursiva, estamos diante de uma generalização pautada em dados.

Da mesma forma, o comportamento enunciativo, as recorrências de determinado enunciado ou termos, a maneira de se referenciar os objetos “negro” e “branco” em sua distribuição estatística apontam para a idéia de que um grupo de sujeitos está inscrito em uma determinada formação discursiva; logo, isso implica em que temos a demonstração efetiva e material da inscrição desses sujeitos, não apenas uma vaga idéia por um gesto interpretativo, muitas vezes intuitivo. As

indicações estatísticas e as interpretações sobre as estruturas sintáticas e semânticas elaboradas nesta pesquisa refletem também os movimentos do inconsciente sobre a enunciação e a referenciação instituídas pelos sujeitos unidos ou separados por diferentes formações ideológicas. Ademais, os gráficos nos capítulos que se seguem procuram ser suficientemente ilustrativos dos dados, na medida do possível tentamos compreendê-los e interpretá-los como indicadores de determinados comportamentos materiais e discursivos.

Será a articulação entre a AD e a Enunciação que acabará apontando para fatos novos sobre a própria enunciação e como os sujeitos, diante de determinadas condições, acabam mobilizando o pré-discurso em função de suas formações discursivas. O que torna a nossa tese diferente e até pretensiosa é o fato de focalizarmos de maneira insistente a materialidade do discurso e para ela fazermos convergir diferentes perspectivas e também a metodologia da estatística textual.

4.2 Sobre a coleta de dados e grupos de controle

Inicialmente, a coleta de dados foi realizada a partir de um processo seletivo para os cursos superiores da Faculdade de Jandaia do Sul, no Estado do Paraná (anexo I). Ressalte-se que a autorização do uso das redações para a pesquisa foi previamente aceita pelos candidatos, haja vista que o edital do processo seletivo prevê essa possibilidade e, assim, preservamos em sigilo as identidades dos informantes. Além disso, todos os textos anexos foram digitados, de modo a excluir qualquer vestígio de caligrafia, ou outro tipo qualquer de identificação.

Coletamos, primeiramente, 190 textos que tratavam do tema das cotas raciais. Conforme fora explicado em outro momento, no entanto, no decorrer de nossas análises, percebemos a necessidade de desenvolvermos pelo menos a

análise de outros grupos de controle para assegurar o rigor necessário da pesquisa e poder ter um parâmetro seguro para as comparações. Esse esforço também se deu para tentarmos controlar as possíveis variantes, como, por exemplo: contexto imediato de produção e tema. No primeiro aspecto, consideramos que a situação de avaliação (vestibular) pudesse provocar o enunciador a enunciar em outras pessoas, o que tornaria os dados muito parciais, daí então nos decidimos por coletá-los também em outras situações enunciativas; sendo assim, um segundo grupo de textos foi produzido por estudantes do primeiro ano de um curso superior da FAFIJAN. Não satisfeitos ainda, em virtude da área geográfica e das condições socioeconômicas dos sujeitos que prestam vestibular ou estudam na FAFIJAN, decidimos coletar textos também em um grupo do cursinho preparatório da UEL. Finalmente, o quarto e último grupo de controle foi coletado para observarmos se o tema proposto tinha influência ou não sobre o fenômeno analisado, pois o quarto grupo foi constituído de textos de redação de vestibular, cujo tema era “as semelhanças e diferenças entre o crime organizado e o terrorismo” (anexo II).

Assim, temos a seguinte tabela que resume o número de textos por grupo:

Tabela 1 - Quantidade de textos por grupo

Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
190	71	110	93	464

Os grupos foram organizados de maneira a dar conta das seguintes condições comparativas:

- a) Entre A e B podemos ter ou não as diferenças de circunstâncias de produção, em A houve o fator “prova”, em B o fato de a produção de texto ter sido realizada fora das circunstâncias do vestibular;
- b) Entre A e B há um hiato de tempo de aproximadamente 4 anos. Além do fator tempo, existe o detalhe de termos sujeitos distintos, embora de perfil semelhante, daí o fato de podermos explorar supostas diferenças ou semelhanças entre os grupos que nos indiquem a participação na mesma FD ou algum distanciamento dela;

- c) Entre o grupo A e C, teremos a diferença geográfica, mas o perfil social é muito semelhante, sendo que C pertence à grande Londrina, em sua maioria, enquanto A pertence às cidades de Jandaia do Sul e Apucarana, e às pequenas cidades circunvizinhas.
- d) Entre o grupo A e D, existe a semelhança no que diz respeito à realização da prova, o que poderá excluir a suspeita de que a alternância é provocada pela pressão da avaliação que faz o aluno "errar". Além disso, coloca à prova se o tema é suficiente para provocar ou não o fenômeno.

Vale ressaltar que a princípio, os comandos própostos poderiam influenciar nos resultados, como por exemplo, pensarmos que o termos como “política”, “problema” “exclusão” contribuíssem para que os textos falassem apenas de tais temas. Isso não necessariamente se comprova, não podemos dizer categoricamente que a presença de um termo seja suficiente ou não para ativar todas as memórias. Exemplo disso foi que o próprio tema relacionado às “cotas” não apareceu, muito embora o termo “cota” também esteja presente no comando. Outros testes poderiam ser feitos com as paráfrases dos comandos das propostas, mas ao nosso ver, há pouca probabilidade desse tipo de relação imediata. Nesse caso a memória discursiva fala mais alto.

4.3 O tratamento dos textos

O tratamento dos textos seguiu passos simultâneos e, algumas vezes, complexos. Foram procedimentos que julgamos serem bastante materiais, ou melhor, voltados para a materialidade do discurso. A seguir passamos a descrever os passos tomados em tais procedimentos.

Primeiramente, os textos foram digitados para que pudessem ser analisados pelos softwares que descreveremos a seguir. A princípio tínhamos por objetivo ser fiéis à grafia dos informantes sem lhes fazer quaisquer correções, mas não foi possível por que um dos sistemas, o Lexico3, identificaria como diferentes as palavras “situação” e “cituassão”, as quais, para os nossos informantes, teriam o mesmo sentido. Também foram excluídos dos textos os seus títulos, em virtude de

alguns pontos: a) o tratamento pelos softwares envolveriam os títulos na massa do texto; b) os títulos representam um fragmento que, muitas vezes, não tem relação com o conteúdo – pelo menos nos exemplares coletados; c) finalmente, os títulos não representam qualquer aspecto de relevância à nossa pesquisa no que diz respeito à erupção das pessoas enunciativas.

Para a análise dessa massa de textos, foram utilizadas duas ferramentas distintas, sendo que cada uma tinha por objetivo desenvolver diferentes abordagens, mas que no final seriam coadunadas. A primeira ferramenta foi o software Systemic Coder, que é fornecido gratuitamente pela Wagsoft (www.wagsoft.com) e o segundo o Lexico3, desenvolvido por pesquisadores da Sorbonne Nouvelle (www.cavi.univ-paris3.fr/ilpga/syled/cla2t.htm). Cada qual foi tomado como um método específico, mas ambos com o mesmo pressuposto de se utilizar os dados estatísticos como indicadores para nosso trabalho.

O Systemic Coder é um software destinado à categorização e ao levantamento estatístico de partes de um *corpus*. O princípio é de que o pesquisador faça a segmentação do *corpus* e crie seus critérios de análise. Já o sistema Lexico3 faz uma série de operações estatísticas e distribucionais sobre o léxico e expressões em um *corpus*. Ambos sistemas serão melhor bem explorados no decorrer da análise.

4.3.1 Segmentação do *corpus* – o primeiro modelo

Pensamos ser interessante relatar como o nosso método de análise se modificou ao longo da pesquisa para se ter a origem de nossa metodologia.

A primeira questão de ordem analítica que se impôs foi pressuposta pela noção de alternância adotada inicialmente, pois, considerávamos que, se existia a

alternância entre as pessoas enunciativas em um único texto, presumíamos que era necessário que houvessem parâmetros para identificarmos as fronteiras dessa alternância. Somada a essa idéia, supervalorizamos a noção de escopo da pessoa enunciativa, como se seguiu abaixo:

15) Nós sabemos que uma parte desses negros não tem uma chance na faculdade.

A princípio, imaginávamos que a oração principal “nós sabemos” estabeleceria não só a sua regência sobre o restante da frase como também lhe imprimiria o escopo do sujeito enunciado “nós”, assim, todo o restante do conteúdo da frase estaria subordinado à 1pp, não só gramaticalmente, mas, semanticamente, incluindo ainda o que se enunciaria sobre o sujeito da segunda oração, que é “uma parte desses negros”. A frase 15 é deveras simples em relação a outras construções nas quais há muitas orações inclusas, ou mesmo, situações em que o escopo do enunciador ultrapassava aos limites dos pontos e dos parágrafos; além do mais, a língua escrita, nesses casos, não é um bom delimitador, pois não imprime condições ao fenômeno, apenas o reflete.

Diante dessa dificuldade de demarcar, tomamos como base a identificação dos pronomes e verbos que fazem referência às formas da enunciação actancial, ou seja, a referência a 1ps, 1pp e a ausência total de referência, que é o caso da np. Assim, elaboramos um modelo complexo de delimitação do escopo, mas que, ao longo das análises, foi se mostrando um pouco inadequado, e isso tinha uma razão no fenômeno enunciativo, a qual explicaremos ao apresentar as análises dos dados. O primeiro modelo então de segmentação, que se preocupava com o escopo, funcionava da seguinte maneira:

- a) identificação de verbos e pronomes possessivos indicando a pessoa enunciativa;

b) delimitação à direita e à esquerda da marca (verbo ou pronome) levando em consideração fatores sintáticos como:

- relação de orações principais e subordinadas;
- e a troca de pessoa com outra marcação através de verbo ou de pronome

Esses critérios não atingiam satisfatoriamente a totalidade do fenômeno, pois, muitas vezes, nos víamos na necessidade de arbitrar em que parte deveríamos marcar o escopo por meios diversos que os critérios acima. A nosso ver, tal atitude punha em risco os dados, pois seus resultados não refletiam a realidade que encontramos no procedimento enunciativo próprio. Ao decorrer das exaustivas análises, fomos nos apercebendo que esse modelo não seria capaz de dar conta, de todo, da análise, mas era o gérmen de uma idéia que amadureceu e nos pareceu mais coerente.

Nesse primeiro modelo, elegemos alguns critérios semântico-sintáticos que consistiam primeiramente em um simples procedimento de observação intuitiva, tomando-se o item que marca a referência (pronome e verbo) e, depois, observando-se tanto à sua direita quanto à sua esquerda aquilo que julgássemos estar dentro do escopo do verbo ou pronome, ou seja, dentro de um “escopo enunciativo”, na maioria das vezes, colocávamos a extensão das orações como limite. Muitas vezes era difícil enxergar os limites, o que dependia de escolhas com certo grau de arbitrariedade por parte do analista. Observemos o exemplo:

16) *[Ao questionarmos sobre a questão das cotas no Brasil surge uma grande dúvida]¹ [será que dá certo privilegiarmos os negros se o racismo não acabou]², [imagine quantas criticas e mais forma de questionar o negro terá.]³*

← →
Ao **questionarmos** sobre a questão das cotas no Brasil surge uma grande dúvida
será que dá certo ← → **privilegiarmos** os negros se o racismo não acabou,
→
imagine quantas criticas e mais forma de questionar o negro terá.

O critério consistia em analisar, por exemplo, as orações independentes nas

quais surgem as referências e até onde eram verdadeiramente independentes. Normalmente a alternância era marcada entre orações, principalmente pelo verbo. Muitas vezes nos enganávamos verificando até onde ia um determinado escopo como observado no exemplo acima, e os parágrafos e frases não significavam limites ou segmentações confiáveis. A partir da segmentação das partes do texto, fizemos então a sua qualificação conforme o esquema abaixo, através do Systemic Coder:

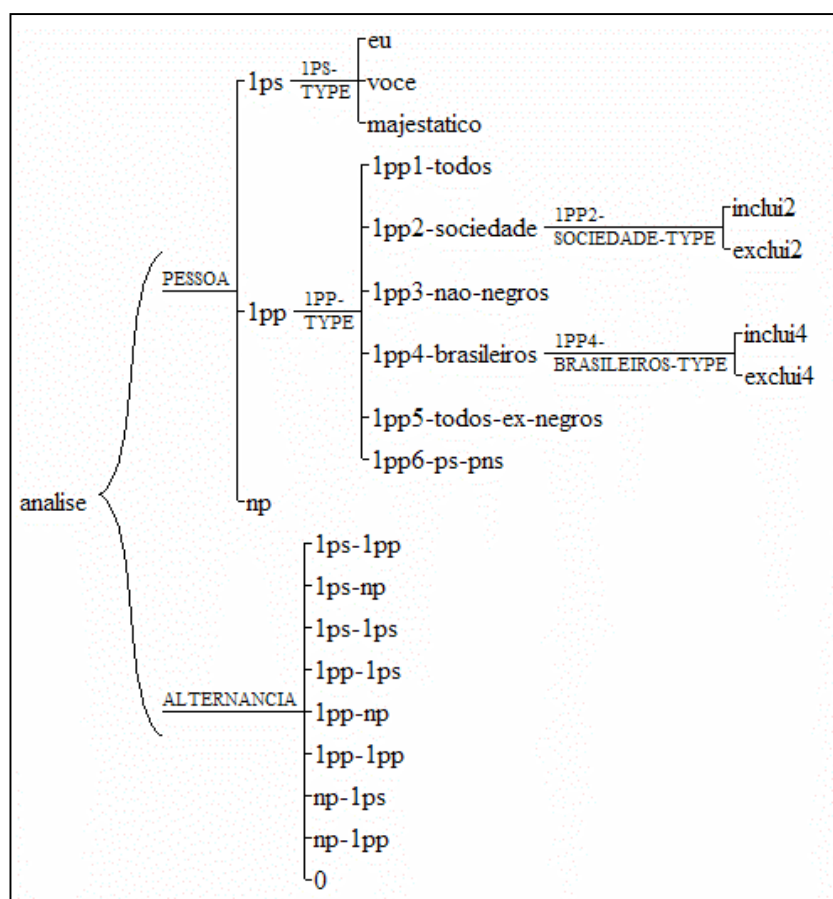


Diagrama 2 - Critérios de análise dos textos segmentados – 1º. Modelo

O esquema também se mostrou falho, em virtude de uma série de fatores que veremos a seguir, no entanto ele serviu de base para os procedimentos mais simplificados a *posteriori*. O esquema foi construído para caracterizar as pessoas enunciativas e também sua alternância, além de esboçar os níveis de análise.

Assim, temos as três formas: pessoa subjetiva (primeira pessoa do singular), pessoa subjetiva com efeito de plural (primeira pessoa do plural), o enunciado em não-pessoa (terceira pessoa para a gramática normativa). Em um segundo nível, há pelo menos algumas modalidades de efeitos da 1ps, a primeira pessoa propriamente dita, ou seja, quando o sujeito demarca sua enunciação através dos pronomes e das marcas verbais da primeira pessoa do singular; no caso, o demarcado pelo pronome “eu”. Há ainda outras duas formas que consistem em estratégias distintas, como é o caso de debrear a *pessoa não-subjetiva* que consistem na *segunda pessoa gramatical*, ou ainda a *terceira pessoa gramatical* como efeito de segunda pessoa como o “você(s)”, ou seja, ao enunciar “você” pressupõe-se o “eu” enunciador. Outra modalidade enunciativa da primeira pessoa do singular é encontrada em três tipos de situação, conforme Fiorin (2002, p. 96) que estariam associados ao “tipo de texto”: a) plural majestático, b) plural de humildade, c) plural de autor. O primeiro se aplicaria a pronunciamentos solenes de autoridades (Papa, presidente etc.); no entanto, é importante lembrar que tanto os tipos “a” e “b” de enunciação de plural representam uma diluição do efeito subjetivo da debreagem de um “eu”. No caso do segundo, o plural de humildade ou modéstia tem por finalidade amenizar a subjetividade que em determinada situação poderia ser pedante, ou colocaria o enunciador em pé de igualdade com o enunciatário. Por fim, a última modalidade é a que tenta diluir o discurso da subjetividade: “Nesse caso, o enunciador usa ‘nós’ porque não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, ele tem atrás de si a comunidade científica e, para além dela, da própria ciência” (idem, p. 97).

Diante dessas noções, teríamos, nos textos analisados, um desses perfis de 1ps travestida em 1pp? Consideramos que, nos textos, dada a condição e situação dos informantes, as enunciações não se construíam sobre as possibilidades de “a”,

“b” ou “c”, pois em “a” a situação já descarta o uso majestático desses enunciadores, haja vista o anonimato das informantes. Já no caso de “b”, não haveria razão para omitir a primeira pessoa, por uma questão de humildade, haja vista que o texto produzido na situação de redação de vestibular exige opinião; a priori, poderia ser “pessoal”, ou seja, subjetiva no sentido comumente usado. Assim, os enunciados que julgávamos “majestático” (sendo um 1ps travestido em 1pp) passou a ser percebido como 1pp mesmo, pela idéia contida no conceito “c” (plural de autor), muito embora não tenhamos cientistas falando do lugar da ciência, mas sim um sujeito enunciando a partir do *senso comum*, que pode, através desse artifício, levar a alguns efeitos de sentido:

- i) o *eu* enuncia da posição de uma coletividade que tem uma crença comum, ou melhor, que compartilha as mesmas formações discursivas;
- ii) o *eu* enuncia se dissipando nessa mesma coletividade incluindo também o enunciatário, no caso pode ser um nós mais complexo ainda incluindo referencialmente três instâncias: pessoa subjetiva + pessoa não-subjetiva + não-pessoa.

A partir dessas reflexões, percebemo-nos diante de um novo modelo que deveria considerar o surgimento da 1ps em forma de 1pp, como efeito de “autoria”, conforme propôs Fiorin, mas no sentido de ser esse autor alguém que enuncia a partir do *senso comum*. Na análise dos dados, isso será melhor observado e então veremos que o *senso comum* e a formação discursiva, podem ser, funcionalmente, as mesmas coisas, mas que estão sob etiquetas distintas.

Ainda para a construção do primeiro modelo, partimos da idéia de que a primeira pessoa do plural (1pp) apresenta diferentes desdobramentos e possui um estatuto muito diferente das outras modalidades enunciativas. Concordamos com Benveniste ao considerar a complexidade da 1pp, primeiramente porque os pronomes não podem ser agrupados em um conjunto de léxicos que sofram o

mesmo processo banal de pluralização. Prova disso, em primeiro lugar, é o fato de, na relação singular e plural, como em “Eu X nós”, “tu X vós”, não haver o simples acréscimo do morfema do plural, como acontece no caso de “ele X eles” Em segundo lugar:

Está claro, de fato, que a unicidade e a subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma *junção* entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. (BENVENISTE, 1995, p. 256)

Portanto, esse “não-eu” pode ser um “tu/você”, um “vós/vocês” ou um “ele(s)”, de modo que o “nós” se desdobra nas seguintes possibilidades de ocorrência:

- a) nós = pessoa subjetiva (majestático, modéstia, autoria) que tem o *status* de 1ps;
- b) nós = pessoa subjetiva + pessoa não-subjetiva (eu+você/vocês);
- c) nós = pessoa subjetiva + não-pessoa
- d) nós = pessoa subjetiva + pessoa não-subjetiva (eu+você/vocês) + não-pessoa;

Exemplos:

17.a') *Acreditamos na inocência de nosso cliente. (Advogado em uma entrevista).*

17.b') *Vamos dar uma pausa para tomarmos um café? (Colegas de trabalho).*

17.c') *Estamos reivindicando um reajuste salarial e também a compensação para repor as perdas. (Representante sindical).*

17.d') *Pensemos que a nossa sociedade precisa ajudar os negros.*

A enunciação em 1pp é um fenômeno de neutralização inerente estruturado para compreender o “eu + X”, constituindo-se em uma importante relação opositiva. No que diz respeito ao desdobramento do “X” da fórmula “eu + X”, havíamos proposto inicialmente que existiria o alcance ou escopo da enunciação sobre um determinado segmento do texto, de tal sorte que seria possível segmentá-lo como demonstramos anteriormente. E essa perspectiva nos levou a imaginar que existiriam operações fixas de referência de modo que a extensão do “X” poderia

ser “brasileiros, sociedade, povo, governo” apenas, e vimos que esse tipo de extensão semântica é muito difusa. Inicialmente, o modelo previa até 6 tipos de “nós” cuja constituição poderia ser interpretada pelas seguintes fórmulas:

ps: pessoa subjetiva (enunciador, aquele que fala/escreve);
 pns: pessoa não-subjetiva (enunciatório, aquele que ouve/lê)
 np: não pessoa que pode ser referenciado de diferentes maneiras

1pp1 = ps+np(todos)
 1pp2 = ps+np(sociedade) + np(negros)
 1pp2 = ps+np(sociedade) – np(negros)
 1pp3 = ps+np(não-negras)
 1pp4 = ps+np(brasileiros) + np(negros)
 1pp4 = ps+np(brasileiros) – np(negros)
 1pp5 = ps+np(todos) – np(negros)
 1pp6 = ps+pns

Isso não significa que alguns enunciados tenham se dado apenas da maneira descrita nas 6 fórmulas, mas, ao serem aplicadas, elas demonstraram que não eram suficientes para delimitar todos os efeitos da 1pp, daí passamos a rever as subdivisões propostas para 1pp tal qual fizemos para 1ps. A primeira reformulação foi sobre 1pp6, que previa uma enunciação semelhante a “17.c'”, tornou-se algo muito raro e difícil de ocorrer nos textos. Ficamos, então, diante de um impasse: como poderíamos dizer se uma enunciação em 1pp seria realmente a enunciação em 1ps de “autoria”? Até que ponto não seria o 1pp1 (todos)? Vejamos algumas enunciações difíceis de serem categorizadas:

18) É tempo de parar e refletir o que somos e temos.

19) Acreditamos que para eliminarmos essas desigualdade é possível dar estruturas a essas pessoas e oportunidades.

A princípio, havíamos caracterizado o enunciado “18” como 1pp6 por parecer conclamar o enunciatório a uma atitude, mas o efeito é de atingir uma extensão maior de referência. E os argumentos para não ser uma modalidade de ps+pns é

que nessa modalidade de texto escrito, não temos circunstâncias situacionais explicitadas, como seriam os casos dos exemplos “17.a’, b’, c’ ”, ou ainda de um bilhete pessoal, como “Mamãe, me espere que possamos estar juntos em casa. Ass. Seu filho.”. Há, nos textos do *corpus*, a distância entre os interlocutores por espaço e tempo; ademais, não há qualquer delimitador que indique a extensão em “sociedade, país” como seria o caso de uma enunciação como “O nosso país...” ou “A nossa sociedade...”, o que nos leva a inferir que se há a marcação do quantificador universal “todos” ou a sua ausência: temos o efeito da extensão sobre toda a humanidade. Daí a categoria 1pp6 deixou de existir em nossa análise, passando as suas enunciações a figurarem na 1pp1. Diante dessa mudança, como categorizar o que seria *1ps – autoria* ou *1pp1 – todos*? Para podermos fazer esse tipo de análise, optamos pela natureza sintático-semântica de determinados verbos em selecionar os argumentos como “experienciador” ou “agente”. Os argumentos experienciadores são desencadeados por “verbos psicológicos”, segundo a Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos de Franchi (1975), e suas conseqüentes modificações. Vejamos o que Caçado fala sobre verbos como “temer”, “acreditar” (CANÇADO, 2002, p. 2):

Segundo a literatura na área, os verbos psicológicos apresentam diferentes fenômenos relacionados à organização da estrutura argumental e à ligação de anáforas. Nesses verbos, o argumento que recebe o papel temático de Experienciador pode aparecer tanto na posição de sujeito como na posição de objeto na estrutura superficial, parecendo ser essa escolha aleatória:

(1) Mário teme fantasmas.
Exp Tema

(2) Fantasmas assustam Mário.
Tema Exp

Os argumentos experienciadores são muito comuns nos textos de opinião e um dos nossos objetivos em categorizar esses argumentos será compreender quais

serão as suas regularidades de acordo com as pessoas enunciativas. Para tanto, seguiu-se um procedimento analítico que foi inventariar as pessoas enunciativas, depois relacioná-las a determinados paradigmas designacionais e observar quais os argumentos figuravam nas pessoas enunciativas, estatisticamente.

Dentre os três modos de enunciar encontrados nos textos, a não-pessoa se comportou como a sua natureza já lhe determina: apenas um efeito de sentido, pois ela consiste na embreagem actancial porque, essencialmente, há sempre um sujeito pressuposto enunciando. A questão é que ele não faz referência a si mesmo, ele não se auto-enuncia como nos outros casos. Os efeitos de sentido de cada uma dessas pessoas serão tratados nas análises e conclusões sobre os textos e as oposições entre os grupos de controle. Os dados levantados nos mostrarão algumas regularidades enunciativas e discursivas sobre essas condições.

Para demonstrar como o método progrediu nessa primeira fase, elaboramos um exemplo, que pode ser visto no texto a seguir:

(Grupo A, texto 188) [Sem dúvida a idéia de criação de cotas para o ingresso de negros em universidades é um tanto polêmica.] [De um lado, vemos talvez, a única solução para uma menor desigualdade nas universidades e maior oportunidade para os negros, mas por outro, contribuimos para que o racismo não acabe e quem sabe com essa atitude, não estaríamos aumentando a desigualdade.] [Será que sua aprovação dependeria da cor?] [Devemos também levar em consideração o fato de que uma percentagem destinada a negros pode talvez acabar gerando mais restrições à sua entrada sabendo que nossa população não tem só 20% de negros, como ficaria se mais candidatos negros fossem aprovados com melhores resultados que candidatos brancos, será que eles poderiam ocupar os seu lugares ou teriam que disputar somente os seus 20% de cotas?] [Acredito que a criação de cotas para universidades não seja a solução, mas sim uma possibilidade de preparação no Ensino Médio igual para todos. Acho que em termos de educação, o investimento deveria ser no "antes" de uma universidade para que não haja restrições de quantos podem estudar, para que então todos possam disputar, igualmente as vagas oferecidas, sem ter que responder "preto ou branco".]

O diagrama a seguir foi concebido para tentarmos visualizar o movimento da alternância, ainda consideras fronteiras bem delimitadas entre as partes do texto

segundo o escopo da enunciação.

	1ps	1pp	Np	Segmento
1	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Sem dúvida [...] polêmica.
2	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	De um lado [...] desigualdade.
3	<input type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Será que [...]da cor?
4	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	Devemos [...] cotas?
5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>	Acredito [...] branco”.

Diagrama 3 - Primeiro modelo de análise

Esse diagrama tenta dar conta dos movimentos enunciativos nos textos, tendo servido para nos ajudar a perceber que uma boa quantidade de alternâncias eram bastante recorrentes e dão alguns indícios do comportamento enunciativo dos sujeitos dos grupos. No entanto, as análises mostraram algumas coisas importantes que exploraremos mais especificamente nos capítulos que versarão sobre os resultados. Mas, de antemão, precisamos deixar claro que mudamos o nosso modelo conceitual, não nos preocupando com as balizas que demarcassem, no texto, a fronteira entre um modo de enunciar e outro. Essa mudança de perspectiva se deu pelo levantamento estatístico que demonstrou uma grande massa de texto, por exemplo, em np. Assim, ao invés de pensarmos na divisão entre as partes de um texto, procuramos identificar as zonas de “erupção”. Isso significa que, via de regra, a np é a modalidade enunciativa básica, ou melhor, a principal. Usando uma analogia geológica, diríamos que a crosta terrestre é a não-pessoa, que acaba, em determinadas situações, sofrendo fissuras, nas quais eclodem o magma e o gás formando montanhas e elevações, que poderiam ser, respectivamente 1pp e 1ps.

Assim, o modelo passou a ser, horizontal, ao invés de vertical.

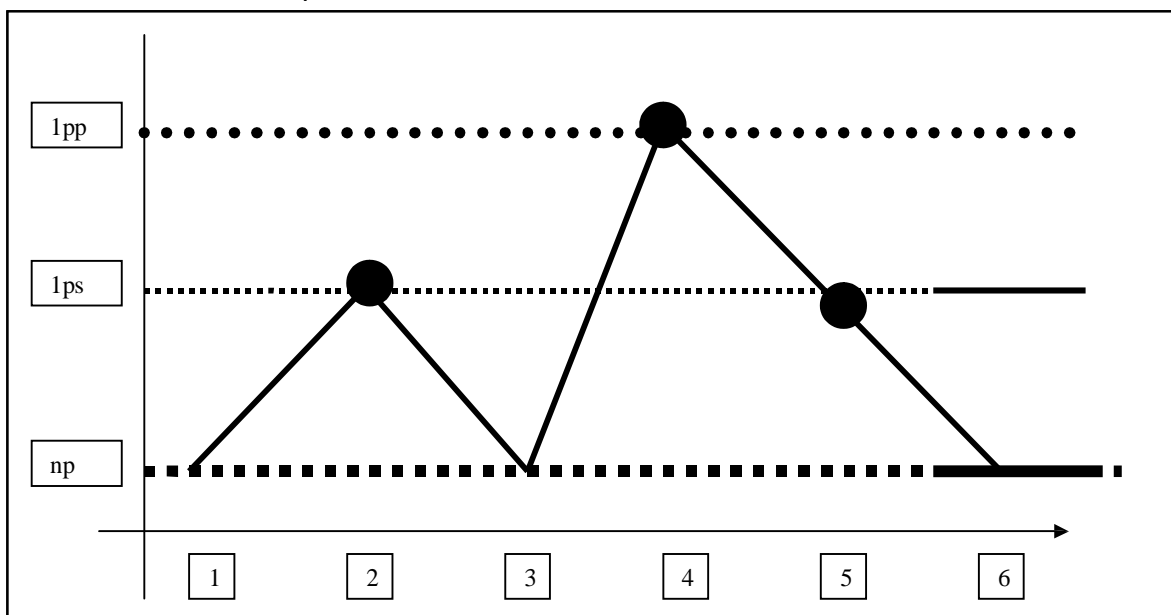


Diagrama 4 – Segundo modelo de análise

Um segundo momento de nossa análise implementou algumas metodologias da estatística textual. Após a construção do mapa topográfico de cada um dos textos, tanto o grupo analisado quanto dos grupos de controle, usamos algumas ferramentas de análise lexicométricas. Não bastava tentarmos compreender a topografia da erupção das pessoas, era necessário compreender também como e onde se distribuía as pessoas enunciativas e, daí, poderíamos compreender um pouco da dinâmica da referência às identidades.

Muito embora tenhamos abandonado a noção de escopo, ainda seria possível compreendermos quais seriam as zonas de influência da pessoa enunciativa e perceber quais as zonas de influência ou predominância seriam de 1ps, 1pp ou np. Após essas reflexões, decidimos alterar o modelo de análise empregado, como se segue.

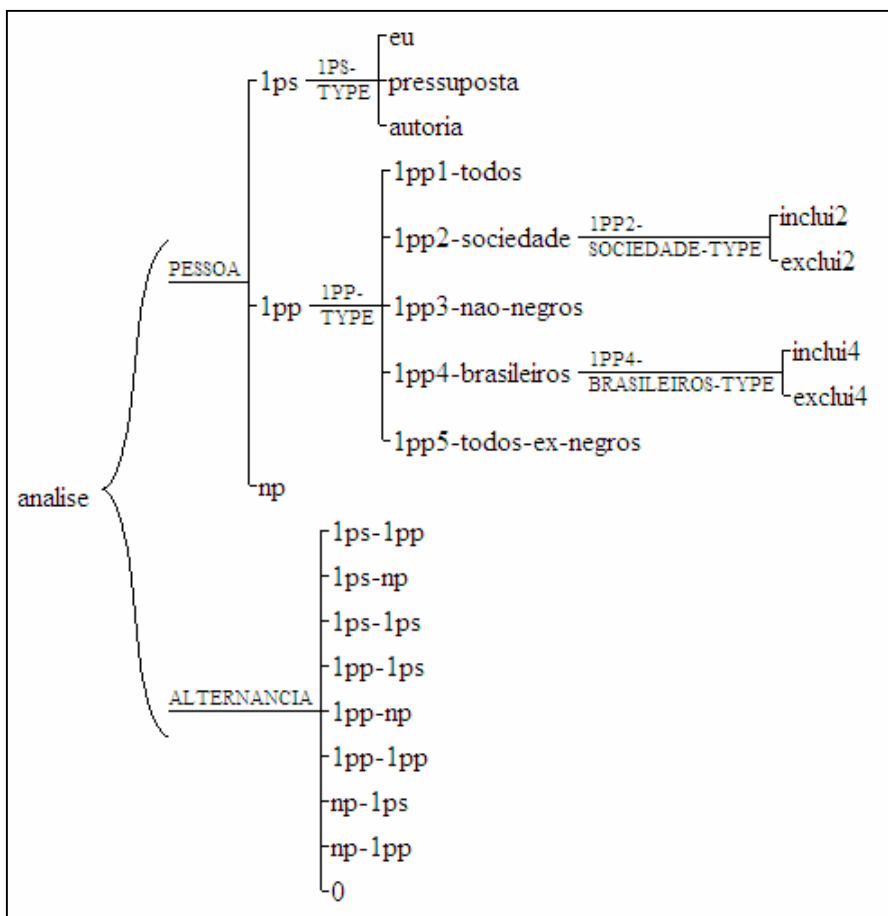


Diagrama 5 - Modelo final de segmentação

Todo esse esforço analítico é uma tentativa de se compreender a dispersão dos discursos em sua materialidade e, daí, reconstruir as regularidades contidas neles até o ponto de identificar as formações discursivas presentes em enunciados de sujeitos tão diferentes. Também percebemos a necessidade de um modelo semântico que desse conta de alguns aspectos na construção da imagem do outro pela enunciação, como veremos mais adiante. A título de demonstrarmos os procedimentos de análise, apresentamos o funcionamento do Systemic Coder, passo a passo :

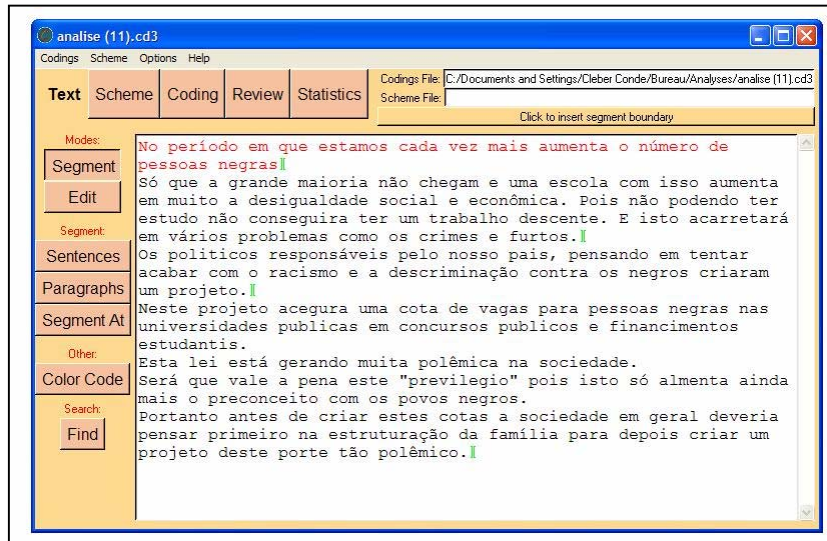


Ilustração 1 - Tela de segmentação dos textos

Esta primeira tela do dispositivo demonstra o modo de segmentação, o qual observamos nas marcas "II" verdes; nesse item, as segmentações podem ser implementadas conforme queira o pesquisador. Em um segundo momento, o pesquisador cria seus critérios de análises como se vê na tela seguinte.

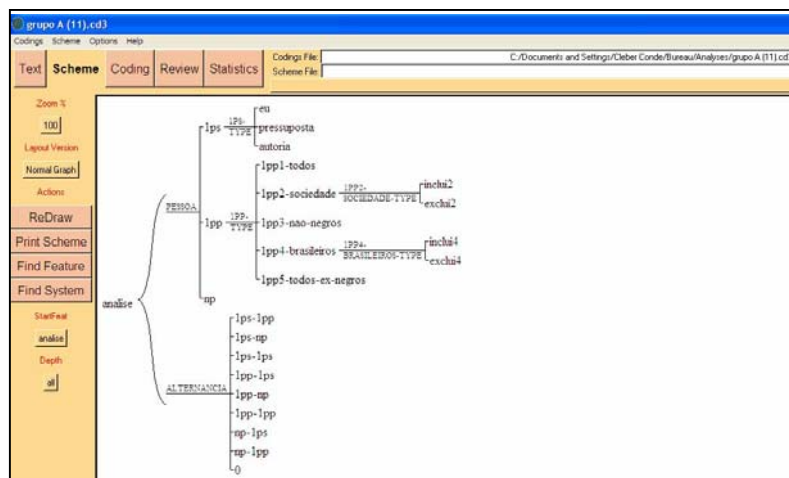


Ilustração 2 - Tela de critérios

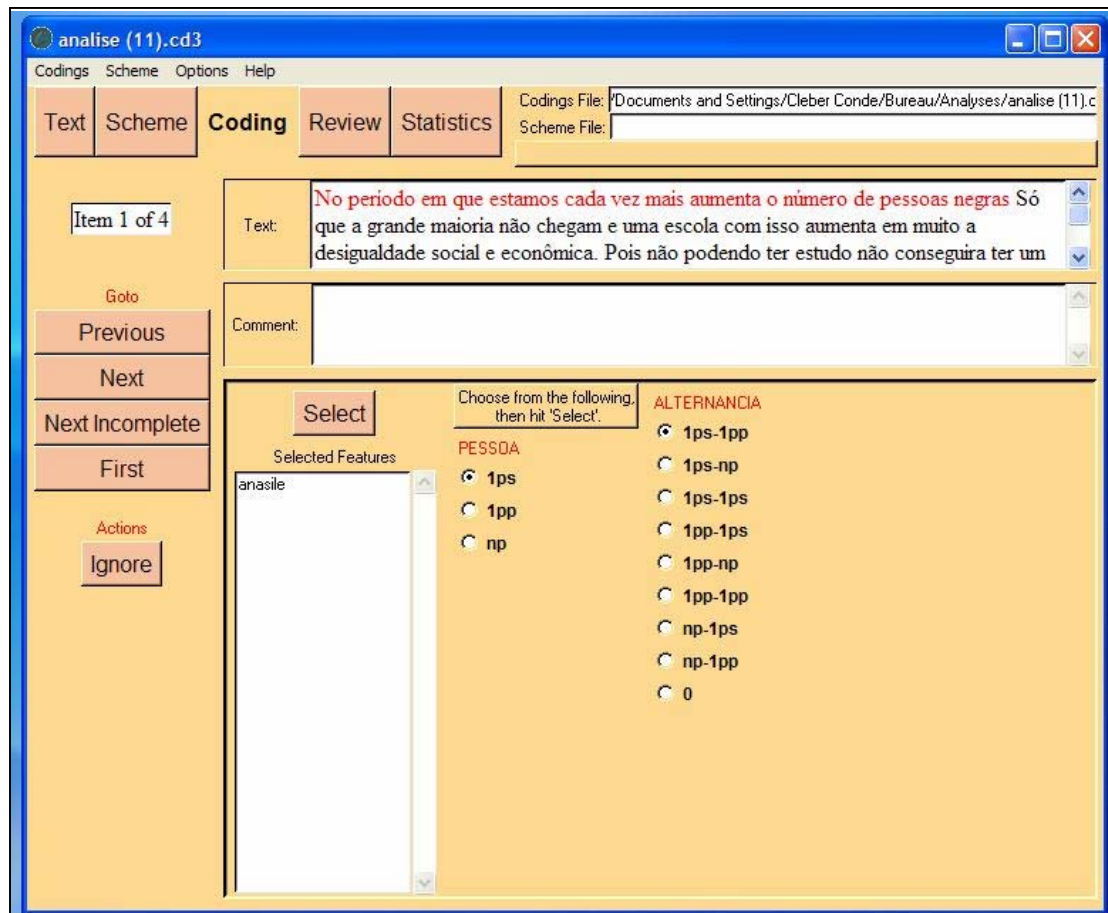


Ilustração 3 - Tela de análise

A ilustração 3 demonstra os procedimentos de análise. A partir do botão “Coding” o sistema seleciona os trechos segmentados, como vemos na janela “text” e o analista categoriza aquele trecho conforme o esquema de análise criado. Assim, vemos duas colunas, “Pessoa” e “Alternância”, com seus respectivos critérios, cabendo ao analista marcar o item correspondente. Se há uma subdivisão do item, como em, por exemplo, 1ps ou 1pp, as categorias respectivas irão surgir para serem definidas, e assim sucessivamente até a última categorização. Cumpre-nos alertar que nenhum dos sistemas utilizados faz análise automática dos textos: eles, simplesmente, organizam as estatísticas conforme os critérios elaborados pelo analista. A máquina, neste caso, só foi um instrumental para a extração de dados,

como se vê na ilustração seguinte.

System	Feature	N	Mean
PESSOA	ips	0	0.0%
	ipp	2	50.0%
	np	2	50.0%
1PS-TYPE	eu	0	0.0%
	pressuposta	0	0.0%
	autoria	0	0.0%
1PP-TYPE	ipp1-todos	1	25.0%
	ipp2-sociedade	0	0.0%
	ipp3-nao-negros	0	0.0%
	ipp4-brasileiros	1	25.0%
	ipp5-todos-ex-negro	0	0.0%
1PP2-SOCIEDADE	inclui2	0	0.0%
	exclui2	0	0.0%
1PP4-BRASILEIR	inclui4	1	25.0%
	exclui4	0	0.0%
ALTERNANCIA	ips-ipp	0	0.0%
	ips-np	0	0.0%
	ips-ips	0	0.0%
	ipp-ips	0	0.0%
	ipp-np	2	50.0%
	ipp-ipp	0	0.0%
	np-ips	0	0.0%
	np-ipp	1	25.0%
	0	1	25.0%

Ilustração 4 - Tela de resultados estatísticos

Por fim, a tela de resultados estatísticos demonstra a quantidade de ocorrências em um *corpus* que pode ser um texto ou diversos. Na ilustração, utilizamos apenas um texto ilustrativo, mas, na análise completa, temos os textos organizados por grupo, como veremos mais adiante na análise dos dados.

4.3.2 O papel da Estatística Textual

Dentre as ferramentas de análise que utilizamos nesta pesquisa, a Estatística Textual (*Statistique Textuelle* – ST) será de extrema importância, pois, como dissemos anteriormente, a noção de materialidade do sentido, para nós, passa pelos fatos lingüísticos, de tal modo que a freqüência, as posições das recorrências de determinados léxicos ou sintagmas representam discursos. Situaemos um pouco mais a ST antes de abordarmos alguns procedimentos propriamente analíticos.

Segundo Lebart e Salem (1994), o sucesso alcançado pelas aplicações do método estatístico em numerosos domínios das ciências naturais (Física, Biologia, etc.), mas também nas ciências humanas (Psicologia, Economia, etc.) e compreendido nas disciplinas que tocam a utilização da linguagem, acaba por chamar a atenção dos especialistas nos estudos do vocabulário⁴⁴. Inicialmente, descobertas como as leis empíricas permitiam, inicialmente, melhorias no domínio da descrição e as distribuições lexicais passam a ser estudadas sob o signo da psico-biologia da linguagem por G.K. Zipf (1935). Já os primeiros trabalhos e estudos que aplicam o método estatístico à análise de textos reagrupavam costumeiramente uma série de abordagens quantitativas, mas isso ocorria sobre um conjunto de unidades lingüísticas que se repertoriavam em um mesmo texto (fonemas, lexemas).

Em um segundo momento, a ST (G.U. Yule, P. Guiraud e depois Gh. Muller, conforme Lebart e Salem, 1994) procura resolver uma série de problemas propostos por diferentes pesquisadores em estilística, que estavam preocupados com estudos comparativos sobre o vocabulário de "grandes autores" e em particular de autores do teatro clássico francês do século XVII. Essa corrente havia fixado alguns objetivos que levavam ainda a marca das preocupações formuladas bem antes do surgimento dos métodos quantitativos, que era a medida da evolução do vocabulário de um mesmo autor ao longo de um período durante o qual ele produziu sua obra; É nesse contexto que nasce a idéia de "riqueza vocabular". Os trabalhos dessa modalidade de *estatística lexical* estão também nos manuais de estatística "do uso literário"; eles permitirão objetivar pela contagem as apreciações trazidas pelos pesquisadores de estilística bem antes dos métodos quantitativos. Tais trabalhos

⁴⁴ Segundo Pierre Guiraud: "A Lingüística é a ciência estatística tipo; os estatísticos sabem muito bem disso, a maioria dos lingüistas ainda ignoram tal fato. ("La linguistique est la science statistique type ; les statisticiens le savent bien, la plupart des linguistes l'ignorent encore"), (Guiraud, 1960).

trarão à tona numerosas dificuldades ligadas à definição das unidades de contagem. A parte lingüística dessas pesquisas reside essencialmente na escolha racional das unidades de análise que servirão de base às análises posteriores, ou seja, contam-se palavras, léxicos, sintagmas lexicais, ou sintagmas? Esta é uma pergunta em aberto que caberá ao pesquisador e suas pretensões.

Paralelamente, os métodos desenvolvidos nesse mesmo quadro foram apresentados por G. Herdan, sob o nome de *Lingüística Estatística*, como "a quantificação da teoria Saussuriana da linguagem". Segundo Herdan (apud LEBART; SALEM, 1994), essa disciplina se apresenta como um ramo na lingüística estrutural, tendo por principal função a descrição estatística do funcionamento (em um *corpus* de texto) das unidades definidas pela lingüística em diferentes níveis de análise lingüística (fonética, lexical, frástica).

A evolução do método chegará com a Inteligência Artificial e a Informática, pois a partir daí teremos uma aceleração das ferramentas de análise, mais do que contar palavras e verificar a sua distribuição, os sistemas de informática e o método estatístico permitirão com que o analista se debruce sobre uma quantidade de dados grande e pode tratá-la com extrema agilidade. Conceitos como "crescimento vocabular", "segmentos repetidos", "concordância", "análise fatorial" vão permitir encontrar pistas sobre o comportamento discursivo, como é o nosso caso, pois, através da constituição de paradigmas designacionais e a sua relação com a pessoa enunciativa, podemos perceber aspectos significativos dos discursos analisados. Não faremos definições de conceitos neste momento, mas na medida em que fizermos a análise quantitativa dos textos, observaremos os aspectos mais relevantes para as finalidades específicas.

Para compreendermos melhor o fenômeno, desenvolvemos uma metodologia

quantitativa que nos serviu de base para interpretarmos alguns fenômenos. É necessário deixar claro que, diferentemente da sociolinguística, a qual, basicamente, se vale de grandes *corpora*, utilizaremos a quantificação, mas do modo que sugere Indursky:

É possível, igualmente, submeter um discurso a uma análise quantitativa. No entanto, a quantificação não visa a selecionar a variável freqüente, em detrimento à variável pouco expressiva. Ao contrário. O analista de discursos procura localizar as variáveis indicadoras de um processo discursivo para iniciar sua investigação sobre a base lingüística. Somente após determinar seu foco de análise é que o analista, se assim o desejar, poderá quantificar seus dados. (INDURSKY, 1990, p. 27)

Os levantamentos em ST desenvolveram-se tanto em um sentido horizontal quanto vertical, o que quer dizer que observamos a contagem das recorrências lexicais de determinados grupos designacionais e também o levantamento das posições com as vozes enunciativas, ou seja, o componente horizontal.

O sistema Léxico 3 apresenta uma série de ferramentas que iremos demonstrar em algumas telas ilustrativas.

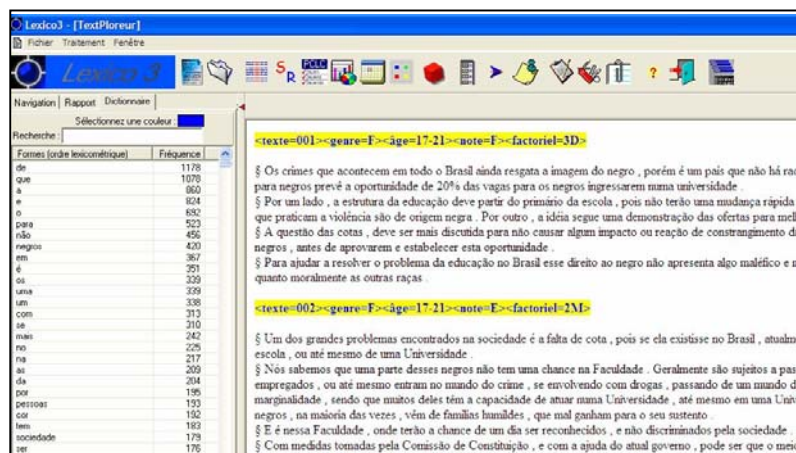


Ilustração 5 - Tela de entrada do Lexico3

Nessa tela de entrada, encontramos as primeiras ferramentas, como “concordância, segmento repetido, grupo de formas”, à esquerda da tela vemos o “dicionário” que faz o levantamento quantitativo das palavras. Já de início

observamos que, no grupo A, a palavra “negros” surge 420 vezes, entre as palavras mais recorrentes das línguas neolatinas, como as preposições, como é o caso de “de”. Ao longo das análises ilustramos os comentários com outras ferramentas utilizadas no Lexico3.

4.3.3 O componente semântico

Ao analisarmos os diferentes textos, não só expressões eram recorrentes, como também estruturas sintáticas e papéis semânticos também. Poderíamos dizer que se trata de um fenômeno da língua, mas nossa perspectiva não desliga a relação entre língua e discurso, o que nos leva ao mesmo princípio que Pêcheux: ver que as estruturas gramaticais não têm valor em si mesmas, mas sim no discurso, e que elas representam a possibilidade de significação, daí o nosso trabalho ter uma dedicação considerável à materialidade do discurso. Foi a partir dessa experiência que nos vimos obrigados a ampliar o enfoque para além das estruturas enunciativas referentes à demarcação do enunciador, sendo que essa sondagem procurava demonstrar quais os casos papéis sintáticos em que se atribui a alteridade dos elementos enuncivos. Isso quer dizer que o sujeito que enuncia da posição do branco atribui ao seu outro, o “negro”, um determinado papel nas orações. Esse papel seria de agente, paciente, beneficiário? E como tais papéis se comportam nos enunciados? Existiria alguma relação em atribuir esses papéis com a formação discursiva dos sujeitos?

Examinaremos, neste item, a possibilidade de desenvolver categorias semânticas como instrumentais de análise; no entanto, esse tipo de incursão tem somente como objetivo tentar, com efeito, descrever aspectos do *corpus*, isso porque não desejamos, de modo algum, desenvolver algum tipo de gramática

descritiva. Não temos por finalidade criar uma descrição do comportamento da língua portuguesa do Brasil, muito embora os enunciados sejam analisados a partir de situações reais e de sujeitos reais historicamente situados. Apesar de não almejarmos esse objetivo, compreendemos que é possível que tenhamos acertado em muitos aspectos descritivos.

Para a descrição, utilizaremos a nomenclatura prevista na Gramática de Casos (FILLMORE, 1968a, 1968b) já reconhecendo de antemão que o modelo foi ultrapassado por outras reflexões, embora algumas bases dessa descrição permaneçam deveras interessantes. Também reconhecemos que tais correntes de análise semântico-sintáticas têm origens e pressupostos muito diferentes da AD, mas isso não invalida, a nosso ver, as possibilidades de analisar e compreender algumas estruturas lingüísticas. Ademais, a AD não criou um modelo e mesmo uma gramática que descreva a materialidade do sentido, ela costuma se valer de procedimentos descritivos de outras teorias, exemplo disso é Indursky (1997).

Para ilustrarmos essa perspectiva, partiremos dos exemplos a seguir:

20) Tem sido grande o preconceito contra os negros tanto na sociedade Educacional quanto em outros aspectos.

21) Esse fato também diminuiria a criminalidade e o envolvimento na drogas, pois só assim os negros sentiriam orgulho de sua cor.

22) E que devem ser dadas a criação de cotas para o ingresso de negros na universidade?

23) Os negros têm capacidade de estudar e cursar uma faculdade ou até mesmo ter uma pós, mas antes de tudo isso.

24) Os negros enfrentam uma série de obstáculos para sobreviverem em meio a uma grande e cruel população.

Na análise sintática da gramática tradicional, teríamos os seguintes papéis para “negros” em:

- 20, complemento nominal, do nome “preconceito”
- 21, sujeito do verbo “sentir” na oração subordinada
- 22, adjunto adnominal de “ingresso” que é o complemento nominal de criação
- 23, sujeito do verbo “ter”
- 24, sujeito do verbo “enfrentar”

Evidentemente, uma análise gramatical é muito chã, pois não toma os diferentes aspectos ou papéis que o termo poderia ter como nos verbos “sentir”, “ter”, “enfrentar”. O fato é que os papéis semânticos desempenhados pelos elementos que identificam as identidades podem ser indícios das formações discursivas. Observamos que, além dos aspectos semânticos dos paradigmas designacionais, é preciso pensar que os papéis semânticos no nível frasal têm uma considerável contribuição. Foi pensando assim que iniciamos também uma frente de análise dessas propriedades semânticas. A idéia é tentar compreender se há alguma regularidade nas preferências enunciativas e os papéis semânticos designados para as identidades, em termos práticos; é perceber, se por exemplo, as referências a “negro” e “branco” estão mais em posições agentivas, ou em outras posições.

Pensando nos papéis semânticos, devemos observar que a centralidade das operações fica por conta dos verbos como pivôs dos papéis semânticos, diferentemente das gramáticas tradicionais que prevêm os papéis semânticos a partir dos termos em si e não considera as relações entre os nomes e verbos para a interpretação. Para Chafe (1979, p. 96) os verbos têm outro papel:

Minha suposição será a de que o universo conceptual humano total é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas. Uma, a área do verbo, engloba estado (condições, qualidades) e eventos; a outra, a área do nome, engloba “coisas” (tanto objetos físicos como abstrações coisificadas).

A natureza distinta dos nomes e dos verbos é uma unanimidade entre os

lingüistas; a diferença fica por conta da abordagem que cada um lhes dá. Na citação de Chafe, não podemos deixar de notar o elemento cognitivista, o que não implica que aspectos do discurso também não tenham algum aspecto cognitivo. Devemos pensar no próprio conceito de cognitivo, ou seja, que a apreensão do mundo e o próprio funcionamento psíquico estão intimamente ligados à visão de mundo de uma cultura, de uma língua, o que aproxima a visão da AD das estruturas da língua como um sistema independente, mas atualizável capaz de materializar as ideologias, como ficará mais claro na análise.

Se o verbo seleciona os nomes que o circundam, que tipo de relação pode ser essa? Se os verbos selecionam argumentos, há alguma predileção por alguns argumentos e verbos a serem enunciados em 1ps, 1pp ou np? Primeiramente, a relevância, a nosso ver, é o arranjo que se dá a vozes enunciativas ao atribuírem às “coisas” papéis semânticos. Ora, se um considerável número de ocorrências na voz passiva pode, dentro de um *corpus*, ter um determinado significado, podemos inferir que as posições de argumentos ocupadas por determinados termos, como “negro” é recorrente em uma dada posição sintático-semântica, o que pode ser indício de algo sobre o qual se pode refletir.

Voltando aos exemplos de 20 a 24, vemos diferentes funções para o léxico “negro” que basicamente designa algo no mundo, mas designar não é o suficiente, é preciso lhe atribuir papéis nesse mundo, em função de ações ou estados ligados a esse ente. Por isso, cumpre-nos, primeiramente, examinar os verbos ou expressões verbais componentes das frases para entendermos suas naturezas e os comportamentos nas estruturas. Ao separar estados, processos e ações, Chafe (1979) caracteriza os verbos através de testes, muito semelhantes aos de Kleiber (1984, 1994, 1997) já vistos em capítulo 1 de nossa pesquisa.

Observemos então como ele caracteriza as diferenças entre estado, processo e ação, para o que utilizaremos os seus exemplos traduzidos em português, muito embora reconheçamos que de uma língua para outra as traduções deixam a desejar, no entanto o que nos interessa, basicamente, é a reflexão. Vejamos:

- 25.a. The wood is dry. (A madeira está seca.)
 b. The rope is tight. (A corda está esticada.)
 c. The dish is broken. (A travessa está quebrada.)
 d. The elephant is dead. (O elefante está morto.)
- 26.a. The wood dried. (A madeira secou.)
 b. The rope tightened. (A corda esticou.)
 c. The dish broke. (A travessa quebrou.)
 d. The elephant died. (O elefante morreu.)
- 27 a. Michael ran. (Michael correu.)
 b. The men laughed. (Os homens riram.)
 c. Harriet sang. (Harriet cantou.)
 d. The tiger pounced. (O tigre pulou.)
- 28.a. Michael dried the wood (Michael secou a madeira.)
 b. The men tightened the rope. (Os homens esticaram a corda.)
 c. Harriet broke the dish. (Harriet quebrou a travessa.)
 d. The tiger killed the elephant. (O tigre matou o elefante.)
 (CHAFE, 1979, p. 98)

No grupo 25, temos um nome que apresenta um determinado estado. Nesses casos o autor denomina de paciente, ou seja, o elemento que pertence a um estado; já no grupo 26, 27 e 28, os elementos não pertencem à noção de estado; assim, Chafe caracteriza a diferença entre estado e não-estado, sendo que o não-estado pressupõe a existência entre ação e processo que se caracterizam por serem “eventos”, em oposição entre as questões “o que é?” *versus* “o que acontece?”. Geralmente a oposição funciona, mas isso é falível não servindo de regra, mas de princípio.

No grupo 26 percebemos que o nome mudou de estado ou de condição, por isso se tem um “processo”. Nesse caso, ainda é possível dizer-se que o nome é paciente, como no estado; já em 27 não se trata de estado, nem mudança de

estado, mas de algo que “alguém” faz ou provoca. Já no grupo 28, parece que temos as duas coisas, ação e processo, pois o agente faz algo a um paciente, que no caso tem seu *status* modificado.

O princípio é o de que a compreensão dos verbos nos permite também compreender um pouco do papel dos nomes; logo, podemos perceber três posições básicas: agente, paciente e circunstância, mas que podem melhor ser especificadas se utilizarmos alguns pressupostos de Fillmore. Essa incursão pelas categorias semânticas já teve um precedente. Moirand (1988) utilizou-se da metodologia da Gramática de Casos que a ajudou a perceber como os professores de francês, enquanto enunciadores viam as relações de ensino-aprendizagem, e daí a possibilidade de se compreender em que tipo de formação discursiva eles se inscreviam e que tipo de posição-sujeito eles ocupavam. Ao realizamos uma análise, pretendemos fazer semelhantemente ao que Moirand fez, ou seja: averiguar se nossos sujeitos enunciadores costumam colocar alguns termos em determinadas posições (agente, paciente, circunstância), e quais os sentidos que isso pode desencadear. Se os verbos são pivôs dos nomes que os circundam, mas se o *status* semântico dos verbos varia de acordo com sua natureza, função e valor nas línguas, os nomes, por conseqüência, têm seus papéis afetados. Assim, um nome como “negro” pode ter funções de agente, ou de paciente e essas funções distintas podem nos dizer algo sobre a referência enunciativa.

A literatura lingüística sobre a semântica que trata desses casos tem sua origem arraigada nos trabalhos de diferentes pesquisadores dos anos de 1960 e, principalmente, sobre a Gramática Gerativo-Transformacional (GGT), que sofreu diferentes revisões e deu à luz diferentes modelos de análise, como foi com a Gramática de Casos de Fillmore (FILLMORE 1968a, 1968b, 1975); a Teoria da

Dependência Conceitual (Conceptual Dependence Theory – CDT) (SCHANK, 1975); a teoria da Semântica Conceitual (Conceptual Semantic Theory – CST) (JACKENDOFF, 1990) e, no Brasil, Franchi (1975). Em todas essas perspectivas, o problema que se põe é o mesmo: tratar a língua natural por perspectivas que pressupõem o sujeito da vontade. No entanto, sob o nosso ponto de vista, isso não será um problema porque para nós as categorias semânticas levantadas aqui são elementos da língua e do discurso, e não de um sujeito em especial e dono do dizer; o fato da recorrência das categorias só demonstra que esses sujeitos que compartilham uma mesma língua estão afetados por seus sistemas de valores e, conseqüentemente, pelas formações discursivas. Sem querer parecer que estamos fazendo um Frankenstein teórico, iremos unir as categorias de Chafe (1979) e Fillmore (1968a, 1975) para aplicarmos a análise sobre o *corpus*.

Assim, se um verbo é o pivô e ele pode ter a natureza de estado, processo, ação ou processo-ação, seus “pivotados” podem assumir diferentes *status*. Mas antes de tratarmos dos elementos, é premente falarmos sobre as posições de argumento. A princípio, as categorizações gramaticais sobre o “caso” foram herdadas da tradição dos estudos clássicos, lembrando que o grego e o latim e muitas outras línguas antigas e modernas têm as marcas morfológicas dos casos sintáticos, ou seja, das funções sintáticas. Por outro lado, a Gramática Casual ou Gramática de Casos se origina, como vimos, da GGT.

O primeiro aspecto a ser observado está na oposição entre predicados e argumentos, o que não representa alguma novidade, se pensarmos na lógica fregeana, que podemos formalizar, por exemplo, em:

$x(y, w) = \text{ferir}(\text{policial}, \text{estudante})$

Na superfície da frase podemos ter: “O policial feriu o estudante” ou “O estudante feriu o policial”. O caso é uma questão de superfície sobre o curso das transformações léxico-morfológicas da estrutura profunda em relação à estrutura de superfície. Sabemos que as duas frases têm sentidos diferentes e o verbo “ferir” suporta dois argumentos, que são colocados em posições diferentes, assim, se impõem à pesquisa duas questões: a) qual é o tipo de verbo que seleciona os argumentos? b) e que tipos de argumentos se impõem ao verbo?

Já vimos que os verbos podem ser de quatro categorias, e Fillmore propõe seis modalidades de argumentos:

agentivo, que se aplica ao instigador animado da ação expressa pelo verbo, no entanto, aplicaremos este princípio não a um ser potente para tal (humano, vivo, animal etc.), mas também aos agentes que podem ser metaforizados.

Instrumental, ligado a uma força animada ou a um objeto casualmente implicado na ação ou processo expresso pelo verbo;

Dativo, que visa o ser animado afetado pelo processo;

Factivo, concernente ao objeto ou ser que resulta do processo;

Locativo, expressa a localização ou orientação espacial do verbo;

Objetivo, definido de maneira vaga, porque está ligado aos casos « semanticamente neutros », perceptíveis como um nome cujos papéis no processo variam de acordo como o verbo. (BAYLON; MAGNOT, 2002, p. 142) (tradução nossa)

Segundo Frawley (1992, p. 203) o agentivo é deliberado, potente, ativo, instigador de um predicado e, normalmente, o agentivo é um humano, o que nos põe um problema sobre sentenças como:

29) A sociedade precisa ajudar essas pessoas.

E se deve a dois aspectos: a) “sociedade” não é humano, logo “sociedade” não pode ser um instigador; b) tem-se um verbo deontico que pressupõe uma embreagem enunciativa. Para nós, a agentividade não depende da referência à “realidade” objetiva, mas à realidade da língua e suas potencialidades, ou seja, se

um falante de uma língua natural pode usar o léxico “sociedade” na posição de sujeito e a frase é perfeitamente enunciável em condições normais e compreensível em língua natural, nada mais justo que considerar, então, “sociedade” como um elemento agentivo. Muito embora sua “potência” de ajudar não seja inerente a si mesma, como seria em um ser humano capaz de ajudar, a verdade é que “sociedade” faz parte de um enunciado metafórico, o que nas línguas naturais é perfeitamente possível. A geração de frases, segundo Fillmore segue algumas regras (R) de operação:

(R1) Sentença = Modalidade + Proposição ou (R2) S = M + P

Assim, a modalidade indica se a frase é afirmativa, interrogativa, negativa, imperativa⁴⁵, e a preposição indica as relações casuais existentes entre os verbos e seus argumentos. O “P” é expansível a uma terceira regra:

(R3) P = V + C1 + ... + Cn

De tal sorte, o verbo (V) é associado a um ou vários casos (Cx), por exemplo:

30) *João feriu seu dedo com um martelo.*

O verbo “ferir” permite ao menos dois casos ou dois argumentos. Cumpre ressaltar que outros trabalhos e até mesmo uma nomenclatura mais simples e categorizações diversas existem nessa mesma perspectiva com diferentes nuances, dentre eles Perini (2002) e Cançado (2005).

É preciso observarmos também que os argumentos têm diferentes relações;

⁴⁵Não trataremos do componente modal por uma questão de limite e prioridade, embora ele seja muito importante. Assim, consideraremos apenas a modalidade afirmativa, por dois motivos: a) as modalizações podem ser supra-segmentais e se perdem na escrita; b) a pontuação, que não é muito explorada pelos sujeitos e por isso muitos indícios de modalização se perdem, com exceção de verbos *dicendi*, advérbios e locuções adverbiais.

assim, é que, se pensarmos o verbo como um dos nós, é possível identificarmos hierarquias entre os argumentos.

- Agente (A): o instigador da ação, como vimos acima ;
 - **O policial** bateu no estudante.
- Beneficiário (B): o receptor de um resultado de uma ação
 - O policial bateu no **estudante**.
- Contra-Agente (CA): é um elemento provocado pelo agente a uma ação;
 - O policial fez **seu cachorro** morder o estudante.
- Instrumento (I): a entidade utilizada para uma ação
 - João feriu seu dedo **com um martelo**.
- Objeto (O): aquilo sobre o qual a ação tem um resultado
 - João escreveu **um texto**.
- Paciente (P): é o caso das orações cujo verbo é de estado ou de processo.
 - A madeira secou.

Para os verbos estativos, ainda encontramos duas formas de estados: a) propriedade e b) circunstância, baseados principalmente nas diferenças entre “ser” e “estar”, de forma que é possível relembrar, da filosofia, a diferença entre essência e acidente, em frases do tipo:

30) *As crianças de rua são em sua maioria negras.*

31) *Os negros estão em uma situação de desvantagem.*

Há ainda os argumentos que estão ligados ao verbo indiretamente:

- Finalidade (F): finalidade da ação.
 - João estuda **para a avaliação**.
- Momento (M): o M é o argumento possível na identificação do tempo
 - João parte **amanhã**.
- Lugar (L): é o aspecto da localização;
 - Eu moro **em Londrina**.

Até aqui enumeramos os verbos como elemento principal do nó e da categorização; isso é verdade, mas também há outras formas de se atribuírem casos que não sejam necessariamente os verbos.

Diferentemente, Franchi (1994a; 1997) assume que as relações temáticas não só se estabelecem entre todos os itens lexicais (incluindo aí as preposições), mas também entre expressões complexas. Para definir papel temático, Franchi vale-se da proposta de Dowty (1989), que, embora em outro quadro teórico, tenta estabelecer uma definição mais rigorosa para o conteúdo semântico dos papéis temáticos. Dowty (1989), informalmente, entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de acarretamentos lexicais partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Partindo dessa idéia, Franchi propõe que os papéis temáticos se definem a partir da família de acarretamentos partilhados por argumentos de “expressões predicadoras” e não de verbos. Primeiro, para incluir nesse termo os itens lexicais que entram em relações predicativas, independentemente da categoria sintática em que se manifestem (nome, verbo, adjetivo/advérbio, preposição). Segundo, para dar conta do processo composicional que reconstrói o sentido das expressões complexas. (CANÇADO, 2002, p. 7)

Diante disso, aumentamos o leque de categorias para além do verbo e decidimos por construir uma análise que pudesse identificar os papéis temáticos dos termos do paradigma designacional.

Por várias vezes, citamos *paradigma designacional*, sem ainda defini-lo, por isso é necessário conceituá-lo. Segundo Mortureaux (1993 e 2004, p. 100), o paradigma designacional é a lista de co-referentes, ou seja, de palavras ou de expressões diferentes que fazem referência a um mesmo objeto. Essa tal lista forma um **paradigma designacional** que reagrupa os sintagmas co-referentes a um mesmo referente na realidade. Já o conceito de designação é oriundo de Kleiber (1984). A designação é compreendida como uma forma de apontar um objeto, diferentemente de nomeá-lo, como por exemplo, referir-se a Napoleão Bonaparte por seu nome é diferente de designá-lo por *o vencedor de Austerlitz* ou *o vencido de Watterloo*. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p. 365). Designar não é meramente “apontar” para um objeto na sua existência, mas apontar de uma determinada maneira esse objeto, como seria o caso para Napoleão Bonaparte,

vencido ou *vencedor*. No *corpus*, encontramos palavras como “negro”, “pessoa de pele escura”, “afrodescendente” para designar um indivíduo negro, da mesma forma que temos, para “branco”, também um conjunto de outros termos.

Percebemos que poderíamos fazer uma análise integradora, identificando os paradigmas designacionais, e como seu papel temático se comportava em diferentes modalidades enunciativas. E ainda como a alternância de uma para outra modalidade implicaria também na alternância de elemento do paradigma.

Finalmente, outra opção metodológica foi o uso do termo **sujeito-enunciador**. Primeiramente, isso se deu porque não tratamos do sujeito empírico, que não deve ser confundido com o sujeito dos textos. Este, por sua vez, se desdobra em diferentes enunciadores, sendo ainda que um mesmo indivíduo, composto por diferentes sujeitos e a análise do comportamento desses sujeitos nas formas enunciativas podem revelar algo sobre o discurso. Na verdade, o termo sujeito-enunciador recobre apenas a referência criada pelo efeito de debreagem ou embreagem, porque sabemos que somente um enunciador é quem sustenta a palavra.

Por fim, o último modelo de análise passou por dois processamentos: o levantamento das concordâncias no Lexico3 das expressões dos paradigmas designacionais e a caracterização deles pelo Systemic Coder, a partir dos tipos de verbos que Chafe propõe, aliando-se aos verbos psicológicos, conforme Cançado, e daí a busca de papéis. Embora Cançado (2002) faça uma importante distinção entre papel temático e propriedades semânticas, e explique que um agente pode ser um experienciador na superfície lingüística, vamos, para efeito de nossa análise, distinguir entre “agente” e “experienciador” porque o uso de um ou de outro leva a efeitos de sentido distintos. Além disso, também há o caso dos verbos deônticos

(*dever, ter que*, ou seja, todos aqueles que indicam um dever, uma obrigação) que precisam ser tratados. Assim, seguimos o modelo abaixo para a caracterização dos papéis temáticos de algumas amostragens.

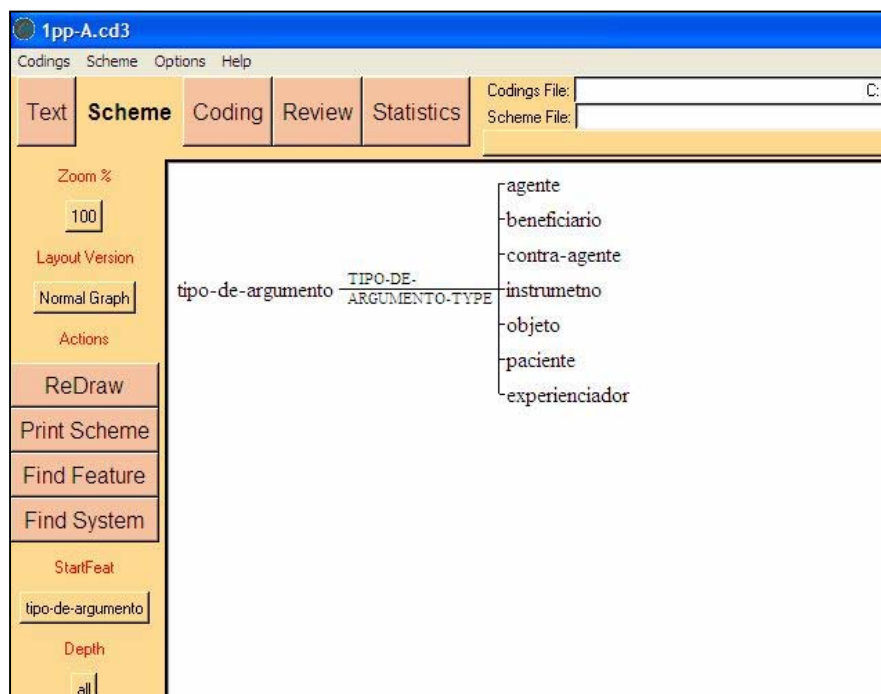


Ilustração 6 - Esquema de análise dos papéis temáticos

As categorias adicionais que acrescentamos ao esquema, além daquelas que Fillmore já havia elencado, foram a de “experienciador” e a de “paciente”, conforme os exemplos abaixo:

- 32) O **negro** tem vergonha da sua cor.
 33) O **negro** não deve ser excluído de nada ele deve ser tratado igual a todos nós.

Em 32, temos o verbo psicológico “envergonhar-se” na sua forma perifrástica popular “ter vergonha”, já em 33 o deôntico “dever”. Na frase 32, o enunciado remete a um discurso bastante difundido entre os sujeitos brasileiros que mobiliza a idéia de que o negro se envergonha de suas origens. Historicamente falando, nos lembramos

de que foram quase 350 anos de escravidão brutal e é óbvio que, para escravizar o outro, além da chibata havia o objetivo de se criar a identidade de um sujeito sem direito algum simplesmente pela sua origem, pelo fato de ser negro. Se tomarmos Foucault (2002), veremos que o método analítico consiste em partir do enunciado chegando até o arquivo. No caso, o sujeito, colocado na posição de branco, ao dizer que o negro se envergonha da sua condição faz remontar à formação discursiva que tenta apagar o passado cruel da escravidão, mantendo-se, pois, à distância do arquivo. Esse tipo de estratégia remete ao que encontramos no capítulo 7 desta tese quando nos referimos à “igualdade essencialista”. Os dados que extraímos dessa análise servem para compreender o discurso e conseqüentemente o arquivo, este, movido pelas dinâmicas da retomada ou então do desejo de esquecimento.

O que queremos dizer com isso? Que o método quantitativo e as descrições semânticas e sintáticas dos enunciados têm sua base empírica nos postulados da AD, ou melhor, que a metodologia empregada não é nada mais que a materialização em experimentos bastante “objetivos” no sentido próprio das ciências naturais. Há uma grande resistência no meio acadêmico brasileiro a procedimentos científicos nas ciências ditas humanas, mas é preciso, novamente nos importarmos com o objeto de análise e depois com as nossas “crenças” científicas. É preciso realizar, como recomenda Kuhn (2000) uma *epoké* (esvaziamento) de nossas crenças para observar um novo conhecimento ou perspectiva, compreendendo-o para, em seguida, criticá-lo. Diríamos que Foucault e Pêcheux estavam certos, mas lhes faltavam os recursos dos quais hoje dispomos para realizar os seus projetos.

Na frase 33, temos um verbo que não expressa processo nem ação, mas está muito próximo de predicar uma noção estativa. Assim, os verbos psicológicos selecionam predicados experienciadores enquanto verbos “deônticos”, verbos de

“estado” e o verbo “ter” selecionam “pacientes”. Mais uma vez, estamos diante de uma questão semântica que serve de base para a análise do enunciado até que cheguemos à compreensão do discurso: o papel de verbos estativos nos enunciados. Tal aspecto será melhor explorado nos capítulos seguintes, mas que já adiantamos serem os indícios materiais do arquivo, principalmente no que diz respeito à comparação entre os sujeitos, ou à atribuição de determinadas características.

4.4 Conclusão do capítulo

Em termos de operacionalização dos conceitos, chegamos ao um método de análise complexo que visa dar conta de alguns fatores pertinentes ao nosso *corpus*, tomando a quantidade de dados e a sua qualidade. O objetivo final é tentar cruzar o máximo possível essas informações quantitativas e qualitativas para percebermos como os procedimentos de alternância da referência aos sujeitos enunciadores revelam as formações discursivas e os efeitos de sentido das erupções. Assim, seguimos para as análises dos dados e a sua discussão.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DO GÊNERO DISSERTATIVO

Após a operacionalização dos conceitos, damos início às análises dos dados levantados segundo a metodologia apresentada. Assim, nesta parte da tese, iniciaremos com uma discussão a respeito das condições de produção dos textos, para, em seguida, observarmos as análises descritivas já introduzidas na metodologia. Nos capítulos a seguir, os dados observados são de ordem quantitativa e indicam aspectos qualitativos dos grupos do *corpus*, para, logo em seguida, na terceira e última parte, apresentarmos nossas considerações sobre as revelações que obtivemos dos dados.

Não poderíamos proceder a uma análise dos textos sem expandir a noção de “condição de produção” que foi citada na fundamentação teórica, pois, em relação aos entornos da produção, sejam eles do contexto imediato ou histórico, não podemos ignorar as influências que a enunciação exerceu sobre os textos. Nas noções de condição de produção, evocaremos alguns conceitos muito importantes, entre eles os de gênero discursivo e gênero textual, para tentar dar conta da complexidade contida nos textos analisados. Esses conceitos serão explorados com o fito de traçarmos um quadro mais verossímil dos enunciados produzidos.

5.1 O gênero do discurso

Discutir conceitos tais como “condições de produção”, “gênero”, “tipologia do discurso” é tarefa bastante espinhosa do ponto de vista teórico, pois os conceitos emanados das diferentes posições teóricas parecem ter sempre aspectos comuns, na maioria das vezes, mas com abordagens e posicionamentos epistemológicos

distintos, o que pode levar a equívocos e contradições nos postulados, quando o pesquisador se propõe a unir diferentes teorias, sejam elas da Lingüística Textual, da Semântica Argumentativa, do Interacionismo, da Análise do Discurso entre outras. A visão particular de cada posicionamento trará suas contribuições sobre o tema, como, por exemplo, para a Lingüística Textual (LT), poderemos ver a expressão “gênero discursivo”, conforme van Dijk, (1992) valer pelo conceito de “gênero textual” da Análise do Discurso, um aspecto interessante é que, para alguns autores, principalmente da LT, discurso e enunciado são sinônimos de texto.

Desde a tradição oriunda de Aristóteles, temos os posicionamentos teóricos de variadas áreas de conhecimentos, como a dos estudos da linguagem, que se valem de conceitos filosóficos básicos. O filósofo, ao tratar da noção dos “gêneros”, falava de “logos” que fora um termo traduzido por “discurso”, e não por texto. Na Antiguidade não se distinguia, *grosso modo*, texto (materialidade) e discurso (sentido), muito embora a tradição medieval já abrisse vistas às idéias de denotação e conotação como modernamente empregadas. Considerando-se que os conceitos estão profundamente ligados (condições de produção, texto, gênero, tipo...), vimo-nos diante de um dilema: iniciaremos a discussão a partir das condições de produção dos textos ou do tipo/gênero do texto/discurso? Isso constitui um dilema, porque sabemos que tanto as condições como o gênero estão imbricadas a tal ponto que não sabemos a partir de onde uma determina a outra. Decidimos, então, começar pela questão do gênero discursivo. Essa necessidade também tem a ver com o *corpus*, pois não é possível tratarmos de um fenômeno analisado em um conjunto de textos sem antes termos uma noção muito clara de com o *quê* estamos lidando.

A discussão do que se vem chamando de gênero é tão antiga quanto a

discussão sobre o discurso (texto) iniciada com Aristóteles em sua *Arte Retórica* e na *Arte Poética*, ao tratar dos gêneros literários (tragédia, comédia, poesia épica e lírica etc..). Acrescentemos um fato interessante: o filósofo grego já propunha a idéia de que os gêneros não são puros, mas derivados uns dos outros. Infelizmente, muito se discutiu sobre o gênero enquanto obra literária, mas não como discurso situado em práticas sociais, fato que Bakhtin traz com muita propriedade, embora Benveniste (1995), Jakobson (1988) e muitos outros oriundos das escolas estruturalistas tenham feito importantes incursões nas questões do gênero. É claro que a incorporação de uma noção dependerá também das concepções subjacentes adotadas pelos estudiosos. Desse modo, para que nossa discussão sobre os textos do *corpus* sejam coerentes, decidimos adotar a noção de gênero proposta por Bakhtin, e é por isso que retomamos aqui alguns de seus princípios.

Ao criticar a escola estruturalista, Bakhtin concorda que o modelo de comunicação proposto por Jakobson é válido, mas que não comporta toda a realidade do processo comunicativo, porque parte de um “objetivismo abstrato”. Nessa perspectiva, a língua é abordada como um sistema que parece “mecânico”, estendendo esse viés mecanicista aos integrantes da comunicação como o “emissor” – aquele que envia uma mensagem – e o “receptor” – aquele que a recebe. Nessa visão, os dois sujeitos principais não são mais que peças no mecanismo e esse tipo de noção coloca o sistema em primazia. Bakhtin não concorda com tal primazia, uma vez que tanto o sistema da comunicação quanto a língua são neutros, ou seja, não carregam, em si, uma ideologia. Nesse aspecto, Bakhtin reforça a neutralidade do sistema, em conformidade com a tradição pós-saussureana, mas o sistema em funcionamento deixa sua neutralidade e passa a servir aos homens em sociedade. É essa concepção que marca o interacionismo,

fazendo com que o emissor e o receptor sejam vistos como passíveis da historicidade e da ideologia e esta carrega uma memória que, apesar da neutralidade do sistema, sobrevive naquilo que é compartilhado pelo grupo, ou seja, o homem é marcado historicamente pelo sentido. E o sentido, se constitui sobre códigos que são neutros imanentemente, conforme Bakhtin.

Bakhtin afirma que o “objetivismo abstrato”, que é uma das marcas dos principais estudiosos estruturalistas (visão mais próxima da imanência do sistema), reduz o processo comunicativo, o qual, para ele, deve estar identificado com as relações sócio-históricas do homem, ou melhor, fazendo parte da interação que se constitui entre os homens. Essas noções são deveras importantes, pois será a partir das relações entre os homens que surgirão os gêneros e os tipos.

Para iniciarmos a compreensão da noção de gênero, comecemos por revisar o artigo intitulado *Os gêneros do discurso*, contido em *A Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 1997). Esse artigo comporta princípios muito facilmente perceptíveis nos textos analisados no *corpus*. Inicialmente, Bakhtin considera como ponto de partida a noção das esferas da atividade humana, afirmando ser imprescindível que se utilize a língua enquanto sistema para se comunicar; e a utilização do sistema lingüístico, seja pelo modo oral ou escrito, se atualiza em enunciados “concretos” e “únicos” uns aos outros. Para ele, o sistema é neutro, uma vez que uma frase não constitui sentido se não tiver contexto e historicidade, sempre em conformidade com o tipo de vivência em sociedade que os seus falantes tiverem. Os enunciados criam e recriam condições específicas das relações humanas: “[...] cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso o que denominamos *gêneros do discurso*.” (idem, p. 279). Equivale a dizer que, assim como existe um grande número de esferas da atividade humana, para cada

uma delas existem os gêneros específicos do discurso, que podem ser homogeneizados através de alguns “tipos relativamente estáveis”. Como a relação entre as esferas da atividade humana e o gênero discursivo é de um para um, a quantidade de gêneros se torna infinita e, conseqüentemente, inoperante para se classificarem detalhadamente todos os gêneros. Esse problema Bakhtin resolve da seguinte forma: agrupa os gêneros em dois grandes blocos: o gênero primário (simples), relacionado a todo enunciado em circunstância de espontaneidade; e o gênero secundário (complexo), relacionado ao gênero primário, mas em um contexto mormente elaborado. Enquadram-se, no primeiro, os diálogos do cotidiano, a fala familiar, a ordem militar etc; enquanto que, no gênero secundário, estão o discurso político-ideológico, o romance, o conto, a redação escolar etc. Dada a sua simplicidade, abrangência e mobilidade, essa distinção entre os gêneros nos rende uma boa perspectiva de análise lingüística, haja vista que o autor considera as relações entre os gêneros, sem contudo hierarquizá-los. É essa mesma mobilidade que rende aos gêneros muita produtividade, que confirma o *continuum* entre oral e escrito, defendido por Olson (apud CORRÊA, 1997). Essas observações nos fazem acreditar que um texto dissertativo escolar, por exemplo, tem marcas de um gênero primário, embora esteja arraigado às suas específicas condições de produção que prevêem um gênero próprio e distinto do primário. Os gêneros discursivos, enfim, constituem as condições de produção do texto. Observemos o que diz Furlanetto [s.d. p. 5]:

Encaro o discurso como um objeto de investigação vinculado às condições de produção dos enunciados (cf. MAINGUENEAU, 1991); os textos, conjunto de enunciados obedecendo a certas condições de organização, são formulados dentro de uma moldura institucional que estabelece balizas para a sua enunciação; eles refletem, de algum modo, as características históricas da sociedade onde circulam, e de que são marcos e documentos – refletem, pois, valores, convicções, crenças, conflitos.

As molduras que balizam o discurso são cruciais para a produção do texto. Assim é que, para se compreender por que as alternâncias acontecem, é importante observarem-se as condições de produção, envolvendo vários fatores de diferentes ordens, tais como: 1) posição dos sujeitos enunciatários; 2) materialidade do texto; 3) espaço de produção e 4) objetivo do texto.

É mister fazer a distinção entre gêneros do discurso e tipologia textual. A tipologia se desdobra num espaço limitado dentro do quadro maior das práticas discursivas [...] No caso, a narração, a descrição, a argumentação comporiam tipos textuais que podem atravessar todos os discursos institucionalmente caracterizáveis (jornalístico, literário,...) e todos os gêneros de discurso (o sermão, a reportagem, o conto, o romance,...) [idem, p. 7]

É a partir dessas definições, que podemos pensar em uma tipologia do discurso e uma tipologia textual baseadas em práticas sociais, em espaços definidos, como no caso dos diferentes grupos, conforme Meürer (1997, p. 17) explica:

[...] sempre que alguém escreve, há uma expectativa de que o texto produzido seja o reflexo de determinados discursos e que, portanto, espelhe as maneiras de falar ou escrever das diferentes instituições que regulam a comunidade onde o indivíduo está inserido. Por isso, há também uma expectativa de que todos os textos tenham formas, funções e conteúdos específicos. E é esta expectativa que impõe ao escritor um conjunto de exigências de caráter psicossociolingüístico que precisam ser contempladas durante o processo de composição.

Essa citação vem confirmar que os mecanismos de produção de texto estão, impreterivelmente, submetidos às condições sociais de produção – bem como às condições psicológicas e lingüísticas –, o que nos motiva a tecer algumas considerações quanto ao funcionamento dos mecanismos de enunciação especificamente no contexto da coleta do *corpus*.

Para compreender-se o mecanismo de textualização, ou seja, do procedimento específico dos autores dos textos escreverem/enunciarem, precisamos estabelecer algo que seja tido como unidade mínima de análise, ou

melhor, antes de termos uma unidade mínima, qual é a nossa unidade referencial mínima? Vejamos: na lingüística estrutural, a unidade mínima de análise constitua-se do signo lingüístico, tido como a palavra (no modelo de Saussure, o signo de dupla face contém o significante e o significado); para o Gerativismo, a unidade mínima de análise é a frase; para a visão interacionista proposta, o objeto é o **enunciado**. Para Foucault, o enunciado tem uma existência ao mesmo tempo singular e dispersa, mas, a exemplo do que faz Bakhtin, não pretende que o enunciado tenha uma dimensão fixa:

[...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material; ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem; [...]) (FOUCAULT, 2002, p. 98)

Foucault fala do que não é enunciado; mas, então, o que é o enunciado? Trata-se “de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer a propósito de uma série de signos se elas estão presentes ou não”. (idem) Acreditamos que, ao associarmos essa noção, à de Bakhtin, que compreende o enunciado como “unidade da comunicação verbal”, não erraremos, mesmo que ambos os filósofos estejam muito distantes em seus caminhos. A noção de enunciado, tanto em Foucault com em Bakhtin, se assemelham no que diz respeito à busca da noção de unidade: “As fronteiras do enunciado concreto, compreendido como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela *alternância dos sujeitos falantes*, ou seja, pela alternância dos locutores.” (BAKHTIN, 1997, p. 293-4). Se havíamos tomado nos capítulos iniciais desta tese a noção de enunciado como materialização da enunciação, agora é o momento de dizer qual é a extensão dessa materialização, o que implica em delimitar suas fronteiras.

Alternar locutores pode até ser mais amplo, vai além da situação primária, fazendo com que se possa alargar o conceito. Chegamos, então, a uma noção: a fronteira entre um enunciado e outro, para o nosso objeto de análise, é a troca de turno conversacional, expressão que deve ser compreendida *latu senso*, para além da conversação oral, de modo que um enunciado pode ser uma frase, um romance, uma tese acadêmica, um memorando administrativo, um sermão na igreja etc.

Assim, observando os princípios de Foucault e de Bakhtin, é possível entreverem-se alguns aspectos em comum, como as idéias de unidade e de função. A de unidade é que permite dizer-se “isto é um romance”, “isto é uma notícias de jornal” e a função é a que permite dizer-se, *grosso modo*, “isto serve para o deleite”, “isto serve para informar”. O conjunto de enunciados serve de objeto de análise e, logo, para permitir que se compreendam as práticas sociais através da linguagem, em suas condições de produção, uma vez que o enunciado é histórico, e é por essa perspectiva que Bakhtin afirma que, antes de qualquer enunciado, há outros enunciados, bem como depois deles há “enunciados-respostas”:

[...] o locutor postula esta compreensão responsiva ativa: o que ele espera, não é uma compreensão passiva que, por assim, dizer, apenas **duplicaria seu pensamento no espírito do outro**, o que espera é um resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução [...]. (BAKHTIN, 1997, p. 291)

Fica patente a questão da alteridade para o autor, fato que se confirma em Benveniste (1995) e em Pêcheux (1993).

Com relação ao caráter da “resposta” à que se refere Bakhtin, devemos observar que os enunciados da oralidade estão em interação direta; no caso dos gêneros secundários, ou seja, dos textos escritos, a resposta ativa é retardada no tempo e acontece em outro espaço, mas não deixa de existir. Desse modo, quando um romancista escreve, ele não está criando uma obra sem um motivo ou como uma provocação, mas espera uma resposta de seus interlocutores, mesmo que seja

distante, que pode vir sob um posicionamento social, uma inquietação, uma atividade política, ou o engajamento em uma linha de pensamento ou o mero deleite.

Já para Maingueneau (2001, p. 61), “alguns autores empregam indiferentemente ‘gênero’ e ‘tipo de discurso’, mas a tendência dominante é a de distingui-los, como o fazemos desde o início deste livro: os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discursos associados a vastos **setores de atividade social**.” Assim, o tipo é mais geral, enquanto o gênero é mais específico. Por exemplo: “[...] o ‘talk show’ constitui um *gênero de discurso* no interior do *tipo de discurso ‘televisivo’* que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso midiático, em que figurariam também o tipo de discurso radiofônico e o da imprensa escrita.” (idem). Assim, os gêneros dependem dos tipos e ambos os níveis estão estreitamente relacionados às situações sociais, de modo que podemos compreender uma sociedade a partir de seus gêneros e tipos.

Diante do que fora visto sobre a questão do gênero e do tipo, como podemos compreender os textos que analisamos? Para compreender essas duas categorias precisamos observar como socialmente elas estão constituídas. Para melhor entender esse contexto, retomemos alguns critérios sugeridos por Maingueneau para a caracterização dos gêneros e tipos, que são eles:

- a) Uma finalidade
- b) O estatuto de parceiros
- c) O lugar e o momento
- d) O suporte material
- e) A organização textual

A partir desses critérios, será possível compreender de que tipo de interação social tratam os textos analisados; por isso analisaremos as condições de acordo com os critérios acima. O que Maingueneau propõe é caracterizar os gêneros

secundários em tipos; a nosso ver, isso não invalida o princípio de unidade e também não invalida o de enunciado, muito embora utilizemos enunciado para nos referirmos, por vezes, a um texto inteiro ou a um trecho de texto.

5.1.1 A finalidade

Para a admissão em um curso de nível superior o estudante brasileiro precisa comprovar que está apto a cursar disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos diferentes programas de graduação, sendo que o processo seletivo para a entrada em um curso superior é regulamentado pelo Ministério da Educação através de diferentes normas emanadas da Lei 9394/96 (Lei Darci Ribeiro – Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Dentre as várias regulamentações dessa lei, estão atos normativos, dentre os quais a Portaria Ministerial do Ministério da Educação (MEC) de nº 391, de 7 de fevereiro de 2002, estabelece que todos os processos seletivos para o ingresso no ensino superior tenham como uma das provas, obrigatoriamente, a de **redação** e que nenhum candidato com nota zero possa ser admitido em curso superior. Estamos diante de um gênero ou de um tipo de discurso? A “redação” escolar, diante do que fala Bakhtin e do que Maingueneau propõe, constitui um tipo de discurso dentro da instituição escolar que compreende todos os níveis do ensino, inclusive suas avaliações eliminatórias e classificatórias para os diferentes níveis de ensino, como é o caso da redação no processo seletivo. Por outro lado, qualquer texto proposto no ambiente escolar pode constituir o tipo discursivo “redação escolar” que é diferente da redação em sentido amplo.

A redação escolar está intimamente ligada às condições escolares de produção dos sentidos. Muitas vezes a experiência tem demonstrado que o escrever

na escola acaba se tornando algo burocrático⁴⁶ como a avaliação pela avaliação. Por outro lado, é o único ambiente, no qual, muitos estudantes são levados a ler e a escrever, haja vista que o ambiente familiar de muitos deles não incentiva a leitura e as práticas da escrita. Há de se considerar a artificialidade das produções escritas na escola, mas artificialidade não significa incompetência no ensino-aprendizagem de língua materna e da produção de texto.

Costumamos utilizar uma analogia para explicar a artificialidade constitutiva da escola: o treinamento de um piloto de avião. Normalmente, o piloto, em situação de aprendizagem, vale-se de um simulador de voo e isso não desmerece seu processo de aprendizagem, pois se trata simplesmente de um exercício para que possa aprimorar as técnicas de pilotagem de maneira que, como aprendiz, aprenda e execute com segurança um voo real. Assim, é preciso compreender que a artificialidade da escola não é um mal necessário, mas que ela é simplesmente constitutiva. Imaginemos um aluno de pilotagem em seu primeiro dia de voo sendo obrigado a conduzir um avião lotado de passageiros sem as noções mínimas de velocidade, altitude, leitura de equipamentos etc. Sem dúvida, a vida de todos estaria em risco. Infelizmente, os “simuladores de voo da escrita” nas escolas ou estão desligados ou funcionam mal, não prevêm turbulências, nem rotas alternativas e muito menos acrobacias!

A tipologia redação escolar prevê diferentes gêneros em seu bojo, mas sempre serão textos escolares. Podemos ter o texto dissertativo, narrativo, a resenha, o resumo, a paráfrase etc. como gêneros que servem a diferentes objetivos. No caso específico dos textos que analisamos, seja em situação de prova de vestibular, prova simulada ou simplesmente um dever de casa, temos um fator

⁴⁶ Sobre o tema, ver Geraldi (1991), Suassuna (1995).

importante: **a avaliação**. Ela pode servir, a princípio, apenas para atribuir-se uma nota, ou para se dizer se um sujeito é competente ou não para cursar o nível superior, ou, na situação ideal escolar, ela pode ter o objetivo de ajudar o estudante a melhorar seu desempenho na escrita, considerando-se diferentes habilidades nessa prática. Embora os textos dos grupos analisados tenham enunciários distintos, a avaliação está presente em diferentes nuances e respostas. No caso das provas de vestibular, a avaliação é convertida em uma nota que pode ser eliminatória (conforme a portaria 391/2002 do MEC) ou classificatória, colocando os indivíduos em ordem de melhor nota. Já nas condições de prova simulada ou exercício de escrita, a idéia é que o professor responsável ajude o estudante a identificar problemas nos textos e possa auxiliá-los a resolverem seus problemas. Em todo o caso e, infelizmente, tanto o estudante quanto um candidato a uma vaga no ensino superior, por força das circunstâncias, colocam em primeiro lugar o efeito da aprovação e, em segundo lugar, demonstrar seu ponto de vista sobre um tema. Também por força das circunstâncias, nem sempre os avaliadores ou professores responsáveis conseguem devolver ao estudante diagnósticos avaliativos completos sobre suas habilidades e competências na escrita, o que pode constituir um gênero bastante superficial em seus propósitos, pois não atinge seus objetivos didáticos-pedagógicos de ensino-aprendizagem de produção textual.

5.1.2 Os parceiros

Os sujeitos envolvidos na enunciação escrita dos textos analisados ocupam posições discursivas socialmente pré-determinadas que, em função da finalidade (cf. o item anterior), chamaremos de “avaliador” e de “avaliado”. Muito embora, o gênero **dissertação escolar** pressuponha um sujeito opinando para outro, apesar das

dificuldades que os sujeitos (estudantes e candidatos) experimentam em produzir textos, ainda assim, o espaço da dissertação escolar é um lugar de expressão das opiniões, pois é onde o estudante pode ser ouvido, embora a reciprocidade nem sempre seja satisfatória.

Para dar conta das imagens que os parceiros desse diálogo constroem, tentaremos compreender, à luz do que Pêcheux (AAD [1969] 1996) expõe sobre os lugares sociais que os interlocutores ocupam. Inicialmente, Pêcheux promove uma revisão do esquema jakobsoniano da comunicação, pois coloca “emissor” e “receptor” não mais como seres ontológicos e peças no processo, essas entidades, na verdade, ocupam **lugares sociais imaginários**, ou seja, o sujeito empírico, ao enunciar, pressupõe imagens sobre os lugares, constrói uma circunscrição simbólica sobre sua posição e sobre a posição do outro e que, conseqüentemente, constrangerá seu texto de alguma maneira. Retomemos o esquema conforme Pêcheux:



A: o “destinador”

B: o “destinatário”

R: o “referente”

(L): o código lingüístico comum a “A” e a “B”

D: a seqüência verbal emitida por “A” a “B” (idem, p. 81-2)

Aqui, “D” não é uma simples mensagem, mas o efeito de sentido que “A” provoca em “B”, e o sentido dessa seqüência vai depender da formação imaginária entre os enunciatários posicionados em “A” e “B”. Considerando que as formações imaginárias dependem das posições sociais que os interlocutores compartilham,

podemos ver no seguinte quadro como se dá o funcionamento desse esquema:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente.
${}^*I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou para lhe falar assim?”
$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou para que ele me fale assim?”
$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Quadro 4 - O jogo de imagens e as perguntas subjacentes

Esse esquema é expansível ainda com relação a R, L e D. No caso das avaliações das redações, acreditamos que seria interessante refletirmos sobre as imagens que os enunciatários fazem de R e L, se realmente são mais significativas que a de D; para isso, propomos um segundo quadro como tentativa de dar conta dos outros elementos das condições imaginárias:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja resposta subentende a formação imaginária correspondente.
$I_A(R)$	Imagem do lugar de A para o R.	“Quem sou para falar sobre isso?”
$I_A[R(B)]$	Imagem do lugar de A para falar de R para B.	“Quem sou eu para lhe falar sobre isso?”
$I_B(R)$	Imagem do lugar de B para o R.	“Quem é ele para ouvir sobre sobre isso?”
$I_B[R(A)]$	Imagem do lugar de B para ouvir de A sobre R.	“Quem sou para que ele me ouça falar sobre isso?”

Quadro 5 - O jogo de imagens e as perguntas subjacentes - continuação

No último quadro, o imaginário é estabelecido sobre a proposta da produção de texto e, conseqüentemente, a “memória” ou o “pré-discurso” são acionados sobre

* “I” significa imagem.

o tema, e logicamente, as FDs irão surgir de acordo com as condições ideológicas dos grupos motivados a falar sobre R, mas esse falar é condicionado pelas posições também e pelas imagens, o que não quer dizer que o avaliado irá dizer o que o avaliador quer, mas aquilo que aquele julga que este considerará adequado, pertinente, plausível. O avaliador é para o avaliado um especialista em língua que julgará suas idéias e seu texto e, para o avaliador, o avaliado é alguém que necessita comprovar que tem domínio mínimo sobre a escrita, em especial sobre o gênero no qual o avaliado deve escrever. Como o *corpus* é constituído de textos produzidos de maneira heterogênea, podemos pressupor que também tenhamos dados muito heterogêneos. A pressuposição ficaria por conta das condições distintas de produção de texto (processo seletivo para a universidade, dever de casa e prova simulada), no entanto, o que temos ainda são sujeitos enunciantes: um avaliador e um avaliado. A julgar pelas grandes semelhanças entre os grupos do *corpus*, a relação avaliador e avaliado são muito determinantes.

Percebemos que o fato de termos sujeitos distintos para cada uma das situações dos grupos de texto não alterou em muito as imagens que eles tinham do que diziam e para quem diziam. Prova disso é que as alternâncias ocorreram independentemente da situação de produção, além disso, os textos mantiveram entre si uma grande proximidade lexical, isso é claro, graças ao tema comum e às FDs em que estavam inscritos.

O avaliado em uma prova de vestibular somente tem acesso à sua nota final, desconhecendo qualquer outro tipo de diálogo ou procedimento avaliativo que lhe conferiria uma revisão de seu texto. Logo, não se trata de uma produção de texto para a aprendizagem, na qual se considera o seu ir e vir do estudante para o professor que orienta e auxilia nas dificuldades e refacções do trabalho. Além disso,

o avaliador não é conhecido do avaliado em condições de concurso, como os grupos A e D (cf observamos no capítulo IV). Já os informantes dos grupos B e C (idem) gozavam de outra relação com os seus avaliadores. Em B, tínhamos uma avaliação proposta como texto para ser produzido em casa, e em C, uma simulação de prova de vestibular. Em ambas as situações os sujeitos avaliados conheciam seu sujeito avaliador. A nosso ver, esse tipo de diferença não influencia na produção de texto, pois, nesse gênero, os sujeitos já estão condicionados a seus papéis e objetivos, ou seja, devem argumentar sobre um ponto de vista de maneira formal, organizando seus argumentos e se colocando como sujeito do dizer. Prevalece, então, infelizmente, como objetivo final desse tipo de tarefa a avaliação, a qual é, na maioria das vezes, meramente punitiva. Nesse aspecto, estamos nos referindo à condição escolar de produção de textos que, salvo as exceções, proporciona um ensino massivo, no qual a preocupação não é a competência do educando na elaboração do texto escrito.

5.1.3 O lugar e o momento

Diferentes modalidades se valem de estatutos diferentes de lugar, como, por exemplo, o outdoor que está exposto na rua cujo leitor é um sujeito ocasional. Diferentemente, um texto publicitário em uma revista masculina que pode ser transportada de um lugar para outro e ser lida por um público a quem apetece. Entre o outdoor e a revista temos uma diferença de suporte. Além do suporte, o espaço pode ser significativo ou determinante do dizer, como é o caso de um outdoor ter determinados limites para exposição de imagens que não seria o mesmo de uma revista masculina, mesmo que se tratasse do anúncio de um mesmo produto.

No caso das provas de vestibular e simulado de prova, o ambiente escolar é o

espaço físico que representa também um espaço social. Mesmo quando se trata de um texto escrito fora do ambiente escolar, no caso de um trabalho de casa, o ambiente que domina o dizer ainda é escolar; no caso dos textos analisados, somente os do grupo C não foram produzidos diretamente no espaço escolar, mas escritos para a escola: em suma, fisicamente não era a escola, mas socialmente a sua voz estava criando os seus constrangimentos para produção dos textos que os estudantes fizeram fora de campo.

Com relação ao tempo, Maingueneau destaca alguns aspectos a serem observados para a determinação de um gênero: *periodicidade*, *encadeamento*, *continuidade* e *validade*. O texto dissertativo escolar não tem uma periodicidade, como uma coluna em um jornal, também não há um encadeamento, pois ele é produzido em um momento apenas e para uma finalidade apenas. Além disso, o texto produzido na escola só tem como efetivo leitor o professor ou então, no caso dos interlocutores que analisamos, tem os avaliadores. O texto, enquanto unidade, tem um ritmo de leitura contínuo, diferentemente de um romance e sua validade expira na avaliação, pois, não se trata de textos aos quais se atribuem valores temporais distintos, como é o caso de um jornal ou de um romance da literatura universal.

Nesse caso, a temporalidade de um texto dissertativo escolar é semelhante à dos que são produzidos nas condições da publicidade ou da notícia jornalística. A diferença é que se soma a sua efemeridade, o caráter de texto privado, ao qual só têm acesso os seus autores e seus avaliadores.

5.1.4 O suporte material

O suporte material de um enunciado é também seu meio, como vimos no item

anterior. Como o texto verbal é constituído de ruídos que se propagam nas ondas sonoras, o texto escrito se dá pelo contraste entre pigmento e um fundo, formando desenhos convencionados, ou seja, os grafemas que também podem surgir pelas imagens projetadas através dos íons dos monitores dos computadores. No caso dos textos analisados, são todos eles manuscritos sobre uma folha de papel pautada. As dimensões dos textos têm mínimo e máximo recomendados: mínimo de 18 linhas e máximo de 35 e, no mínimo, 180 palavras.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a quantidade de tempo que os estudantes tinham para produzir os textos: no caso de A e D, os sujeitos tinham até 4 horas para o fazerem, levando em consideração que eles deveriam também responder a mais 40 questões objetivas de outros conteúdos. Já o grupo B teve uma semana para escrever o texto, enquanto o grupo C teve apenas 2 horas, que era o período de aula de Redação.

A mídia pela qual se escreve o texto, uma folha de resposta, condiciona-o a um ou dois leitores no máximo, como é o caso das provas de vestibular, que envolvem, pelo menos, dois leitores-avaliadores. Já os grupos B e C tiveram apenas um interlocutor vislumbrado pelo estudante, que era o professor. Antes de se chegar a uma versão final do texto, o candidato tem a oportunidade de fazer um esboço ou rascunho do que pretende escrever e só então pode passar sobre a folha oficial a versão final: há, então, um espaço de tempo para a retomada de idéias e uma revisão do texto, o que não implica que todos os enunciadores o façam e, se o fazem, as alternâncias, que poderiam ser tidas como “erros” ou enganos, não terão sido revisadas. O que pode ter duas explicações: a) a maioria dos sujeitos são desatenciosos, b) os enunciadores já estão condicionados a não perceber a alternância como erro por força do fazer enunciativo, ou melhor, do

modus operandi, o que comprova que o próprio enunciador não percebe a alternância como erro. Mesmo que os professores de produção textual advertam seus alunos sobre tal fenômeno, ele acontece, pois a alternância é algo internalizado como um procedimento legítimo de enunciação, como veremos nos próximos capítulos.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a questão da identificação nos textos do grupo A e D. Os avaliadores não têm acesso ao nome dos candidatos, apenas a um número de identificação; aliás, é proibido ao candidato, sob pena de desclassificação, se identificar, porque o objetivo desse tipo de restrição é manter uma dada imparcialidade dos avaliadores, por se tratar de um concurso. No caso dos textos produzidos em aula (grupos B e C), a identificação precisa ser feita em função dos objetivos didáticos de correção e orientação da produção escrita.

Materialmente, os textos têm basicamente a mesma formação, o mesmo meio-suporte, e essencialmente não acreditamos que isso seja um fator preponderante para o fenômeno analisado, mas se trata de um item que permite a categorização do gênero e representa uma dada condição de produção, em especial, com relação ao tipo de discurso que é o escolar.

5.1.5 A organização textual

A organização textual, por sua vez é um elemento extremamente importante no caso do gênero dissertativo escolar:

Todo gênero de discurso está associado a uma certa *organização textual* que cabe à lingüística textual estudar. Dominar um gênero de discursos é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores. (MAINGUENEAU, 2001, p. 68).

O texto dissertativo escolar é um gênero altamente associado a uma organização textual: o espaço, aqui, seria muito curto para citar todos os livros,

apostilas didáticas e manuais de redação que prevêm o texto dissertativo escolar como um texto composto de 4 parágrafos, sendo um de introdução, dois de desenvolvimento e o último de conclusão, escrito de maneira preferencialmente impessoal e no presente do indicativo.

É claro que esse tipo de orientação estereotipada do texto dissertativo escolar é uma orientação que os estudantes, não necessariamente, seguem; então, o que permite dizer que os textos produzidos pertencem a esse gênero? Podemos dizer que alguns textos não preenchem completamente os requisitos para serem categorizados como textos dissertativos escolares, mas isso não impede que o enunciador rompa com algumas estruturas, e que esse romper também signifique a exclusão do texto da pertença ou não ao gênero. Isso porque outros elementos ainda são tão marcantes para determinar a sua pertença a um gênero que ele compensa a ausência de outros, como é o caso do critério “conteúdo”. A cultura criada em torno da redação do vestibular também explica o formato do texto em relação ao conteúdo, que é o fato de se construir uma opinião sobre um tema normalmente polêmico, o que acabou por estabilizar esse critério. Mesmo que o texto seja julgado “ruim”, não preencha algumas condições mínimas de coesão e coerência, ou que a opinião do sujeito seja absurda, tem-se apenas “um texto ruim” daquele gênero, jamais será um enunciado de outro gênero.

5.1.6 O gênero dissertativo escolar

Após observar os critérios discutidos nos itens anteriores, chegamos a uma caracterização do texto dissertativo escolar⁴⁷, muito embora reconheçamos as diferentes vertentes que estudam o gênero de modo profundo, preferimos ficar com uma visão um pouco mais esquemática e que pudesse ser mais operante.

⁴⁷ Para outras abordagens recomendamos Pilar (2002), Meurer (1997, 2002).

Chamamo-lo também de “texto dissertativo escolar” e não simplesmente de redação escolar em virtude de sua composição de conteúdo. A diferença entre um e outro reside no fato de a “redação escolar” comportar todos os gêneros que passam a ser ensinados na escola e são passíveis da esquematização e didatização próprios do ambiente escolar. Tal esquematização provoca nos textos que circulam fora dos muros da escola, uma transformação de função. Ou seja, se uma receita culinária é tomada como objeto de estudo na escola, ela não deixa de ser uma receita, mas passa a figurar na tipologia escolar e ter uma função didática e não só a de instruir um cozinheiro. Os sujeitos envolvidos nesse processo comportam, assim, procedimentos didatizados dentro do discurso escolar, logo constroem uma imagem esquematizada de produção de texto, que é bastante determinada pelas instituições de ensino ou pelas instituições avaliadoras, uma vez que existe um “diálogo”⁴⁸ entre elas.

Corrêa (1997, p. 124) afirma, em sua análise voltada para textos de vestibular:

No caso do vestibular, portanto, o caráter de réplica, típico das situações em que alguém se submete a um avaliador, permite levantar a hipótese de que a (re)produção do *esquema* está ligada tanto ao imaginário sobre a instituição à qual o vestibulando se dirige, como ao contato prévio com tipos de textos que apresentam uma estrutura formal [...]

Além disso, há outro fator a ser considerado: o turno de troca, do qual falamos ao retomar algumas idéias de Bakhtin, é provocado pela circunstância avaliativa e desencadeia uma resposta a uma “provocação” que é o tema de redação composto por, pelo menos, duas partes: a) textos de apoio; b) comando, como é caso dos anexos I e II. Os textos de apoio servem para ativar a memória discursiva e cognitiva dos estudantes ou candidatos, enquanto o comando é o trecho que explicita o

⁴⁸ Trata-se do diálogo existente entre a instituição avaliadora e as instituições de ensino, em especial os cursos pré-vestibular e as escolas de ensino médio, principalmente em relação ao vestibular. Esse diálogo nem sempre é aberto, claro, público. Ele, na maioria das vezes, é um diálogo de mudos e de achismos.

gênero de discurso e o foco temático a ser tratado. O tema não deixa de ser um enunciado também com as suas peculiaridades: a primeira é a de constituir-se em uma espécie de mote e, dessa circunstância, advêm alguns fatores, tais como determinar o referente, determinar o gênero da resposta, pois um dos contratos estabelecidos entre os interlocutores desse gênero (avaliado e avaliador) é de o avaliado escrever sobre o assunto proposto no tema e de acordo com a orientação (narração, dissertação etc.). Assim, o que se tem é um gênero específico, com relações com outros gêneros, como os opinativos veiculados em jornais e revistas, mas que serão lidos por, no máximo, dois leitores, como já explicado acima. A questão que resta é tentar compreender como tais condições de produção desse gênero podem influenciar no fenômeno analisado, o que pode ser observado através das comparações feitas entre os textos para se averiguar se as condições realmente tiveram sua colaboração.

5.2 Caracterização do *corpus*

Como foi antecipado na metodologia, o *corpus* está constituído de um total de 464 textos distribuídos pelos grupos conforme a tabela número 1⁴⁹. As características de cada grupo e as condições de suas coletas já foram descritas no capítulo destinado à metodologia. Antes de darmos início à apresentação dos dados quantitativos e qualitativos, gostaríamos de observar as características sócio-educacionais dos grupos analisados. No entanto, os únicos dados sócio-educacionais completos são os dos grupos A e B, pois, nos grupos C e D, tivemos dificuldades para coletá-los: no grupo C, um total de 27 informantes não preencheu o questionário (anexo III). O grupo D, como foi constituído de textos do vestibular

⁴⁹ Por uma questão de espaço, apresentaremos nos anexos V apenas 50 textos do grupo A, e 10 textos de cada um dos outros grupos B, C e D.

2006, e não se tinha mais, na Instituição, a prática de os candidatos preencherem o questionário sócio-educacional, ficamos sem as informações desse perfil. No entanto, é preciso lembrar que o perfil dos ingressantes nos cursos, conforme levantamentos posteriores na avaliação institucional da FAFIJAN, não sofreu grandes alterações nos últimos 5 anos, o que nos leva a crer que o mesmo perfil do grupo A pode ser aplicado ao grupo D.

De um modo geral, os produtores dos textos analisados são, em sua maioria, jovens na faixa etária entre 17 e 26 anos, oriundos de escola pública e que revelam ter tido pouco contato anterior com o texto escrito. Esse tipo de perfil talvez não explique propriamente as ocorrências de alternância, mas sim diferentes problemas de escrita apresentados nos textos, conforme será possível observar-se nos exemplos a serem destacados e nos anexos. As dificuldades que um estudante possa encontrar na escrita não justificam a alternância, pois, mesmo pessoas com habilidade desenvolvida na língua escrita estão propensas a alternar. Isso implica em afirmar que a alternância não é um defeito, mas muito pelo contrário: ela nos ensina algumas coisas sobre a astúcia da ideologia e da memória em que os sujeitos estão inseridos, como veremos mais adiante.

5.3 Sobre as características estruturais das alternâncias: as erupções

Como já prevenimos no capítulo que tratava da metodologia, iremos propor que o modo enunciativo básico é a np, isso quer dizer que a 1ps e a 1pp são formas acidentais (no sentido geológico), como erupções na crosta terrestre, o que quer dizer que as debreagens fazem parte muito mais de algumas condições especiais da enunciação que propriamente de sua base. Inicialmente observaremos as características das “erupções” dos modos enunciativos, com o conjunto de gráficos a

seguir ilustrando a quantidade de erupções conforme os grupos analisados.

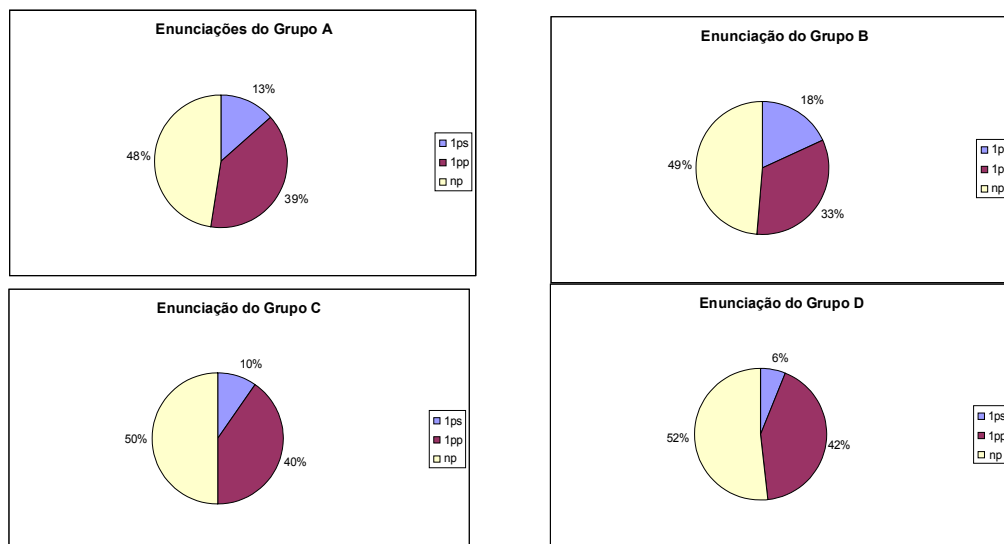


Gráfico 1- Relação de pessoas enunciativas e grupos

Esses gráficos demonstram como todos os textos agrupados se comportam em relação à predominância da pessoa enunciativa; nesse caso, contam-se aqui os textos que não possuem erupções da 1ps e da 1pp, sendo como se toda massa textual dos 464 sujeitos estivesse aí agrupada. De um modo geral, a voz predominante é a np, enquanto alguns grupos demonstram uma variação pequena em relação à 1ps, que é a menos ocorrente. No entanto, a discrepância entre B e D é grande para 1ps, pois em B, temos 18% e em D, 6%. As semelhanças e diferenças entre os grupos nos ajudaram a propor diferentes interpretações como as que se seguem.

Ao observarmos A, B e C, percebemos que têm a média de 1ps variando entre 10% e 18% (média simples 13,6%). No entanto, qualquer suposição sobre as características dos enunciativos de B só seria validada com outros procedimentos de análise. Assim, julgamos que será melhor não emitirmos juízo sobre os motivos que levaram a essa diferença, pelo risco de recairmos na mera especulação. O

que vale ressaltar aqui é que todos os grupos apresentaram alternâncias.

É importante observar-se que os grupos A, B e C, que tratam das cotas raciais, têm média de alternância muito próxima, enquanto em D, cujo tema é a violência, há um sensível diferença.

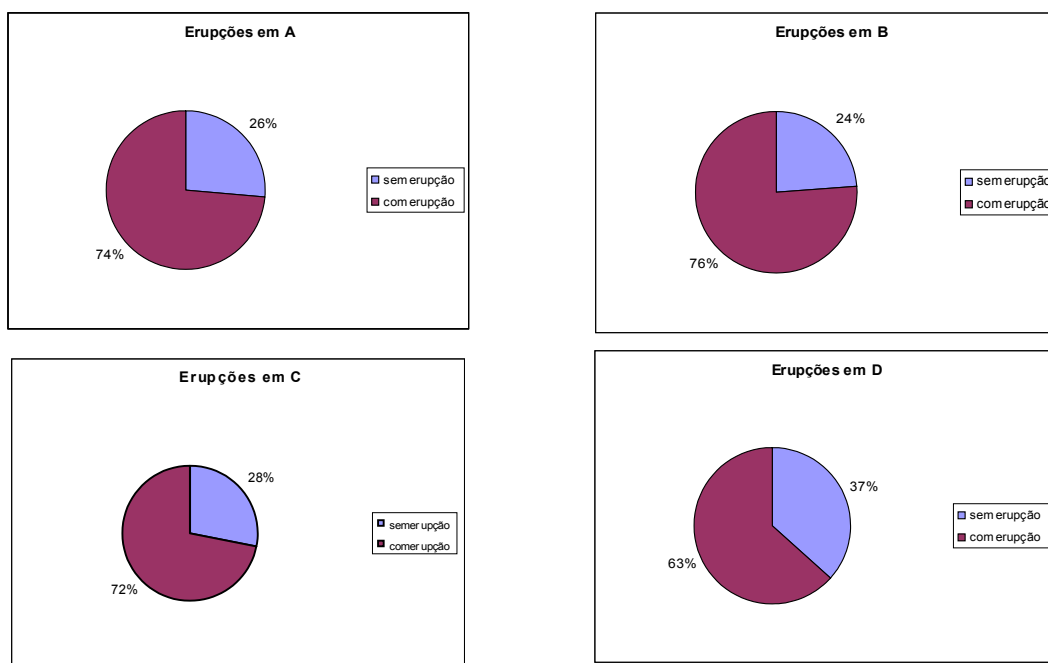


Gráfico 2 - Erupções enunciativas por grupo

Os gráficos demonstram que todos os grupos apresentaram textos em que não há uniformidade da np, ou seja, em sua grande maioria, há a embreagem enunciativa para a 1ps ou 1pp, em algum momento. Temos que ressaltar que, no caso do grupo D, há uma maior incidência de textos que se mantiveram na np. Isso pode levar a uma hipótese: a de que o tema influenciou na quantidade de embreagens nos textos, ou seja, as erupções fazem parte da natureza enunciativa, mas o tema pode motivar um número maior ou não de enunciados embreados. Em nossa opinião, quando se trata de respostas em que os sujeitos são instados a falarem de temas relacionados à identidade, a possibilidade de que as embreagens

enunciativas aconteçam é de pelo menos de 15% a mais.

Um outro argumento para que ocorram as alternâncias seria o de que os sujeitos, por terem pouco contato com os temas propostos, ficariam buscando argumentos como quem “tateia no escuro”, ou como quem procede a uma espécie de “ruminação enunciativa”, como alguns exemplos deixam entrever. Não concordamos com essa explicação, embora mais testes precisem ser feitos para comprová-la. A própria diferença entre o grupo de controle D e os demais demonstra que o procedimento não se dá pela falta de conhecimento, pois, pela qualidade de informações no grupo D, não é possível afirmar-se que os seus sujeitos tivessem mais conhecimento sobre as semelhanças e diferenças entre o crime organizado e o terrorismo do que sobre cotas raciais. Por isso, continuamos com a convicção de que alternar é inerente aos procedimentos enunciativos e os temas, em virtude das suas implicações em relação às imagens e às identidades, podem provocar maior ou menor intensidade nas alternâncias.

5.3.1 Sobre as alternâncias eruptivas

Observamos as possibilidades de segmentação nos textos e percebemos que ela não era eficiente, como ficou demonstrado no capítulo IV. Observamos também que a 1ps e a 1pp eram como erupções em um terreno já formado pela np, assim, teríamos, em termos de ilustração o seguinte gráfico:

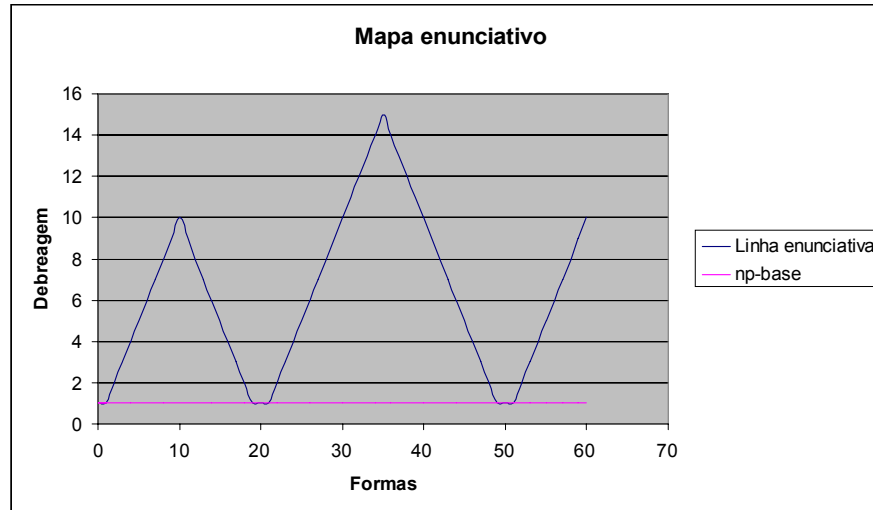


Gráfico 3 - Ilustração do mapa eruptivo

O gráfico acima representa um texto que teve a seqüência $np - 1pp - 1ps - np - 1pp$. Em tal caso, temos a linha lilás que representa a base enunciativa np , enquanto que os índices 10 e 15 representam o eixo da “debreagem”, respectivamente de $1ps$ e $1pp$, de modo que em uma escala de 0 a 15, o 1 representa a embreagem np , o 10 a $1ps$ e o 15, $1pp$. Essa escala numérica é apenas a tentativa de representação da diferença entre a $1ps$ e $1pp$, sem, contudo, estabelecer uma hierarquia, servindo apenas para a demonstração que existem diferenças entre uma e outra debreagem. No entanto, tal diferença está baseada em uma distância referencial, da indeterminação para maior determinação. A partir do mapa ilustrativo acima, surgem pelo menos três questões para serem discutidas:

- Quantos modelos de mapas dariam conta dos 464 textos e haveria variação de um grupo a outro?
- Quais seriam as regularidades formais ou semânticas implicadas nesses movimentos de alternância/erupção?
- Haveria efeitos de sentido diferentes entre uma erupção e outra? Se afirmativo, quais?

Passamos para a tentativa de responder as questões levantadas acima.

5.3.2 Os mapas mais recorrentes e as características dos grupos

Observamos que os grupos tinham entre si semelhanças e diferenças que passaremos a explorar. Inicialmente, é preciso deixar claro que foi montado o mapa enunciativo de cada texto, e obtivemos um resultado bastante inesperado. Primeiramente, uma análise combinatória das possibilidades no conjunto dos 464 textos levaria a um valor astronômico sem aplicabilidade prática. Só a título de curiosidade, se realizássemos uma projeção combinatória sobre as 36 possibilidades encontradas, ou seja, 12 itens de 1ps, 1pp e np com no máximo 3 marcações de cada um, teríamos um total de 7.140 diferentes mapas. Quando falamos em 12 itens, é porque tivemos textos que foram demarcados em até 12 fragmentos entre 1ps, 1pp e np. Para essa contagem de formas e construção dos mapas, utilizamos o sistema “Access” da Microsoft, alimentando um banco de dados que nos apontou as diferentes combinações, ainda no esquema vertical de levantamento como nas ilustrações a seguir:

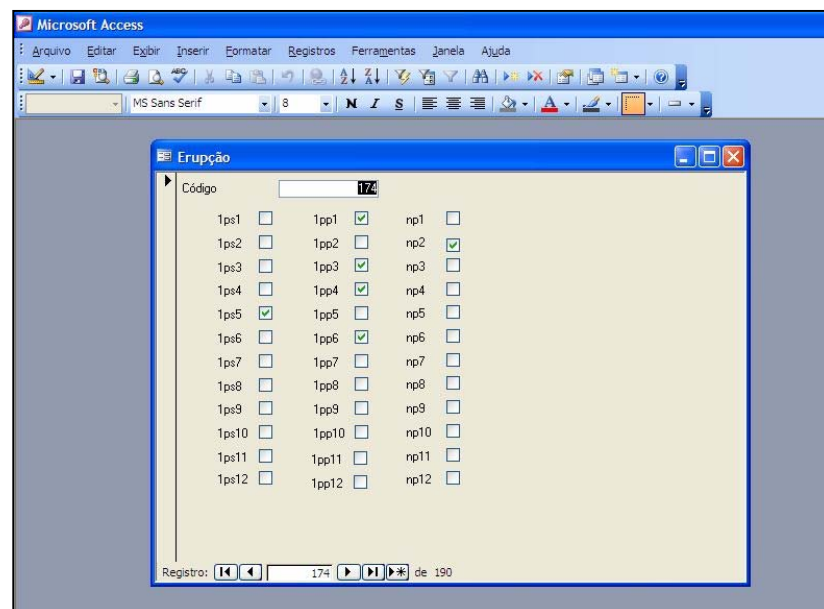


Ilustração 7: Alimentação do banco de dados sobre alternância

Na ilustração acima, temos a representação do texto 174 do Grupo A, que se traduz em um mapa como o que se segue:

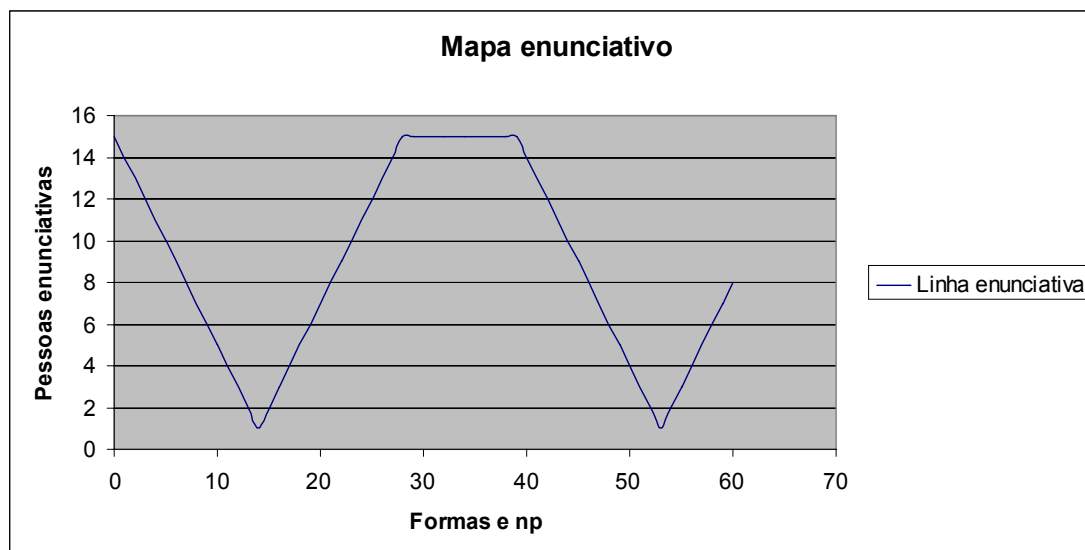


Gráfico 4 - Mapa enunciativo do texto 174A

A partir da comparação entre os grupos, vimos as suas peculiaridades, como demonstra a tabela abaixo representativa dos tipos de combinações das alternâncias que foram encontradas:

Tabela 2 - Proporção dos modelos de mapas em relação à quantidade de textos

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
Total de textos	190	71	110	93
Quantidade de mapas	71	43	40	26
Percentual	37,36	60,56	36,36	24,73

A tabela 2 interpreta a quantidade de textos e as possibilidades combinatórias, dado que não nos interessa diretamente, mas demonstrou que o grupo B apresenta mais modelos e maior possibilidade de alternância em termos de proporção. Em todo o caso, o grupo D ainda se mantém com um menor número de mapas, comprovando a hipótese de que a diferença dos temas tem a ver com o fenómeno analisado.

No conjunto de todos os grupos, tivemos um total de 127 composições distintas. E, desses modelos, tomaremos apenas 2 mais significativos para todo o conjunto:

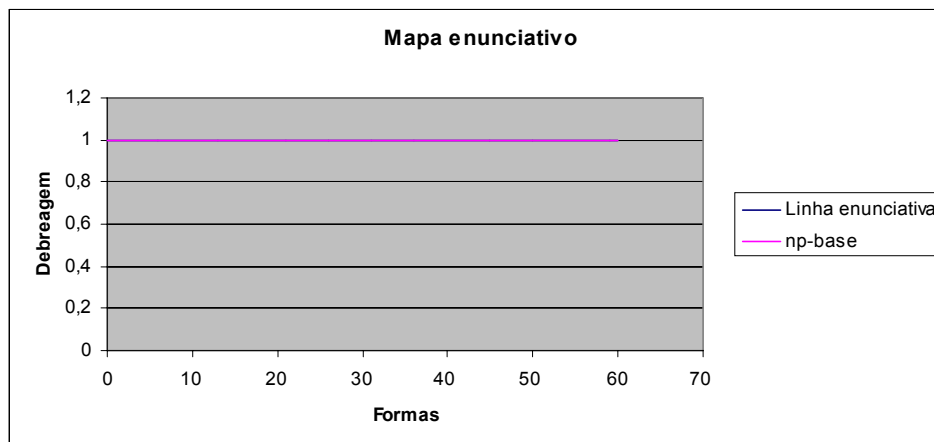


Gráfico 5 - Mapa enunciativo 1, total de 132 ocorrências

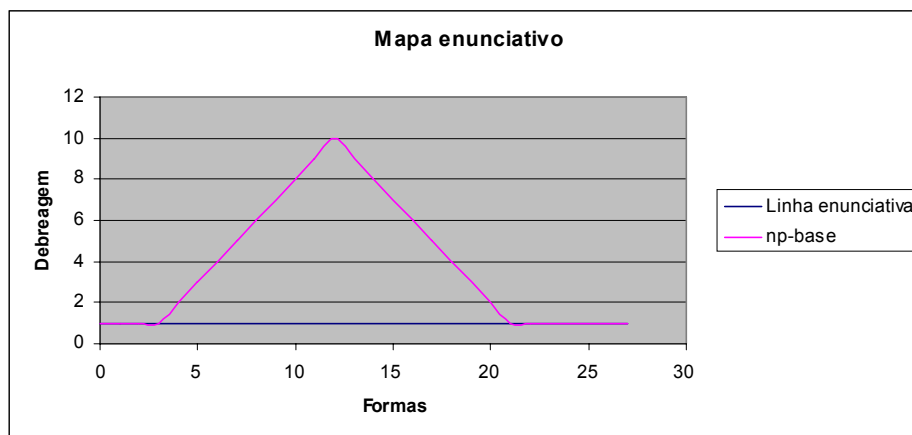


Gráfico 6 - mapa enunciativo 2, total de 47 ocorrências

Como vimos, a tabela 2 demonstra que, em alguns grupos, obtivemos mais desenhos de alternância que em outros, sendo que o que nos chamou a atenção foi a abundância de possibilidades no Grupo B, e também vimos que o grupo D apresentou um conjunto menor de possibilidades de alternância. A princípio, isso não significa muita coisa, pois podemos ter uma variação de mapas muito grande;

além disso, é importante ressaltar-se que, dos 127 modelos, apenas 133 textos ficaram sem alguma alternância, lembrando que tivemos um texto apenas que teve sua predominância enunciativa em 1pp. Todos esses dados comprovam que a alternância é efetivamente presente, pelo menos, no gênero analisado.

Diante da multiplicidade de modelos, da quantidade de textos e da quantidade de possibilidades, vimos que os diferentes mapas nos grupos nos informam que o fato mais interessante não é a quantidade de mapas, nem seu formato, mas os movimentos eruptivos encontrados na cadeia enunciativa, ou seja, em que condições 1ps surge após um np ou vice-versa. Assim, a nossa busca pela regularidade passa pelos principais movimentos e tenta compreender em quais condições essas erupções estão implicadas e se há uma regularidade entre elas.

5.4 Levantamento geral dos movimentos

Para o levantamento das alternâncias eruptivas, utilizamos o software Systemic Coder, de modo que pudemos perceber quais seriam os movimento mais recorrentes em todo o *corpus* até chegarmos a algumas possíveis explicações para as dispersões dos discursos desses sujeitos. Vejamos então no quadro geral dos movimentos.

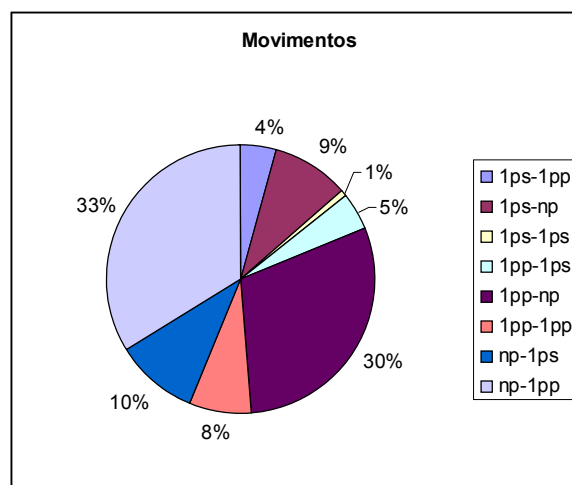


Gráfico 7 - Média geral de alternância dos 4 grupos

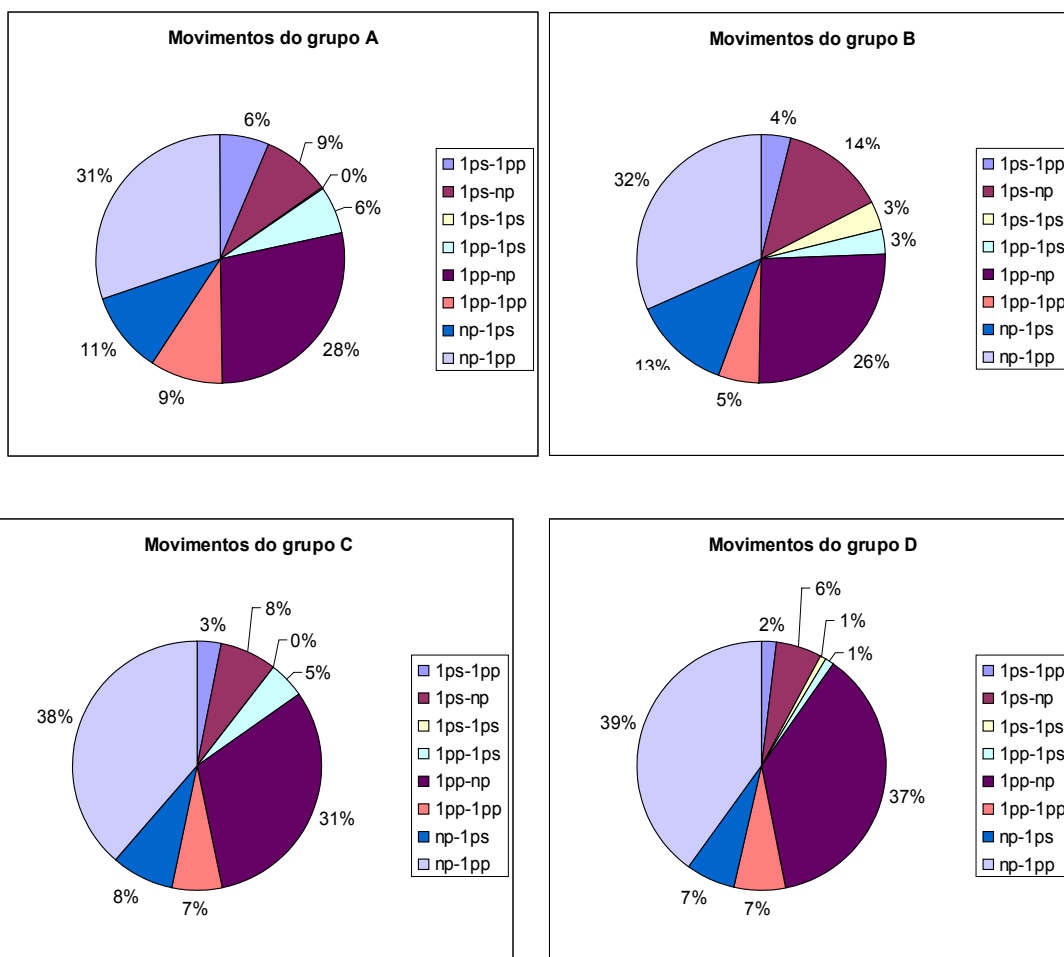


Gráfico 8 - Comparativo dos movimentos eruptivos nos grupos

Tabela 3 - Percentual de alternância por grupo

	A	B	C	D
Alternância	%	%	%	%
1ps-1pp	6	4	3	2
1ps-np	9	14	8	6
1ps-1ps	0	3	0	1
1pp-1ps	6	3	5	1
1pp-np	28	26	31	37
1pp-1pp	9	5	7	7
np-1ps	11	13	8	7

É perceptível que os movimentos estão basicamente proporcionais: comparados à média do gráfico 7, percebemos uma determinada constância nos tipos de movimento. E, como era de se esperar, uma vez que há maior quantidade

de 1pp e np, maior serão as trocas entre essas duas modalidades enunciativas. No entanto, observando-se com um pouco mais de atenção, podemos perceber as peculiaridades dos grupos. Antes, no entanto, de explorarmos as particularidades, vamos observar as semelhanças: a) todos os grupos apresentaram movimentos; b) as proporções são variadas, mas ocupam posições muito semelhantes.

As diferenças devem ser ressaltadas, pois, em um total de 1007 movimentos detectados em todo o *corpus*, é preciso observar-se, por exemplo, que uma diferença entre um movimento e outro na casa de 8% representa 80,56 ocorrências; embora não se trate de um número muito expressivo, ele é significativo para a proporção do *corpus*. Assim, se fizermos a escolha da análise de um movimento em específico, isso se deve às escolhas metodológicas e aos limites que devemos nos impor para concluir um trabalho científico.

Qual seria a explicação plausível para a discrepância encontrada entre o grupo A e C ou ainda entre A e D? Por que A e B se comportam semelhantemente, da mesma forma que encontramos semelhanças entre C e D? A primeira tentação para responder a essa pergunta é pensar que esses indivíduos são muito diferentes em termos de contexto social e instrucional. Mas, na verdade, não são tão distintos, e estão afetados por memórias semelhantes. A explicação mais plausível para D ser diferente é a de que a proposta de tema é outra. A proposta diferenciada pode fazer com que o sujeito ative outras memórias, o que se demonstrou desde as primeiras análises. O fato de termos condições distintas de coleta dos dados, no caso de A e B, na qual A foi realizada em circunstância de prova de vestibular e B foi coletada como atividade extraclasse, demonstra que o fenômeno das erupções enunciativas não está vinculado ao contexto imediato de produção, ou ao nervosismo do candidato em situação de avaliação que o faria “errar”. A nossa hipótese é a de que

as alternâncias revelam preferências (não de um sujeito da vontade, mas de um sujeito submetido, logo as preferências são do discurso e não dele individualmente) enunciativas por um determinado discurso ou pelo menos por um determinado paradigma designacional (PD).

Feito o levantamento de dados, ainda há uma grande quantidade de cruzamentos que devemos elaborar, com vistas a perceber se há regularidades nas alternâncias. Vimos que elas se comportam de uma maneira até certo ponto previsível. Em primeiro lugar, por termos mais enunciados em np e 1pp, temos mais alternância entre essas duas modalidades. Vimos também que o tema e a memória que ele atrai também influencia na quantidade de alternâncias no *corpus*. Diante dessa constatação, a alternância não é um mero acidente de sujeitos que não dominam a norma, ou que são inabilidosos no que se refere ao domínio da língua escrita não podemos negar o fato de que há regularidade nos movimentos, mas ainda não somos capazes de dizer se 1pp e np se inscrevem preferencialmente em uma determinada FD. Atingiremos esses objetivos quando conseguirmos observar, a partir dos levantamentos lexicais e da análise de determinados conteúdos, a tendência das regularidades.

5.5 As referências às pessoas enunciativas no *corpus* analisado

Neste item, iremos discutir de uma maneira mais demorada cada uma das referências às pessoas enunciativas, de tal modo que possamos compreender que os movimentos observados no capítulo anterior não representam apenas números, mas as regularidades encontradas no fazer dos sujeitos para, finalmente, compor o traçado do jogo das identidades.

É mister prevenirmos que os nossos informantes, por mais que apresentem

uma acentuada desestruturação do texto e tiveram pouquíssimo contato com técnicas de retórica escrita, essencialmente, eles estão buscando exercitar o “dom” da argumentação e convencerem seus interlocutores para aceitar o seu modo de pensar, o que demonstra que mesmo tendo dificuldades no domínio da modalidade escrita, o sujeito procura argumentar, o que é próprio da interação e das funções dos enunciados.

Não entraremos no mérito de dizer que a enunciação em determinada pessoa constrói um determinado tipo de ethos, muito embora essa relação seja altamente produtiva e sirva como mote para uma outra pesquisa. A questão que nos colocamos aqui tem a ver com o ethos, mas não só no sentido da retórica: procura-se perceber como o sujeito se mostra ou se esconde para tratar de identidades e, principalmente, de identidades em conflito, como é o caso da identidade racial.

Diferentemente de Indursky (1997), que se apóia na noção de *quarta pessoa* da psicanálise (cf. IRIGARAY, 1973), nossa perspectiva é inversa e se apóia mais nos estudos de Dannon-Boileau (1987). Ao invés da quarta pessoa que é, na verdade, o preenchimento da não-pessoa (Ele0) pelo “eu” que passa a ser um “eu” disfarçado sob um “-se”, a nossa perspectiva é de que o sujeito empírico é um ser único, um “eu”, mas a sua enunciação acontece sobre a base da *np*. É por isso que, mais adiante, poderemos afirmar que, no processo enunciativo, temos três entes: o ser empírico, o sujeito da enunciação e o sujeito enunciado. Observemos os exemplos abaixo:

34) *Esta sala está abafada.*

Esse enunciador não diz:

34a) *Eu afirmo que esta sala está abafada.*

34b) *Eu penso que esta sala está abafada.*

34c) *Em minha avaliação esta sala está abafada.*

Para chegarmos a essa conclusão, retomemos a distinção que Ducrot (1980 e 1984) faz quando fala em *polifonia*.

A idéia central é que devemos, na descrição da enunciação que constitui o sentido do enunciado, distinguir o autor da fala (locutor) dos agentes dos atos ilocucionários (enunciadores) e ao mesmo tempo de uma maneira correlativa o ser ao qual as palavras são ditas (alocutário) dos seres que são os pacientes do ato (destinatários). (Ducrot, 1980, p. 43-44)⁵⁰

Mais adiante, em 1984, Ducrot utilizará um esquema bastante difundido e Amoussy faz uma síntese bastante objetiva desse pensamento:

Ele (Ducrot) diferencia o locutor (L) do enunciador (E) que é a origem das posições expressas pelo discurso e é responsável por ele; ela divide o locutor em "L", ficção discursiva, em "□", ser no mundo, aquele de quem se fala ("eu" como sujeito da enunciação e "eu" como sujeito do enunciado). Analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe confere as modalidades de sua fala. (Amoussy, 2005, p. 14-15)

Em nossa perspectiva, "□" e E enunciam em np, enquanto que o L está sujeito às erupções da 1ps e da 1pp e todos os matizes que acompanham esta última modalidade. Assim, o enunciador está sempre em não-pessoa; quando há um elemento motivador para a erupção ela acontecerá. Há, no entanto, enunciados que não admitem paráfrases como as de 35a e 35b, pelo menos em língua portuguesa:

35) *Eu amo você, Maria.*

36a) ? *O João ama você, Maria. (João enunciando do próprio João)*

36b) ? *O João diz que ama você, Maria. (João enunciando do próprio João)*

Talvez seja uma questão com os verbos psicológicos ou experienciadores, mas ainda é possível um outro tipo de paráfrase:

36) *Eu amo você, meu bebê.*

36a) *A mãe ama você, meu bebê.*

⁵⁰ L'idée centrale est que l'on doit, dans cette description de l'énonciation qui constitue le sens de l'énoncé, distinguer l'auteur des paroles (locuteur) et les agents des actes illocutionnaires (énonciateurs) et en même temps d'une façon corrélative, l'être à qui les paroles sont dites (allocutaire) et ceux qui sont les patients des actes (destinataires).

36b) *A mamãe ama você, bebê.*

Nesse caso, o argumento de ser um verbo experienciador não se sustenta, logo o que explicaria a possibilidade de 36a e 36b e a estranheza de 35a e 35b é o contexto em que se considera os interlocutores ou enunciatários. No caso de 36, temos o sujeito “mãe” que enuncia para o enunciatário “bebê”; no caso, os enunciados mais aceitáveis e prováveis para essa circunstância são 36a e 36b, pois um bebê ainda não tem a noção de subjetividade expressa pelo “eu”, pois ela ainda está em formação. Por isso, na língua do adultos para a criança, há o uso da não pessoa intuitivamente. Danon-Boileau (1987) propõe a noção de “localização” (repérage) da qual fala Culioli, para uma comparação entre a relação mãe e lactente através dos pronomes:

Em suas primeiras experiências de mundo, o bebê demonstra três comportamentos evidentemente diferentes :

- 1 – Desde que observa um objeto que se locomove em seu campo visual, o bebê está atento, mas permanece em estado passivo e inativo.
- 2 – Quando o rosto de uma personagem maternal se aproxima face a face com o ele, o bebê entra em interação com o rosto e se instaura um sistema de troca (troca de sorrisos, sons modulados etc.).
- 3 – Do contrário, se a personagem maternal apresenta uma “expressão impassível”, o bebê se confunde, e procura restabelecer a troca, a fim de suscitar um retorno de expressividade e de resposta. Na falta do retorno, o bebê se retira do sistema interativo. (p. 22)⁵¹

O autor explica que, quando a mãe apresenta a “expressão impassível”, o bebê a interpreta como um paradoxo: a mãe apresenta ao mesmo tempo um “olá” e um “até logo” e o bebê se retira do sistema (idem, p. 23).

O paralelo que proponho com a operação de localização conduz, então, às especificidades seguintes:

- 1 – A atenção dada aos objetos corresponde ao valor dito “fora do sistema (interativo)” (o que define o “ele” no sistema pronominal).
- 2 – A troca interativa corresponde ao valor « igual » (aquela que define o

⁵¹ Dans ses premières expériences du monde, le bébé fait montre de trois comportements nettement différenciés: 1- Lorsqu'il observe un objet qui se déplace dans son champ visuel, le bébé est attentif mais reste dans un état « passible et inactif » ; 2 - Lorsque le visage d'un personnage maternelle s'approche de face, le bébé entre en interaction avec lui et un système d'échanges s'instaure (échanges de sourires, de sons modulés, etc...); 3 - Toutefois, si le personnage maternelle présente un « visage impassible » le bébé se trouble, cherche à rétablir l'échange, à susciter un retour d'expressivité et de réponse. Faute d'y parvenir, le bébé se retire du système interactif.

« eu ») dentro do sistema pronominal).

3 – A troca interativa paradoxal corresponde ao valor “diferente mas não sem relação” (aquela que define o “tu” no sistema dos pronomes). Nota-se que o paralelo traçado não instaura uma analogia entre os componentes cognitivos do bebê e os pronomes, mas entre uma modalização de certas operações de localização inerentes à linguagem. (idem)⁵²

O interesse nessa relação, está, sobretudo, na circunstância atenta que o sujeito tem em relação ao que está “dentro do sistema” ou “fora do sistema” (no sistema X fora do sistema). Fica claro que o efeito de sentido da enunciação das marcas de pessoa (1ps, 1pp) é de oposição entre a neutralidade e a não neutralidade. No entanto, o argumento mais interessante e mais forte é que a subjetividade (no sentido benvenistiano) não nasce da noção de « ego », mas da noção primária do “ele”, em razão do reflexo no “espelho”. Aqui lembramos Lacan e a noção do “estágio do espelho”. Essa noção consiste em que, em determinada fase de sua vida, o bebê vê diante de si o seu reflexo quando observa um adulto; o que se tem, nessa circunstância, é a constituição de si sobre a alteridade, ou seja, aos poucos o bebê percebe que o outro é o não-mesmo e, assim, a relação de alteridade será muito importante, para se constituir o mesmo.

Passada essa fase, bem mais adiante, é que o bebê começa a dizer “eu”, o que não anula a idéia de subjetividade no sentido de que o “eu” que fala instaura a enunciação (ego-hic-nunc), mas fica patente o fato de que o “eu” é nascido do “ele” e não o contrário. Por fim, a modalidade enunciativa mais complexa que é o “nós” só é atingida com um grau maior de maturidade, na qual a intersubjetividade já está bastante sedimentada e o indivíduo já consegue se identificar com os grupos. Como os sujeitos em sua enunciação estão mais aptos a falar do que está fora do circuito,

⁵² Le parallèle que je propose avec l'opération de repérage conduit alors aux spécifications suivantes: 1 – L'attention portée aux objets correspond à la valeur dite « hors système » (laquelle définit « il » dans le système de pronoms). 2 – L'échange interactif correspond à la valeur « égal » (lequel définit « je » dans le système des pronoms). 3 – L'échange interactif paradoxal correspond à la valeur « différent mais non sans rapport » (laquelle définit « tu » dans le système de pronoms). On notera que le parallèle tracé n'instaure pas une analogie entre les comportements cognitifs du bébé et les pronoms mais entre une modélisation de certaines opérations de repérage inhérentes au langage [...]

a np e a 1pp acabam sendo mais recorrentes que a 1ps. Foi por isso que optamos por dizer que a np é a base da enunciação, enquanto que a localização do “eu” e do “nós” acontece pela erupção, ou seja, pelo acidente.

Posto que a enunciação, a nosso ver, se baseia na não-pessoa, como interpretar, então, as erupções de 1ps e 1pp, ou ainda essencialmente, como interpretar np enquanto efeito de sentido de “neutralidade”? Nos itens que se seguem, observaremos o comportamento das enunciações, agora sob o prisma lexical e semântico dos paradigmas designacionais mais relevantes.

5.6 Paradigmas designacionais e seu cruzamento com as modalidades enunciativas

A maior quantidade de enunciados surgiu em np, em que o enunciador faz uma *debreagem enunciva* como é o caso do efeito de sentido de objetividade almejado no discurso científico (FIORIN, 2002, p. 45). Enunciar em np leva a um efeito de distanciamento entre o sujeito-enunciador, o sujeito do enunciado e o sujeito empírico, tratando-se de um efeito muito explorado pela intuição dos falantes para manter o tal. A princípio, poderíamos hipotetizar que a enunciação em np será um campo bastante amplo para que discursos preconceituosos se instaurem, pois é o lugar onde o “eu” não aparece para “assumir” seu discurso, ou ainda seria um espaço para se manter distante. Diante da hipótese de que certos termos poderiam surgir mais em uma determinada forma enunciativa que em outra, procedemos a um cruzamento de dados no qual fizemos o levantamento total das designações para “negro” e “branco” e, então, obtivemos um quadro geral das maneiras de designar o outro.

O primeiro dado que nos chama a atenção foi o que se apresenta nas tabelas a seguir:

Tabela 4: Paradigmas designacionais para as identidades no grupo A

Negro		Branco	
Formas	Quantidades	Formas	Quantidade
Negro(s)	600	Branco(s)	75
Sociedade negra	2	Branca(s)	26
Povo negro	2	Homem branco	6
Comunidade negra	2	Clara	4
Raça negra	16	Cor branca	12
De cor negra	15		
Morenas	2		
Pessoas de cor	13		
Preto(s)	6		
Afro	3		
Pessoa(s) negra(s)	32		
Pessoas de cor negra	4		
Homem negro	6		

Tabela 5 - Paradigmas designacionais para as identidades no grupo B

Negro		Branco	
Formas	Quantidades	Formas	Quantidade
Negro(s)	255	Branco(s)	67
Raça negra	7	Clara	1
De cor negra	3	Pessoas brancas	3
Preto(s)	1	Crianças brancas	2
Afro	14		
Pessoa(s) negra(s)	5		
Pessoas de cor negra	2		

Tabela 6 - Paradigmas designacionais para as identidades no grupo C

Negro		Branco	
Formas	Quantidades	Formas	Quantidade
Negro(s)	354	Branco(s)	70
De cor negra	4	Branca(s)	10
Preto(s)	3	Homem branco	1
Afro	32	Clara	
Pessoa(s) negra(s)	15	Cor branca	
Pessoas de cor negra	8	Pessoa branca	3

Vejamos a proporção de referências identitárias dos textos em suas proporções conforme os gráficos a seguir :

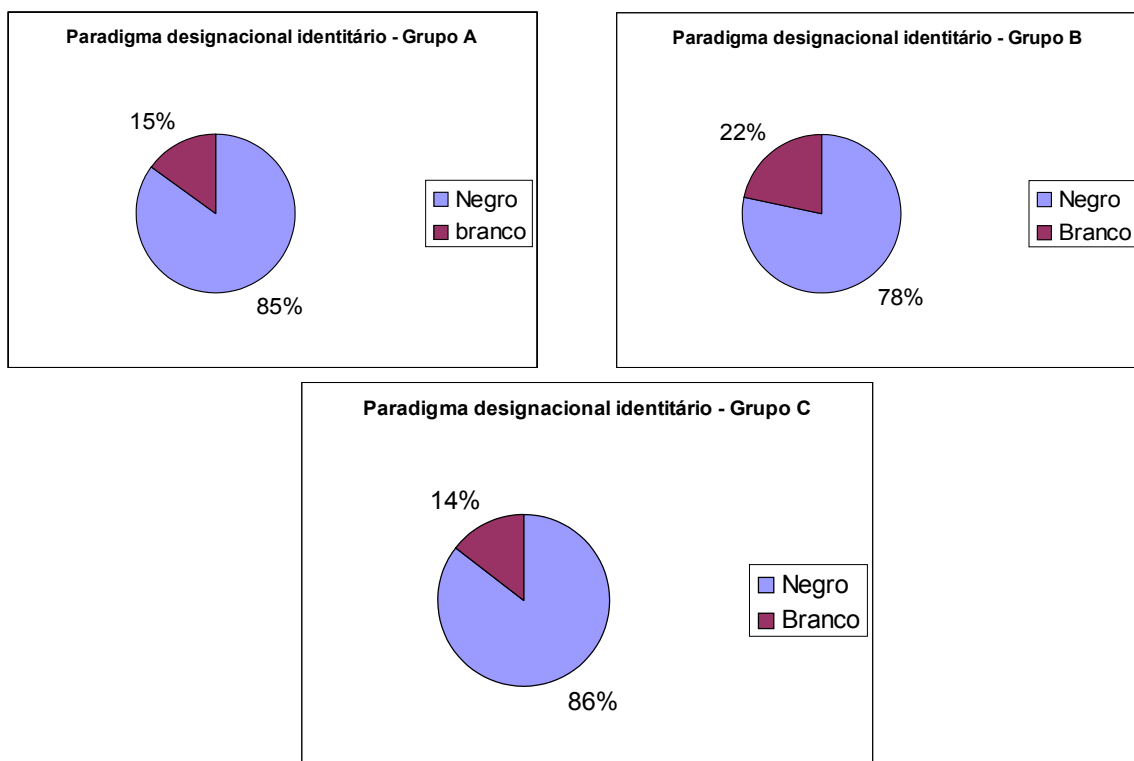


Gráfico 9 - PDs identitários conforme os grupos

Percebemos que o grupo A tem mais riqueza de formas, muito embora existam formas que surjam apenas uma vez; logo, em termos de quantidade de aparição, algumas não são relevantes para identificar formações discursivas. O dado mais importante a ser observado é a quantidade de referências a “negro” em oposição a “branco” e isso merece algumas considerações.

A primeira consideração é a de que sendo as cotas raciais o tema dos três primeiros grupos, obrigatoriamente haveria um grande apelo à memória dos sujeitos referente ao racismo, que procede, no entanto não é o suficiente para explicar as proporções dos gráficos contidos em 8. O que precisamos observar é que o mesmo não costuma falar de si, mas sempre do outro, marcando assim a diferença, como vimos no capítulo 3. Logo, a esmagadora maioria dos enunciadores desses textos está na posição identitária de “brancos”. Mas isso não tem qualquer relação entre o

sujeito empírico e o sujeito da enunciação, haja vista que eles podem ou não coincidir, o que permite que haja um sujeito empírico branco a enunciar como negro, ou vice-versa; ou ainda, uma terceira posição: nem branco, nem negro. A neutralidade absoluta com relação à identidade constitui um caso muito comum, como no exemplo a seguir:

37) Uma afirmação é válida, o que difere um negro de um branco ou de um pardo? Aos olhos de cada cidadão é uma questão simples de ser respondida mas a realidade é totalmente diferente das desculpas anunciadas a cada dia

Outro aspecto a ser levado em consideração é que, nas enunciações em 1pp ou np, o anafórico “ele(s)” estava sempre presente, indicando a debragem para um outro no discurso que não necessariamente o do enunciador. Soma-se a esse fato que poucas são as co-ocorrências anafóricas entre elementos do paradigma branco com “ele(s)”, o que comprova, mais uma vez, que a maioria dos enunciadores assume a posição de sujeito branco. E isso implica em diferentes formações discursivas e efeitos de sentido. Mas é preciso reconhecer que, sob 1ps, 1pp e np, está subjacente o enunciador branco, daí o fato de que enunciar em uma dessas modalidades leva a efeitos de sentido distintos.

Mesmo havendo uma diferença média de 8% de referência nos paradigmas “negro” e “branco” entre os grupos A, B e C, sendo que o B apresenta a maior variação, não se identifica alguma peculiaridade no grupo B, pois a média ainda está próxima à dos outros grupos: o que verificamos é que há mais identidade que diferença entre os grupos. Assim, os três grupos, apesar das condições distintas de coleta, sustentam semelhanças bastante significativas.

Há variações lexicais de um grupo para outro, o que é bastante normal, como por exemplo, no caso do grupo C, em que há mais referências a “afro-

descendentes” que no grupo A, o que é facilmente interpretável. A designação de “negro” por “afro-descendente” constitui uma nova identidade do grupo étnico, e é visivelmente perceptível que essa nova identidade já vem politizada. O lapso de 4 anos entre a produção de A e C demonstra que houve um crescimento do uso do termo, mais um fator que demonstra que se trata de uma nova identidade em construção, e que é bastante diferente de “pessoa de pele escura”, “negro” ou “preto”.

Já observamos que a ocorrência de “branco” é bem menor que “negro”, mas é interessante observar a distribuição dessas ocorrências no mapa de seção, como se segue no gráfico a seguir:

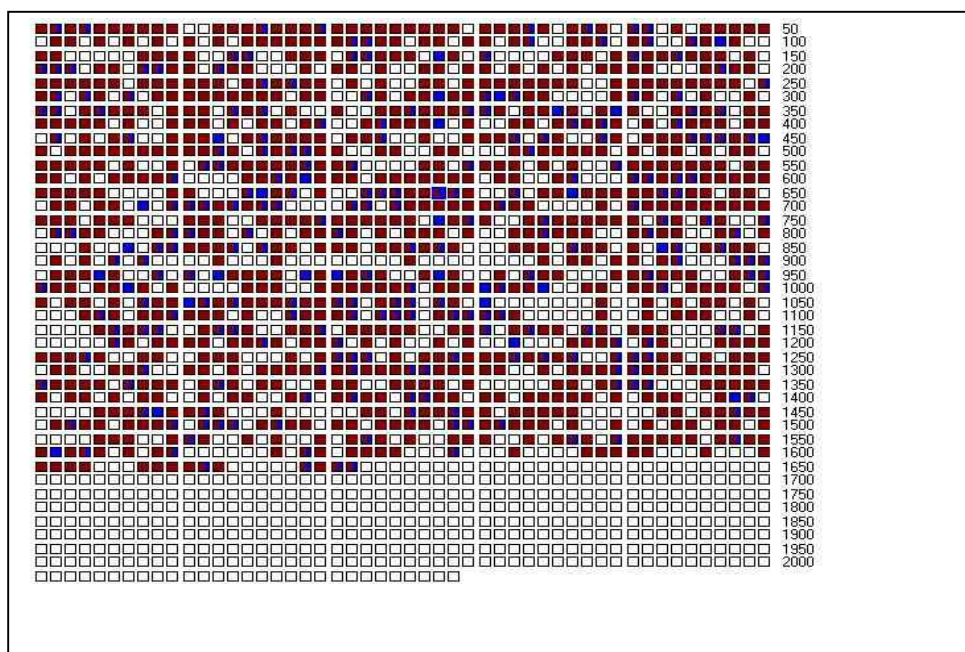


Gráfico 10 - Distribuição das co-ocorrências de “negro” e “branco”

Cada pequeno quadrado corresponde a um parágrafo; ao todo são 2030 computando todos os textos do *corpus*. Os pontos vermelhos indicam a ocorrência de algum elemento do paradigma designacional “negro”, enquanto os quadrados

azuis indicam “branco”, já os quadrados mesclados em azul e vermelho indicam a co-ocorrência de ambos paradigmas. Observa-se que, a partir da seção de número 1693, não há indicação de nenhum dos paradigmas, pois se trata do grupo D no qual não surge nenhuma referência a “branco” ou “negro”, o que implica, mais uma vez, em reafirmar que a proposta temática influenciou não só na quantidade de alternâncias eruptivas, como também influenciou nos paradigmas designacionais. A nosso ver, essa questão indica que o sujeito, instado a falar de sua identidade, promove a diferença a partir da referência ao outro: daí a grande quantidade de formas e ocorrências para “negro”, o que já afirmamos anteriormente.

A novidade da observação é que a quantidade de co-ocorrências de “branco” e “negro” são muito maiores que somente a aparição de “branco”, lembrando-se, é claro, que “negro” aparece muito mais vezes. A princípio, poderíamos dizer que o fato de “negro” surgir mais implica em não sobrar espaço para que “branco” seja incluso. Isso é uma hipótese falaciosa, pois, na maioria dos contextos em que surge “branco”, ele está acompanhado de “negro” para ser o comparativo, como em frases do tipo:

38) Realmente, (para) já era tempo de parar, pensar e se dedicar a esse assunto tão polemico, pois quantas vezes, era colocado em discussão a idéia de que o negro deveria ter chances igual, a de um branco mas na realidade sabemos que nunca foi assim. Por isso achamos ótima a idéia de que negros terão a mesma igualdade de um branco para entrar nas universidades e até mesmo nos programas de televisão.

No fragmento 38, é visível que as identidades construídas se revelam bastante balizadas entre negro e branco, sendo o branco o padrão de comportamento ao qual o negro deve chegar. Há uma grande quantidade de enunciados nos quais se espera que o negro seja “brancarizado”. O efeito de sentido, nesses casos, remonta à idéia de que o branco já alcançou benefícios e privilégios sociais que devem ser dados ou oferecidos aos negros, e esse tipo de

discurso mostrar-se-á bastante presente na questão dos casos semânticos que veremos na seção seguinte.

5.7 Exploração semântica e seu cruzamento enunciativo

Neste item, aprofundaremos a análise tentando observar se o comportamento dos paradigmas designacionais identitários observados no item anterior seguem algum tipo de padrão. Para tanto, dois dados serão de suma importância: o papel temático ocupado pelas ocorrências e a classificação das vozes enunciativas em que essas ocorrências surgiram.

Conforme o descrito no capítulo IV, fizemos a categorização das ocorrências de “negro” e “branco” no *corpus*. No entanto, como as ocorrências de alguns paradigmas eram muito grandes, decidimos fazer a análise por amostragem, tomando apenas 20% das ocorrências para cada grupo e paradigma identitário e em cada uma das vozes. Por exemplo, no grupo A, no qual observamos 703 ocorrências do paradigma “negro”, fizemos apenas a categorização de 140 referências, distinguindo-as em np e 1pp. Dado o número inexpressivo de 1ps, decidimos por não analisar as ocorrências de seu paradigma; no entanto, a 1ps não deixará de ser observada nos capítulos consecutivos a seu tempo. Por hora, queremos apenas traçar um panorama geral dos dados levantados. Por sua vez, o grupo D não apresentou referências às identidades, fato muito importante para esta pesquisa que também, a seu tempo, será retomado.

Como fora apresentado na metodologia, fizemos as classificações dos papéis temáticos considerando os verbos e os argumentos. No entanto, tal trabalho se deu de maneira bastante difícil, pois, como os textos são construções espontâneas da linguagem natural, nem sempre obedeciam aquilo que poderíamos chamar de língua padrão, ou de uma semântica mais estabilizada, ou mesmo, emprego coerente de

determinados verbos e termos. Alguns impasses também surgiram ao longo das análises pelo menos com duas situações: a) alguns verbos de difícil categorização bem como algumas perífrases verbais, ou b) orações encaixadas. Vejamos alguns exemplos:

39) *Muitos brasileiros acreditam que o nosso país tem uma dívida com o povo afro-descendente, por toda a questão da escravidão e do racismo que permaneceram de certa forma no passado [...]*

40) *Os negros no Brasil sofrem, muito com o racismo.*

No caso 39, transformamos toda a perífrase “tem uma dívida” em “dever”, mas surgiu a dúvida: trata-se de que tipo de verbo, de estado, processo ou ação? Como não se trata de uma ação que provoca um encadeamento, também não se trata de processo porque não se tem a transformação de estado para outro, como no caso de “endividar-se”; logo, por eliminação, chegamos à conclusão de que o verbo “dever” seleciona argumentos de estado, assim, o argumento de que o “povo afro-descendente” não é beneficiário, mas paciente, lembra que tanto um quanto outro argumento são pacientes. Em 40, é evidente que “sofrer” pode ser um verbo psicológico, caso em que temos um experienciador, embora em 41 essa conotação possa ter outro sentido.

41) *É do conhecimento de todos que os negros **sofrem** preconceitos desde que nascem e a decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em estabelecer um número x para as vagas de universidades públicas [...]*

Em “sofrer preconceito” temos uma situação em que “negros” recebe o caso como se fosse “preconceituar”:

41') *É de conhecimento de todos \emptyset preconceituam os negros desde que nascem[...]*

Daí o fato de considerarmos, em 41, que “negros” ocupa o papel de

representar os beneficiários da ação. Estamos considerando que, mesmo no nível superficial, há outras transformações como o caso de um sintagma ou estrutura fixa “sofrer preconceito”.

Outro problema de ordem semântica foi como categorizar o verbo “ter”, haja vista que houve um número razoável de ocorrências. Para resolver tal problema, fizemos uma análise a partir da eliminação, considerando as denotações dos verbos entre estado, processo e ação. Primeiramente, o verbo “ter” seleciona, no mínimo, dois argumentos, um que se refere ao possuidor e outro ao possuído:

42) Estudar, ter uma profissão ser aceito por todos é nosso mérito depende de cada um e não da cor de pele que temos se só existissem médicos, advogados, deputados, professores brancos poderia se dizer que os negros não tem capacidade de aprendizado, mas como sabemos há pessoas de todos os tipos em todas as profissões.

Não se trata de ação ou processo, pois não leva a mudanças de estados, como em “A madeira secou”, nem se tem a descrição de uma ação praticada por um agente, como em “Michael correu”; logo, o resultado é que o verbo “ter” é também um estativo e, por isso, os argumentos são pacientes.

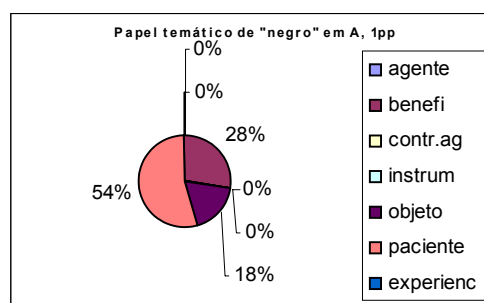
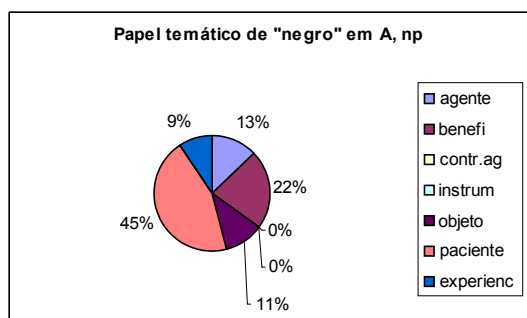
O terceiro problema que tivemos de equacionar nesse tipo de análise foi a cumulação de papéis. Vejamos o exemplo abaixo:

*43) Esperamos que os **negros** se capacitem cada vez mais independente se conseguirem cotas exclusivas nas universidades.*

Qual seria então o papel temático ocupado por “negros” em uma frase como a de número 43? Consideraremos “objeto” de “esperamos” ou “agente” de “capacitem”? Nessa situação, há a cumulatividade de papéis por serem orações encaixadas e, para não termos que estabelecer mais uma lista de categorização, optamos por classificar apenas um dos papéis adotados em uma das orações. Preferimos, então, optar pela oração subordinada. Em 43, “negros” passou a ser agente, muito embora,

tenhamos que considerar, ainda, que, nesse exemplo, como se trata de um verbo pronominalizado, o agente também é beneficiário, como, em “ferir-se”. Daí, para dirimir mais esse problema, consideramos somente o primeiro caso: agente. A opção pela oração subordinada se deve ao fato de compreendermos que, na oração principal, existe uma proximidade maior da referência ao enunciador, como em “esperamos”. Esse tipo de afirmação parece incoerente, pois se um dos objetivos dessa análise é pensar na referência ao enunciador, por que não se analisar tal aspecto, tomando no caso, a oração principal? Essa aparente incoerência se resolve da seguinte maneira: a) primeiramente, a modalidade enunciativa já foi detectada, ou seja, se 1ps, 1pp, np; b) essa modalidade enunciativa, ou seja, essa maneira de se posicionar do sujeito tributar-se sobre a identidade do outro o papel temático, no caso de “negro” ou “branco”, sendo esta última informação bastante preciosa para se chegar à compreensão dos efeitos de sentido na alternância. Isso confere que a posição do enunciador sobre R (do diagrama de Pêcheux).

Observemos, então, os gráficos a seguir, que demonstram a relação entre papel temático dos elementos designativos de identidade e a modalidade enunciativa em que surgem:



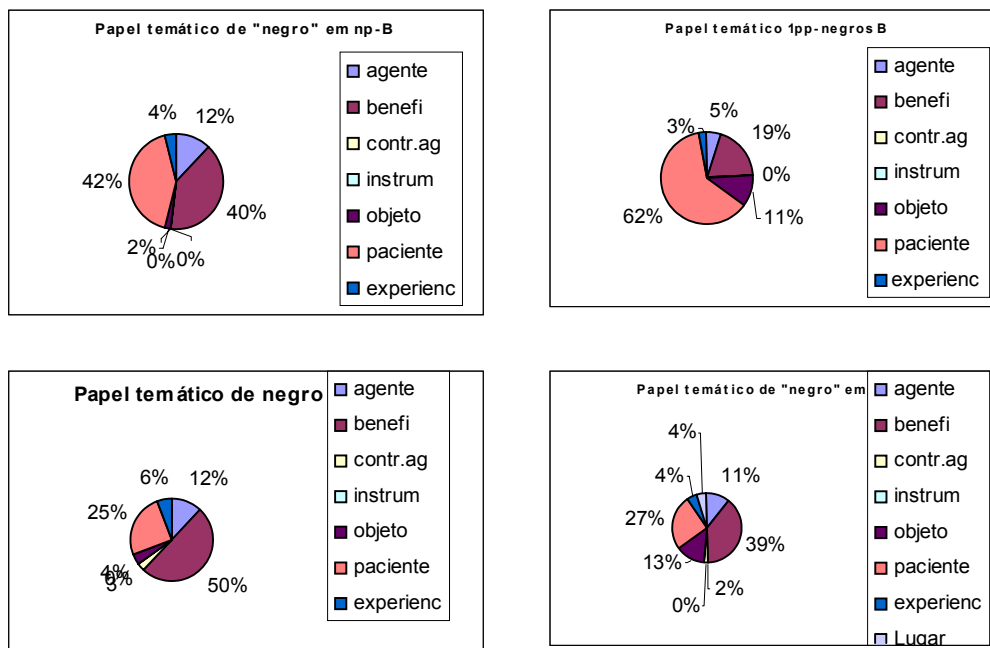


Gráfico 11 - Comparativo entre enunciação e paradigma identitário

Os três grupos analisados e seus subgrupos (1pp e np) apresentam algumas semelhanças e diferenças que precisam ser destacadas. Para tanto, vamos fazer as análises comparando os gráficos através de duas orientações: leitura horizontal e leitura vertical. Na leitura horizontal, temos os mesmos grupos e, na leitura vertical, temos as mesmas enunciações, ou seja, na coluna esquerda, temos as enunciações em np e, na coluna direita, a enunciação em 1pp. A observação inicial dos gráficos deve ser na direção horizontal e, por isso, vemos que os três grupos mantêm entre si certa semelhança em que "negro" surge majoritariamente na posição de paciente e beneficiário. Já no grupo C, a posição de beneficiário é maior que nos dois grupos anteriores. Os grupos A e B mantêm entre si relação de identidade, enquanto C tem uma identidade menor em relação aos outros. Para ilustrar as frases em que negro apresenta papel temático, observem-se esses demonstrativos:

Papel temático	Np	1pp
<i>Beneficiário</i>	<i>O governo precisa dar cotas especiais as pessoas miseráveis que não tem o que comer. Aos negros apenas o direito de viver com dignidade pois a igualdade e potencial eles possuem igual a qualquer outra cor .</i>	<i>O negro não deve ser excluído de nada ele deve ser tratado igual a todos nós .</i>
<i>Paciente</i>	<i>Hoje negros, está com uma grande parte integrada no meio de comunicação, novela, futebol.</i>	<i>Já é uma exclusão da sociedade ele é igual a qualquer um de nós, O negro merece ser como nós .</i>

Quadro 6 - Exemplos de enunciados do grupo A

Papel temático	Np	1pp
Beneficiário	A cidadania não é expressa por cotas. Elas não dão aos negros o direito à cidadania .	Não é certo que só porque o Brasil tem uma “dívida” com os negros desde a época da escravidão, paguemos com certas facilidades para eles no dia-a-dia
Paciente	Existem negros pobres, sem condição, com problemas educacionais, sim, porém também existem brancos com os mesmos problemas.	Não é certo que só porque o Brasil tem uma “dívida” com os negros desde a época da escravidão, paguemos com certas facilidades para eles no dia-a-dia .

Quadro 7: Exemplos de enunciados do grupo B

Papel temático	Np	1pp
Beneficiário	No ano de 2002, a implantação da política de cotas para negros em universidades públicas desencadeou uma série de polêmicas e controvérsias, tanto nas universidades como na sociedade	não temos ensino de qualidade, para os jovens negros que querem ingressar numa universidade .
Paciente	mas é de extrema importância ressaltar que o país sofre desses problemas desde a colonização onde os negros eram submissos aos brancos .	O sistema de cotas nos mostra bem isso que devemos dar oportunidades a todas as raças e etnias. Onde os negros têm direito de desfrutar do mesmo “paraíso” que um branco, amarelo, pardo desfruta .

Quadro 8 - Exemplos de enunciados do grupo C

Vimos que a diversidade de enunciações e de papéis temáticos é grande, mas demonstra tendências, se consideradas as especificidades dos grupos. No

entanto, podemos perceber que, majoritariamente, o negro ou é posto na situação de beneficiário ou de paciente. Essa categorização é uma das estratégias que temos para dizer se um discurso é preconceituoso ou não. O preconceito é um dos elementos que irá compor as relações de inclusão e exclusão, como veremos no capítulo 7. Daí, a composição entre modalidade enunciativa, referência ao outro e discurso preconceituoso constitui o conjunto de elementos que intervêm na formação das identidades. A compreensão de todos esses componentes permite chegar à compreensão que os sujeitos enunciadores têm do outro. Considerando esses aspectos, decidimos verificar as alternâncias de vozes, procurando perceber as maiores tendências no que diz respeito à imagem do outro. Para tanto, observaremos inicialmente o comportamento enunciativo apenas do grupo A, haja vista que se trata do grupo principal e demonstra razoavelmente as tendências dos demais.

5.8 As alternâncias eruptivas no *corpus* principal

O grupo A é o principal do nosso *corpus*, por isso nos concentraremos nele neste primeiro momento, enquanto os demais servirão de parâmetros comparativos. Já ficou claro, nos itens anteriores, que as condições de produção imediatas não têm relação direta com o fenômeno da alternância, mas com aspectos discursivos e identitários. O que se extrai das relações entre condição de produção dos textos e alternância é que o fenômeno acontece independentemente das condições dos textos, o que implica em dizer que o fato de um sujeito alternar pode estar ligado, além de às imagens, à própria estrutura enunciativa. Assim, traçados os mapas das alternâncias eruptivas, precisamos compreender as passagens de uma modalidade a outra. Inicialmente, apresentaremos os números absolutos das alternâncias:

Alternância	Quantidade
1ps-1pp	26
1ps-np	37
1ps-1ps	1
1pp-1ps	26
1pp-np	115
1pp-1pp	39
np-1ps	44
np-1pp	125
Total	313

Quadro 9: Distribuição das alternâncias no grupo A

Estamos considerando aqui as enunciações dos textos, pensando nas possibilidades de surgimento dos paradigmas designacionais identitários em um segmento que passa de uma modalidade à outra. Observemos, a seguir, os gráficos extraídos do Lexico3, fazendo as análises combinatórias para demonstrar quais são as possibilidades de surgimento dos paradigmas conforme a modalidade enunciativa.

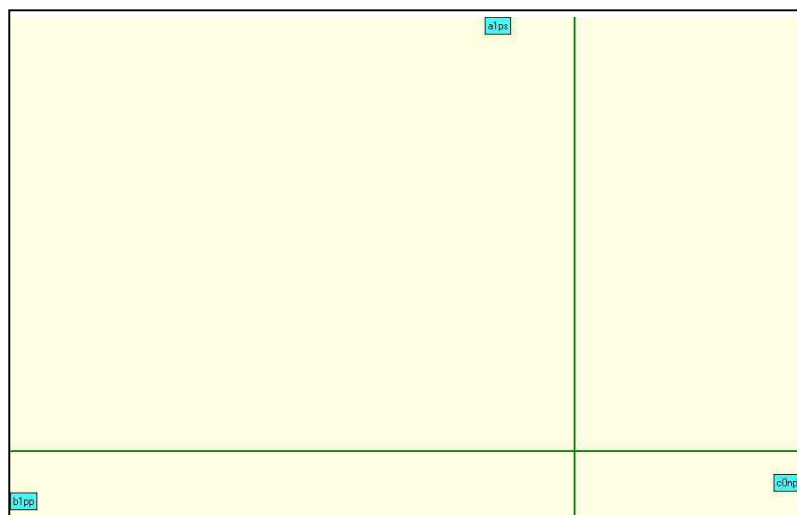


Gráfico 12 - Análise Fatorial por enunciador do grupo A

Temos no gráfico anterior, a descrição fatorial da distribuição dos grupos por

modalidade enunciativa. Antes de darmos prosseguimento à análise, é preciso explicar o princípio que fundamenta esse tipo de dado. Primeiramente estamos utilizando a “estatística multidimensional” e

O princípio comum a todos os métodos de estatística descritiva multidimensional é esquematicamente o seguinte: cada uma das dimensões de uma tabela retangular de dados numéricos permite definir distâncias (ou proximidades) entre os elementos de outra dimensão. Assim, o conjunto de colunas (que podem ser compostas de variáveis, de atributos) permite definir, através de fórmulas apropriadas as distâncias entre linhas (que podem ser de indivíduos, de observações). Do mesmo modo, o conjunto de linhas permite calcular as distâncias entre uma coluna e outra. (LEBART & SALEM, 1992, p. 105)⁵³.

A construção do gráfico 12 foi o resultado de uma série de cálculos probabilísticos que se traduziram visualmente, trata-se de plano cartesiano, demonstrando as distâncias lexicais existentes entre os grupos. Isso implica que há especificidades vocabulares presentes em 1ps, 1pp e np consideradas as proporções de termos enunciados; assim, vimos que os enunciados guardam sobre si diferentes composições lexicais, o que já é um indício de que existem FDs distintas para cada modalidade enunciativa. Isso permitirá observar que, em uma determinada modalidade enunciativa, há mais possibilidade de que um termo ou um segmento repetido surja que em outra. Um exemplo disso é o gráfico seguinte:

⁵³Le principe commun à toutes les méthodes de statistique descriptive multidimensionnelle est schématiquement le suivant: Chacune des dimensions d'un tableau rectangulaire de données numériques permet de définir des distances (ou des proximités) entre les éléments de l'autre dimension. Ainsi, l'ensemble des colonnes (qui peuvent être des variables, des attributs) permet de définir à l'aide de formules appropriées des distances entre lignes (qui peuvent être des individus, des observations). De la même façon, l'ensemble des lignes permet de calculer des distances entre colonnes.

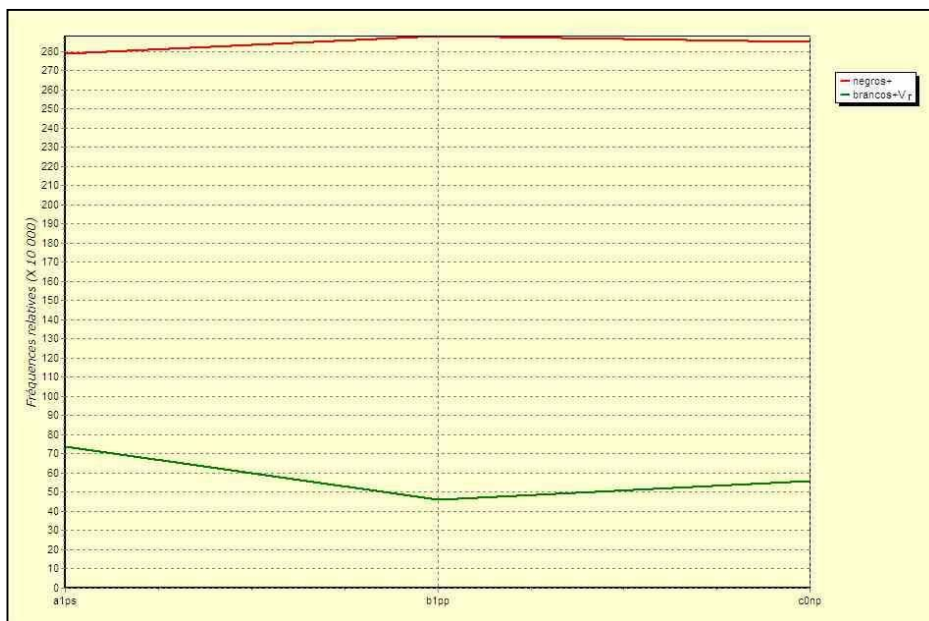


Gráfico 13 - Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo A

Como havíamos constatado anteriormente, a quantidade e a freqüência do paradigma “negro” é muito maior; no entanto, as curvaturas que ambas linhas apresentam são, no mínimo, curiosas: enquanto a incidência de “negro” é muito maior em 1pp, em um 1ps ela é maior, o que é inversamente constatado com “branco”, que em 1ps é maior que em 1pp. Vale lembrar que esse tipo de gráfico faz a contagem multidimensional, considerando a relação entre a freqüência dos termos e a quantidade de vocábulos do *corpus*, e essa contagem acontece de maneira proporcional. Então, temos um cálculo ponderado sobre os enunciados, ou melhor dizendo, sobre as probabilidades estatísticas dos enunciados. É isso que visualizarmos a distribuição vocabular, mesmo em uma pequena quantidade de enunciados, como o caso de 1ps. Enfim, as probabilidades estão distribuídas proporcionalmente.



Gráfico 14 - Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo B

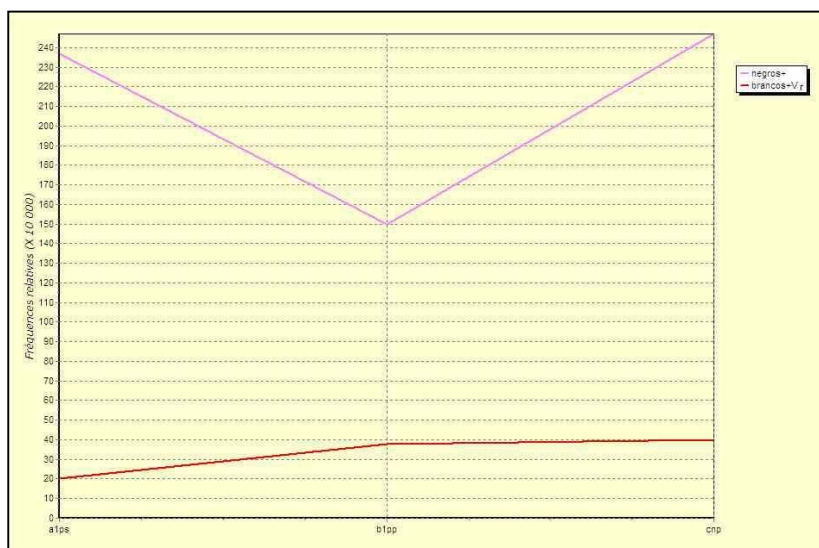


Gráfico 15 - Distribuição dos PDs “negro” e “branco” - Grupo C

Temos uma discrepância bastante visível com relação ao surgimento das referências aos paradigmas, o que poderia parecer um problema se fôssemos tentar compreender como um grupo se comporta diferentemente do outro em relação aos seus paradigmas designacionais, pois o nosso foco é perceber como as alternâncias provocam efeitos de sentido: logo, não iremos tratar das diferenças entre um e outro grupo, muito embora seja um instigante tema. Essas diferenças, contudo, não

comprovam que esses indivíduos participam de formações discursivas muito distintas, mas que têm outro posicionamento com relação ao surgimento das designações dos paradigmas identitários de uma outra maneira, ou seja, um grupo prefere referir-se mais a “negros” em np que em 1pp. Tanto é verdade que, em uma análise fatorial dos grupos, podemos identificar que B e C estão mais próximos entre si, em termos vocabulares, que A e B, como podemos constatar no gráfico abaixo:

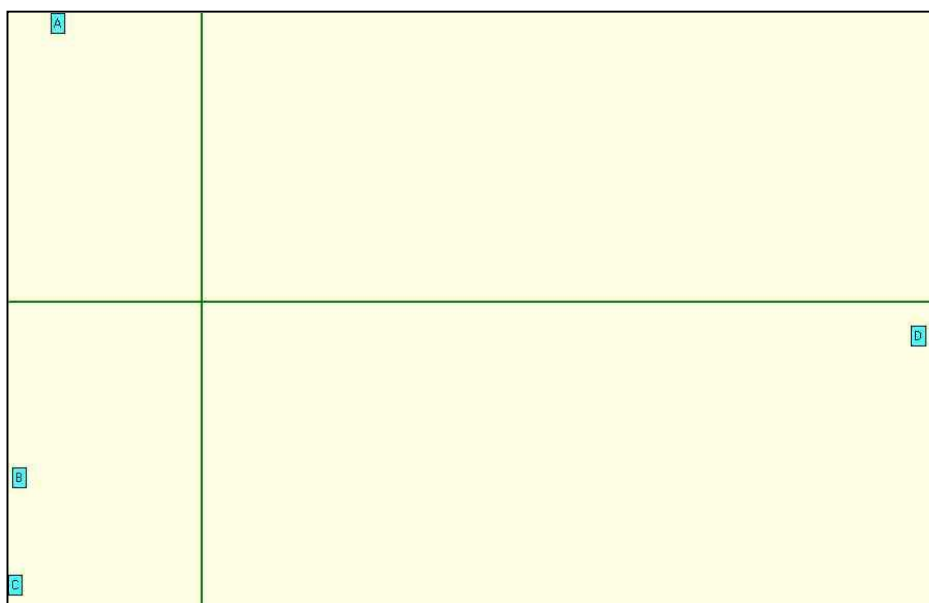


Gráfico 16 - Análise Fatorial de todos os grupos do *corpus*

Isso significa dizer que B e C têm mais identidade lexical entre si, mas não é a prova de que tenha mais identidade discursiva: para tanto, as análises deveriam ser mais aprofundadas. É claro que não podemos ignorar que tal diferença pode reproduzir posições de sujeitos enunciadoreis distintas, mas esse é um assunto para outra oportunidade.

Retomando o grupo A, fizemos o cruzamento de duas informações: a) da enunciação e b) dos paradigmas designacionais identitários. E, desse cruzamento, retiramos algumas informações preciosas, as quais descreveremos a seguir.

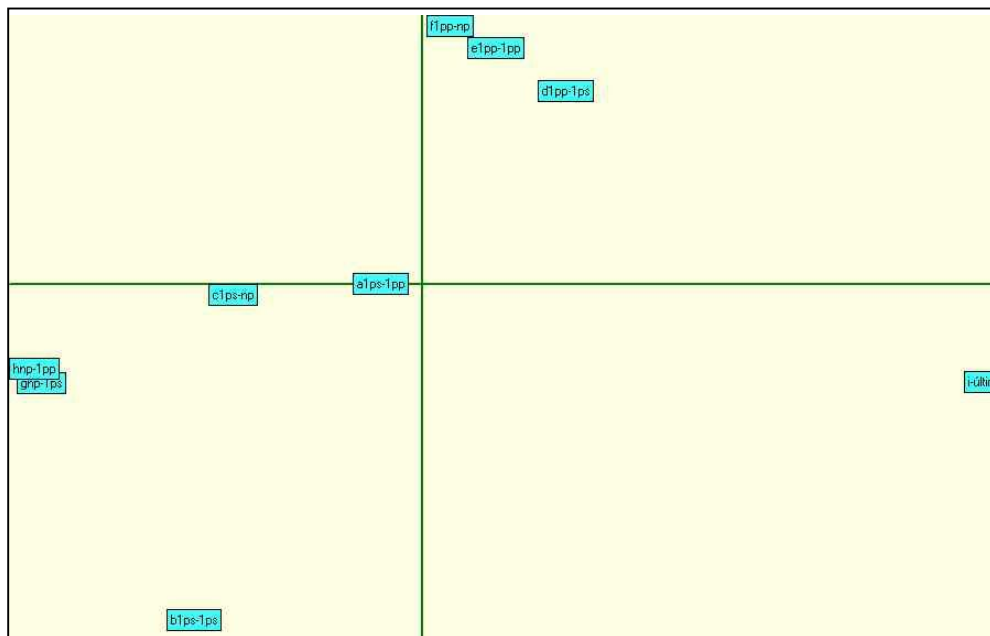


Gráfico 17 - Análise fatorial das alternâncias eruptivas do grupo A

No gráfico 17, temos a análise fatorial dos segmentos de texto que alternam de uma modalidade enunciativa para outra, ou seja, tomando cada uma das possibilidades de alternância que encontramos no grupo A, podemos perceber como se dão as referências à identidade a partir das comparações da especificidade vocabular de cada um dos segmentos. Ao levantarmos a especificidade vocabular, observamos a possibilidade de frequência dos termos de acordo com os grupos nas segmentações feitas. A especificidade vocabular é uma alternativa para se observar as possibilidades de frequência de determinados termos que podem indicar a pertença ou não a um determinado discurso. O cálculo é promovido em termos de comparação, tal qual a análise fatorial.

A princípio, os grupos de alternância d, e, f têm características próximas, haja vista que eles partem de 1pp, da mesma forma que “g” e “h” que partem de np. Os enunciados que partem de 1ps se distanciam em termos de especificidade. Para

percebermos, então, as diferenças entre os grupos fizemos um novo processamento utilizando a Análise Fatorial e, depois, extraímos as possibilidades numéricas em comparação dos grupos, para o que tomamos as 10 primeiras expressões e as 10 últimas em oposição, segundo observamos na tabela a seguir:

Tabela 7 - Comparativo da análise fatorial dos grupos

Grupos d, e, f				Grupos g e h			
Forma	Frq. Tot.	freqüência	coeficiente	Forma	Frq. Tot.	freqüência	coeficiente
nosso	56	41	16	Brasil	86	51	5
nós	48	32	11	A	66	43	5
nosso país	22	19	11	no Brasil	41	27	4
nossa	25	19	9	são	118	64	4
temos	32	21	8	já	49	30	4
nossa sociedade	14	12	7	polêmica	12	9	3
em nosso	16	13	7	contra	14	10	3
vivemos	18	14	7	de cotas para negros	16	12	3
país	61	31	7	de cotas para	29	18	3
em nosso país	10	9	6	escola	25	17	3
que vivemos	16	12	6	Hoje	15	11	3
Brasil	86	12	-2	nossos	20	1	-4
no Brasil	41	4	-2	o nosso	12	0	-4
fazer	20	1	-2	nossa sociedade	14	0	-4
o negro	62	8	-2	todos nós	12	0	-4
que tem	12	0	-2	vivemos	18	1	-4
cotas para	42	4	-3	país	61	11	-5
educacional	30	2	-3	todos	140	35	-5
na universidade	14	0	-3	nos	48	7	-5
problemas	22	1	-3	em nosso	16	0	-5
universidade	52	4	-3	nosso país	22	0	-6

No comparativo da tabela 7, percebemos que alguns termos têm mais probabilidade de aparecerem enquanto que outros não, como é o caso do coeficiente negativo. Isso implica em que a quantidade de surgimento é muito menor dentro da quantidade de texto analisado. Assim, nada mais natural que, em um grupo predominantemente np, como é o caso do termo “nosso país” com freqüência -6 enquanto que em 1pp é de 11, nesse exemplo, a relação é óbvia, mas no que diz

respeito aos paradigmas identitários, temos o surgimento mais provável de “negro” em 1pp, e, em np, essa probabilidade é menor. Isso implica no fato de que os elementos mais prováveis de aparecimento são os marcadores das pessoas enunciativas, como no grupo que tem 1pp. A especificidade vocabular ratificou apenas a questão da enunciação, mas não a maneira como os sujeitos designam o outro e como tal modo de designar está associado a uma modalidade enunciativa, o que, porém, não a isenta de uma relação que foi percebida no comparativo de ocorrências entre os grupos de alternância e os paradigmas identitários. Assim, vejamos dois gráficos:



Gráfico 18 - Distribuição do PD “negro” entre as alternâncias do grupo A



Gráfico 19 - Distribuição do PD “branco” entre as alternâncias do grupo A

Se comparados os dois gráficos, temos alguns dados muito peculiares sobre o surgimento das expressões identitárias. A alternância do grupo “a” (1ps-1pp) guarda uma proporção entre os paradigmas “branco” e “negro” que estão próximos, lembrando aqui que 1ps envolve os casos de *primeira pessoa no plural de autoria*. Na alternância “b” (1ps-1ps), temos ocorrência zero. No caso “c” (1ps-np), a proporção de “negro” para branco é muito superior, já no grupo “d” (1pp-1ps) há uma proximidade entre os dois paradigmas, enquanto o grupo “e” (1pp-1pp) apresenta uma queda de “negro” para “branco” e que se acentua também em “f” (1pp-np). E, finalmente, em “g” (np-1ps) e h (np-1pp), têm-se a discrepância, mas com uma considerável ascensão de “g” para o paradigma “branco”. Mais uma vez, esses dados reforçam a idéia de que os enunciadores se posicionam a partir da posição-sujeito “branco”, o que nos leva a fazer outras comparações nos gráficos, desta vez, entre seus próprios grupos.

Podemos observar que o gráfico 18 (negro) apresenta enunciação que

praticamente mantém o mesmo nível das ocorrências em quase todas as formas de alternância. Já no gráfico 19 (branco), há uma considerável oscilação, sendo que em 1pp-1ps temos um pico de surgimento, que cai em “e” (1pp-1pp) e também em “f” (1pp-np). Já, em “g” (np-1ps), há uma elevação que volta ao mesmo nível de “f” em “h” (np-1pp). Tal distribuição, aparentemente caótica, pode ser amplamente compreendida à luz dos papéis temáticos predominantes dos termos dos paradigmas designacionais. Enquanto “negro” tem uma distribuição mais uniforme e presente, “branco” tem uma distribuição menos uniforme e também em menor número. Vale a pena, então, retomar, entre os dois paradigmas, as posições temáticas e percebermos as suas nuances. No entanto, prevenimos que a quantidade das ocorrências de “branco” no grupo é pequena; assim, não podemos tomar como parâmetro muito seguro no que diz respeito a dados estatísticos generalizáveis, pois, nesse contexto, a quantidade faz a diferença.



Gráfico 20 - Distribuição dos papéis temáticos do grupo A

Apesar de a quantidade ser pequena, a predileção para tematizar “branco” em paciente se deve à maioria das ocorrências de verbos “ser”, “estar” e “ter” que surgem no *corpus* do grupo A e, mormente, nas situações comparativas entre “branco” e “negro”, como por exemplo em:

44) *Vamos lutar por uma causa justa, no que for correto ser injusto sim, com essas pessoas que estragam o nosso país com suas críticas sobre a cor negra, porque seja negro ou branco, acreditamos em uma só justiça a de Deus .*

45) *Estudar, ter uma profissão ser aceito por todos é nosso mérito depende de cada um e não da cor de pele que temos se só existissem médicos, advogados, deputados, professores brancos poderia se dizer que os negros não tem capacidade de aprendizado, mas como sabemos há pessoas de todos os tipos em todas as profissões.*

A diferença que chama a atenção nos gráficos acima é a quantidade de expressões do paradigma designacional branco que ocupa a posição de agente em np, ou seja, 13% a mais que em 1pp. Observemos alguns exemplos então.

46) *Na sociedade, o homem branco discrimina o homem negro devido à sua cor e isso não deveria acontecer [...]*

47) *No Brasil se negros e brancos se unissem, a educação melhoraria muito pois tiraria as crianças e adolescentes e das ruas e das drogas dando um futuro [...]*

Por fim, há ainda um PD a ser explorado, o qual é de suma importância para a construção dos efeitos de sentido nos textos. Trata-se da referência ao espaço social construído pelos sujeitos enunciadores através de diferentes enunciados como “a nossa sociedade” ou simplesmente “a sociedade”, ou ainda “o Brasil”, ou “o nosso país”. Esse estudo se torna necessário, pois as co-ocorrências do paradigma “sociedade” tem se dado com grande frequência junto a “negro” e “branco”. Com o tratamento dos dados referentes a esse paradigma, encerramos aquilo que chamamos de triângulo identitário: “branco”, “negro” e “sociedade” no que diz respeito a sua descrição e, assim, nos sentimos habilitados a tecer as considerações sobre cada uma das vozes enunciativas e a alternância relacionada às questões identitárias.

A idéia de triângulo identitário surge da necessidade de se localizar os sujeitos em oposição em um dado espaço, como, por exemplo, sérvios e croatas nos Bálcãs, corintianos e palmeirenses na partida de futebol, etc. Isso porque as

identidades não se constituem senão dentro de um espaço socialmente organizado.

5.9 O paradigma designacional “sociedade”

Devido a exemplos como o de número “46” e o “3” (3. *A nossa sociedade precisa dar uma chance para eles.*), que são bastante recorrentes, percebemos a importância de se compreender como se dava a constituição do efeito de sentido que se construía a partir da designação do “espaço” socialmente organizado. Diante das condições de surgimento desses elementos designacionais, construímos a seguinte tabela:

Tabela 8: PD “sociedade”

Termo	Quantidade
Sociedade	179
Sociedade Brasileira	15
País	83
Brasil	120
Nação	5
Total	402

A princípio, qualquer pessoa poderia questionar o fato de estarmos tratando os termos “sociedade” e “país” como se fossem equivalentes em termos de referência, mas, na verdade, quando se trata de paradigma designacional, não lidamos com equivalência absoluta, mas com equivalência relativa, ou seja, vale para uma dada circunstância excluindo-se a noção de sinonímia. O que nos levou a verificar a validade de “Brasil” por “Nação”, ou por “sociedade brasileira”, foram testes de comutação em algumas frases, como se observa no exemplo a seguir:

48) *Mas só com o sistema de cotas a questão racial no **Brasil** não está resolvida.*

48a) *Mas só com o sistema de cotas a questão racial na **sociedade** não está*

resolvida.

48b) Mas só com o sistema de cotas a questão racial na **sociedade brasileira** não está resolvida.

48c) Mas só com o sistema de cotas a questão racial no **País** não está resolvida.

Na frase “45”, temos um fragmento de texto e, nas decorrentes “a”, “b” e “c”, temos as comutações, sendo que em todas as frases há aceitabilidade gramatical e semântica, pois as frases decorrentes da substituição continuaram com a mesma referência, muito embora o sentido (conforme Frege) seja distinto de “48”; desse modo, podemos perceber que se tem aqui uma noção suficiente do paradigma “sociedade”.

Em termos de distribuição entre os grupos do *corpus*, “sociedade” se comporta da seguinte maneira:

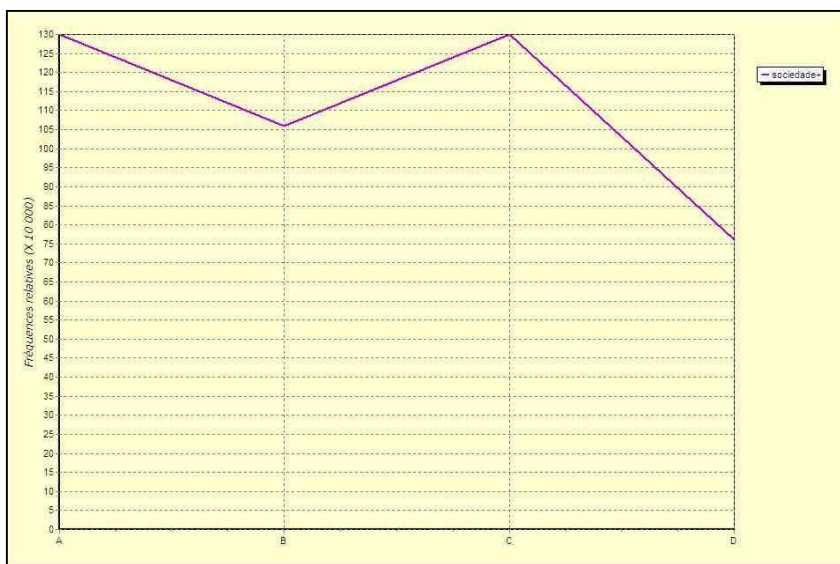


Gráfico 21 - Distribuição do PD “sociedade” nos grupos do *corpus*

No gráfico por grupo de textos do *corpus*, o grupo A e C são os que mais possuem a ocorrência do paradigma designacional “sociedade”. Já no que diz respeito à co-ocorrência, pelo menos no grupo A, temos as seguintes situações:

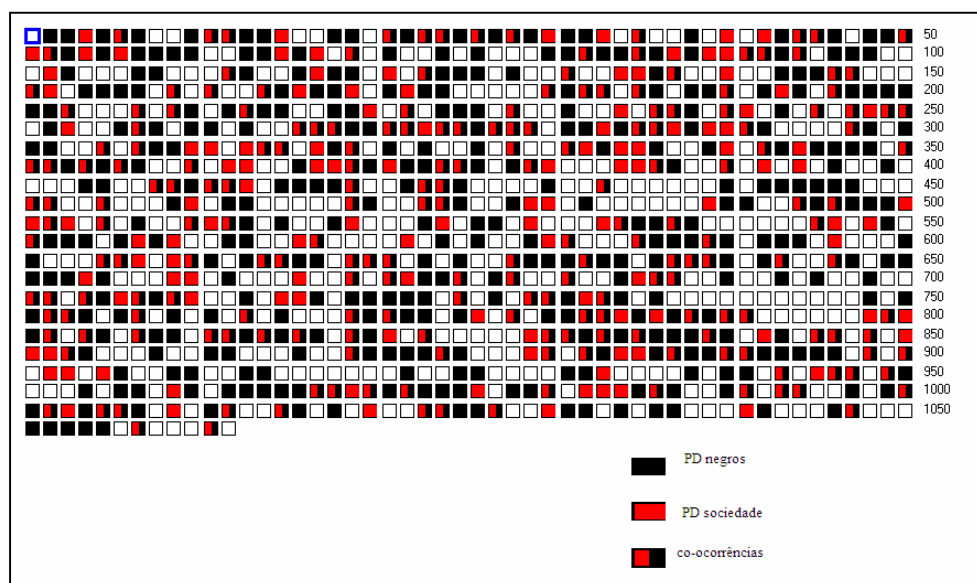


Gráfico 22 - Co-ocorrência dos PDs "negros" e "sociedade"

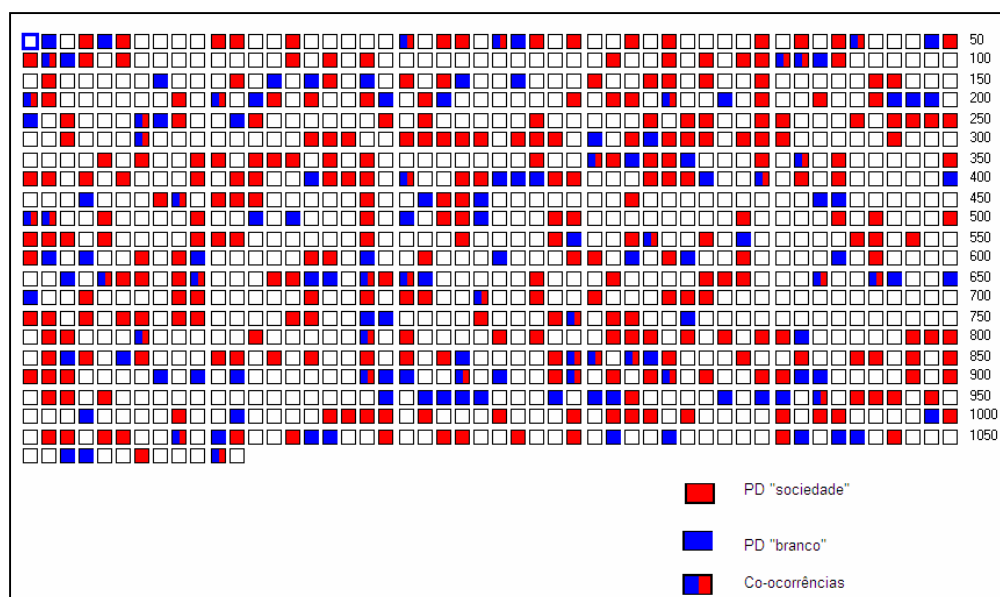


Gráfico 23 - Co-ocorrência dos PDs "braços" e "sociedade"

Em termos quantitativos, o paradigma de "sociedade" chega muito próximo de "negro", enquanto que, no gráfico 23, vemos como há mais distribuição de "sociedade" que de "branco", sendo mister, no entanto, observar-se que, na maioria das vezes, sociedade aparece com função temática de agente ou de lugar. Na segunda forma, enquanto lugar, há ainda algo extremamente importante para ser lembrado: um certo número de casos das ocorrências de sociedade que provocam um efeito de exclusão do negro, como nos exemplos a seguir:

49) Nas escolas, **sociedade**, trabalho, muitas vezes são humilhados, sem direito de defesa. Quando paramos num sinal de trânsito e avisamos meninos de rua **negros**, pedindo esmolas, nós trancamos em nosso carro e não queremos conversa, porque o **negro** é taxado de bandido

50) Do outro está o **negro** que geralmente é descendente de família pobre, tem que trabalhar para ajudar nas despesas da casa e pode freqüentar só uma escola pública e devido às dificuldades não tem Internet em casa. Dificilmente irá alcançar o mesmo grau de estudo do branco e com isso não conseguindo igualar-se no mercado de trabalho. Ficando às margens de uma **sociedade** preconceituosa

A idéia de sociedade acaba tendo uma referência bastante “elástica” para os sujeitos enunciadore, pois não se trata simplesmente da organização humana em grupo, mas de uma organização que se coloca em níveis e fronteiras, que demonstra quem está dentro e quem está fora. E, nesse aspecto, vale tentar perceber quais seriam as possibilidades de co-ocorrência de “negro”, “branco” e “sociedade” de acordo com a modalidade enunciativa.



Gráfico 24 - Distribuição do PD “sociedade” no grupo A

A princípio, percebemos que, na média, há uma predileção para se enunciar os termos do PD “sociedade” em 1pp, mais que em 1ps e np; no entanto, ao observarmos o gráfico a seguir, percebemos que cada membro do paradigma possui

um surgimento próprio, como podemos constatar em:

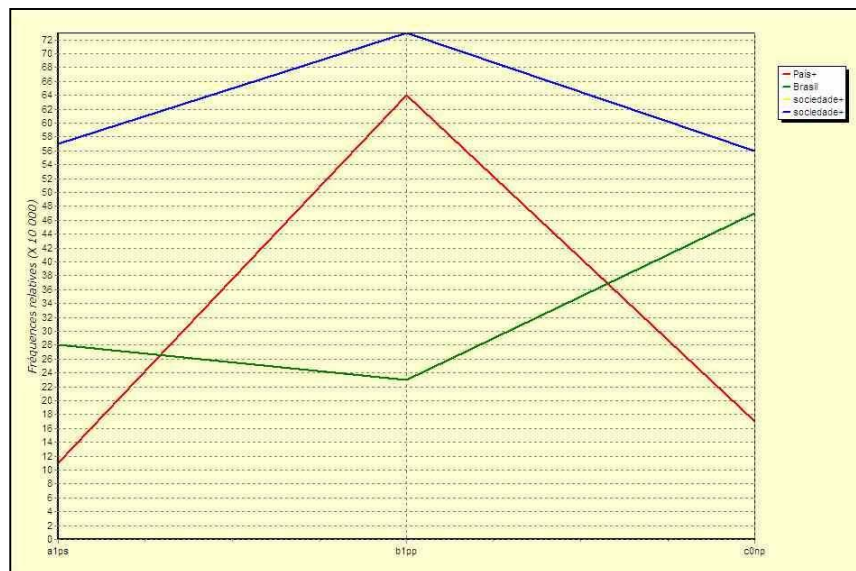


Gráfico 25 - Distribuição dos itens do PD “sociedade” no grupo A

Na média, “país” e “sociedade” continuam sendo elementos com maior probabilidade de surgirem em 1pp, mas, curiosamente, “Brasil” figura menos em 1pp e mais em 1ps e np. A primeira explicação para isso talvez esteja no fato de que não é de nossa cultura dizermos “nosso Brasil”, mas “nosso País” que equivale em termos de referência. No entanto, esse tipo de predileção enunciativa também pode esconder uma forma de como enxergamos a nossa identidade, pois a diferença entre o possessivo “nosso” cujo escopo seja “Brasil” ou “País” pode revelar algo que pretendemos explorar nos próximos capítulos, quando falarmos da sinalética dessas referências e seus efeitos de sentido. Já o termo “sociedade”, cabe perfeitamente em “nossa sociedade”, sendo que o que é surpreendente nesses casos são as co-ocorrências com “negros” e seus efeitos de sentido, normalmente excludentes:

51) *Inicialmente podemos afirmar que a discriminação vem sendo um caso muito grave diante da população **negra** como na falta de emprego nos estudos e diante da **sociedade**.*

52) *A política de cotas para **negros** na universidades, Já é uma exclusão da **sociedade** ele é igual a qualquer um de nós, O **negro** merece ser como nós .*

53) *As portas irão se abrir para o **negro** no campo de trabalho e estudos desde que ele se esforce para ser digno e respeitado pela **sociedade** .*

Todas as frases deixam entrever que há uma visão bastante excludente do negro, na qual se desenvolve um discurso de que a sociedade precisa “ajudar” ou “deixar entrar”, por exemplo, na frase 49 em que é emblemático o sentido de que “o negro precisa ser igual ao branco”, que é o padrão, ou seja, para “entrar” na sociedade o negro deve se tornar com um branco. Tais conteúdos serão explorados no capítulo VII.

Finalmente, todos os dados levantados neste capítulo apontam para uma série de elementos que compõem a alternância e os efeitos de sentido da inclusão que serão abordados logo após compreendermos os mecanismos de referenciação presentes no *corpus* através do desenvolvimento de uma sinalética da identidade (capítulo VI) e os discursos presentes no *corpus* (capítulo VII).

CAPITULO VI

A SIGNALÉTICA DA ALTERIDADE: A CONSTITUIÇÃO DA REFERÊNCIA AO OUTRO

Neste breve capítulo, desenvolveremos um estudo que tenta explicar a constituição lingüística e semântica da referência à alteridade. Como uma boa parte dos dados trabalhados no capítulo anterior demonstraram, a maneira como o negro é referenciado nos textos não é um mero acaso; no entanto, reconhecemos que as regularidades perceptíveis no conjunto de sujeitos é de difícil apreensão. Neste momento de nosso trabalho, tentaremos sistematizar as “dispersões” a partir da materialidade dos textos, e pretendemos apresentar cada uma das modalidades enunciativas e suas respectivas regularidades. Defenderemos que cada uma das maneiras enunciativas tem sua peculiaridade de lidar com o outro e que, na enunciação, o que se tem realmente é a base enunciativa em np, enquanto as outras formas são erupções que surgem a partir do seu rompimento, sendo que as mesmas estão marcadas lingüística e discursivamente.

A signalética da alteridade, neste sentido, não é uma teoria, mas uma maneira de tentar compreender como o sujeito assinala, denomina, designa o outro: com esse processo, partiremos das maneiras de enunciar (as modalidades enunciativas a np e as erupções) e a maneira de se referir ao outro: a maneira como os PDs se comportam no *corpus*. No entanto, é mister advertirmos que o conceito de signalética foi desenvolvido por Bosredon (1997) sobre um *corpus* relativamente “estável”, que eram os títulos de pinturas; no nosso contexto, não há muita estabilidade porque os textos representam uma dinâmica muito grande de discursos e de estruturas lingüísticas marcadas por equívocos constitutivos desse próprio dizer: é o que podemos verificar nos exemplos e nos anexos desta tese. O objetivo,

neste capítulo, é encontrar tendências e possibilidades e não as leis que determinam como a designação do outro acontece.

6.1 Em busca da sinalética identitária

Bosredon (1997, p. 7) fala de “domínio físico-cultural” para a referenciação das obras de arte. Pensando em nosso contexto, quais seriam as condições físico-culturais para denominar o outro? A princípio, o outro é uma noção até certo ponto vaga que precisa ser preenchida por algo. Pensando na relação identitária, nota-se que o outro não é o mesmo, mas, o que faz com que ambos sejam distintos entre si? Conforme vimos anteriormente, a diferença existe e ela pode ser biológica ou simbólica (no sentido cultural e religioso), assim é que, respectivamente, podemos ter homem e mulher, cristão e muçulmano. O domínio físico-cultural das identidades pode ser desmembrado em duas colunas extremamente reducionistas, mas que servem de ponto de partida:

Físico	Cultural
Organismos biológicos humanos e seus fenótipos.	Sociedade em que mais de um fenótipo convive com outros.

Quadro 10 - Domínio físico-cultural da sinalética identitária

Esse quadro só é aplicável às questões raciais que levam em conta o fenótipo. Diferentemente seria a rivalidade entre duas regiões, que levariam em conta o lugar onde as pessoas habitam, ou as igrejas que elas freqüentam, etc. O que, na verdade, temos de elemento físico para assinalar o outro pode ser de qualquer ordem material que possa indicar uma simbologia complexa e historicamente construída. No entanto, o fator cultural é preponderante no modo de dizer do outro, como podemos ver historicamente quando, na Expansão Ultramarina Européia, as idéias de que nativos não tinham alma, que falavam línguas incultas

etc. eram exemplos das diferenças estabelecidas a partir dos componentes culturais. Obviamente tais diferenças sempre foram motivadas por questões ideológicas.

Diante das possibilidades de designar as identidades do “negro” e “branco” e da designação de “sociedade”, desenvolvemos um esquema ilustrativo que servirá de ponto de partida para refletirmos sobre as preferências dos enunciados:

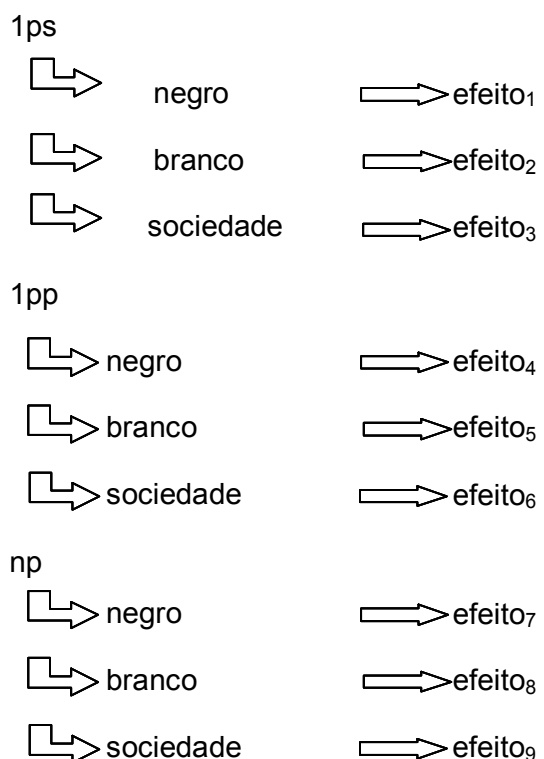


Diagrama 6 - Produção dos efeitos de sentido

O diagrama 6 procura descrever o que seria um dos componentes da determinação da referência ao outro, com a questão da modalidade enunciativa. As operações acima descritas tentam ilustrar que o ato de enunciar “negro” em 1ps, 1pp ou em np leva a efeitos de sentido diferentes: lembramos, porém, que o sentido pode até ser o mesmo, mas o efeito de sentido não será. Isso se explica pelo fato de que o PD “negro” referencia um grupo étnico e racial, o que não se altera tanto em 1ps, 1pp e np. O efeito de sentido fica por conta da presença do PD em determinada

modalidade enunciativa: é como se “negro”, na modalidade 1pp, levasse a efeitos de sentido diferentes de “negro” na modalidade np.

Tão importante quanto à modalidade enunciativa e o PD que nela se inscreve são os itens específicos da cada paradigma. Não podemos descartar a hipótese de que alguns de seus itens também revelam posições com relação ao outro a ser designado; no caso, quando um enunciador diz “pessoa de pele escura” ao invés de “negro”, têm-se um enunciado inscrito em um dado efeito de sentido que a paráfrase pode explicar. Usar “pessoa de pele escura” ao invés de “negro” leva também a efeitos de sentido pela negação, ou seja, toda vez que se seleciona um item do PD, os demais ficam ainda no estado virtual. Dessa hipótese, desdobra-se o diagrama a seguir em sub-operações de efeito de sentido:

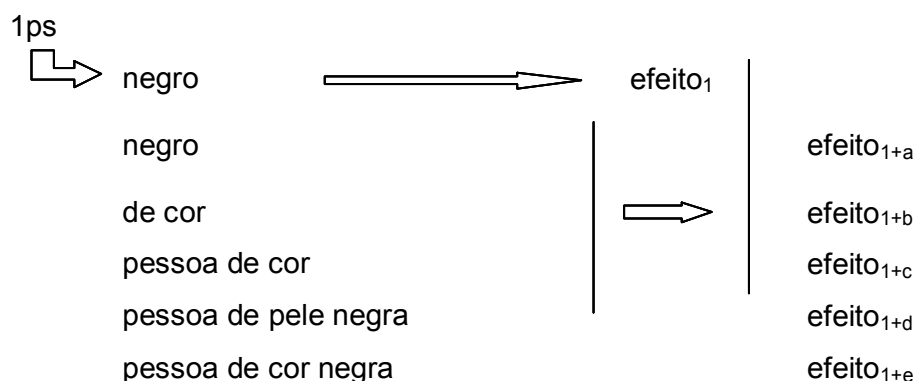


Diagrama 7- Produção dos efeitos de sentido a partir do diagrama 6

O segundo esquema exemplifica as operações possíveis através das palavras componentes do paradigma, cujo efeito “1” faz a correspondência com a “noção” negro e “+a” revela um efeito próprio da palavra do paradigma, como podemos perceber nos exemplos parafrásticos;

54a) Por outro lado, a proposta de melhoria e inclusão do negro na sociedade, já está sendo visto com bons olhos [...]

54b) Por outro lado, a proposta de melhoria e inclusão das pessoas de cor negra na sociedade, já está sendo visto com bons olhos [...]

É claro que os membros de um PD não têm a mesma situação de co-referencialidade como em um romance no qual se pode designar uma personagem X por seu nome ou outros epítetos (Maria, nossa heroína, a pobre, a sonhadora, a irmã de João, a filha perdida etc.), porque o nosso *corpus* analisado é formado por vários textos. Logo, temos as diferenças de sujeitos, o que nos leva a crer que a co-referência dos paradigmas não precisa ser textual, mas pode ser discursiva. Assim, ampliamos a noção de co-referencialidade, restrito a um mesmo texto, para o discurso, como nos clássicos exemplos do discurso policial em jornais que designam “réu” por “meliante, bandido, assaltante, facínora” etc.

Podemos dizer que o enunciado “54a” leva a efeitos de sentido diferentes de “54b”. No primeiro caso, a identificação do “negro” é, sem dúvida, atribuída à questão fenotípica, mas toca na memória e evoca o aspecto cultural, enquanto em “54b” (pessoas de cor negra) o item fenotípico do aspecto cultural é evocado em primeiro lugar, e o fato de apresentar “pessoas” nessa expressão cunhada para designar “negro” evoca um interdiscurso: o de que “negro também é pessoa”; ou seja, pela afirmação do que seria um não-preconceito, o discurso preconceituoso acaba acontecendo. É claro que não podemos generalizar a respeito desse mecanismo de produção do sentido, acreditando que toda a vez que a palavra “negro” ou um dos membros do PD “negro” surja, teremos sentidos de caráter preconceituoso. O que percebemos é que há probabilidade de que isso aconteça e que, proporcionalmente, haja predileção para um ou outro elemento designador, dependendo da modalidade enunciativa. Para tanto, reagrupamos alguns elementos dos PDs e os lançamos no gráfico para percebermos a tendência:



Legenda	
Grupo	Linha
Pessoa(s) negra(s)	█
Pessoas de cor negra, de cor negra, pessoa de cor	█
Sociedade negra, o povo negro, raça negra	█

Gráfico 26 - Distribuição de parte do PD "negros" no grupo A

Esses exemplos designativos demonstram algumas preferências. O grupo vermelho (pessoas negras) apresenta nenhuma ocorrência em 1ps, mas onde há a palavra "cor" temos um alto índice de possibilidade de aparecimento em 1ps, que é o grupo verde (pessoas de cor negra, de cor negra, pessoa de cor). No caso do grupo amarelo, cujo sentido aponta para uma maior politização do tema, vemos a maior incidência em np, enquanto, por sua vez, "pessoa negra" tem seu maior índice em 1pp. A interpretação que fazemos para esse gráfico é que o enunciador em 1ps prefere ressaltar que a "cor" é negra, enquanto que a enunciação em np parte para um âmbito mais politizado da enunciação. A preferência, no caso do enunciador, é que, em 1ps, não utilize a palavra "negro", mas as expressões fixas "pessoa de cor

negra” ou “pessoa de pele negra”: é como se a referência a negro tivesse que surgir em 1ps de maneira “eufemizada”, ou seja, não se aponta o outro em 1ps de maneira “objetivizada”, o que não acontece com as outras vozes que preferem tratar de modos distintos esses grupos menores do PD.

Por outro lado, distinguindo o plural do singular (“negro” e “negros”), a enunciação é bastante expressiva, como aponta o gráfico 27:

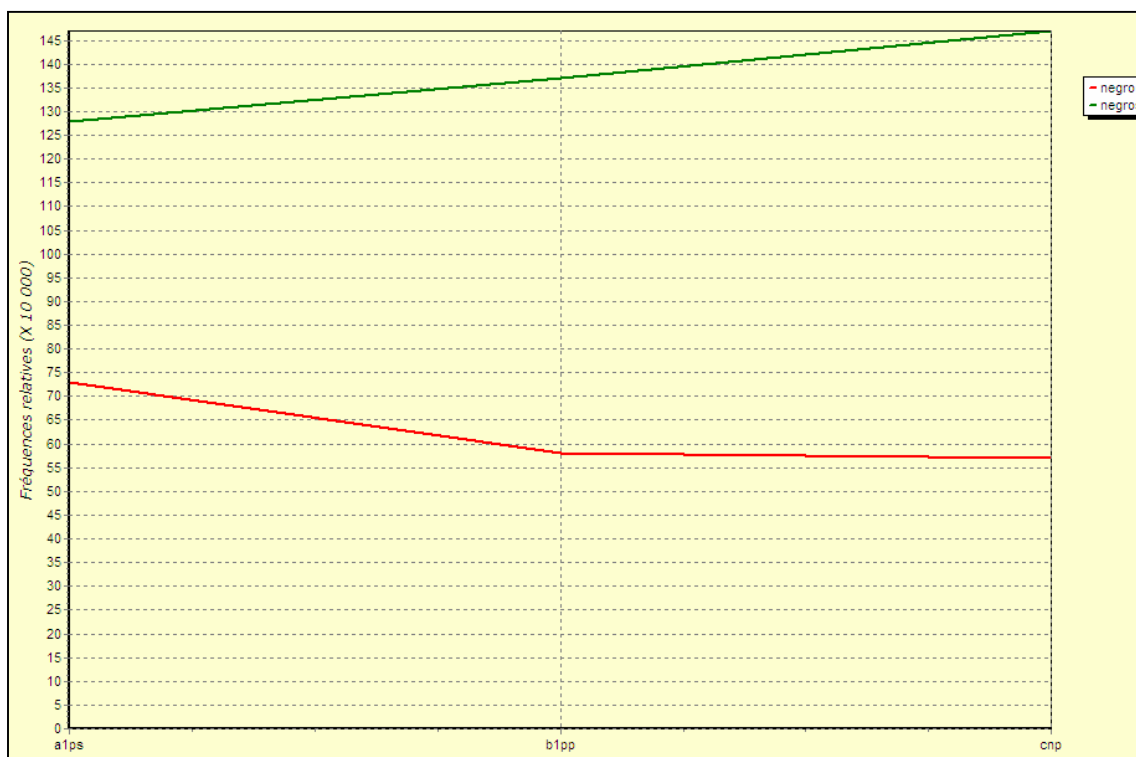


Gráfico 27: distribuição de “negro” e “negros” no grupo A

Proporcionalmente, o singular tende a aparecer mais em 1ps e o plural tende a aumentar em np como nas frases abaixo:

55) O **negro** é igual ao branco e acredito que esta igualdade deveria começar por ele mesmo, que é o maior racista não consegue se aceitar [...]

56) Estando no século vinte e um os **negros** continuam sendo o grande alvo da sociedade pois sua imagem sempre foi denegrada, seus direitos nunca foram respeitados [...]

Inicialmente, não identificamos uma causa exata para a preferência de 1ps pelo singular e np pelo plural, mas, em ambos os casos, a referência é o coletivo, sendo que, no caso do singular, temos uma referência ao grupo “negro” e não a um membro dela:

57) *José veio aqui?*
 – *Sim, o negro, ele veio.*

No caso de 57, o artigo “o” está em função anafórica, daí sim há uma definição partitiva do grupo, mas, em todos os casos, “o negro” e “os negros” são expressões sinonímicas e indicam o coletivo, não o partitivo.

Ainda com o objetivo de compreendermos a constituição das designações do ponto de vista lingüístico, observamos se há algum efeito de sentido no âmbito dos artigos e seus efeitos semânticos de definição e indefinição que precedem “negro”, “branco” de “sociedade”. Constatamos que a maioria absoluta das ocorrências acontece com o artigo definido, sendo raras as ocorrências com artigo indefinido “um/uma”, as quais se dão em situações que um enunciador usa para exemplificar

58) *É muito difícil você ver nos dias atuais um negro com um grau de escolaridade superior [...]*

Esse tipo de estrutura tem a ver com a definitude que os artigos e operadores universais exercem sobre o escopo, no caso da língua portuguesa. Assim, ao se referirem a “negro”, enquanto etnia, os sujeitos utilizarão “o negro/os negros”, da mesma forma para “branco”, quando se trata de exemplificar, utilizarão “um negro”, enquanto que com a designação “sociedade” vamos encontrar apenas artigos definidos, e não indefinidos. O que haveria de discursivo nesse contexto, como interpretar a quantidade grande definição quando os sujeitos falam de R? A maior

propensão é a de que os discursos sirvam para assinalar “os negros” e “não-negros”, demarcando, além do efeitos de sentido preconceituoso, os efeitos de que esse objeto está definido, quer dizer, ocupa um lugar, uma existência: não se trata de algo cuja referência seja elástica, ou cuja referência não seja encontrável, é algo bastante definido. Além do componente semântico da definição/indefinição, a língua portuguesa tende a utilizar muito mais enunciados com artigos definidos que sem esses artigos; assim, a falta dos determinantes (artigos) seria uma exceção à tendência da língua.

Somando-se a questão da definição dos nomes identitários do paradigma designacional e o papel temático que eles adquirem nos enunciados e suas respectivas modalidades, podemos chegar a algumas conclusões preliminares que irão compor essa sinalética das identidades associada às alternâncias eruptivas. Necessitamos de, neste momento, elaborar alguns testes para avaliar se, realmente, temos efeitos de sentido diferentes para cada elemento do PD. Para tanto, realizamos alguns testes de comutação voltados para os efeitos de sentido possíveis. O interessante desse tipo de teste é que a paráfrase desenvolvida pode apreciar outros sentidos que não só o enunciado original. Decidimos fazer o teste em pelo menos 10 exemplos dos 5 elementos mais importantes dos paradigmas identitários surgidos no grupo A, sendo que os testes comutativos estão descritos no anexo IV.

Desse modo, pudemos chegar à conclusão de que as diferenças entre as modalidades enunciativas refletem, sim, sobre o efeito de sentido, não sobre o sentido que será sempre uma maneira de apontar a referência, mas no conjunto “modalidade enunciativa (1ps, 1pp, np)+ PD”. Os exemplos a seguir demonstram como os efeitos podem ser desenvolvidos em diferentes contextos frasais:

59a) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de negros, tornando assim um círculo vicioso.

59b) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de pessoas negras, tornando assim um círculo vicioso.

59c) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de raça negra, tornando assim um círculo vicioso.

59d) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem das pessoas de cor negra, tornando assim um círculo vicioso.

59e) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de pessoas de cor, tornando assim um círculo vicioso.

Cada uma desses enunciados inscreve o discurso em um efeito distinto e até mesmo em FDs distintas, como é o caso das expressões “pessoa de cor negra”, da qual tratamos anteriormente. Esse será um tema para o nosso último capítulo.

Até aqui já conseguimos acumular um conjunto de dados e suposições sobre o fenômeno analisado. Um dos primeiros aspectos que nos chamou a atenção foi que o “mesmo” só vai designar o “outro” quando é chamado a fazê-lo. Essa constatação parece óbvia, no entanto é necessária, havendo dois fatores que nos levam à mesma: a) as comparações entre os grupos A, B, C e o grupo D o fato de termos 15% a mais de probabilidade de alternâncias nos três primeiros grupos que em D; b) não haver qualquer referência, no grupo D, dos paradigmas identitários “negro” e “branco”. Dessa reflexão, extraímos uma primeira regra geral que permite assinalar as identidades:

1) o sujeito deve ser instado direta ou indiretamente para tocar em conteúdos identitários.

Um segundo aspecto é que a designação de cada uma das identidades revela um modo de se ver e se posicionar. Tanto a 1ps, 1pp e np se comportam semelhantemente porque sabemos que é sempre um sujeito a enunciar e que as modalidades enunciativas se prestam a constituir efeitos de sentido. Tomando o exemplo “59a”, que é um enunciado original, fizemos comutações como elementos do paradigma designacional, e agora faremos um novo grupo, modificando o enunciado de 1ps para um 1pp e np, para percebemos as diferenças enunciativas entre cada um dos enunciados:

60a) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que eu noto muitas vezes se tratarem de **negros**, tornando assim um círculo vicioso.*

60b) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que eu noto muitas vezes se tratarem de **pessoas negras**, tornando assim um círculo vicioso.*

60c) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que eu noto notamos muitas vezes se tratarem de **raça negra**, tornando assim um círculo vicioso.*

60d) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que eu noto muitas vezes se tratarem **das pessoas de cor negra**, tornando assim um círculo vicioso.*

60e) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que eu noto muitas vezes se tratarem de **pessoas de cor**, tornando assim um círculo vicioso.*

Agora vejamos a comutação com a np

61a) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que se nota muitas vezes se tratarem de **negros**, tornando assim um círculo vicioso.*

61b) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que se nota muitas vezes se tratarem de **pessoas negras**, tornando assim um círculo vicioso.*

61c) *tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que se nota notamos muitas vezes se tratarem de **raça negra**, tornando assim um círculo vicioso.*

61d) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que se nota muitas vezes se tratarem das pessoas de cor negra, tornando assim um círculo vicioso.

61e) tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que se nota muitas vezes se tratarem de pessoas de cor, tornando assim um círculo vicioso.

A maneira de referenciar o outro tem dois aspectos distintos então: a) o primeiro é a do item do paradigma a ser utilizado; b) e o segundo é o modo enunciativo que o sujeito “escolhe”. Esses dois aspectos têm motivações distintas, pois o paradigma pode revelar em qual FD participa o enunciado em questão e a enunciação revela os movimentos de debreagem e embreagem enunciativa. A união entre esses dois fatores pode ser um indício de como o sujeito se vê e vê o outro, sendo que essas relações imagéticas ficam mais claras quando tratamos da 1pp. Essas observações nos levam à segunda e terceira regras sinaléticas para as identidades:

II) O enunciador demarca quem é e quem é o outro através da enunciação actancial.

III) O uso dos paradigmas designacionais são procedimentos semânticos referenciais inscritos em uma FI.

Ainda outro fator deve ser unido a esta análise e que já foi abordado anteriormente: é o paradigma “sociedade”. Assim, existe uma triangulação da referência à identidade “negro-branco-sociedade”. Observando o gráfico 22, página 226, podemos perceber as relações de co-ocorrências entre “negro-sociedade”.

6.2 As designações em não-pessoa

Os quadrados metade vermelho e metade preto indicam a co-ocorrência de elementos do paradigma “negro” e do paradigma “sociedade”. Lembramos que a divisão desse mapa de seções foi feita através do ponto final, ou seja, com cada

quadrado indicando uma frase, como nos exemplos a seguir :

62) (segmento 6) *Os crimes que acontecem em todo o **Brasil** ainda resgata a imagem do **negro**, porém é um **país** que não há racismo .*

63) (segmento 419) *Depois o importante esta no nosso coração sou **negro** fui criado assim tendo a todos como amigo e tenho a consciencia que se parar de estudar serei mais um analfabeto no **Brasil** excluído diante de todos .*

64) (segmento 44) *Desde o descobrimento do **Brasil**, o **negro** e seus descendentes, sofrem com o preconceito e a desvalorização. Há muito tempo o **negro** vive na **sociedade**, como que não fosse membro desta família Muitas empresas, instituições e pessoas ainda faz distinção e desvaloriza o homem **de cor negra** [...]*

Podemos observar que, diferentemente do gráfico 9, o 22 apresenta menos co-ocorrências dentre “sociedade” e “negro”. Em 9, comparamos as co-ocorrências de “negro” e “branco” e constatamos que, na maioria das vezes em que aparece “branco”, haverá algum item do paradigma “negro”. No entanto, a semelhança entre 9 e 22 fica por conta da co-ocorrência: toda vez em que há um elemento do PD “sociedade”, na maioria das vezes, ele está acompanhando um elemento do PD “negro”. Esse fato é um forte indício de que o paradigma pivô, ao redor do qual outros paradigmas se posicionam, é o PD “negros”.

Para nós, esse fato vem reforçar a regra signalética I e acrescentar mais algumas reflexões sobre a interdiscursividade. Se a identidade de quem enuncia é dada pela oposição ao outro, é natural que se enuncie primeiro o outro para que o mesmo seja pressuposto, daí a explicação para que “negro” seja pivô. Daí também os temas que podem ser agrupados sob FDs vão também circundar o outro, como é o caso da constante associação do negro ao crime. Isso não é aplicável apenas a temas que pareçam negativos. Podemos ter temas relacionados ao outro quando encontramos discursos sobre educação brasileira enunciada por sujeitos brasileiros que crêem que toda educação da Europa é eficaz, enquanto a brasileira não. Nesse caso, o outro é visto como constituído predominantemente de aspectos positivos.

6.3 O conceito de “noção”

Lembramos que os sujeitos desta pesquisa são indivíduos que fazem um uso natural da linguagem e, segundo Culioli (2000, p. 55), “[...] se se quer tratar da linguagem, não se é obrigado a se encastelar em uma concepção restrita do lingüístico, mas, caso se queira tratar das línguas, é preciso saber que não se pode falar de linguagem sem se ocupar das línguas.”(tradução nossa)⁵⁴. Isso reforça que estamos lidando com o real da enunciação (aspecto geral da linguagem), mas que, ao mesmo tempo, essa enunciação se dá em língua portuguesa do Brasil, a qual pertence a um grupo de sujeitos historicamente constituídos. Assim, a relação “mundo X linguagem”, além dos aspectos lingüísticos e semânticos abordados, inclui aspectos ideológicos que não estão distantes do semântico. Daí tomarmos o conceito de “noção” de Culioli (2000, p. 53-54):

A. Culioli: Falar de noção é falar de um conjunto que se pode exprimir, por exemplo, por “ler; leitura, livro, leitor, biblioteca; etc.”, ou seja, é como se dizer que não podemos reduzir as coisas a uma unidade lexical; esta servirá de guarda-chuva, de entrada, mas é tudo. F. Bresson: O problema é que a noção é qualquer coisa virtual e produtiva. Ela não é dada em todas as concepções e é por isso que ela não pode corresponder a uma unidade lexical. (tradução nossa)⁵⁵

Poderíamos dizer, então, que a “noção” é contraditória ao conceito de “paradigma designacional”? Absolutamente não, o que temos é que um paradigma pode conter elementos de uma noção, mas, uma vez que a noção é altamente virtual e está relacionada, por associações diversas e por agrupamentos mais baseados na doxa⁵⁶ que necessariamente por fatores ditos objetivos e lógicos, como

⁵⁴ [...] si l'on veut traiter du langage on est obligé de ne pas se cantonner dans une conception restreinte du linguistique; mais si l'on veut traiter des langues, il ne faut pas s'imaginer qu'on pourra parler du langage sans s'occuper des langues.

⁵⁵ **A. Culioli:** Parler de notion c'est parler d'un ensemble que l'on peut exprimer, par exemple, par « lire; lecture;livre, lecteur; bibliothèque; etc; » et c'est dire qu'on ne peut pas ramener les chose à une unité lexicale; celle-ci va servir de porte-manteau, d'entrée, mais c'est tout. **F. Bresson:** Le problème est que la notion est quelque chose de virtuel et de productif. Elle n'est pas donnée dans toutes acception et c'est pur cella qu'elle ne peut pas correspondre à une unité lexicale.

⁵⁶ Trataremos de doxa e memória no próximo capítulo.

é o caso de um sujeito associar “criminoso – negro”.

No caso dos discursos, o das crenças, o sujeito mediano é quase incapaz de perceber que seu discurso carrega conteúdos preconceituosos, o que se explica pelo fato de as FDs operarem no inconsciente e se constituírem como verdade. Podemos dizer que os paradigmas identitários estão associados às noções que servem a diferentes FDs, como, por exemplo, no quadro a seguir:

Formação discursiva racista	
Paradigma designacional “branco”	Paradigma designacional “negro”
noção	noção
Sociedade dos brancos, não-criminalidade, acesso à escola, rico, bem sucedido.	Excluído da sociedade, criminoso, sem acesso à educação, pobre, pedinte nos semáforos, morador da favela

Quadro 11 - Resumo de FD racista

Isso demonstra que as entradas dos paradigmas designacionais da identidade carregam também a entrada para as noções, como é o caso da relação negro e criminalidade nos discursos analisados. Assim, a identidade não vem simplesmente de se tratar do diferente, mas vem de dizer algo sobre o outro, e esse algo, quando baseado na perspectiva de inferiorizá-lo, evoca noções que sustentarão FDs. No caso da FD racista, as noções associadas sempre são sobre um objeto, que não é necessariamente o tema. Como no grupo de textos analisados, vimos que o que menos se falou foi de “quotas raciais” nas universidades: o objeto, nesse caso, é o “negro”, cuja identidade se forma em oposição ao “branco”. As noções que irão compor os temas e que acompanham as identidades são reveladoras de como os sujeitos enunciadores enxergam o outro e enxergam a si mesmos. O que leva a uma quarta regra:

IV) Os atributos de uma identidade se fundamentam em temas, que por sua vez são constituídos por noções que se posicionam em adjacência ao PD pivô.

Para prosseguirmos na tentativa de compreendermos como a sinalética identitária se comporta, faremos algumas observações referentes a cada uma das modalidades enunciativas que encontramos no *corpus* bem como a maneira de se designar que cada uma dessas modalidades desenvolve.

6.4 Enunciação e designação em np

Como afirmamos em outras passagens, a np constitui a forma enunciativa básica, o que implica em dizer que, necessariamente, na maioria dos enunciados, sejam eles em qualquer gênero, sejam eles em quaisquer circunstâncias, a predominância será de não haver marcação de 1ps e 1pp. Como vimos no capítulo V, a massa textual de todos os grupos do *corpus* está predominantemente enunciada em np. No entanto, tal predominância não está numa perspectiva linear da sucessão dos enunciados, mas sobre uma estrutura de terreno acidentado, como se a np fosse uma planície enquanto os acidente fossem erupções que formassem elevações sobre esse terreno, como nos gráficos e na metáfora-conceito de “erupção enunciativa” referente às debragens actanciais.

Intuitivamente, o falante imagina que enunciar em np assegura ao enunciador isenção ou distância daquilo que enuncia, ou ainda que se desenvolva a objetividade. Realmente esse é um efeito de sentido, pois, como dissemos alhures e outros pesquisadores (INDURSKI, 1997, FIORIN, 2002, KERBRAT-ORECCHIONI, 1999), a enunciação em np é um efeito e não uma causa em si mesma. Tal perspectiva se deve ao fato de que, embora, os sujeitos sejam entes empíricos e existenciais, baseados na ilusão de unicidade, não necessitam de, a todo instante,

enunciar a partir da 1ps, com exceção dos momentos em que narra experiências próprias ou que enuncia, diríamos, com verbos experienciadores (“eu creio”, “eu penso”, “eu sinto” etc.).

Essencialmente, em termos de enunciação em np, o efeito de neutralidade já é bastante conhecido e percebemos que, quando se trata da referência ao paradigma “negro”, o texto mantém a mesma uniformidade com as outras pessoas enunciativas, como pudemos observar no gráfico 12, no capítulo V. Como os textos apontaram, há, no paradigma “branco”, uma maior incidência de referências em 1ps proporcionalmente. Isso nos leva a supor que as modalidades enunciativas preferidas para “negro” são as 1pp e np, o que aponta também para a preferência de determinar o outro nessas modalidades enunciativas. O efeito de neutralidade da np nada mais é que a afirmação do próprio lugar no qual esse enunciador se coloca; é como se o enunciador, através de uma imagem holográfica projetasse um outro que fala por si, ou então, a clássica imagem do ventríloquo que fala pelo boneco, ou ainda, o boneco que fala pelo ventríloquo, o que faz da np uma espécie de efeito de “ventriloquia enunciativa”.

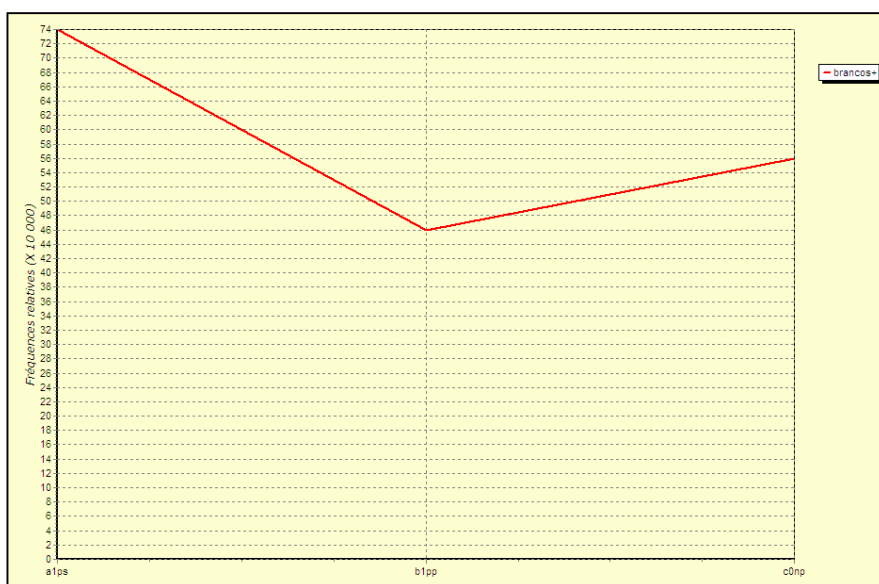


Gráfico 28 - Distribuição do PD “brancos” no grupo A

Se o “negro” está presente em todas as modalidades enunciativas de maneira quase uniforme, e “branco” demonstra uma oscilação relevante nas outras vozes, temos um indício a ser observado: em np, temos possibilidade menor de “branco” que em 1ps. No entanto, é preciso ressaltar que a alta probabilidade está atrelada ao plural de autoria como explicitamos no capítulo IV. Chegamos, assim, à conclusão, não muito nova, de que enunciar e designar em np é como não se envolver com o que se diz, logo os conteúdos mais preconceituosos irão surgir na voz da np, como nos exemplos a seguir:

65) *Por um lado, a estrutura da educação deve partir do primário da escola, pois não terão uma mudança rápida de vida, já que a maioria das pessoas que praticam a violência são de origem **negra** .*

66) *O governo cria um sistema de cotas para ingressar os **negros** no ensino superior, no entanto não percebe que estará alimentando o problema, ao invés de diminuir, pois eles próprios vão se sentir discriminados, incapazes de caminharem por suas capacidades .*

Enunciar em np é dissimular não o indivíduo, mas o sujeito que é porta-voz de uma FD, o que leva concluir que os enunciados preconceituosos tendem a surgir mais em np e também em 1pp, como veremos a seguir.

6.5 Enunciação e designação em 1ps

A quantidade de enunciados em 1ps é deveras pequena, merecendo apenas alguns esclarecimentos. O primeiro de todos é que a enunciação em 1ps não é bem-vinda no gênero *dissertação escolar* que constitui o *corpus*.

Ao longo de nossa pesquisa, descobrimos, também, que havia um engano de nossa parte ao conceber o enunciado em forma de 1pp como se fosse de 1ps, desde que tivesse um verbo experienciador. Após alguns testes, chegamos à conclusão de que deveríamos caracterizar os enunciados dessa categoria como

plural de autoria e deveria figurar na enunciação em 1pp, pois, sabemos que, em se tratando de enunciação, só temos um sujeito empírico a enunciar e vários sujeitos do discurso a “discursar”. Foi então que enunciados do tipo “nós acreditamos” foram caracterizados então como 1pp no sentido de “autoria” não 1ps – majestático, como propunha o primeiro modelo.

Ao desfazermos esse equívoco inicial (e que está descrito no capítulo IV) chegamos à conclusão de que o sujeito-enunciador que se vale de verbos experienciadores não fala de sua experiência particular (do “eu”). O “nós achamos/pensamos/acreditamos/vemos” existe socialmente, pois se tratam de crenças desenvolvidas dentro de uma memória socialmente assumida, por isso o fato de termos percebido que o “nós” de autoria, ficaria melhor classificado, no conjunto das enunciações em 1pp; da mesma forma, o “eu acho/penso/acredito/vejo” só existe socialmente; no entanto, há a debreagem para 1ps o que leva ao efeito de centralidade no sujeito-enunciador, diferentemente da condição de 1pp que descentraliza a referência que fica diluída.

Então, o quê, necessariamente, motiva alguém a enunciar em 1ps e não em 1pp? Infelizmente esta pergunta não conseguimos responder, pois nos vimos diante de uma situação bastante embaraçosa, pois afirmar categoricamente que a motivação de se enunciar em um 1ps tinha alguma origem especial era praticamente impossível, porque a quantidade de dados era muito pequena para todos os grupos do *corpus*. A hipótese mais plausível para se enunciar em 1ps talvez fosse a necessidade de o sujeito se assumir como fonte do dizer. Há outro aspecto interessante, apesar da quantidade pequena de dados: a neutralidade em relação ao tema proposto, ou melhor, em 1ps, os enunciados tendiam a assumir menos a posição de contrário ou a favor à implementação das cotas raciais. A modalidade

1ps era o momento de enunciar como dono do dizer, como quem assumisse o papel de autor realmente engajado, mas não necessariamente com o tema proposto, e sim com a sua própria ilusão.

Por outro lado, a reflexão sobre 1ps reforçou nossa idéia de que estamos lidando com erupções e não com linearidade enunciativa de signos que se sucedem em uma linha horizontal discreta em seus intervalos, nos quais se percebe claramente o que é 1ps, 1pp e np. Estamos lidando, sim, com modalidades sobrepostas que não necessariamente apareçam em condição simultânea, mas que se deixam ver de quando em quando, próximas talvez de um comportamento de heterogeneidade mostrada.

É por esse motivo que vamos nos concentrar em 1pp e np, sendo que, nesses casos, temos mais material textual e mais elementos de alternância eruptiva que corroboram com as nossas hipóteses sobre a enunciação e sobre o discurso.

6.6 As designações em 1pp

Podemos dizer, com toda a segurança, que 1pp é a modalidade enunciativa mais trabalhosa de se analisar. Se em np o enunciador é pressuposto ao enunciar, por exemplo, em um “eu (branco) X eles(negros)”, em 1pp a distinção entre o “eu X outro” ganha contornos identitários mais complexos, muito embora sejam bastante claros e perceptíveis. Isso se deve ao fato de que o “nós” comporta um escopo muito grande, conforme Geffroy (1985, p. 6) afirma: “Do locutor apenas até todo o gênero humano, o *nós* opera nesse conjunto e em toda sorte de seus subconjuntos” (tradução nossa)⁵⁷.

Diferentemente de 1ps, que tem uma quantidade de dados pequena e não

⁵⁷ Du locuteur seul au genre humain tout entier, le *nous* peut opérer dans cet ensemble toutes sortes de partage.

deixa entrever situações de regularidade, 1pp é completamente diferente. Em 1ps temos a instância enunciativa do actante coincidindo com a do enunciador; já em 1pp o enunciador está cercado por outros, pois, nesse caso, o enunciador é um dos actantes ao mesmo tempo em que se inscreve em um conjunto de entes enunciados, como, por exemplo, em “nós, os professores”. Nesse caso, a fórmula “nós=ps+np(professores)” inclui no conjunto de “professores” o próprio enunciador em posição de não-pessoa, o que é diferente de 1ps em que o enunciador enuncia a si mesmo na posição enunciado e actante. Essa dupla articulação de 1pp permite ao enunciador se colocar na posição de porta-voz de uma coletividade. E, como Geffroy demonstrou, a referência é altamente “elástica”, sendo que pode assumir diferentes sentidos: toda humanidade, todos brasileiros, todos brasileiros exceto os negros etc., como demonstramos no capítulo IV.

Uma observação de Landowski (1985, p. 13) acaba sendo bastante elucidativa para compreendermos porque os sujeitos alternam:

Admitindo-se que a comunicação, vista sob o ângulo do público e do privado, desencadeia mais especialmente uma problemática da visibilidade dos sujeitos, a mensagem toma então a forma de uma *imagem*: imagem de si-mesmo emitida por um sujeito observável, e apreendida (ou não) por um observador. (tradução nossa)⁵⁸

Alternar, então, tem a ver com as imagens criadas e essas imagens estão relacionadas às identidades. O primeiro indício de que a identidade racial está atrelada à imagem que um grupo cria do outro é a relação de igualdade e diferença (conforme abordamos no capítulo III), sendo grande a quantidade de exemplos no *corpus*, como quando há pouco tratamos do conceito de Culioli de “noção”. Mais uma vez, as imagens estão relacionadas às crenças que os sujeitos constroem, e o material para essa construção tem origens diversas, ou melhor, discursos diversos

⁵⁸ En admettant que la communication, envisagée sous l'angle du public et du privé, engage plus spécialement une problématique de la visibilité des sujets, le message prendra alors la forme d'une *image*: image de soi-même émise par un sujet observable, e captée (ou non) par un observateur.

que deixam suas marcas materiais nos enunciados dos sujeitos. Isso pode ser perceptível nos dados levantados, como, por exemplo, em relação aos argumentos ocupados pelos paradigmas designacionais apontados no capítulo IV, em que temos uma grande maioria de enunciados em que “negro” é “paciente”, “objeto”, o “beneficiário”, em poucas situações ocupa o papel temático de “agente” e quando o é, está associado a noções de caráter negativo como a de “criminalidade”.

Assim, para melhor ilustrar as relações “nós X eles”, na construção da imagem do outro em 1pp, faremos uma análise mais minuciosa em pelo menos três aspectos: a) o papel temático dos paradigmas designacionais identitários “branco” e “negro”; b) a referência própria da 1pp; c) as alternâncias que envolvem 1pp.

6.6.1 Papéis temáticos enunciados em 1pp

Lembrando o gráfico 12 do capítulo V, vemos que, nas ocorrências de 1pp, no grupo A, há apenas a incidência de três papéis: *paciente*, *beneficiário* e *objeto* para o PD “negros” e tal predominância, com algumas alterações, se repete também no grupo B para 1pp. Pois bem, se tomarmos os três principais papéis lembrados aqui, veremos que há um discurso sobre o outro bastante descritivo, o que revela uma determinada imagem atribuída de inatividade ou passividade com relação ao “negro”, vejamos os exemplos.

67) *Nós sabemos que uma parte desses **negros** não tem uma chance na Faculdade*

68) *Não é raro vermos **negros** na rua sendo preso, fumando muitos entraram nisso até por falta de uma oportunidade de vida melhor*

69) *Com isso devemos ter uma civilização **negra** melhor e bem aceita na educação, trabalho no lazer e no bem estar com todos*

70) *Novamente vem a tona o preconceito racial, **negros** são pessoas como nós, todos sabem disso até eles mas o dilema continua muitas vezes isso acontece por racismo [...]*

71) *A solução está aos olhos de todos, reservando vagas nas faculdade, para os **negros**, estamos dando-lhes estrutura para ingressar no mercado de trabalho e educação para que eles não caiam no mundo das drogas.*

Essas cinco frases ilustram alguns conceitos que irão compor algumas formações discursivas presentes nos textos, como, por exemplo, a de associação do negro ao mundo da criminalidade e das drogas e a missão profética e salvadora dos brancos responsáveis pela dignificação do negro, ou melhor, de sua “brancarização”. O processo de dignificação que é entrevisto nos enunciados citados acontece pela transformação do negro em um branco, ou pela educação que o branco possa lhe proporcionar ou pela inclusão social que também é papel de o branco desempenhar.

Os casos onde encontramos as posições de beneficiário, objeto ou paciente servem para indicar as seguintes idéias que estão na base de alguns temas constituídos pela FD racista:

Paradigma	Papel temático	Conteúdo
Negro	Paciente	Descrição ou comparação do “negro” (exemplo 42)
	Beneficiário	Os brancos lhes dão ou proporcionam algo (exemplo: 39)
	Objeto	Como os brancos vêem os negros, ou seja, discriminados, ou como criminosos, (exemplos: 41, 88).

Quadro 12 - Correspondência entre papel temático e conteúdo

A nossa interpretação desse tipo de construção de imagem é a de que a memória discursiva desses sujeitos enunciadorees, que já percebemos há um bom tempo, enunciam da posição do branco. Presumimos, sem nenhum tipo de dado e, por isso, o que vamos dizer é mera especulação, que os conteúdos descritos no quadro 10 possam ter suas origens em dois momentos históricos distintos: a) o de que o negro merece ser como o branco, surgido a partir do Abolicionismo; b) de que o negro tem propensão à criminalidade, como um efeito da Abolição e do êxodo rural que levou ao inchaço das grandes cidades (surgimento das favelas e da segregação

dos pobres na periferia). Assim, o discurso preconceituoso sustentado pelos enunciadores está baseado em condições históricas que não tivemos oportunidade ainda de averiguar. Isso explica o sentido da criminalidade atribuída ao negro e à idéia da existência de uma missão salvadora do branco.

6.6.2 A referência complexa de 1pp

Como fora visto no capítulo IV, ao tratarmos da metodologia da análise, percebemos que a 1pp é complexa no que diz respeito a vários aspectos semânticos, mas, para nós, tal complexidade referencial está atrelada às também complexas relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos. Guespin (1985, p. 45) afirma:

Um dos melhores pontos de estudo do exercício linguageiro do sujeito em sua dimensão psicossocial será paradoxalmente o *nós*. Com efeito, *nós* fornece uma grade de leitura: quando o locutor renuncia ao *eu* para se associar a outros, através do recurso ao *nós*, ele marca implicitamente quais traços de sua personalidade social, ou do processo de interação são colocados em funcionamento. É claro que essa grade de leitura não é evidente, mas é determinada, por sua vez, pela convenção social e pelas interações sociais, pelas intenções, ilusões, manobras e pretensões do sujeito. (tradução nossa)⁵⁹

Acreditamos que Guespin acerta em sua colocação, no entanto, além da “intenção” ilusória que o sujeito possui, diríamos que o trabalho do inconsciente também coloca em funcionamento os mecanismos de produção do sentido com relação ao *nós*. Para tentarmos compreender de quais discursos os sujeitos enunciadores são porta-vozes e quais as identidades psicossociais eles carregam, vamos observar, em termos quantitativos, as referências aos tipos de 1pp que surgiram no grupo A. Para tanto, relembremos os tipos de 1pp que levantamos no

⁵⁹ Un des meilleurs points d'étude de la mise en forme langagière du sujet dans sa dimension psychosociale, ce sera paradoxalement le *nous*. En effet, *nous* fournit une grille de lecture: lorsqu'il renonce au *je* pour s'associer à d'autre, dans le recours au *nous*, le locuteur marque implicitement quels traits de sa personnalité sociale, ou du procès d'interaction, sont mis en œuvre. Bien sûr, cette grille de lecture n'est pas évidente, déterminée qu'elle est à la fois par la convention sociale et par les intentions, illusions, manœuvres et prétentions du sujet.

capítulo IV, agora acrescido do tipo “autoria”.

a) nós = pessoa subjetiva (majestático, modéstia, autoria) que tem o *status* de 1ps;

b) nós = pessoa subjetiva + pessoa não-subjetiva (eu+você/vocês);

c) nós = pessoa subjetiva + não-pessoa

d) nós = pessoa subjetiva + pessoa não-subjetiva (eu+você/vocês) + não-pessoa;

ps: pessoa subjetiva (enunciador, aquele que fala/escreve);

pns: pessoa não-subjetiva (enunciatário, aquele que ouve/lê)

np: não pessoa que pode ser referenciado de diferentes maneiras

1pp1 = ps+np(todos)

1pp2 = ps+np(sociedade) + np(negros)

1pp2 = ps+np(sociedade) – np(negros)

1pp3 = ps+np(não-negras)

1pp4 = ps+np(brasileiros) + np(negros)

1pp5 = ps+np(brasileiros) – np(negros)

1pp6 = ps+np(todos) – np(negros)

1pp7 = ps+pns

1pp8 = ps+pns(autoria)

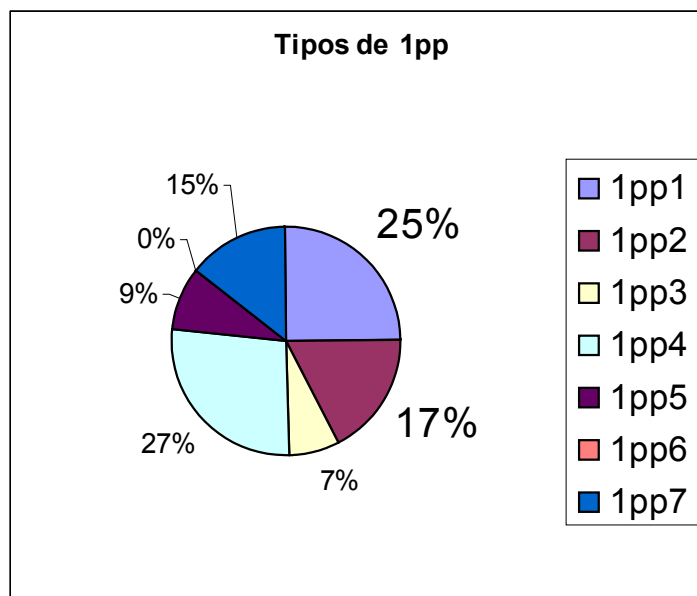


Gráfico 29 – Tipos de 1pp

Aqui, não estamos considerando que “sociedade” e “Brasil” façam parte do mesmo paradigma. Se somarmos ambos, chegaremos a gráficos em que os itens 1pp2 e 1pp4 compõem 44% das ocorrências dessa modalidade, o que implica em

perceber que há mais referência a 1pp no PD “sociedade” do que a toda humanidade, o que revela traços de segregação no discurso dos sujeitos, mas, para se chegar ao nível de se afirmar que há um discurso segregacional, é preciso computar todas as formas de enunciados excludentes de “negro” que se conduzem, a exemplo da frase a seguir:

72) Vivemos em uma sociedade₁ racista uma sociedade₂ que não vê com bons olhos o seu irmão negro, só por que ele tem a pele um pouco mais escura que a sua, de às vezes não tem roupas melhores para vestir e até mesmo por ser de outra religião.

Nesse caso, temos um exemplo de 1pp5, ou seja, o verbo “vivemos” está acompanhado pelo argumento “sociedade1” (lugar), enquanto que “sociedade2” é argumento “agente” do verbo “ver”. Por exclusão, podemos inferir que esse “vivemos” não é 1pp2 includente de “negro”, porque temos duas posições temáticas ocupadas: “nós” (no caso pressuposto pela desinência número pessoal do verbo) e “sociedade” como argumento indireto de “lugar”. Mas isso não é o mais importante desta reflexão, o que vale, sim, é ressaltar que somente o verbo “vivemos” criou o efeito de sentido de exclusão do negro do espaço social, pois o sujeito de “vivemos” é “nós=ps+np(brancos)”. São muito comuns enunciados com esse tipo de efeito de sentido no *corpus*. Outro exemplo ainda é o que é utilizado alhures:

3) A nossa sociedade precisa dar uma chance para eles.

Nesse caso, o efeito de sentido da “sociedade” exclusiva dos brancos remete ao tipo de discurso desenvolvido na fórmula “1pp2 = ps+np(sociedade) – np(negros)”.

Há casos, no entanto, de enunciados em 1pp que são inclusivos e outros que não são nem inclusivos nem exclusivos, que deixavam dúvidas no momento de categorizar:

73) *Dentre todos os problemas vividos pela sociedade, a cada dia temos um a mais para nos preocuparmos.*

Observando a frase 73, percebemos que não é possível aplicar a classificação inclusão/exclusão, mesmo que a referência seja a fórmula $1pp2 = ps+np(\text{sociedade})$; o “nos preocuparmos”, em termos de referência mais próxima, por contigüidade, pode atingir “sociedade”, o que se torna também possível pelo elemento anafórico “um” que retoma “problema”. Logo se “a sociedade” vive “os problemas”, e “nós” temos que resolver um “a mais”, entendemos que há contigüidade de sentido, mas, nesse caso, sociedade é simplesmente uma referência ao grupo humano e brasileiro, sem contudo referir-se a inclusão ou exclusão.

A observação da não aplicabilidade de oposição inclusão/exclusão nos levou a modificar mais uma vez o modelo de análise para 1pp, acrescentando a modalidade “não-aplicável”, o que resultou no gráfico a seguir:

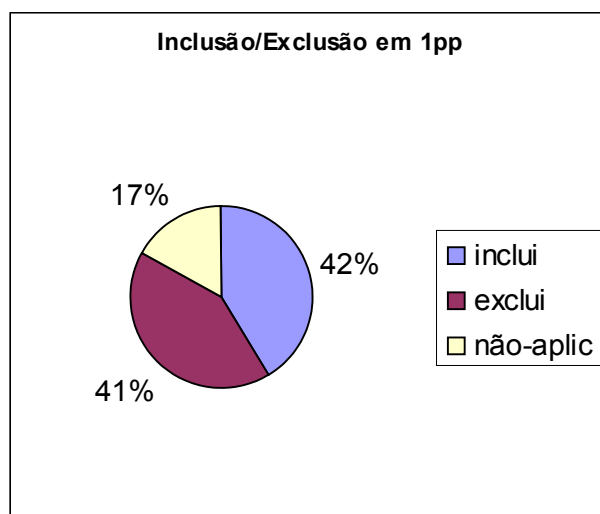


Gráfico 30: inclusões e exclusões em 1pp – grupo A

O gráfico somente demonstra, de maneira bastante geral, os efeitos de inclusão/exclusão. Para compô-lo consideramos que 1pp-Todos era também uma

modalidade inclusiva de “nós”, por outro lado as modalidades 1pp2-sociedade-exclusiva, 1pp4-brasil-exclusivo, 1pp3-não-negros e 1pp5-todos-exceto-os-negros compunham o grupo de 1pp excludente. Curiosamente, entre as referências a “país”, “Brasil”, “sociedade” percebemos diferenças bastante importantes como o gráfico a seguir demonstra:

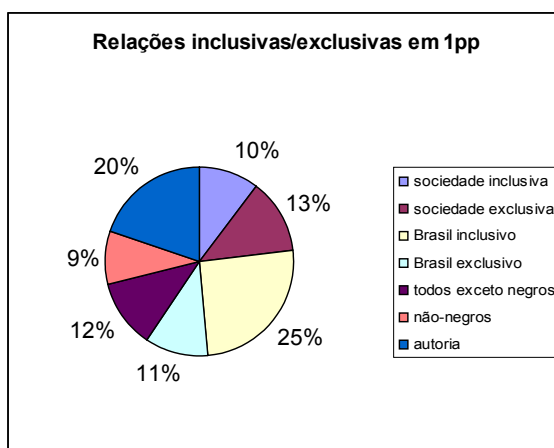


Gráfico 31: inclusões e exclusões em 1pp – grupo A, detalhando os tipos

Quando se trata de compararmos a distribuição pela referência a “Brasil”, “país”, “nosso governantes” percebemos uma tendência à inclusão, quando se trata de “sociedade”, “mundo em que vivemos”, “época em que vivemos” (que não deixam de ser expressões do paradigma de sociedade, se aplicarmos o conceito de “noção” conforme Culioli) o índice de enunciados que revelam o negro como excluído é bem maior. Esses dados nos levam a crer que, no contexto dos efeitos de sentido analisados, o Brasil e sua administração representam um ente social includente, mas a “sociedade”, ou seja, o local das práticas cotidianas, um “lugar” excludente do qual os negros não se beneficiam. Chegamos, então, a mais uma regra:

V) O enunciador atribui ao sujeito do enunciado papéis temáticos condizentes com as noções que lhes são pertinentes em um sistema de valores.

Isso quer dizer que, além da regra III, que prevê como o enunciador se enxerga e enxerga o sujeito do enunciado nas relações entre 1ps, 1pp e np, os papéis que o enunciador relega ao sujeito do enunciado está atrelado às noções. Isso será melhor explorado nos itens que se seguem.

6.7 A indicação do outro: uma sinalética da alteridade

O “negro” é o outro, como também poderia ser o “pobre”, o “argentino”, o “rico”, o “muçulmano”. A questão a ser tratada reflete sobre um aspecto bastante peculiar: ao tratar do outro e, no caso, o negro, estamos lidando com marcas discursivas que a história e a historicidade deixaram na memória. Assim, não podemos falar de uma sinalética da identidade em geral, mas de identidades na oposição “negro-branco”, “ocidental-oriental”, “católico-evangélico” dentro da historicidade em que cada uma dessas formas de identidade se inserem, como, por exemplo, “xiita-sunita”, que se inscreve apenas no contexto dos países muçulmanos que comportam a historicidade pertinente a essas identidades.

Com a regra V de sinalização do outro, acreditamos que demos conta dos aspectos semânticos e discursivos da maneira que se tem de indicar o outro. No entanto, vemos que é muito importante aprofundar a questão da interpretação dos papéis temáticos nos quais os enunciadores colocam os elementos dos PD e vale a pena fazer uma reflexão sobre os três principais papéis que surgem no *corpus*. O objetivo desta reflexão é proporcionar o material de análise para refletirmos sobre as FDs que foram encontradas no *corpus*.

6.7.1 O papel temático “paciente”

Como vimos no capítulo IV, consideramos o papel temático paciente aquele selecionado por verbos de estado, ou seja, aquele que não denotava ação ou processo. Lembramos que essa categorização é muito questionável, mas não podemos negar que existam elementos que nos levam a crer que tal categorização no discurso proporciona uma compreensão bastante interessante sobre os efeitos de sentido relacionados aos discursos sustentados, como fez Moirand (1988). Além disso, não podemos nos esquecer de que os enunciadores falam do outro e é ao outro que atribuem valores e os papéis temáticos: mais do que uma categorização semântica, representam também elementos discursivos, se forem bem interpretados.

A maioria dos enunciados, tanto em 1ps como em np, que comportam os elementos do paradigma “negro” ocupam o papel temático de paciente. No caso, o conceito de paciente significa que o argumento não é o agente, nem o afetado por um processo ou por uma ação; logo, quaisquer um dos elementos semânticos que fuja de um desses critérios acaba sendo um estado, como o caso do verbo “ter”, segundo o que está no exemplo a seguir:

*74) Os negros no Brasil tem poucas **saídas** porque nem todos são iguais tem um que são ladrões e outros são bandidos por isso a raça negra fica difícil de arrumar um serviço e outras coisas mais nem todos negros são bandidos e ladrões por causa desses que não presta que estraga para os outros .*

O papel temático de paciente demonstra procedimentos descritivos sob a idéia do “ser”, “estar” e “ter”, que apresentam o objeto designado pelas suas características; assim, o outro não “faz”, “transforma”, “ajuda”, o que lhe confere passividade. Quando o enunciador lhe delega uma agentividade, muitas vezes ela não é nada positiva. Mesmo quando se tem paciente, como na frase acima, observamos que a caracterização do outro está relacionada à criminalidade. Então,

a primeira forma de se referir ao outro, e talvez isso seja geral para todas as formas de assinalar o diferente, acontece pela tematização de paciente, ou seja, pela descrição e atribuição de determinadas características e valores a ele. No caso do *corpus* que estamos analisando, essa relação ficará melhor explicada no capítulo 7.

6.7.2 O papel temático “beneficiário”

Já o papel temático de beneficiário coloca o argumento na posição de quem recebe a ação, como descrito no capítulo IV, não sendo necessariamente um argumento provocado por um verbo de ação, podendo ser um argumento relacionado a uma expressão nominal, como em “cotas para negros”. Isso porque, mesmo em uma frase nominal (no sentido de não existir nenhuma forma verbal) podemos transformá-la em uma paráfrase com verbo, como em: “As universidades destinam cotas de vagas específicas para negros.”, o que, referencialmente, tem o mesmo valor que simplesmente “cotas para negros”, considerado o fator situacionalidade.

É importante ressaltar-se que alguns papéis temáticos ocupam seus lugares desde que necessariamente existam outros, enquanto alguns não precisam deles: no caso do beneficiário, é mister que exista um agente. Há uma quantidade grande, mas não tão considerável de elementos do paradigma “negro” na posição de beneficiário e, em um razoável número de ocorrências, temos o “branco”, a “sociedade”, as “pessoas” como agentes de ações em prol do negro.

75) *As pessoas de cor são discriminadas na sociedade dos negros.*

76) *O governo precisa dar cotas especiais as pessoas miseráveis que não tem o que comer. Aos negros apenas o direito de viver com dignidade pois a igualdade e potencial eles possuem igual a qualquer outra cor .*

77) *A questão de cotas nas universidades não vai resolver a situação da comunidade negra, pois o negro possui capacidade suficiente tanto quanto o branco, não precisando diferenciá-lo diante de sua sociedade*

Seja o fato de que “Ø discriminam as pessoas de cor na sociedade dos negros” ou que o “governo” precisa ajudar, ou ainda que “as cotas não resolvem o problema”, o fato é que “negro”, na maioria das ocorrências está na posição de beneficiário, “recebe ajuda”, “são discriminados”, ou “recebem quotas”. Se, nas ocorrências de paciente, o que temos são atribuições de valores pela descrição, não é diferente quando se tem o beneficiário. No caso de receber um processo ou ação, já se tem uma valoração pela não escolha do argumento em posição de agente. Em suma, é como se o discurso dissesse que o “negro” não pode fazer, mas que ele tem que esperar que os outros façam por si. Isso é mais um indício do discurso racista ou preconceituoso que estamos tentando compreender.

6.7.3 O papel temático “objeto”

Finalmente, conforme o gráfico 20, observamos que o terceiro papel temático é o de objeto. O caso do papel do objeto não é muito diferente do beneficiário, em se tratando de sua ocorrência no *corpus*. Mais uma vez, temos o paradigma “negro” valendo por um efeito de sentido inerte, contrário à agentividade, como nos exemplos a seguir:

78) *Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .*

79) *Há tempos que as autoridades políticas vêm falando em melhoramento aos atendimentos, relação aos negros, mas nas grandes cidades, os negros são **vistos** como marginais, ladrões e são muito discriminados, até por próprios negros .*

80) *Os negros merecem ser **vistos** como pessoas que deram sua contribuição na construção do nosso país sem ser excluídos da sociedade .*

São as situações em que “alguém defende o negro”, ou que “alguém vê o negro” de alguma forma, o que implica em, mais uma vez, atribuir-se características à etnia, quando se está com o caso do modo “como marginais”, referido no exemplo

acima. Mais uma vez temos a perspectiva de inércia do outro. Em termos gerais, os três principais papéis temáticos apontam para uma posição bastante estereotipada e para um discurso do racismo que referencia o negro como um sujeito não-autônomo (alguém sempre deve fazer por ele) ou, quando autônomo, como se tratasse de alguém que está envolvido com o crime.

Observadas as questões referentes à maneira de referenciar o outro através dos papéis temáticos dos casos, passaremos, agora, a tentar compreender os efeitos de sentido da alternância entre uma modalidade enunciativa e outra; no caso, a alternância entre 1pp e np.

6.8 A relação entre alternância e discurso

Para realmente concebermos se as alternâncias refletem posições discursivas ou não, é preciso tentarmos categorizar esses saltos. Já vimos que determinada modalidade enunciativa desenvolve uma preferência por determinada maneira de referenciar o outro, mas é necessário, ainda, percebermos se essa preferência se reflete para a construção de uma FD, o que será nosso assunto para outro capítulo. O desafio, então, é saber se a 1pp e np são veiculadoras de FDs distintas e, se no movimento de alternância, cada uma delas desenvolve um discurso distinto. Esta última afirmação, na verdade, assume uma hipótese que, para se tentar validar, mais uma vez, teremos que apelar para a estatística aplicada à AD. Desta vez, não podemos nos ater à questão lexical, mas sim ao conteúdo, do que advêm algumas dificuldades: a) como dizer se um texto tem caráter preconceituoso ou não? b) o que entenderemos por “caráter preconceituoso? Vejamos alguns exemplos:

81) Sim, mas os negros estão tomando cada vez mais esse grandioso lugar, e nossa sociedade.

82) *É tempo de parar e refletir o que somos e temos.*

83) *A partir do momento que nossos governantes começarem a mudar sua maneira de pensar e agir, dar mais condições de vida aos negros, mais atenção, o índice de criminalidade mudará, gera empregos sem preconceitos*

84) *Os políticos responsáveis pelo nosso país, pensando em tentar acabar com o racismo e a discriminação contra os negros criaram um projeto.*

Quais desses enunciados trariam conteúdos preconceituosos? A princípio, algumas frases não pareceriam ter conteúdo preconceituoso, pois o posto não o apresenta: nesse caso, o conteúdo está pressuposto, como por exemplo os enunciados 81, 83. Observando de perto essas frases e utilizando o conceito de papel temático em 83, vemos que “negros” ocupa o papel de beneficiário. No caso de 81, temos relação de pressuposição da exclusão do negro. Isso não significa que o sujeito seja preconceituoso, mas que o discurso que ele enuncia contém conteúdos preconceituosos. Nesses casos, o preconceito não reside necessariamente no posto (enunciado), mas no pressuposto (na enunciação), cuja exemplificação temos nas duas frases citadas. No caso de 82, a frase é neutra do ponto de vista do preconceito racial, pois não faz referência alguma a diferenças raciais. O enunciado 84 cita “negros”, mas não lhes confere qualquer sentido que pudesse corresponder a uma posição preconceituosa no discurso. A partir dessas considerações, passamos a categorizar, então, as passagens de 1pp-np e np-1pp nos enunciados do grupo A apenas, o que nos revelou o seguinte gráfico:

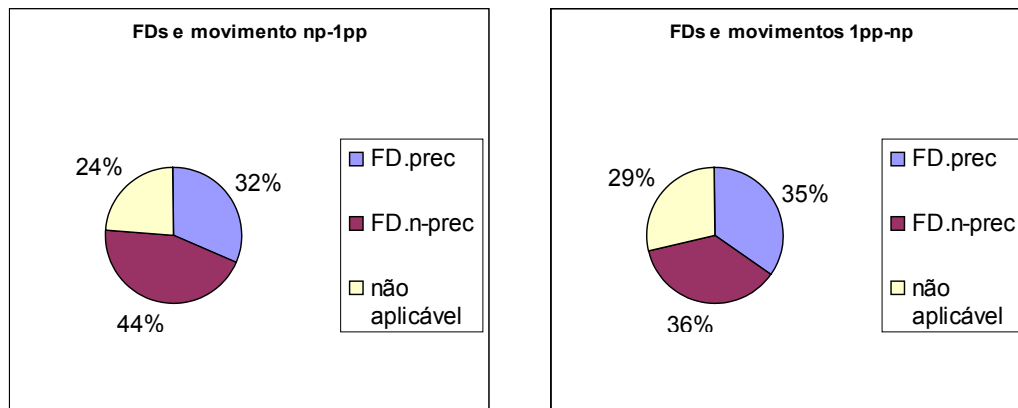


Gráfico 32: conteúdo preconceituoso por enunciação

As duas modalidades de alternância têm incidência de discurso

preconceituoso nos termos dos exemplos acima elencados, sendo que a variação é relativamente pequena. No entanto, vimos que há uma quantidade razoável de enunciados que não comportam discurso preconceituoso, o que implica em supor que, em um mesmo texto, existem discursos preconceituosos e não preconceituosos se alternando entre si. Outra informação relevante é que não importa se o enunciado está em np ou em 1pp, pois os conteúdos preconceituosos estarão presentes em maior ou menor escala, dependendo das condições de produção (cf. visto no capítulo V). O que importa é que, em cada uma dessas situações, temos elementos da ordem do discurso e da ordem da enunciação constituindo os efeitos de sentido.

De certo modo, os dados frustraram nossas expectativas, pois julgávamos que encontraríamos regularidades que comprovassem que uma modalidade enunciativa fosse o lugar de maior incidência de discurso preconceituoso. Entretanto, elas se mostraram capazes igualmente de servirem tanto ao preconceito quanto ao não-preconceito, mas cada uma à sua maneira. Outros tabus, mesmo assim, foram quebrados: um deles era o de que o enunciado em 1pp constituía uma modalidade enunciativa democrática, sendo que o que vimos foi a sua negação. Na verdade, tanto uma forma enunciativa quanto a outra podem ser democráticas ou não conforme a distribuição de valores. O próximo desafio a ser enfrentado é quanto à maneira como os discursos preconceituosos e não preconceituosos se comportam no *corpus* analisado, com o que fecharemos o ciclo de nossa análise.

CAPÍTULO VII

OS DISCURSOS E AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Neste último capítulo, apresentamos as considerações sobre vários aspectos dos discursos presentes no *corpus*. O percurso até aqui indicou uma série de reflexões sobre a materialidade do discurso, pois todos os diferentes elementos extraídos da estatística apontaram para várias questões do discurso. Vimos que os elementos perscrutados das alternâncias, relacionados a questões semânticas resultaram no levantamento de uma série de dados das alternâncias eruptivas e seus efeitos de sentido. Vimos também que existem regularidades a que denominamos *signalética das identidades*.

Cumpramos agora tratarmos do ápice de todas essas considerações, que são os discursos. Muitas das considerações que aqui serão elencadas já foram previstas, em outros momentos desta tese, pois os dados, por vezes, falavam por si mesmos. Nesta última parte da pesquisa, trataremos dos sentidos criados pelos discursos e, finalmente, conseguiremos abrigar, sob o conceito de FD que compartilhamos, os enunciados fragmentados. A partir da massa de textos, pudemos identificar diferentes questões discursivas e identitárias dos sujeitos, sua memória, as condições pré-discursivas, interdiscursivas entre outros aspectos. Assim, trataremos dos conteúdos que vão da memória discursiva até a criação de novas identidades.

7.1 Pré-discurso: a memória discursiva e a formação discursiva

Paveau (2006, p. 14) utiliza o termo pré-discurso (*prédiscours*) para propor uma compreensão das relações entre o dito e a dizer: “Eu desejo, com efeito, me dedicar ao problema da ‘caixa preta’ das informações precedentes que informam os discursos, sobretudo do ponto de vista da articulação entre os dados anteriores e as

produções verbais.” (tradução nossa)⁶⁰ A misteriosa “caixa preta” de que fala Paveau é o nó entre o anterior e o porvir. Um exemplo disso é quando, nos textos analisados, os sujeitos relembram o passado escravista do Brasil e falam de preconceito racial, como modo de atualizar a história no momento em que enunciam. O precedente, ou o pré-discursivo, irá fazer referência a tudo que existiu antes de uma enunciação.

Esses dados são produto da própria intersubjetividade precedente e, como lembra Saint-Exupéry (1942, p. 174): “Um homem é somente um nó de relações, as relações contam-se pelo homem” (tradução nossa)⁶¹. Pensamento que não dista dos conceitos bakhtinianos de dialogismo. Como Paveau expõe, o objetivo é chegar à “caixa preta”, ou seja, ao objeto que faz os “nós” entre “o dito” e o “a dizer”. Podemos estabelecer algumas relações, primeiramente pensando que o pré-discurso contém uma grande complexidade, no que diz respeito aos diferentes fatores que o compõem, ou melhor, o pré-discurso é um conceito amplo para abrigar, sob suas abas, a complexidade de elementos discursivos ou não discursivos que, de alguma maneira, influenciam o “a dizer”. É Paveau quem utiliza o termo pela primeira vez em ciências da linguagem, muito embora tenha aparecido em outros autores como Foucault, Lacan, Amoussy, mas estes sempre o utilizaram com outros termos acompanhando-o, não como um conceito autônomo. Foucault fala de “experiência pré-discursiva”, Lacan e Amoussy retomam o “ethos pré-discursivo”. Consideramos que todos os autores têm razão em utilizar o termo, como dito anteriormente, pois o seu conceito é vasto e, por isso, bastante útil:

O termo *pré-discursivo* é utilizado aqui em seu uso essencial, definível simplesmente como ‘o que identifica de tudo que se passa antes do

⁶⁰ Je souhaite en effet me pencher sur le problème de la « boîte noire » des informations préalables qui informent les discours, et surtout du point d’articulation entre ces données antérieures et les productions verbales.

⁶¹ “L’homme n’est qu’un nœud de relations, les relations comptent seules pour l’homme.”

discurso': alterna, freqüentemente, em outros momentos, nos estudos argumentativos com os termos *conhecimento prévio* ou *extradiscursivo*. (PAVEAU, 2006, p. 18-19) (tradução nossa)⁶²

Uma perspectiva como essa admite pensar não só em elementos próprios dos aspectos históricos e sociológicos, mas admite aspectos cognitivos que, muitas vezes, não são tratados nos estudos do discurso. A autora também discute conceitos como *doxa*, *senso comum*, *memória coletiva* entre outros. Não iremos nos ater a essas questões, haja vista o vasto estudo e referência tratados por ela; tomaremos, então, alguns conceitos aplicados ao contexto de nosso *corpus*.

Se o ato languageiro é como se fosse um nó, o pré-discurso é uma das pontas, por isso é necessário compreender-se as duas naturezas dos atos languageiros, ou melhor, as duas condições de cada uma das pontas da linha que servem para tecer a rede: o pré-discurso e o discurso. E, se o pré-discurso é tudo que existiu antes do discurso e que com este têm relação, há, portanto, um arcabouço bem grande de informações pré-construídas em um mesmo sujeito. Imaginemos que esse sujeito, ao longo de sua vida, foi afetado por muitos discursos e que, em trinta linhas, tem que produzir um texto que fale de um tema polêmico. Em todo caso, essas poucas e “mal traçadas linhas” são resultado do um percurso pré-discursivo bastante volumoso. Fica em suspenso, uma pergunta: por que, dentro de um conjunto tão grande de elementos pré-discursivos (memória social, memória cognitiva, condições de produção etc.), apenas alguns conteúdos serão mobilizados enquanto outros não, permanecendo na latência? Vamos refletir um pouco sobre essa questão.

O primeiro aspecto a ser observado é que o pré-discurso já foi discurso, ou

⁶² Le terme *prédiscoursif* est ici employé dans son usage minimal, définissable simplement comme « ce qui relève de ce qui se passe avant le discours » ; il alterne d'ailleurs souvent dans les études argumentatives avec les termes *préalable* ou *extradiscoursif*. Decidimos traduzir *préalable* por *conhecimento prévio* uma vez que não existe um termo em português satisfatório para o original em francês, além disso, é um conceito mais conhecido por lingüistas e analistas do discurso brasileiros.

seja, que ambos os estados (o presente e o passado) compartilham da mesma natureza, distinguindo-se em momentos de existência distintos, ou melhor dizendo, o pré-discurso é virtual e o discurso é realizado, mas o realizado, passa depois a ser pré-discurso. A distinção entre o dito e o a dizer é muito tênue, é difícil dizer com precisão quando um dito migra para um dizer: na verdade, temos uma nuvem de dizeres que constituem o já dito. Há uma grande tentação para que pensemos que o pré-discursivo seja coletivo, e que sua atualização seja um ato individual. Do ponto de vista enunciativo, trata-se sim de um trabalho individual, mas, do ponto de vista discursivo, não. Os sujeitos enunciadore, na medida em que enunciam, trazem para seus enunciados o dito ou o a dizer, “o por vir” (*parvenir*)

Outro fator importante é que o pré-discurso constitui, enquanto conjunto de saberes, crenças, imagens etc., ou seja, a orientação para a interpretação daquilo que será dito. O nó, ao nosso, ver é a enunciação e a discursivização (o ato linguageiro), é o pôr em prática a língua e o discurso, estágio de uma total confluência de diferentes saberes e práticas. Pré-discurso e discurso são partes de um contínuo, mas segundo condições distintas, ambas imprescindíveis para os homens organizados em sociedade. As FDs são a face não-diacrônica do pré-discurso, o que implica em dizer que o pré-discurso contém a face diacrônica das FDs, ou melhor, as histórias que elas carregam e sem as quais não é possível existir interdiscurso.

Os sujeitos analisados, ao trazerem à sua memória um tema como o preconceito racial, fazem a associação entre raça e etnias a partir das características fenotípicas. Nesse caso, temos o exemplo de que as diferenças físicas e culturais foram tomadas pelo europeu branco para tornar o africano negro desigual. Toda a história da diferença entre o branco e o negro foi vivida e revivida pelos sujeitos e

levadas em forma de memória. O pré-discurso atualizado em discurso reconstrói o conceito da diferença e da desigualdade, mas, dessa vez, com outras memórias, como por exemplo, a de luta pelos direitos humanos, as políticas de inclusão etc. Essas outras memórias também atingem as relações de não-identidade/identidade. São as FDs constituídas diacronicamente juntamente com seu processamento de dados, fatos, interpretações, imagens (verbais ou não), que farão com que os sujeitos digam o que dizem. Um discurso preconceituoso sobre o negro faz parte do pré-discurso, de uma história construída ao longo da sucessão de vários enunciados anteriores. Podemos nos perguntar se o conceito de *dialogismo* (BAKHTIN, 1997) não poderia dar conta do pré-discurso. Absolutamente não, pois o pré-discurso contém o dialogismo no seu rol de elementos constitutivos, assim como o conceito de *memória*, que ainda está bastante próxima do senso comum e é subsumido pelo conceito de pré-discurso.

Aproveitamos a deixa dada pelo conceito de “memória” para introduzir outros dois, bastante úteis para se explicarem os fenômenos identificados nos textos. Moirand (2004) apresenta a idéia de que existe a *memória das palavras* e a *memória dos fatos*. Segundo esta autora, a “memória das palavras” não é tomada no sentido lexicológico que, muitas vezes, lhe é atribuído, mas no sentido do dialogismo bakhtiniano em que os membros de uma comunidade falante compartilham de sentidos comuns. Já a “memória dos fatos” está atrelada à memória interdiscursiva na qual estão marcadas as mobilidades de sentido entre os sujeitos. Um exemplo disso seria a resistência ou predileção que algum sujeito pudesse apresentar quanto ao uso de determinados termos do PD “negro”, como, por exemplo, “pessoa de pele negra”. Nesse caso, a memória das palavras, se um determinado grupo social utilizasse esse termo designativo, estaria atrelada a uma maneira de referenciar o

negro, de modo que os outros elementos do PD fariam parte da referência à memória dos fatos que, para um outro grupo, poderia soar como preconceito, enquanto para outro, como falta de respeito etc.

Aliando o pré-discursivo como condição geral de existência de sentidos, seja no âmbito de seu escopo referencial, seja no âmbito da memória, podemos compreender que o conceito de “noção”, conforme vimos em Culioli, constitui uma relação horizontal com outros termos, enquanto que a relação vertical é a memória associada também aos fatos. Isso nos permitiu construir o diagrama 8 que explica a constituição da relação “negro-criminalidade” constatada no *corpus*.

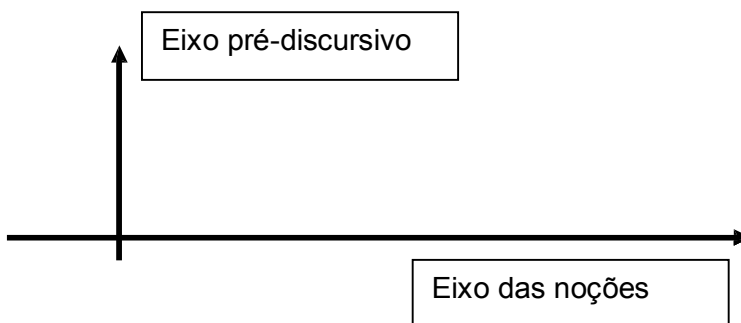


Diagrama 8: a relação entre os elementos pré-discursivos e as noções

7.2 Os discursos presentes nos textos

Uma das coisas que mais nos chamou a atenção no *corpus* analisado, além das alternâncias eruptivas, foi a maneira como o discurso que simula a inclusão do negro, na verdade, prega a exclusão ou pelo menos valida a exclusão já existente. O que percebemos, em termos enunciativos foi que a modalidade mais utilizada para excluir foi a 1pp, enquanto que a np serve de uma possibilidade enunciativa do não-compromisso, do não-dizer, do ser apenas um expectador dos fatos, criando a ilusão de distância (ventriloquismo enunciativo), o que não deixava também de ser uma

maneira de exclusão bastante velada.

A materialidade mais perceptível entre as alternâncias eruptivas e o discurso foram os elementos lexicais encontrados nos mapas de alternância. Mais do que simplesmente relacionar uma voz a um discurso preconceituoso, pudemos identificar as preferências desses discursos e perceber que as formas de designar o outro estão altamente comprometidas com as respectivas formações discursivas. Assim, passaremos a enumerar e tentar demonstrar quais as FDs presentes nos textos e quais os interdiscursos presentes na memória dos sujeitos.

Do ponto de vista prático, os textos analisados são espécimes representativos das FDs como resultados de seu componente pré-discursivo, o que nos faz inferir e afirmar que todas as enunciações efetivas categorizadas conforme a FD foram constituídas intersubjetivamente e os sujeitos apelaram à memória construída coletivamente como a verdade de sua época em termos foucaultianos. Isso quer dizer que, por mais que soe preconceituoso um determinado enunciado, tais sujeitos estão dizendo o que é possível dizer segundo as limitações de seu tempo. Nesse caso, época e tempo não dizem respeito à cronologia, mas à historicidade de suas vivências. Pré-julgar um discurso como retrógrado ou futurista é estabelecer valores que não auxiliam o analista em sua busca das dispersões. Falamos de memória, mas também sabemos que os “esquecimentos 1 e 2” são condições para que a memória exista. Essa aparente contradição se mostra produtiva se compreendermos que os sujeitos necessitam de “esquecer” para enunciar. Se não esquecesse, não seria possível enunciar, pois a auto-vigilância sobre o dizer tornaria o enunciador “mudo”, incapaz de crer que ele é fonte do dizer e que o dizer é transparente, por isso que Pêcheux, sabiamente, denomina essa relação de “ilusão necessária” conforme vimos no capítulo 3.

No âmbito das relações discursivas e interdiscursivas, Maingueneau (2005, p. 88) afirma: “É por sua formação discursiva e não por seus temas que se define a especificidade de um discurso”; dessa idéia, podemos entender porque os sujeitos não trataram de “cotas raciais”, mas de “racismo”, na maior parte dos enunciados. Temas como “racismo” “feminismo”, “aborto” etc., não constituem em si FDs, mas temas tratados nas FDs. Os temas a serem tratados são desencadeados pelas propostas de redação, sendo alguns sentidos constituídos pelos sujeitos e esses sentidos se inscrevem em determinadas FDs, as quais estão marcadas pelo pré-discurso. Passamos então a analisar essas FDs e a sua constituição pelos sentidos dos discursos.

7.3. As formações discursivas: racista e não-racista

Chegarmos à síntese das FDs presentes nos textos analisados não foi difícil e atribuímos essa facilidade a dois fatores: a) o primeiro, refere-se à facilidade do tema abordado pelos estudantes; b) o fato de que o exaustivo tratamento dos dados nos deu uma grande convicção dos conteúdos e dos efeitos de sentido sustentados pelos textos.

A primeira prova de que os sujeitos alternavam entre discursos de cunho preconceituoso e/ou racista foi a maneira como abordaram o tema proposto de redação. Ora, a questão era a criação de cotas raciais como uma forma de inclusão do negro no ensino superior e não necessariamente o racismo. Nesse sentido, por que, então, os sujeitos ativaram a memória sobre o preconceito racial? Está evidente que as cotas raciais são parte dos objetivos da discriminação positiva, mas o simples fato de se associar ao negro os discursos referentes à exclusão racial e social, tal qual os sujeitos demonstraram em seus discursos, evidenciou que a “memória das

palavras” e a “memória dos fatos”, assim como as noções, estão atreladas ao histórico de escravismo vivido no Brasil cujas seqüelas ainda permanecem. Além disso, como afirmamos há pouco, a especificidade do discurso está em como tratar o tema. Diante das análises, identificamos, pelo menos, duas FDs enunciadas e uma FD pressuposta pelo que permearam as produções de sentido e se apresentam nos textos: uma racista, mas camuflada, outra não-racista e a racista pressuposta. Aparentemente essas três FDs parecem bastante reducionistas do discurso, mas vamos perceber que recobrem certa complexidade que se constitui sobre o interdiscurso entre elas. Observaremos, então, como elas se revelaram pela materialidade nos textos.

Para facilitarmos nossa maneira de identificar os textos é preciso deixar claro, primeiramente, que o que chamaremos de FD1 (formação discursiva preconceituosa) é a constituída de enunciados sobre o outro, ou seja, sobre o negro. Tais enunciados comportam sentidos que caracterizam as pessoas negras como elementos inferiores, ou criminosos na sociedade, embora isso aconteça de maneira indireta e revestida de “boa intenção” no senso comum, ou melhor dizendo, de ilusão objetiva. Assim, estamos diante de uma cristalização do sentido em que o discurso opera os modos de assujeitamento dos indivíduos de modo inconsciente. Já a FD2 são os enunciados não preconceituosos e a FD3 é o discurso não enunciado e pressuposto do qual falaremos adiante com mais propriedade.

Os sujeitos enunciadorees dos textos não são preconceituosos objetivamente, ou melhor dizendo, de maneira assumida; aliás, podemos afirmar que eles têm uma imagem construída de si mesmos como pessoas tolerantes e sem preconceitos. É nesse aspecto que o discurso nos trai, por mais que objetivamente, ou que as operações do esquecimento número 1 atuam sobre nós, os nossos enunciados e

seus efeitos de sentido, revelando algumas verdades inconvenientes escondidas no inconsciente. Isso fica bastante claro nos momentos de alternância eruptiva, quando o discurso transmutava da np para a 1pp, sendo que os enunciados preconceituosos estavam mais instalados na 1pp. A rede de sentido preconceituoso revelado pela FD1 constituía-se de alguns significados que chamaremos de subsistemas. Cunhamos a expressão “subsistema” para evitar a proliferação de FDs, pois, para cada efeito de sentido, poderíamos lhe atribuir o *status* de FD e, então, teríamos um número tão grande de categorias que, além de inverossímeis, tornaria qualquer tema uma FD. Isso levaria a um resultado catastrófico de inoperância do conceito. Vejamos, então, alguns subsistemas de FD1.

7.3.1 A superioridade branca

A superioridade branca é um tema bastante presente nos textos analisados, que, infelizmente, está presente nos discursos sustentados pelos sujeitos e sua predominância aparece em 1pp, muito embora também em np haja vários vestígios seus. Nos enunciados analisados, a superioridade se revela através de um jogo de sentidos em que o enunciador não assume o racismo, mas, pelo contrário, ao enunciar, crê, objetivamente na igualdade entre as raças, povos, sexo etc. Contudo, na maneira de referenciar o outro, de lhe atribuir características, prevalece o efeito de sentido da superioridade branca, e isso é materialmente visível em exemplos como esses a seguir:

85) *São pessoas, seres humanos **iguais** a nós, rico, pobres, ladrões, trabalhadores e crianças, que muitas e muitas vezes, São esquecidas pela sociedade .*

86) *Os negros em nosso Brasil deveria ser igual aos brancos as mesmas atividade como nos empregos, se há emprego não à crime e daí caía o número de lotação nas grandes cadeias .*

O comparativo entre o branco e o negro é bastante denunciador de FD1, pois

neles o negro tem que passar a ser igual ao branco, logo há uma série de informações extraídas da pressuposição que levam ao efeito de sentido da superioridade branca. Eis as pressuposições: a) existe quem considere o negro um não-humano; b) logo, o humano é o branco; c) o branco está em posição privilegiada; d) o branco é parâmetro de sucesso. O efeito que se sustenta é o de que o negro está em uma situação desigual e que a almejada igualdade dependeria de sua condição de existência ser igual à do branco. Resta, então, a idéia de que um branco pobre acaba tendo mais oportunidades que um negro pobre.

Nesses discursos, há referência à igualdade; no entanto, como vimos no capítulo III, a “igualdade” depende de alguns parâmetros; em 85, a igualdade refere-se à espécie humana, ou seja, há o pressuposto de que o negro não pertence ao gênero humano; já em 86, o efeito é o de que o trabalhador negro deve ser como o trabalhador branco.

*87) O negro não deve ser excluído de nada ele deve ser tratado **igual** a todos nos .*

Ainda a referência à igualdade pode ser bastante elástica, como no enunciado 87, ficando pressuposta pelo interlocutor, na mesma perspectiva da qual fala Guespin em que o escopo do *nós* é muito grande. A qual igualdade o enunciador dessa frase se refere? Seria a de ser humano (negros são seres humanos iguais aos brancos), ou os negros devem ter o mesmo acesso ao trabalho que os brancos têm, ou ainda: os negros devem ter o mesmo acesso que o branco tem à saúde? Objetivamente não saberemos o que é “ser igual a nós”, mas sabemos que ser branco, no discurso desses enunciadores, é bem melhor do que ser negro. Provavelmente o sentido de igualdade, no exemplo anterior, contempla um vasto universo dos benefícios de quem vive na sociedade dos brancos. Ressalte-se ainda que o acesso à sociedade está baseado na perspectiva de que o branco é padrão e

os demais devem se enquadrar no mesmo.

Ainda o discurso da superioridade branca é sustentado pelas relações de inclusão e exclusão como vimos no capítulo anterior. As referências à “sociedade branca”, “aos nossos governantes”, ao “nosso país” em oposição a “eles (negros)” também tocam na posição privilegiada dos brancos que demonstra que os sujeitos enunciadorees dos textos, além de se colocarem na posição de brancos, também assumem um discurso excludente do negro e isso, na maioria dos casos, acontece na 1pp.

O discurso da superioridade branca fica por conta também do efeito de sentido da missão profética e salvadora dos brancos, ou seja, de que estes agem em prol dos negos, possibilitando a estes condições similares às do branco. A predominância dos casos em que o PD “negro” estava no papel temático de beneficiário e os itens do PD “branco” estavam como agentes é mais um fator relevante para a constituição do sentido da superioridade branca. Isso significa que somente quem está em condição de ajudar pode o fazer e, logo, o branco é que está encarregado dessa tarefa. Há ainda a predominância de “negro” ocupando o argumento de paciente, para ser comparado ou igualado ao branco como padrão de ser e de conduta. Os dados apontaram para algo bastante claro: os sujeitos enunciadorees alimentam algum tipo de preconceito racial, cujo discurso ideologicamente (no sentido em que abordamos neste trabalho) camuflou, escondeu, sublimou.

Infelizmente, tais sentidos que agora surgem através dos discursos de sujeitos medianos, ainda refletem como o preconceito racial é bastante intenso no Brasil, mas que se esgueira nas reentrâncias do discurso, o que é uma prática mais perniciosa que o preconceito assumido e declarado, pois este se mostra para ser

combatido, enquanto o outro se camufla e, por não se mostrar, consegue sobreviver.

7.3.2 O negro e a criminalidade

Um outro subsistema do preconceito é a constante associação do negro à criminalidade. Surpreendentemente, vimos que ao fazer referência ao negro, os enunciadores, também referenciavam a criminalidade, como lembramos no capítulo V. Ao evocar a referência “negro” os sujeitos também evocaram a noção “crime” (prisão, bandido, traficante, crime, roubo etc.), mas, curiosamente, o grupo D que tinha por tema a relação “crime organizado e terrorismo” não citou qualquer elemento do paradigma “negro”.

Poderíamos dizer que a referenciação a “negro” simplesmente não existiu no Grupo D porque havia diferença entre os sujeitos dos *corpora*, e se não bastasse isso, cada grupo enunciou em momentos e contextos distintos. No entanto, essa não é a explicação para essa diferença entre os grupos de textos, pois a coleta de outros textos e com sujeito em situações distintas de enunciação apresentaram discurso muito semelhante ao do grupo A, como foi o caso dos grupos B e C. Além disso, em todos os grupos há uma grande semelhança entre os sujeitos informantes. A explicação para o fato de os textos do grupo D falarem de “crime”, mas não de “negro” pode ser devida a outros fatores: a) as condições de produção do discurso, no item tema, aciona a memória dos sujeitos para alguns sentidos que lhes são imputados; b) e, por conseguinte, os discursos afloram de acordo com a mobilização de um tipo específico de memória.

Diante dessa situação, vimos que a imagem do negro está associada, na memória dos sujeitos, à criminalidade, constituindo um perfil bastante preconceituoso no sentido mais original do termo, ou seja, que o negro é visto como tendo propensão à criminalidade, como ilustram os exemplos abaixo:

88) Os **crimes** que acontecem em todo o Brasil ainda resgata a imagem do **negro**, porém é um país que não há racismo .

89) Geralmente são sujeitos a passar o resto de suas vida como empregados, ou até mesmo entram no mundo do **crime**, se envolvendo com drogas, passando de um mundo de cultura, para um mundo de marginalidade, sendo que muitos deles têm a capacidade de atuar numa Universidade, até mesmo em uma Universidade Estadual, pois por serem **negros**, na maioria das vezes, vêm de famílias humildes, que mal ganham para o seu sustento .

90) O povo brasileiro tem a visão que o **negro** é **bandido** que não é gente

Se a imagem do negro está associada ao crime e o crime não está associado ao negro, chegamos a uma condição de implicatura unilateral, o que indica que, na formação ideológica e identitária sobre o negro, além de inferior, ele é reputado como criminoso. A visão de propensão ao crime está associada à de marginalização pela exclusão social, em uma nítida concepção de que o sujeito, privado de suas necessidades básicas, tentará cometer crimes para sobreviver. É claro que esse tipo de visão é altamente estereotipada, superficial, constituída sobre meias verdades. Não podemos nos omitir e pensarmos que somente uma vida difícil, na qual as pessoas com histórico de pobreza e privação, pode influenciar um sujeito a aderir ao crime, pois adesão ao mundo da criminalidade é um movimento de adesão a um discurso, a uma FD. Pois o crime também é uma prática social, uma FD que contém os seus sistemas de restrições, como qualquer outra. Além disso, todos os discursos são proselitistas, tanto o tráfico de drogas que recruta seus soldados e colaboradores, ou uma organização religiosa, que recruta seus fiéis têm semelhanças nesse aspecto. Cada uma dessas instituições possui seus valores e verdades.

No caso do sujeito que adere ao discurso da justiça, da cidadania, do bem comum, ele não está imune ao discurso preconceituoso que inscreve o branco como padrão de justiça, de igualdade, de sociedade perfeita, como vimos anteriormente

nos exemplos. Poucos foram os textos que confessaram que a criminalidade não tem raça, mas a grande maioria dos textos deixa entrever que, necessariamente, o homem negro, em condições de subemprego é um marginal em potencial. Infelizmente e historicamente, muitos negros foram empurrados para marginalidade, mas o discurso acaba perpetuando essa perspectiva. A interpretação que os sujeitos fazem da realidade, quando assistem aos documentários sobre criminalidade nos grandes centros urbanos e vêem criminosos negros, é de prejudicar a estes. É claro que a proporção de negros e brancos em determinadas regiões do País é diferente. Imaginemos as periferias das grandes cidades ao sul do País, onde a população de afrodescendentes é menor, conseqüentemente, teremos menos negros envolvidos em crimes. Trata-se, não de uma questão de raça, mas de proporcionalidade populacional, ou seja, da quantidade de pessoas que habitam determinado espaço.

Ora, o discurso preconceituoso fará com que o sujeito mediano assumas as posições excludentes e da diferença entre si e o outro que foram construídas ao longo da história e fazem parte desse discurso. Temas tratados indiretamente como a inferioridade do negro e sua condição de criminoso em potencial, a necessidade de que os brancos civilizadores tragam conhecimento e cultura aos excluídos, entre outros temas preconceituosos constituem os valores de uma sociedade que ainda vive relações bastante desiguais e preconceituosas.

Como vimos no tópico que trata da construção da diferença (capítulo 3), sabemos que ela acontece através dos jogos simbólicos, e dentre os veículos mais potencializadores do simbólico, está a língua articulada. Por conta da relação estabelecida entre o protótipo “negro” (relembrando KLEIBER, 1984), a maioria dos enunciados que contemplam a noção “criminalidade”, houve co-ocorrência com negro, mais um argumento para comprovar que FD1 constitui uma voz

preconceituosa, como podemos constatar no gráfico a seguir:

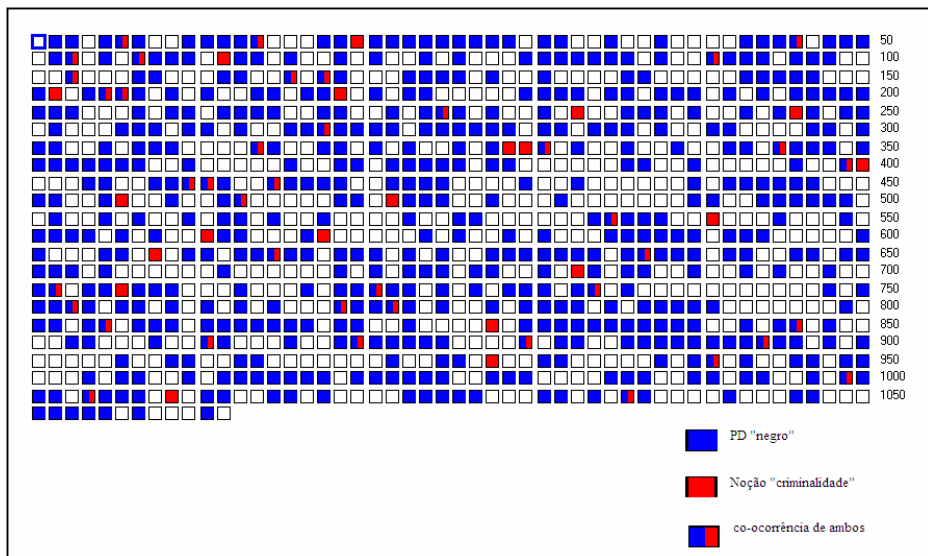


Gráfico 33 - Co-ocorrência do PD "negros" e da noção "criminalidade"

7.3.3 A igualdade essencialista

Outro subsistema de sentido bastante utilizado nos discursos dos informantes é crer e fazer crer que, essencialmente, os homens estão em pé de igualdade, no acaso estudado, que brancos e negros sempre foram e são iguais essencialmente. Esse discurso tem uma face bastante perversa: ele apaga os vestígios de que, historicamente, essas identidades foram construídas nas práticas cotidianas e, por conseguinte, negros e brancos tiveram rumos opostos dentro do capitalismo que se desenvolveu no Brasil a partir da Abolição da Escravatura. Afirmativas como as seguintes refletem as idéias de igualdade essencialista:

91) *Por isso, o acesso as universidades deve ser livre e de competência de cada um sem benefício a **negros, brancos, ricos ou pobres** .*

92) *Esse projeto faz que o racismo no país aumente pois dessa forma estaríamos diferenciando o **negro** do **branco** quando na verdade todos devem ter direitos iguais independente da sua cor .*

93) *Os brancos e os negros perante à **Deus** são todos iguais não sei porque existir isto, diferença de cor é normas do ser humano desde da época da escravidão .*

O que existe de apagamento ideológico na visão essencialista é crer que todos os homens são realmente iguais perante a lei. No conteúdo ideal deveria haver igualdade, não só de oportunidades, em todos os aspectos da formação de um ser humano. Isso porque a igualdade de oportunidade (concursos públicos, vestibulares) mascara a competitividade típica de nosso sistema de produção de bens materiais. Há uma espécie de darwinismo social, pois os melhores preparados para carreiras profissionais (que não são os negros estudantes da escola pública) competem nas mesmas circunstâncias que a esmagadora população brasileira por vagas nas universidades, nas entrevistas de emprego etc. A idéia de igualdade perante a lei é uma espécie de contradição de sentidos muito interessante, pois a lei veio para equilibrar as diferenças, ou seja, essencialmente ela já pressupõe que dois indivíduos estão em condições distintas e que a superação do conflito entre classes ou grupos deve chegar a termo através da pacificação das lutas de classe, seja essa paz através da negociação, dos AIE, ou dos ARE. Nesse esforço de pacificação, não há a preocupação com os pesos e as medidas, pois basta vermos que cada período histórico e cada povo teve e tem seus princípios jurídicos pautados nas suas próprias estruturas sociais e culturais, como no caso em que alguns países islâmicos usam a pena de lapidação contra mulheres acusadas de adultério, prática inconcebível no direito ocidental, mesmo em países em que há a pena de morte. Primeiramente a lapidação não constitui uma pena que respeite os direitos humanos no conceito ocidental, além do que o adultério não é tido como crime na maioria dos países ocidentais. As cotas raciais, como parte da política de inclusão, pressupõem a diferença existente entre os negros e brancos, além do que, no sistema jurídico de países que reconhecem a discriminação racial como constituinte de sua história, como por exemplo os EUA, tal assunto não é um tabu, como seria em outros países.

No final, o efeito de sentido do tema da igualdade reforça o preconceito à medida que apregoa que todos os homens são iguais, mas que, nas práticas sócio-econômicas, jurídicas e culturais as diferenças se tornam desigualdades a todo instante. Isso porque a idéia é de que o negro tenha a mesma oportunidade que o branco, o que confere ao negro a competência para fazer algo que nem sempre está ao seu alcance. É como colocar em competição um atleta que foi preparado para correr cem metros rasos junto com um atleta de final de semana. É o que acontece quando estudantes de diferentes origens e formações são colocados para disputar, em pé de “igualdade” a mesma vaga na universidade.

A situação de igualdade entre negros e brancos não existe, logo reputar ao negro a responsabilidade total de seu destino individualmente é lhe atribuir uma responsabilidade solitária e não solidária. Afirmar que negros e brancos são iguais é uma forma de mascaramento das diferenças através de discurso pretensamente “democrático”, para pré-construir a imagem de que todos são iguais e gozam das mesmas oportunidades, como se o indivíduo não progredisse na escala social porque não aproveitou as oportunidades. Os enunciados niveladores da igualdade remetem ao discurso que só acentua as diferenças entre as classes, pois o darwinismo social, tema que sustenta a FD da superioridade, se efetiva no momento em que coloca em competição dois indivíduos muito desiguais para o tipo de prova que devem realizar. Dizer que ambos sujeitos gozam de benefícios somente pelo fato de serem humanos não assegura igualdade em todas as práticas sociais. Efetivamente, esse pensamento privilegia o mais “forte” e penaliza o mais “fraco” que, no caso, são aqueles que, historicamente, foram colocados à margem em várias situações, como na educação, no trabalho, na cultura e na religião. A suposta igualdade entre os sujeitos brancos e negros recobre a desigualdade e promove um

simulacro de democracia e inclusão, escamoteando a competição desigual. Sempre é o branco quem, na prática, está com a vantagem em virtude do que se construiu historicamente nas sociedades herdeiras do passado escravista.

7.3.4 Os discursos não-racistas

Nas relações interdiscursivas presentes, alguns discursos se inscrevem na FD2, que é de conteúdo não-preconceituoso, ou melhor, não-racista. Os subsistemas dessa formação discursiva se inscrevem em sentidos contrários aos já estudados no item anterior, ou simplesmente, não fazem referência direta ou indireta à superioridade do branco, à criminalidade do negro ou à igualdade essencialista. Assim, encontramos subsistemas de sentido como: enaltecimento das qualidades dos negros e denúncia do racismo.

A distinção entre o discurso racista e não-racista abre margem para uma interpretação sobre o enunciado e os enunciadores. Vimos que alguns enunciados inscritos em FD1 o fazem através dos esquecimentos que recobrem a FI racista. As relações inclusivas e exclusivas, nas quais os enunciadores assumem os discurso na np ou na 1pp, são marcas dessas relações. No caso dos efeitos de sentido de FD2, temos os sujeitos que denunciam a existência do racismo, assumindo explicitamente não compartilhar dela. Esse afastamento do enunciado é explicitado sob a condição de que um enunciado não compartilha de FD1 em uma referência interdiscursiva a práticas racistas, ou seja, pelo dizer está pressuposto o racismo em um outro lugar, através de um outro sujeito:

94) Muitas empresas, instituições e pessoas ainda faz distinção e desvaloriza o homem de cor negra.

95) Quantos negros são punidos pela lei, sem ter culpa de nada, talvez até pagando por um erro de outra pessoa. O que pode observar é que com o passar do tempo a lei diz reduzir a desigualdade, promovendo o bem sem olhar a quem.

96) *Outro exemplo é a nossa polícia de hoje, não pode ver uma pessoa de cor e já pede para ir encostando na parede, achando que é um bandido ou coisa assim.*

97) *No mundo atual em que vivemos, os negros passam por desigualdades sociais, culturais, havendo preconceitos dentro da raça e discriminação.*

Estamos falando de preconceito e racismo identificados nos enunciados e não nos sujeitos, o que se explica pelo fato de um mesmo sujeito empírico ser constituído de vários outros sujeitos; com efeito, são os sujeitos fragmentados, que se inscrevem alternadamente em uma ou outra FD. Para identificarmos as FDs presentes, também é necessário identificarem-se as relações interdiscursivas, como observamos no capítulo II. Maingueneau (2005, p. 189) é bastante radical ao se referir às relações interdiscursivas:

É forçoso, pois definir unidades semânticas, separar um interior de um exterior, mas também admitir que esse dentro é de fato um fora. Em dois sentidos: porque, no espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investindo o dentro, pelo próprio gesto de expulsá-lo; e porque, através de seu sistema de restrições, o discurso se encontra engajado em uma reversibilidade essencial com grupos, instituições, e, igualmente, com outros campos. *Não há imagem simples que torne isso visível.* (grifo nosso)

A falta de uma imagem clara sobre o fenômeno não implica que ele seja incompreensível e que não enxerguemos, pelo menos em discursos cotidianos, como os analisados neste trabalho. Em sujeitos medianos, saídos de nossas escolas públicas, afetados, em sua maior parte, pela mídia de massa e que lêem pouco, vemos indivíduos afetados por uma memória discursiva bastante comprometida com práticas preconceituosas revestidas do apagamento de seus conteúdos, como nas frases do subsistema “criminalidade”. Da mesma forma que os enunciados de FD2 só existem porque houve uma reação à FD1, eles estão intimamente ligados, sem serem iguais, o que fica patente é que nenhuma FD sobrevive sem que outra lhe sirva de mote. Esse mote é a base para os “sistemas de restrições” dos quais fala Maingueneau (2005, p. 49):

O sistema de restrições semânticas que teremos que definir não visa, de forma alguma, a engendrar fases gramaticais, mas a definir operadores de individuação, um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada.

De modo prático, poderíamos dizer que as FDs presentes nos textos dos sujeitos comportam restrições semânticas que são da ordem do discurso, o que significa dizer que a oposição, nesse contexto, é bastante específica: não se trata de restrições muito claras como no caso da obra de Maingueneau, em que ele trata das oposições entre discurso “humanista devoto” e o discurso “jansenista”. Há pelo menos três FDs em trabalho mútuo de restrições nos dados analisados, com o que passamos a integrar o conjunto com mais uma FD bastante distinta em conteúdo e natureza do que estivemos tratando.

Essa terceira FD é pressuposta pelas duas mais evidentes. Isso acontece pelo seguinte fato: em FD1, há uma luta para se incluir o negro pelo viés do branco, mas sempre em um processo de inclusão pela repulsa do que vem anteriormente. Com isso, essa FD torna-se uma contradição em si; em todo caso, ela procura se opor a uma FD preconceituosa e explícita, que chamaremos de FD3, conforme já anunciado. No caso de FD2, que denuncia o racismo e enaltece o negro, temos uma nítida oposição à FD3, como nos enunciados acima; mas FD1 e FD2 não estão em oposição mútua entre si, mas estão em oposição à FD3. Como seriam, então, as relações de sentido nessas três FDs? Vamos tentar ilustrar através de um quadro em que parafraseamos um enunciado e colocamos suas oposições:

FD1	FD2	FD3
Preconceito velado	Não-preconceito	Preconceito assumido
<i>Os negros em nosso Brasil deveriam ser iguais aos brancos, terem as mesmas condições de emprego.</i>	<i>Todos em nosso Brasil deveriam ser iguais, terem as mesmas condições de emprego.</i>	<i>Os negros em nosso Brasil não deveriam ser iguais aos brancos, nem terem as mesmas condições de emprego.</i>

Quadro 13: parafrases de discursos preconceituosos

Nenhum enunciado surgiu em FD3, mas ela estava pressuposta pelos demais, assim, toda vez que um enunciador designava o negro e sua condição de discriminado, havia a pressuposição das ações deliberadamente discriminadoras, da mesma forma que, em toda a vez que um sujeito enunciava dizendo que “o negro deve ser incluído na nossa sociedade” ,havia duas informações importantes: i) o negro estava fora da sociedade; ii) a sociedade é dos brancos e estes determinam quem deve entrar. No caso de FD3, existem vários subsistemas, mas que operam as restrições entre si de maneira bastante diversa, embora a coerência do sistema seja mais clara, ou seja: todos os enunciados emanados de uma FD como essa são assumidamente racistas, muito embora nenhum sujeito da pesquisa os tenha enunciado; assim é que a sua pura pressuposição faz-nos perceber que eles existem mesmo que não evidenciem textualmente. A sua evidência é a própria denegação, como se o sujeito dissesse: “Não concordamos com as pessoas que afirmam que os negros são inferiores”; nesse caso, o sujeito afirma a existência de um dizer ao negar que concorda com ele. A restrição contida em FD1 em relação à FD3 é de negar a discriminação, reforçando-a através da valorização do branco que serve de parâmetro como vimos anteriormente.

Vale observar ainda que vários enunciados ou, melhor, unidades enunciativas (textos), continham FD1 e FD2 alternadamente, como demonstra o exemplo abaixo:

*(Grupo A, texto4) Presente tais opiniões, o negro tem uma grande desvantagem no Brasil; pois ainda existem muitas pessoas racista.
 Há tempos que as autoridades políticas vêm falando em melhoramento aos atendimentos, relação aos negros, mas nas grandes cidades, os negros são vistos como marginais, ladrões e são muito discriminados, até por próprios negros.
 O Brasil tem que melhorar, e colocar os negros em igualdade com o branco, a sociedade negra vive com sua maioria em favelas, periferias e com baixa renda. Por ocorrência dessa baixa renda as crianças, já crescem com a marginalidade, isso não pode acontecer, somos todos filhos de Deus, obedecemos à mesma regra, por que os brancos são melhores que os negros.
 No Brasil, há uma percentagem enorme de negros, e tende a aumentar cada vez mais.*

Estudando estas normas, os órgãos de ensino estão dando grande prioridade ao negro, para ingressar no trabalho e na educação.

O texto 4 do grupo A revela, além da alternância eruptiva, a composição com mais de uma FD, como é o caso de encontrarmos referência a FD1 e FD2; assim, temos, seguramente, mais de 70% dos textos com a presença material das duas FDs, o que confirma o sujeito fragmentado tanto na enunciação (alternância) quanto nas filiações discursivas, demonstrando que se trata de um comportamento muito comum dos sujeitos afetados por diferentes FDs e FIs.

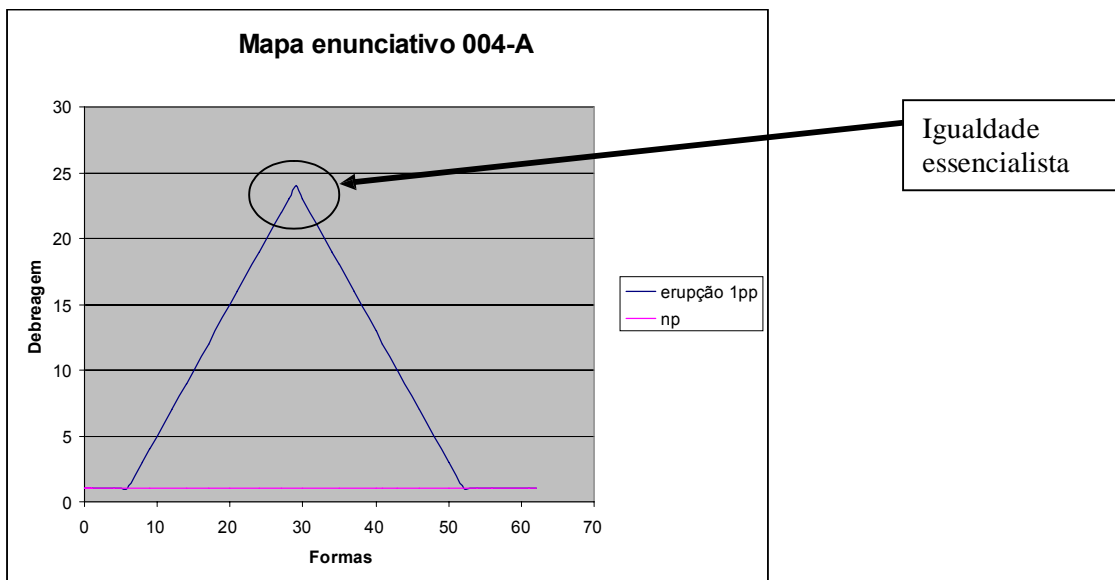


Gráfico 34 - Análise das erupções em 004-A)

O gráfico acima representa a alternância e indica a erupção 1pp, na qual o discurso se mostra preconceituoso. Vemos a convivência dissimulada do discurso racista em meio ao discurso não-racista, sendo que a alternância não é regra para isso, mas proporciona efeitos de sentidos que constituem algumas maneiras excludentes, como no uso da 1pp. Finalmente, esse comportamento do discurso não

pertence ao grupo A apenas, mas os demais grupos também sustentam as três FDs de maneira proporcional entre si. O mais importante, nesse caso, é perceber que a alternância eruptiva leva a efeitos de sentidos de inclusão e exclusão e que os sujeitos, ao se comportarem dessa maneira, estão sendo inconscientemente preconceituosos e demonstrando que a ideologia provoca os efeitos de sentido utilizando-se de elementos enunciativos (alternâncias), semânticos (referência e PDs) e semânticos-sintáticos (papel temático).

7.4 A dêixis e as FDs

Considerando o nosso conceito amplo de dêixis, como observado no capítulo I, percebemos que a localização dos enunciados comporta uma tal complexidade discursiva no que diz respeito ao preenchimento de referência que abre brechas para incompletude do sentido. Consideramos esse processo complexo, porque seu preenchimento não é simplesmente uma operação semântica referencial, e existe como base dos sentidos sem dúvida, mas o que preencherá o sentido de um “eles” em np é uma referência que pode ser “branco”, “negro”, “governantes”, “brasileiros”. O “preenchimento” dessas referências não é a simples operação do “complete a frase”, ou o simples procedimento de preenchimento da referenciação dêitica, mas de um procedimento discursivo. Exemplo disso são os possessivos e os demonstrativos como localizadores do enunciador, do enunciado e do enunciatário em posições sociais.

Essas localizações dêiticas, por si só, não seriam capazes de produzir os efeitos de sentido; assim, a dêixis, nos casos analisados, é um mecanismo enunciativo bastante flexível e que se mostra altamente produtivo em termos de efeitos de sentido. Não pretendemos esgotar o assunto nestas poucas linhas, mas seguramente os textos apresentam a materialidade que confere aos elementos

dêiticos a entrada para a referenciação das identidades: “eu X eles”, “nós X eles” ou “Ø X eles”. No caso de “zero”, o preenchimento é pressuposto, como no exemplo:

98) *Hoje em dia há muita discriminação com os negros, **eles** são iguais a todos, o que muda é a sua cor que muitas pessoas desvalorizam*

Em um caso corriqueiro de enunciação em np, como no exemplo 98, não há a oposição explícita do enunciador em termos de elementos dêiticos. Isso implica em dizer que a localização do “ele” é uma debreagem enunciva, pois atribui a um ser do enunciado uma ação, estado ou processo e não ao ente enunciador que fica distante; além disso, a debreagem enunciva, assim como a embreagem enunciva são procedimentos constitutivos do ventriloquismo enunciativo (“quarta pessoa” para INDURSKY, 1997). O que demonstra que a ausência de elementos que fazem a localização de 1ps e 1pp são também identificadores, ou dêiticos, de um ente que fica na penumbra da enunciação, mas que é real: a np é a marca Ø (zero) do enunciador, ou melhor, é a referência “zero” do sujeito-enunciador.

Em nossa perspectiva, o sujeito empírico cria, no momento da enunciação, a referência ao sujeito do enunciado que pode coincidir ou não com o sujeito empírico. Imaginemos que um ator, enquanto está representando, enuncia, mas não é o sujeito em si, mas o suporte para a personagem. O *quadro 4* demonstra o palco da enunciação, no qual o sujeito empírico, se torna “sempre-já-sujeito” das diferentes *posições sociais*. O fato de alternar está também intimamente ligado a esse fenômeno, mas tal conteúdo fica para outro estudo que se aprofunde nesse tema. No caso, só identificamos que os sujeitos empíricos e os sujeitos enunciativos desses textos são entes distintos, pois o sujeito enunciativo é que se coloca na situação de avaliado, ou melhor, de candidato a uma vaga no ensino superior.

Enfim, a dêixis, nesses casos, localiza pela presença ou pela ausência e localiza, pela oposição entre o sujeito-enunciador (Ø, “eu”, “nós”) X (eles¹, eles²,

eles³), com os quais esse mesmo sujeito-enunciador pode estabelecer alianças ou repulsas, dependendo do enunciado e dos efeitos de sentido que eles desencadeiam, como já abordado anteriormente. Enquanto mecanismo de localização (*repérage*), os dêiticos se prestaram ao papel discursivo e identitário, haja vista que a relação entre enunciador e ente enunciado pode ser preenchida de vários efeitos de sentido, o que não foi diferente nos textos analisados que provocaram efeitos como de inclusão/exclusão.

7.5 Movimentos eruptivos, FDs e inconsciente

De modo algum os movimentos eruptivos devem ser reputados a uma mente estrategista, nem ao mero acaso. O organizador desse fenômeno é, com grande margem de certeza, o inconsciente. E apresentaremos os motivos pelos quais afirmamos que seja ele o “mentor” desse processo. O primeiro motivo é que a ideologia, constituinte dos sujeitos, opera no inconsciente e as modalidades enunciativas, enquanto elemento da linguagem, servem à propositura desses efeitos. A prova de que a alternância eruptiva está presente como resultado de um processo enunciativo inconsciente é o fato de o racismo, no Brasil, ser um tabu, pois a nossa sociedade, tem uma auto-imagem bastante positiva em termos de tolerância às diferenças, mas isso não implica em que a tolerância se concretize em outras práticas sociais, que não as languageiras.

Um segundo motivo é que os sujeitos, ao longo da vida escolar, receberam a instrução de não alternarem, de manterem a uniformidade nos textos. Diríamos que, conscientemente, os sujeitos estão instruídos a produzirem textos conforme uma determinada técnica própria do gênero analisado; no entanto, as alternâncias acontecem, elas escampam à revisão, e não se trata de desatenção. Não ignoramos a possibilidade de que alguns sujeitos tenham conscientemente revisado seus

textos, mas o número de textos com uniformidade é pequeno em relação àqueles que efetivamente produziram algum tipo de erupção. Alternar não é, na maioria dos casos, uma forma estratégica consciente do sujeito empírico, mas uma maneira de o sujeito-enunciador constituir os efeitos de inclusão e exclusão próprios da FD à qual pertence o enunciado. Mais uma vez, nos deparamos com o sujeito constitutivamente fragmentado, contraditório e essencialmente dialético, cuja alternância eruptiva é uma prova bastante contundente.

Da mesma forma que os sujeitos não alternaram motivados pela consciência ou por uma movimentação estratégica, os discursos preconceituosos também não fazem parte da “consciência” desses sujeitos, o que se comprova pelo fato da FD1 se opor em um nível de sentido mais explícito à FD3. Muito embora a oposição seja explícita, os temas “igualdade essencialista”, “criminalidade”, “supremacia branca” levaram os sujeitos a revelarem o que, realmente e inconscientemente, está em seus enunciados: a desigualdade entre raças. Para todos os efeitos, ao dizer que o negro deve chegar à igualdade de um branco revela um sentido semelhante ao enunciado: “José é um negro de alma branca.”

Os sentidos sustentados nos textos revelaram, através das alternâncias, as diferentes posições assumidas pelos sujeitos. E o mais importante: as erupções aconteceram dentro de um mesmo texto, como revela o gráfico 2. Nas relações interdiscursivas, devemos perceber que não temos dois grupos lutando pela sua hegemonia e, mais uma vez, evocamos Maingueneau (2005), porque os sujeitos, não defendem teses sobre a criação ou não de quotas raciais para a discriminação positiva. Todos esses sujeitos assumem posições objetivamente anti-racistas, mas com deslizes em que deixam entrever seus discursos preconceituosos. É interessante notar-se que, objetivamente, o anti-racismo, ou melhor, a FD2 seria o

politicamente correto e por isso está no nível do consciente, enquanto que o politicamente incorreto ocupa a inconsciência como a materialidade do sentido demonstrou quando fizemos as análises da enunciação (inclusão, exclusão, silêncio, apagamento, posições dos PDs nos papéis temáticos). Em suma, FD1 existe no inconsciente e é enunciada, FD2 existe no consciente e é enunciada e FD3 existe tanto na zona do inconsciente quanto do consciente e é pressuposta pelas outras FDs.

7.6 A identidade dos sujeitos

O capítulo 7 comporta uma espécie de pré-conclusão de nossas pesquisas e o que virá depois dele serão outras observações colhidas do tratamento do texto que revelaram sentidos importantes, mas não tão relevantes. É mister observarmos que a construção das identidades é simbólica, histórica e que a sua principal ferramenta é a linguagem. Perguntamo-nos se haveria identificação entre os 464 sujeitos enunciadore dos textos, se eles se inscreviam em FDs semelhantes e, para tal, deveriam apresentar a materialidade do discurso que permitisse ao pesquisador dizer que compartilham de uma mesma memória. Por isso, a análise da massa de textos demonstrou que todos os sujeitos apresentaram semelhanças, que estatisticamente puderam ser observadas nos gráficos.

Vimos que há 464 textos, também 464 sujeitos empíricos, mas que correspondem a um perfil médio de enunciadores historicamente constituídos. E tais sujeitos somente existiram porque um outro diferente deles existe também. É possível encontrar então um fio que une esses indivíduos com uma identidade? O que nos permite dizer que esses sujeitos têm identidade? Como podemos afirmar que existe uma identidade além da de brasileiros, falantes de português do Brasil? Diríamos que as identidades construídas são múltiplas e representam uma grande

variação tais quais as previstas nas possibilidades de posições sociais que os sujeitos possam ocupar.

O primeiro fator é o da enunciação. Todos os grupos de texto tiveram um percentual acentuado de alternância eruptiva, com exceção do grupo D, que apresentou uma quantidade menor de alternância e a explicação para esse fato é que o tema abordado para essa produção não contemplava um conteúdo que tocasse no senso identitário dos enunciadores (observar a regra I da sinalética das identidades, capítulo VI). Exemplo de que a regra I vale é o fato de que os enunciadores do grupo D não se identificassem em uma relação de oposição como “cidadão de bem X criminoso (traficante ou terrorista)”. Para os sujeitos desse grupo, não há dúvida quanto às oposições, e as relações conflituosas entre essas duas classes.

Contudo, nos outros textos, obtivemos a possibilidade de 15% a mais de alternâncias eruptivas, ou seja, os sujeitos enunciadores, em todos os grupos, tinham uma grande tendência para a alternância. Isso nos leva a inferir que os sujeitos da pesquisa e talvez a grande maioria dos enunciadores, ao se depararem com temas relacionados às identidades raciais e culturais são levados a alternarem mais. A resposta para essa tendência é bastante óbvia: os sujeitos têm necessidade de demarcar o que é o mesmo e o que não o é, quando identidades estão em conflito. Na relação “negro X branco”, temos uma relação conflituosa; no grupo D, não temos essa relação, pois os enunciadores se distanciaram o possível de questões culturais da identidade, porque o tema não era propício a esse tipo de retomada. Mais uma vez, estamos diante da comprovação de que as regras sinaléticas I e II do capítulo VI existem enquanto jogo pragmático e enunciativo. Ademais, fica patente a concepção de que, para se chegar à identidade, é preciso

dizer primeiro do outro e não do mesmo.

Simplesmente para referenciar o outro não basta dizer quem é o mesmo. Ao identificar o outro, estamos também colocando-o em algum papel, dizendo qual é o seu lugar e o que deve ou não deve fazer: trata-se da atribuição de papéis sociais que o elemento enunciado ganhará. Como vimos em vários outros momentos: referenciar o outro não é um simples apontar na realidade, mas um apontar repleto de discurso, efeitos de sentido, enfim, de inscrições em FDs. Nesse caso, retomamos o quadro 5, em que expandimos o quadro dos jogos imagéticos de Pêcheux (capítulo IV). Trata-se de uma nítida relação entre o que o enunciador pensa e sobre o que ele faz, ou melhor, sobre o seu referente, no caso o negro e sua condição, pois vimos que as quotas raciais foi o objeto de discussão menos acessado pelos enunciadoreis.

Como já vimos anteriormente, as construções identitárias, normalmente se fundamentam nas oposições entre o mesmo e o outro, sendo por isso que encontramos enunciados que excluem o negro da sociedade (branco pertence, negro não pertence), que vêem o branco como alguém que pode ajudar o negro (branco tem competência para ajudar o negro, o negro não tem competência para se ajudar), isso ficou demonstrado nas análises, o que não ficou explícito, em termos da identidade, é a construída sobre o branco, já que o material mais rico é sobre o outro. No entanto, o que poderia parecer silêncio sobre a identidade do branco é na verdade a sua mais eloqüente afirmação, isso porque não falar sobre o mesmo, ou então não dizer o óbvio pode significar que um determinado conteúdo é aceito tacitamente. Logo, a missão salvífica do branco para com o negro, demonstrada até aqui, só reafirma a identidade do branco como aquele que está além das capacidade que o negro poderia ter.

Se o jogo identitário se fundamenta na relação de oposição (estrutural), já podemos perceber alguns contrários que colocam o branco em uma situação de vantagem sobre o negro através dos temas “igualdade essencialista”, “superioridade branca” e a “criminalidade”. Em se tratando de considerar que os sujeitos enunciadore se encontram na posição de branco, cumpre-nos analisar o que esses enunciadore falam de si mesmos. As primeiras análises, a partir da reflexão sobre o dados, indicam que eles se vêem como sujeitos democráticos não preconceituosos, superiores aos negros e cidadãos honestos. Nesse caso, trata-se da imagem construída do sujeito branco sobre si mesmo, pelo menos nos enunciados emanados da FD1. Já na FD2, há pouca tributação do preconceito racial aos “brancos” no enunciado, sendo que as únicas ocorrências que apresentam o branco como preconceituoso são os três seguintes:

99) *Podemos ressaltar que, as vezes o ato de **preconceito** racial, não vem somente de pessoas **brancas**, mais sim dos próprios negros que preferem não divulgar a sua raça apesar de evidente, pessoas de cores e raças distintas se relacionam a todo o momento, a única diferença é que os negros querem mais espaço em nossa sociedade, e querem ser mais reconhecidos.*

100) *Mesmo com os **preconceitos** onde **brancos** não admitiam negros estudarem juntos com eles .*

101) *Estão cada dia mais sendo **discriminados** pelo **branco** sem nenhuma posição na vida cotidiana .*

No entanto, tudo isso não é suficiente para se afirmar que a np seja uma modalidade enunciativa que comporta menos preconceito que outras. A quantidade de co-ocorrência do PD “branco” com noções de “preconceito” é bastante pequena também, o que constitui mais um argumento sobre a condição de impessoalidade dos predicados que poderiam atribuir ao sujeito “branco” os papéis de agente ou experienciador das noções relacionadas a “preconceito”. O mapa de seções a seguir

demonstra como são raras as co-ocorrências:

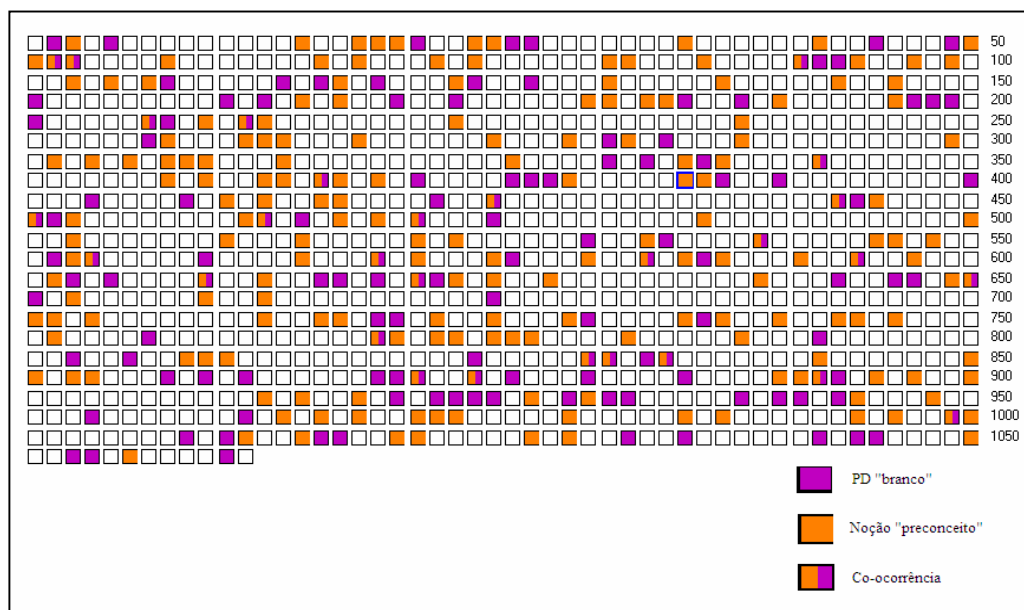


Gráfico 35 - Co-ocorrências do PD "branco" e da noção "preconceito"

A maioria dos enunciados que tratam do surgimento do preconceito, é impessoal:

*102) Apesar de tantos esforços feitos em favor da causa negra, ainda existe muito **preconceito** .*

Se a identidade do branco se revela em FD1 (preconceituosa), em FD2 o preconceito denunciado é impessoal, ou seja, pelo fato de não se atribuir as atitudes preconceituosas ao branco, há, nesse aspecto, algo muito revelador. A impessoalização da denúncia do preconceito que está presente na maneira como os enunciadores de FD2 tratam FD3 é reveladora da distância que os mesmos mantêm de assumir uma voz que os comprometa com o preconceito. Há uma manobra realizada pelo discurso que impede a atribuição de sentidos preconceituosos nesses tipos de enunciado, que revela a "astúcia" da enunciação e do discurso também. É como se os textos dissessem que "alguém" é preconceituoso, mas não se trata dos

sujeitos brancos, necessariamente, nem dos sujeitos enunciadores que, na verdade, são brancos, é como se houvesse um terceiro Outro preconceituoso, que sustenta a FD3. Trata-se de mais um argumento comprobatório de que os enunciadores estão na posição do “branco” e tentam escapar, de uma maneira bastante sutil, dos efeitos de sentido que poderiam denunciá-los como preconceituosos.

No que tange ao papel temático que os PDs assumem nos enunciados, devemos lembrar que, numericamente, o PD “negro” é muito mais rico em formas e em quantidade, enquanto PD “branco” é pobre e pequeno em ocorrências, se comparado a “negro”; logo, a quantidade de ocorrências e possibilidades de papéis temáticos é maior com o PD “negro”. Além dessa questão quantitativa, vimos que há uma regularidade de papéis temáticos como observamos no capítulo VI. Somando esses dois fatores e continuando na linha da oposição entre “branco” e “negro”, percebemos que, se há verbos que promovem a tematização de beneficiário, paciente e objeto, necessariamente, deve haver termos ou expressões que ocupem as posições de agente e de paciente também, ou seja, para cada beneficiário, um agente, para cada paciente em situação de comparação também um outro paciente e para cada objeto, também um outro agente.

Como vimos nos exemplos do capítulo VI, os pacientes são “negro” e “branco” em situações de comparação e, quando se tem “negro” ocupando os temas como beneficiário e objeto o “branco” é agente, ou simplesmente, a posição de agente não é tomada e fica na impessoalidade novamente. Mais uma vez, a tendência é que a impessoalidade omita o branco, ou seja, além da quantidade pequena de referência, natural nas oposições identitárias quando o mesmo fala de si, temos mais omissão da condição de branco como preconceituoso, ou como responsável pela situação. Insistimos em que isso não é a regra, mas a tendência do discurso.

Ao observarmos a identidade dos enunciadores, vimos que, mesmo a FD2 mantém uma restrição que se traduz em não enunciar o agente do preconceito, ou seja, o jogo de dissimulação e apagamento leva ao efeito indeterminação e a discriminação demonstra uma interdição com o entrecruzamento de FD3, ou melhor, os resquícios que esta FD deixou no discurso que se assumiria contra o preconceito. Não imputamos à FD2 a condição de preconceituosa, porque o simples apagamento dos agentes das ações não é suficiente para isso, mas demonstra que as FDs vivem de repulsas e pactos; neste caso, têm-se um pacto silencioso.

Outra conclusão à qual chegamos, ao analisar os textos e refletir sobre a construção da diferença é que, essencialmente, na construção das identidades as diferenças e/ou desigualdades serão inerentes à formação dos sentidos e, em nenhuma situação, dois grupos em condição de comparação serão imunes a algum tipo de valoração. O preconceito assumira aspectos, ou melhor, matizes diferentes para cada tipo de situação. É como discutir as nacionalidades, as torcidas organizadas, as turmas escolares, os grupos religiosos. Quando as imagens mútuas desses grupos sociais são construídas em termos de identidade, necessariamente estarão se constituindo também sentidos diferentes de valoração de um sobre o outro. A linguagem será o meio-existência mais eficiente para a simbolização de identidades e diferenças entre os grupos; logo, compreender as FDs preconceituosas ou não-preconceituosas, ou as FDs formantes desses enunciados permite ao analista traçar um mapa de como uma identidade enxerga a outra. Vale ressaltar que, para cada tipo de relação identitária, teremos também relações de sentido distintas, pois a memória atua como elemento regulador: se se tratam de torcidas organizadas, o ódio gratuito será um dos elementos; se se tratam de nacionalidades, as injustiças que cada uma acha ter sofrido no passado serão os

elementos reguladores, entre outros exemplos.

Nem sempre, no entanto, o enunciador reputará ao outro a condição de inferior, ou seja, nem sempre o discurso do mesmo se refere ao outro com temas depreciativos. Muitas vezes, o próprio enunciador constrói sentidos preconceituosos sobre a sua própria identidade; quando, por exemplo, enunciados reputam ao brasileiro a condição de subdesenvolvido, de malandro, preguiçoso etc., ou ainda, quando se reputa ao Brasil uma imagem apenas negativa, trazendo à memória o antigo tema herdado das identidades “Colônia X Metrópole”, de que tudo que é estrangeiro é melhor. Esse tema auto-depreciativo sobre a identidade brasileira é muito comum nos textos analisados, mas não nos deteremos nela. O importante é percebermos que a formação das identidades contém sempre um nível de preconceito muito variável, como também não exige o enunciador de se colocar em posição diferente do outro, tanto como “melhor” ou “pior”.

7.7 Alternância é constitutiva da enunciação

Ao observar os fenômenos languageiros presentes nos textos e após os diferentes tratamentos e testes destinados ao *corpus*, percebemos que a distinção entre enunciado e enunciação ainda é algo bastante produtivo para o tratamento dos fenômenos da linguagem.

Afirma-se, com frequência, que o enunciado é o dito, ou melhor, o produto da enunciação, enquanto a enunciação é a língua em funcionamento. De nossa parte, cremos ser isso verdadeiro, mas bastante simplista. Nós acreditamos que o enunciado tem uma existência dimensional linear por causa da natureza lingüística dos signos (cf. SAUSSURE, 1975), ou seja, o signo lingüístico acontece em sucessão, o que é inquestionável. Implica em dizer que uma palavra, uma frase, ou

quaisquer sintagmas acontecem de maneira linear e discreta através de oposições. Esse nosso posicionamento teórico reflete aquilo que dissemos no primeiro capítulo deste trabalho sobre as contribuições do estruturalismo para os estudos da linguagem.

A enunciação, por sua vez, tem uma existência multidimensional. Isso implica em dizer que ela não depende necessariamente da sucessão de signos e de sua hierarquização nas estruturas sintagmáticas. O que se tem com a enunciação são vários aspectos da instauração dos actantes, do tempo e do espaço, bem como o apelo à memória, ao interdiscurso, às expectativas de um sujeito embriagado de si mesmo e toda a gama de elementos que não sejam simplesmente do âmbito da estrutura lingüística. A multidimensão da enunciação é o “fora” complexo que permite ao “dentro” discreto fazer sentido. Nessa perspectiva, todos os elementos enunciativos (enunciatemas, cf. KERBRAT-ORECCHIONI, 1999), além dos cognitivos-discursivos (pré-discurso, cf. PAVEAU, 2006) cooperam para a condição de produção de efeitos de sentido.

Além disso, devemos ressaltar que a cena enunciativa também é um elemento de produção do sentido. Poderíamos dizer, então, que o linear e o sucessório são típicos do signo lingüístico e do que é lingüístico e concernente à língua exclusivamente? Sim, isso é inerente à língua, mas não à linguagem, não à enunciação, que dependem de vários fatores emanados de diferentes origens que se coadunam para que, enfim, os sentidos atinjam seus efeitos.

Foi por isso que nosso primeiro modelo de análise não conseguiu dar conta de compreender as alternâncias enunciativas, pois a primeira compreensão do fenômeno estava restrita a decidir exatamente onde estava a referência à pessoa enunciativa. Tal definição se mostrou muito improdutiva, porque, como a alternância

era um processo visível, mas não definível na dimensão enunciada (linear), mas na enunciativa (multidimensional), não era possível identificar onde começava e onde terminava cada uma das pessoas enunciativas. Foi assim, que chegamos à conclusão de que a base é a np enquanto as outras referências são “acidentes geológicos”, ou melhor dizendo, as erupções.

Em virtude da observação desses fatos, chegamos a uma prévia conclusão de que alternar é um fenômeno inerente à enunciação, e não um simples erro de trajeto, ou inabilidade do sujeito-enunciador. Esse fato é demonstrável a partir do momento em que se analisam outros textos que contêm também elementos de alternância e não são necessariamente produzidos por um falante de língua portuguesa ou um autor despreparado. A alternância existe por razões enunciativas e, como o discurso se sustenta na materialidade proporcionada pelos atos linguareiros, as FDs se valerão de todas as ferramentas enunciativas, semânticas, sintáticas que estiverem ao seu alcance para manter sua hegemonia e sua sobrevivência nos dizeres.

Tais considerações suscitam controvérsias: se alternar é inerente à enunciação, por que então manter a uniformidade não é também inerente a ela? Podemos dizer que a uniformidade e a não-uniformidade são possibilidades, mas a alternância é a que conta com maior chance de acontecer em certas circunstâncias do que a uniformidade, como os dados estatísticos demonstraram. A tese de que a alternância é inerente à enunciação tem implicações diretas nas questões referentes ao ensino-aprendizagem de língua materna; assim, em nossa opinião, o professor de língua, do mesmo modo que o revisor textos, não deve ter a preocupação da uniformidade, pois os sujeitos se deixarão entender, ela existindo ou não, contudo os efeitos de sentido, quando da alternância, esses sim devem ser observados com

maior atenção. A preocupação de ambos deve ser respeitada quando a alternância venha a prejudicar a compreensão do texto. Pelo menos nos textos analisados, muitos fatores fizeram deles textos de má qualidade, mas nenhum dos textos foram reputados de ruins simplesmente pela alternância. Aliás, um dos bons textos apresentou alternância nas três modalidades enunciativas.

Por outro lado não podemos pensar apenas na produção de textos com ou sem alternância, mas na sua circulação e recepção. No caso da escola, na qual os textos passam a ser didatizados e os próprios temas das aulas de Língua Portuguesa, o ensino poderia se voltar para lidar com questões mais amplas. Uma delas seria auxiliar o aprendiz de língua portuguesa a lidar com questões que vão desde a semântica referencial às questões do discurso, de modo a preparar os leitores a lidar com efeitos de sentido provindos da alternância eruptiva e fornecer-lhes estratégias para melhor compreender as formações discursivas com as quais têm contato. O estudo “das pessoas do discurso” e sua concordância, embora sejam necessárias, não são os únicos conteúdos e os mais importantes para leitores e produtores de texto em língua escrita, pois, se a alternância é inerente à enunciação, isso significa que os aprendizes também devem ser capazes de lidar com os efeitos de sentido provocados pelo fenômeno. Mesmo que a opção de ensino seja a mais conservadora (ensino da uniformidade na produção de textos), não se pode descartar a alternância eruptiva na leitura de textos políticos, publicitários etc. A escola também não deve reputar a alternância como um erro de quem não domina a língua escrita, ou os mecanismos de coesão textual, pois vimos não se tratar de equívoco no conceito entre “certo e errado”.

7.8 Identidade em construção: afrodescendente

Ao longo de uma breve pesquisa sobre o termo “afrodescendente” em artigos científicos e em edições do Governo Federal (material publicado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – www.presidencia.gov.br), encontramos as variantes afro-descendente e afrobrasileiro (afro-brasileiro) como termos designativos de negros, mas infelizmente, não encontramos explicações sobre o seu emprego, pelo menos por volta de que época ele surgiu, mas presumimos que tenha ganhado força a partir de meados da década de 1990, pelo menos, no Brasil. Ribeiro (2005, p. 185) apresenta um breve relato de pesquisas no âmbito educacional sobre políticas inclusivas e enumera vários trabalhos em que o termo “afrodescendente” surge ao longo dos anos de pesquisa, num exemplo de que tal designação é recente. Para o contexto de nossa pesquisa, foi bastante exemplar o salto qualitativo que o emprego do termo teve de um grupo para outro, como observamos no gráfico a seguir:

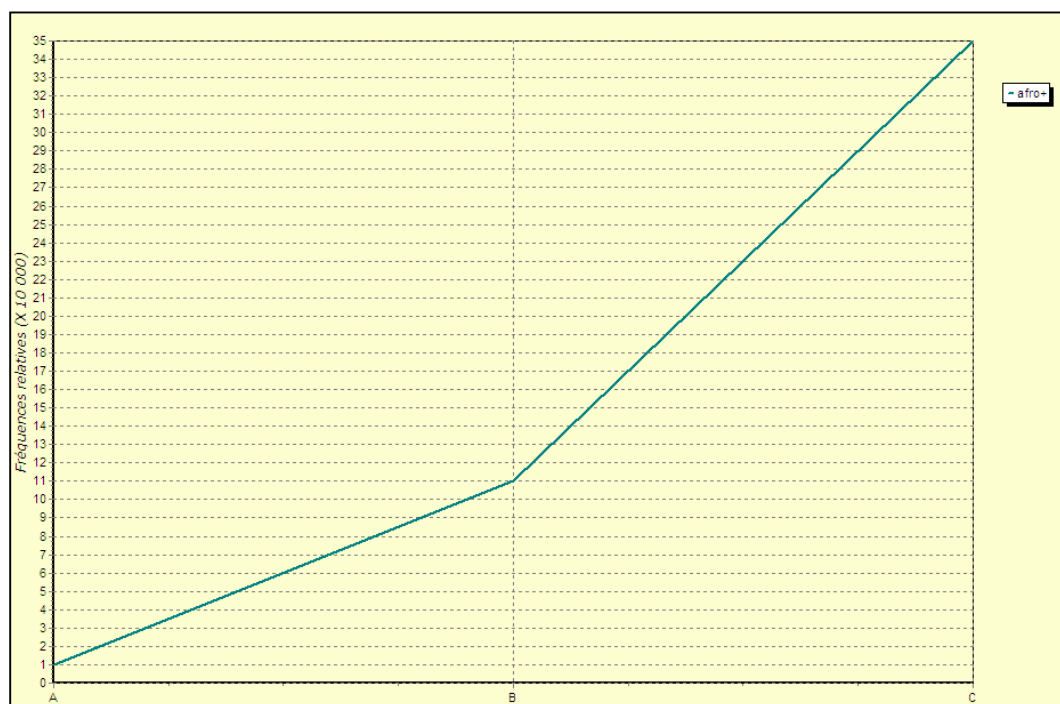


Gráfico 36: surgimento do termo afrodescendente

Sabemos que os textos do grupo A tiveram sua redação executada em 2003, enquanto os textos B e C, em 2007. Além disso, cumpre observar que A é o grupo maior dos textos, e apresenta uma quantidade muito baixa de referência a afrodescendente, enquanto B e C apresentam um número significativo de ocorrências do termo, mesmo que somados atinjam a quantidade de A. O que isso pode representar para nós? O gráfico indica que uma nova identidade étnico-racial está em construção na cultura brasileira e, com isso, novos discursos também surgem. Chegamos a essa conclusão observando que o lapso temporal entre um e outro grupo é bastante significativo, havendo um intervalo de 4 anos entre um e outro, período em que vimos se desenvolverem uma série de políticas promovidas pelo Governo Federal de discriminação positiva.

O surgimento dessa nova identidade não teve efeitos muito diretos sobre os textos analisados, mas constitui um assunto interessante para esta tese, haja vista que os discursos podem mudar rapidamente, mas as condições reais de sobrevivência dos grupos sociais, não. Isso implica em dizer que, embora, afrodescendente seja um termo politicamente correto, ainda se está longe da igualdade racial, ou seja, temos a modificação dos sentidos, mas o referente é o mesmo, ainda que o efeito de sentido seja outro. Afrodescendente evoca o conteúdo cultural, étnico e politizado dos negros no Brasil. Qual seria, então, a diferença entre enunciar “preto” e “afrodescendente”? A nosso ver, há a necessidade de pesquisas sobre o tema, mas, intuitivamente, poderíamos dizer que há uma distância muito grande entre quaisquer um dos elementos do PD “negro”, pois cada um deles, lembrando-nos sobre o conceito de “memória das palavras” evoca sua própria história. A olho nu, percebemos que um termo evoca o passado preconceituoso (preto), enquanto o outro identifica um grupo social que reivindica seus direitos e têm

identidade cultural (afrodescendente).

Como todos os sentidos estão em constante construção, os de “afro-brasileiro” ou “afrodescendente” não são diferentes; o que chama a atenção é a sua recente utilização, que acaba sendo bastante reveladora em relação à sua história recente. Outro fato interessante, também do ponto de vista dos contrários é compreender que não se encontra em discurso algum termos como *eurodescendente* para se referir à população branca. Logo, a própria referência a afrodescendente já lhe atribui um *status* de diferente, enquanto o branco é o comum e não precisa de um designador que evoque a sua origem. Curiosamente, “afrodescendente” evoca o passado estrangeiro, vamos assim dizer. Essa maneira de denominar o negro, faz ficar latente outros sentidos que servem de base para a compreensão dessa nova identidade: o branco não precisa de origem para ser incluso e fortalecer sua identidade. Resta latente a diferença: enquanto branco e indígena são brasileiros, “afrodescendente”, assim como “afro-brasileiro”, carregam a marca histórica da origem estrangeira, da deportação, do cativoiro.

Se, ao cunhar os termos “afrodescendente” e “afro-brasileiro”, seus enunciadores queriam resgatar a história e a identificação racial do negro brasileiro, conseguiram, mas a reboque, outros sentidos também se fazem presentes pelo estereótipo: o prefixo “afro”, referente ao continente Africano, retoma os estereótipos promovidos pelas outras noções de “Continente Pobre”, “Continente Selvagem”. Para nós, a nova identidade só é possível pelo tom politizado, pois a memória ainda está próxima da dura realidade dos navios negreiros, muito próxima dos séculos XV a XVII. É claro que essa memória pode, ao longo do tempo, tomar outros contornos, como aconteceu com o termo “negro”, que outrora tabu, hoje se inscreve no discurso politicamente correto.

Muito embora o tratamento do discurso tenha se incluído com mais especificidade neste capítulo, vemos que ao longo do trabalho o processo interpretativo das estruturas formais e semânticas apontavam para a direção da interpretação, pois foi a partir dessas estruturas que conseguimos identificar os temas constantes nas FDs tratadas. A relevância dessa discussão nos levou a ver que o óbvio não é tão perceptível como se crê comumente. O que já sabíamos sobre os discursos preconceituosos não se alterara muito essencialmente; mais uma vez comprovou-se que o discurso racista está presente. O que fizemos de relevante foi compreender quais foram os mecanismos enunciativos e discursivos por meio dos quais se manifestaram.

CONCLUSÃO

Poderíamos resumir nossa conclusão apenas em uma frase: as alternâncias eruptivas são constitutivas da enunciação a serviço das formações discursivas e conseqüentemente da construção das identidades. A simplicidade da afirmação recobre a complexidade do fenômeno, cuja compreensão foi facilitada pela interação das teorias e métodos orquestrada pela AD. Antes de discutirmos os resultados desta pesquisa, gostaríamos de reafirmar alguns pontos controversos da teoria, para em seguida abordarmos a interpretação do fenômeno.

A primeira questão é a relação teoria e prática, uma vez que se tratam de dois aspectos intimamente ligados e complementares, entendemos que o próprio fazer teórico se constitui em uma prática, pois se alimenta da observação e da reflexão, que não deixam de ser fazeres que necessitam de técnica. Os novos olhares lançados sobre essas questões foram possíveis porque procuramos esgotar ao máximo as relações entre a materialidade e o discurso como parte de nossa perspectiva científico-metodológica.

No caso de nossa pesquisa, desenvolvemos tanto a observação dos conceitos teóricos quanto a aplicação prática. Essa integração proporcionou a reflexão sobre a própria teoria a ponto de lançarmos um outro olhar sobre a enunciação, exemplo disso foi a concepção de que a *não pessoa* (debreagem enunciativa) é modalidade básica enunciativa, enquanto a debreagem enunciativa da *primeira pessoa do singular* e da *primeira pessoa do plural* constituem “acidentes” no sentido filosófico e geográfico do termo. O que nos levou a concluir que a “alternância eruptiva” é constitutiva da enunciação.

Essa primeira conclusão também nos levou a outras no fio da reflexão. Se a alternância é constitutiva da enunciação e se a alternância leva a efeitos de sentido,

há então um componente discursivo que aciona tal mecanismo em condições provocativas, ou seja, há condições discursivas que provocam uma maior ou menor alternância. No nosso caso, a primeira condição discursiva para tal foi a constituição das identidades, sendo a racial um dos exemplos que abordamos. Chegamos a uma média de 15% a mais de alternância em textos que discutiam as identidades raciais, e por analogia, talvez fosse possível identificar índice semelhante em textos que tratassem de outras identidades, mas isso fica para outra oportunidade de pesquisa.

No tocante à questão da identidade, formada simbolicamente (nos meandros da linguagem) e, conseqüentemente, fundada sobre determinados discursos, arquitetados ainda nas oposições, observamos que não bastava enunciar o outro para que o enunciador se constituísse como sujeito, era necessário que este atribuísse papéis tanto a si mesmo quanto ao outro. Isso porque as identidades, como vimos, são compostas pelas relações geralmente opositivas entre o “eu” e “ele”, ou entre “nós” e “eles”. Observamos que era necessário ao enunciador atribuir ao outro características e atitudes caracterizadoras, e esse tipo de atribuição foi muito marcante para pensarmos no discurso que os sujeitos brancos sustentam em relação ao negro. Isso ficou bastante perceptível no tocante às duas FDs, a racista e a não-racista, tratadas no capítulo VI. Ademais, o processo de designação, com relação aos PDs se mostrou bastante revelador em termos quantitativos e qualitativos.

Os dados observados corroboraram com a idéia dos três temas que são observáveis no discurso racista: a superioridade branca, a relação entre o negro e a criminalidade e a igualdade essencialista. Enquanto o discurso não-racista se sustentava apenas na igualdade de direitos e na não-agressão à identidade do negro, ficou bastante claro que existe uma relação entre os temas da FD racista e as

alternâncias enunciativas, não no sentido de dizermos que um tema proporciona mais ou menos ocorrências, mas que no cômputo geral, houve “preferências” do discurso pela voz da *np* conforme o observado nos capítulos V e VI. Os temas, como foi dito nos referidos capítulos, são caminhos pelos quais o discurso racista se sustenta dissimuladamente.

As alternâncias demonstraram de modo bastante claro que temos o resultado de um sujeito fragmentado, pois em um mesmo texto, houve várias alternâncias com efeitos de sentido distintos, proporcionando o efeito de diferentes filiações discursivas. Esse é mais um exemplo de que a alternância é constitutiva da enunciação, pois esta remete à fragmentação do seu enunciador, afetados por mais de uma FD.

Outro aspecto que não pode deixar de ser observado nesta tese é o resultado deste trabalho em razão das aplicações teóricas e práticas. No âmbito teórico vimos a revisão da enunciação bem como a comprovação da fragmentação do sujeito. Essas novas perspectivas contribuem efetivamente para a compreensão da enunciação e do discurso, por outro lado, como nosso *corpus* se baseou em textos produzidos no ambiente escolar, sentimos a liberdade de tecer algumas considerações sobre os resultados no ensino-aprendizagem de língua materna escrita.

Possivelmente, muitos professores, diante de nossas afirmações, venham a se questionar ou a nos questionar: “Devemos aceitar a alternância dentro do padrão culto de escrita? Podemos dizer aos estudantes que é possível aceitá-la em provas de vestibular, em textos formais etc?” Não podemos ser arrogantes crendo que a simples compreensão e interpretação dos dados nesta tese venham a modificar procedimentos discursivos e enunciativos que as instituições sustentam.

Acreditamos que os professores devem optar pelo esclarecimento de seus educandos e não pelo seu doutrinamento cego. O professor deve desenvolver junto com seus alunos a observação sobre as diferentes questões da referencialidade, e uma delas é essa alternância da referência ao sujeito-enunciador. Outro aspecto é demonstrar que em determinadas situações e contextos as instituições nas quais ou para as quais eles escrevem nem sempre verão com olhos tolerantes a alternância, da mesma forma com que se trata a questão da variação lingüística. Com certeza, para o ensino de estratégias de leitura, compreender as alternâncias pode ser um grande ganho do ponto de vista da competência para a interpretação e compreensão dos textos em seu contexto histórico, a fim de reconhecer as estratégias do discurso e da enunciação.

Para uma boa aplicação didática desse conhecimento, não podemos lidar com uma metodologia que pretenda apenas transpor o conteúdo desta tese para a sala de aula, mas sim, traduzir as reflexões sobre enunciação, discurso e identidade de modo adequado à formação dos estudantes com os quais se pretende explorar o conteúdo da alternância.

Há muito ainda ser explorado dentro da relação enunciação e discurso. Um deles seria perceber se o comportamento que identificamos nos diferentes grupos de texto analisados caberia em outro tema identitário como o religioso, sexual, trabalhista, entre outros. Embora estejamos longe de concluirmos o assunto, ou ainda diante da verdade de que nenhum assunto preenche a condição de finito, devemos concluir o texto e o fazemos lançando um próximo desafio que será tentar compreender a alternância em outros gêneros e tipos de discurso.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1970.

_____. *Sur la reproduction*. Paris: PUF, 1995.

AMOUSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____. (org) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28.

ARNAULD, A. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Cadernos de Estudos da Linguagem*, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990. Campinas.

BAYLON, C. & MAGNOT, X. *Initiation à la sémantique du langage*. [Sine loquo]: Nathan, 2002.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. G. G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Seuil, 1984.

BARONAS, R.L. Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre autoria. In: GREGOLIN, M.R et al (orgs). *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: Unesp e São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 73-88.

_____. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. *Estudos Lingüísticos XXXIV, São Carlos*, 2005, p. 732-737.

BARROS, J. D' A. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise Social*, Lisboa, n. 175, julho, 2005, p. 345-366.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak & Maria Luiza Neri. 3. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BIDERMAN, M. T. *Teoria lingüística*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica: ciência das significações*. Trad. Aída Ferras, et al. São Paulo: Educ, 1992.

BOSREDON, B. *Les titres des tabreaux*. PUF: Paris, 1997.

- CÂMARA, J. M. *Princípios de Lingüística Geral*. 6.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- CANÇADO, M. *Uma Aplicação da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos: Verbos Psicológicos*. *Revista do GEL*. Número Especial: Em Memória de Carlos Franchi. São Paulo: 2002, p. 93-127.
- _____. Posições argumentais e propriedades semânticas. *D.E.L.T.A*, São Paulo, v. 25, n. 1., p. 25 - 56, 2005.
- CHAFE, W. L. *Significado, estrutura e lingüística*. Trad. Francisco da Silva Borba. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo da constituição da escrita*. (Tese em Lingüística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations' et représentations*. Tome 1. Paris: Ophrys, 2000.
- DANON-BOILEAU, L. *Le sujet de l'énonciation: psychanalyse et linguistique*. Paris: Ophry, 1987.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- _____. *Le dire et le dit*. Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- _____ et al. *Les mots du discours*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.
- FAIRCLAUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity, 2003.
- FILLMORE, Ch.. The case for case. In BACH, E. and HARMS, R.T. (orgs.), *Universals in linguistic theory*, New York: Rinehard and Winston, 1968a, p. 1-88.
- _____. Lexical Entries for Verbs. *In Foundations of Language*, New York, 1968, p. 373-393.
- _____. Quelques problèmes posés à la grammaire casuelle. *Language*, Paris, n.38, p. 65-80, 1975.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: As categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

FORRESTER, J. *Le langage aux origines de la psychanalyse*. Paris: Galimar, 1980.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2002.

_____. *Dits et écrits*. PIERRE-FRANÇOIS, J. (éd) Lyon: ENS, 2003, Vol. II.

FRAWLEY, W. *Linguistic Semantics*. New Jersey: LEA, 1992.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREUD, S. O inconsciente. *In: Obras completas*. Trad. Themira de Oliveira Brito et al., Rio de Janeiro: Imago, 1969, V. 14.

FURLANETTO, M. M. *Gênero discursivo, tipo textual e expressividade*. (mimeo)

GEFFROY, A. Les nous indistincts. *Mots*, Paris, n. 10, mars, p. 5-8, 1985.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Caraluz, 2004.

GUESPIN, L. *Nous, la langue et l'interaction*. *Mots*, Paris, n. 10, mars, 45-63, 1985.

GUILHAUMOU, J. *Où va l'analyse de discours ? Autour de la notion de formation discursive*. *Texto !* juin 2004 [en ligne]. Disponible sur: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html>. <acesso em 11/11/ 2006>.

HAGÈGE, C. Le système de l'anthropophore e ses aspects morphogénétiques. In: MOREL, M-A e DANON-BOILEAU, L (orgs). *La déixis*. Colloque en Sorbonne. Paris: PUF, 1992.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Unicamp, 1992.

INDURSKY, F. A quantificação na Análise do Discurso: quantidade equivale à qualidade? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, vol.6, no. 1,, p. 19-40, 1990.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

IRIGARAY, L. Communication linguistique et spéculaire: modèles génétiques et modèles pathologique. In: _____. *Parler n'est jamais neutre*. Paris: Éditions Minit, 1973.

JACKENDOFF, R. *Semantics Structures*. Cambridge: The MIT Press, 1990.

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein. São Paulo:

Cultrix, 1988.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation. Paris: Armand Colin, 1999.

KLEIBER, G. Dénomination et relations dénominales. *Langages*, Paris, n° 76, p. 77- 94, 1984

_____. *La sémantique du prototype*. Paris: PUF, 1994.

_____. Sens, référence et existence: que faire de l'extra-linguistique? *Langage*, Paris, n° 127, p. 9-37, 1997.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LACAN, J. *Escritos*. Trad. Inês Oseki-Depré. São Paulo: Perspectiva, 1988.

LANDOWSKI, E. Voir et être vu. *In: Mots*, Paris, n. 10. p.9-16, 1985.

LEBART, L. e SALEM, A. *Statistique Textuelle*. Dunot, Paris, 1994.

LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2.ed. Trad. Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa: Escorpião, 1989

MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours: introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette Supérieur, 1991.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar, 2005.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.) *Parâmetros de textualização*. Santa Maria: UFSM, 1997.

_____. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. *In: MEURER, J. L. & MOTTA-ROTH, D. (orgs) Gêneros textuais*. Bauru: EDUSC, 2002.

MOIRAND, S. *Une histoire de discours... une analyse des discours de la revue Le Français dans le monde 1961-1981*. Paris: Hachette, 1988.

_____. La cirulation interdiscursive comme lieu de construction de domaines de mémoire par le médias. *In: LPEZ MUNHOZ, J.M. et al (dir). Le discours rapporté dans tous ses états, Pairs, L'Harmattan, p. 373-385. [s.d.]*

- MOREL, M-A; e DANON-BOILEAU, L. *La déixis*. Colloque en Sorbonne. Paris: PUF, 1992.
- MORTUREAUX, M-F. *Paradigmes désignationnel*. *Semen*, n° 8, Paris, 1993. <<http://semen.revue.org/document4132.html>> <acesso em 10/02/2007>.
- _____. *La lexicologie: entre langue et discours*. Paris : Armand Colin, 2004.
- MUSSALIN, F.; BENTES, M. C. *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, V.2.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação, autoria, leitura: efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PAVEAU, M-A. *Le prédiscours: sens, mémoire et cognition*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2002.
- PLATÃO. *Teeteto – Crátilo*. Trad. Carlos Aberto Nunes. E. Ed. Belém: UFPA, 1988.
- PLATON. *Parménides*. 5. ed. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- PÊCHEUX, M. *Les vérités de la palice*. Paris : Maspero, 1975a
- _____. ; FUCHS, C. Mise au point et perspectives à propos de l'analyse automatique de discours. *Langages*, Paris, mars, 37, 1975b. p.7 – 80
- _____. Análise do Discurso três épocas. In: GADET, F. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAP, 1993.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad) Eni Orlandi et al. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1995.
- _____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (org) *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- POSSENTI, S. O sujeito fora do arquivo. In: MAGALHÃES, I. *As múltiplas faces da linguagem*. Brasília: UnB, 1996, p. 24-35.
- _____. O que significa “o sentido depende da enunciação”? In: BRAITH, B. *Estudos enunciativos no Brasil*. Campinas: Pontes/FAPESP, 2001, p. 187-199.
- PILAR, J. A redação de vestibular como gênero. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (orgs) *Gêneros textuais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin et al. São Carlos: Clara Luz, 2005.

RIBEIRO, C. M. *Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas*, 2005, 260 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ROUSSEAU, A. La dêixis: um problème de logique et de philosophie du langage. *In*: MOREL, M-A ; DANON-BOILEAU, L. (orgs.) *La dêixis*. Colloque en Sorbonne. Paris: PUF, 1992.

SAINT-EXUPÉRY, A. de. *Pilote de guerre*. Paris: Gallimard, 1942.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antonio Chelini et al. 7.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHANK, R. *Conceptual Information Processing*. Nort-Holland Publishing Company, Nova York, 1975.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: _____(org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SUASSUNA, L. *Ensino de Língua Português: Uma perspectiva pragmática*. Campinas: Papirus, 1995.

VAN DIJK, T.A. *Cognição discurso e interação*. KOCH, I. G. V. (trad. e org.) São Paulo: Contexto, 1992.

ZIZEK, S. *De história e consciência de classe a dialética do esclarecimento, e volta*. *Lua Nova*, 2003, no.59, p.159-175.

ZIPF. G. K. *The Psychobiology of Language, an Introduction to Dynamic Philology*. Boston: Houghton-Mifflin, 1935.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7 – 72.

Anexo I

Tema de redação dos grupos A, B e C

ANTES DE OPTAR PELO TEMA I, LEIA O TEXTO DA PÁGINA 5.

BOCA NO TROMBONE

Presentes no Fórum Internacional de Liberdade, Educação e Direitos Civis, artistas e representantes da comunidade negra falaram com Ensino Superior.

“A questão das cotas é um tanto delicada, complicada e complexa: ora considero uma boa solução, ora tenho dúvidas. De qualquer forma, me sinto otimista com a posição do negro no Brasil. A taxa de pessoas que se consideram negras aumentou: o País está aceitando mais sua cor”, afirma Paula Lima, a diva do soul brasileiro. “Mas esse movimento é essencial até para os negros perceberem que não precisam se prender à beleza, à música e ao futebol”, diz. O rapper Rapinn Hood, também presente ao

Fórum, concorda com ela: “Daqui a alguns anos, a sociedade brasileira terá 60% de negros. O mínimo de 20% de cotas deve ultrapassar 50%. Nossos antepassados nada conseguiram, mas está na hora de mudar. Apenas acho que deve se espalhar por todos os níveis, do maternal ao mercado de trabalho”, diz Hood.



“O tema é complexo, mas estou otimista”, diz Paula Lima



“Há anos ouço essa conversa. O que vejo é uma quantidade maior de negros indo para as cadeias, praticando crimes, se envolvendo com drogas, sem qualquer perspectiva na vida”, contrapôs o rapper Xis. “São tantas crianças negras de até 7 anos de idade nos faróis, pedindo para limpar vidros. E elas nasceram no governo Fernando Henrique”, diz. “Antes de pensar na universidade, é preciso dar estrutura a essas famílias”, acredita ele.

O rapper Xis não acredita na eficiência da medida.

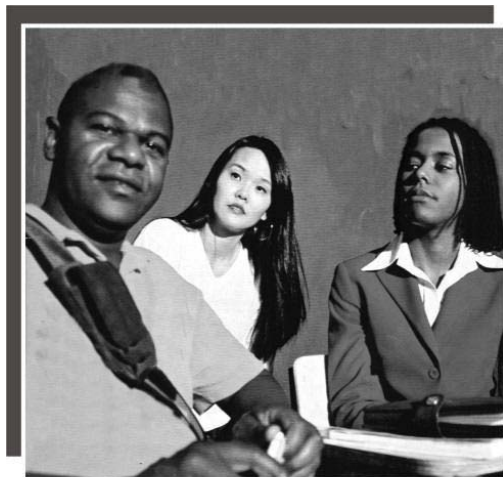
Revista Ensino Superior, junho/2002

Refletindo sobre as idéias contidas no Texto I, pág. 5, e no quadro acima, redija uma DISSERTAÇÃO, defendendo uma posição quanto ao seguinte tema:

“A POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS, NAS UNIVERSIDADES, AJUDARIA RESOLVER O PROBLEMA DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL?”

TEXTO I (da página 5)

O CHOQUE DA COR



Ana Laura Diniz

A criação de cotas para o ingresso de negros na universidade gera polêmica, suscita pesquisas e divide opiniões

Tem sido grande a resistência à aceitação do projeto que cria cotas para afro-descendentes no acesso a universidades, empregos públicos e contratos do financiamento estudantil. A decisão tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado garantia inicialmente cota de 20% das vagas das universidades públicas e dos contratos de financiamento estudantil a negros ou pardos, mas esse número já chegou a 40%. De acordo com a lei, a identificação da parcela que terá direito ao

benefício se dá por autoclassificação do candidato ao curso ou cargo preferido. Assim, a antiga pergunta sobre cor dos vestibulandos e funcionários - que havia sido excluída dos questionários de admissão dos exames e testes profissionais há anos, por ser considerada de tom racista - volta à ativa.

Numa pesquisa realizada pelo Programa de Políticas da Cor, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001, somente 24% de 2.328 alunos se reconheceram como negros ou pardos. Com isso, as discussões se intensificam e geram duas vertentes: essa política ajuda a reparar uma dívida ou acirra o preconceito na sociedade brasileira?

Numa rápida análise, a proposta do governo de adotar cotas, por meio de lei ordinária, poderia contrariar o artigo 5º da Constituição, segundo o qual “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Há consenso entre os juristas quanto à inexistência de diferença na medida. O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ex-consultor jurídico do Ministério da Justiça, Roberto Pfeiffer, explica que, ao estabelecer reserva de mercado para os negros, se desencadeia um processo de igualdade material. “A igualdade está em tratar desigualmente os desiguais. Assim, a legislação ordinária pode favorecer os que se encontram em situações desfavoráveis, como é o caso dos negros”, afirma. A medida também obedece a outros artigos, como o 3º, da Carta de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre outros: [...] reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Nos encontros promovidos por associações, órgãos do governo federal e prefeituras, nota-se intensa vontade de questionar o sistema de cotas, seja para aderir ou para rechaçar. “Sou completamente contrário a todo e qualquer tipo de cota: não importa se para negros, carentes ou minorias”, diz Carlos Roberto Santos, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). “Não temos quaisquer projetos, propostas ou expectativas para garantir essa cota”, dispara. Para o coordenador do grupo de estudos afro-brasileiros da UFPR, Nizan Pereira Almeida, o ensino médio precisa ser reformulado. “Do contrário, a medida de cotas não valerá, porque os negros entrarão na universidade para repetir os modelos já conhecidos e perpetuarão a idéia do Brasil como um País de brancos”, afirma.

A professora Yvonne Maggie, diretora da Editora da UFRJ e autora do livro *Raça como Retórica*, também faz suas ressalvas. “Fala-se em pagar uma dívida herdada há anos, mas é difícil quitar essa conta de ônus incalculável. A verdade é que não sabemos qual será o resultado disso tudo. Corre-se o risco de exaltar a desigualdade no lugar da igualdade”, acredita. “Além do mais, pela primeira vez o Brasil estabelece uma política de segregação, na qual há clara divisão entre negros, pardos e brancos. A minha preocupação refere-se à marca que esse sistema oferecerá aos estudantes negros”, diz.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, contesta: “O sistema de cotas pode até não fornecer a total solução, mas é a maneira que temos de atacar o problema no Brasil. Creio que, sem a imposição de leis, torna-se impossível chegar a uma solução espontânea. A população negra brasileira já esperou durante muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração”, disse à *Ensino Superior*.

(Revista Ensino Superior, nº 45, junho de 2002)

ANEXO II

Tema de redação do grupo D

INTRODUÇÃO

REDAÇÃO

- ⇒ O objetivo geral da redação é testar a habilidade do candidato em expressar-se na modalidade escrita, nos moldes da língua padrão.
- ⇒ A redação vale 4,0 (quatro) pontos.
- ⇒ Será desclassificado do vestibular, o candidato que obtiver zero na redação por apresentar inconsistência temática e inabilidade na modalidade escrita, ou por entregá-la em branco.
- ⇒ Indique o tema escolhido na folha de redação, versão definitiva, no espaço adequado.
- ⇒ Os textos apresentados servem de apoio. Esteja atento(a) ao comando destinado a cada tema. O texto deverá apresentar-se em prosa, de forma legível, sem rasuras, em letra cursiva.
- ⇒ Somente **serão substituídas as folhas que estiverem com problemas de impressão** gráfica.
- ⇒ A redação não deve ter menos de 18 e mais de 30 linhas.
- ⇒ Não se esqueça de que você deverá dar um título à sua redação.

Terão nota zero as redações que:

- a- apresentarem inconsistência temática e inabilidade na modalidade escrita, ou forem entregues em branco (critério desclassificatório).
- b- fugirem ao tema escolhido, conforme indicação enumerada no espaço próprio da folha.
- c- não desenvolverem o tipo de texto proposto no comando do tema escolhido.
- d- apresentarem acentuada desestruturação e/ou divagação (informações soltas e desarticuladas) no desenvolvimento.
- e- apresentarem identificação ou qualquer outro registro além do texto.
- f- forem **consideradas ilegíveis ou desenvolvidas em forma de desenhos**, números, versos, espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como desenvolvidas em códigos alheios à língua portuguesa escrita.
- g- forem desenvolvidas a lápis ou à tinta em cor diferente da azul ou preta.
- h- forem cópias dos textos de apoio.
- I- apresentarem menos de 180 palavras, ou menos de 18 linhas e mais de 30 linhas.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

- ⇒ Esta prova contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha numeradas em ordem crescente, com conteúdos de: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, História, Geografia e Língua Estrangeira (Responda somente as questões relativas à sua opção de Língua Estrangeira).
- ⇒ Cada questão admite apenas uma resposta, isto é, só há uma alternativa a ser assinalada.
- ⇒ Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta para preencher o GABARITO.
- ⇒ Transfira a resposta para o gabarito com cuidado para não danificá-lo, pois, rasuras invalidam questões.
- ⇒ Se este caderno não contiver as 30 (trinta) questões de forma legível, peça ao fiscal que o substitua.
- ⇒ Use o caderno de prova para seu rascunho.
- ⇒ Ao término da prova, entregue o gabarito, o caderno de questões, as duas folhas de redação (rascunho e versão definitiva) ao fiscal de sala.

Leia os excertos abaixo antes de optar por um dos temas de redação e responder as questões de 1 a 7.

TEXTO I

EXPLOSÕES AMBÍGUAS

Rogério Wassermann

*Foi-se o tempo dos heróis internacionais das lutas pela independência e pela libertação nacional, da era na qual o uso da violência com objetivos políticos era legitimado de acordo com seus argumentos. O aparecimento, nas últimas décadas, do terrorismo extremista islâmico e principalmente das ações conduzidas por meio de ataques suicidas tornou a legitimação de tais atos quase impossível e acabou com o pouco de apoio popular que ainda poderia haver às organizações terroristas. A avaliação é de um dos maiores conhecedores mundiais do assunto. Repórter especial do jornal londrino *The Sunday Times* e especializado em questões de segurança internacional, o pesquisador britânico Nick Fielding é co-autor de **Masteminds of terror**, lançado em 2003 no Reino Unido pela Editora Mainstream. O livro contém as primeiras e únicas entrevistas concedidas até hoje por Khalid Shaik Mohammed e Ramzi Binalshibh, dois altos membros da rede terrorista Al Qaeda considerados mentores dos ataques de 11 de setembro de 2001 aos EUA.*

CULT - No passado, muitas ações terroristas eram consideradas legítimas por parte da população. Podemos citar, por exemplo, os grupos terroristas judaicos que lutavam contra o mandato britânico na Palestina e pela independência do Estado de Israel. Essa visão ainda é válida hoje?

Nick Relding - O terrorismo sempre teve diferentes significados, dependendo do contexto. Os grupos mais antigos de terroristas eram os "hassassins", que existiam no que hoje é o norte do Irã, entre os séculos 10 e 12. Eram indivíduos contratados especificamente para matar cristãos durante as Cruzadas e estavam preparados para morrer em sua ação. Esse é um tipo de terrorismo. Depois disso, não houve outros exemplos ao longo da História por muito tempo. Isso só volta no século 19 como movimento significativo. Você tem o exemplo da Rússia, com pessoas tentando assassinar o czar, incluindo o irmão de Lenin. Outra vez, tentavam desestabilizar a política matando ou ferindo pessoas de alto *status*. Eles foram muito criticados pelos bolcheviques e pelo movimento socialista russo e houve um grande debate sobre se o terrorismo deveria ser um método usado para mudança de regime. E foi rejeitado de fato pela maioria, embora as ações terroristas tenham continuado a acontecer mesmo após os bolcheviques tomarem o poder. Depois disso, houve muitas ações consideradas terroristas ligadas a lutas por libertação nacional. Eu diria que há um argumento que diz que, se você está lutando pela liberação de seu país, qualquer tática para se livrar de seu opressor é legítima. Essa é possivelmente a posição usada pelo Irgun e por outros grupos judaicos na luta pela formação de Israel. Explodiram uma bomba no Hotel King David, em Jerusalém, matando 40 ou 50 oficiais britânicos. Seqüestraram soldados britânicos e os executaram.

CULT - E dois líderes desses grupos [Menachem Begin e Yitzhak Shamir] tornaram-se primeiros-ministros depois...

N.F. - Claro. O mundo está cheio de presidentes e primeiros-ministros que antes foram líderes terroristas. Robert Mugabe, Nelson Mandela, líderes de Moçambique e Angola, foram todos líderes de movimentos de libertação nacional em algum momento. Mas a natureza dos conflitos mudou muitas vezes no curso do século 20. O que é significativo sobre os movimentos que temos agora é que eles usam as mesmas táticas que os movimentos de libertação nacional, mas são transnacionais. Então, eles não estão defendendo a libertação de um território existente. Ao menos não somente isso. Estão tentando também estabelecer uma ideologia específica. Dentro disso há ainda as noções de território. Por exemplo, algumas das organizações islâmicas dizem lutar pelo estabelecimento de califados, Estados islâmicos puros. Então estão buscando a libertação de territórios que foram tomados originalmente dos muçulmanos, como as Filipinas, ou a Andaluzia, na Espanha. Temos a motivação de Osama bin Laden em relação às terras dos antigos califados, que ele acredita estarem ocupadas pelas forças americanas. Então, suas ações estão ligadas à idéia de libertação nacional, mas são mais importantes por sua idéia de estabelecer algum tipo de Estado islâmico.

(Revista Cult, nº 95, ano 8, p. 48-49)

TEXTO II

PÓ DE GUERRA

Leonardo Sakamoto

Cocaína mata muito mais quem a vende do que quem a consome. Ou seja, homens jovens e pobres, que formam a parte visível e descartável desse problema

Drogas matam. Mas os óbitos por overdose ou em decorrência de crimes cometidos sob a influência de entorpecentes ilegais são a minoria dos casos. Registros policiais mostram que há mais homicídios relacionados ao consumo excessivo de álcool que é uma droga permitida do que a qualquer outra. A forma como o tráfico se organizou é a principal razão dessa guerra urbana, cujas baixas normalmente são homens, jovens e pobres, moradores de comunidades carentes, envolvidos direta ou indiretamente nesse contexto. Em outras palavras, na maioria das vezes, matam-se mutuamente. Não são os únicos envolvidos nesse sistema, mas compõem sua parte visível e descartável. (...)

Infelizmente, falta consenso sobre o número de mortos nesse conflito. Há diferentes pesquisas que atribuem ao tráfico de 12% a mais de 50% do total de assassinatos de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, dependendo da metodologia. Mas todos os estudos são unânimes em afirmar que o problema é grave e está crescendo entre os mais jovens.

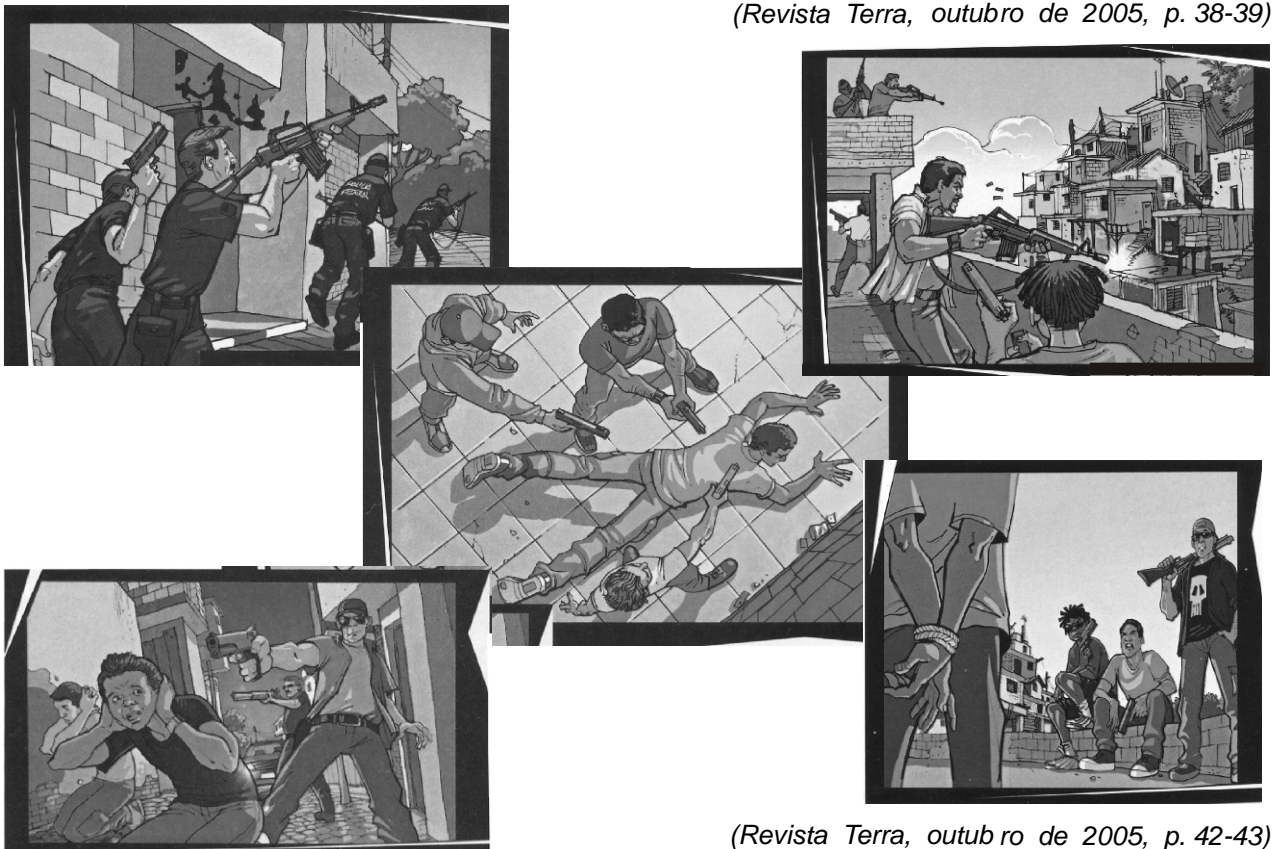
Algumas estatísticas relativas a 2004 ajudam a ver as conseqüências disso. Os homicídios de pessoas entre 15 e 24 anos representaram quase 35% do total no município de São Paulo, ao mesmo tempo em que 93% dos assassinados foram do sexo masculino, de acordo com dados da prefeitura. No Estado do Rio de Janeiro, menores de idade eram 60% do total de pessoas presas por envolvimento em drogas e 18% por envolvimento com armas.

Outro dado vem de Alba Zaluar, coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sobre a Cidade de Deus. O lugar tornou-se conhecido mundialmente após o filme homônimo de Fernando Meirelles, no qual a própria favela é a protagonista da história. Lá, em torno de 380 pessoas - das quais 77 menores de idade - estavam envolvidas nesse tipo de crime no início dos anos 90 (o que representava menos de 1% da população do bairro). Em um período de 13 anos, 722 jovens dessa comunidade morreram na guerra do tráfico, ou seja, a quase substituição completa, e por duas vezes, de todos os traficantes.

"Não é uma guerra no sentido formal, mas tem níveis de guerra", explica Marianna Olinger, pesquisadora do projeto Coav (Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada), ao analisar a situação carioca. Facções como o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e o Amigos dos Amigos são grupos criminosos e não têm objetivos políticos ou anseios de tomar o governo, muito menos criar um "Estado paralelo". Pelo contrário, eles se valem da falta de uma presença do Estado e criam um "poder paralelo" em um determinado território para proteger o seu negócio.

Não é o consumo de drogas pelos envolvidos que levam a matar os rivais e sim uma questão muito mais racional: o comércio. No capitalismo, toda a expansão de mercado é conflituosa. Quando se abre uma loja em um bairro, os que lá já estavam estabelecidos podem se sentir prejudicados. Ainda mais quando os forasteiros trazem produtos melhores e a preços mais baixos. Se a concorrência é agressiva e chega a tal ponto em que a convivência pacífica torna-se insustentável, pode-se apelar à Justiça, que decidirá quem tem razão na disputa. Mas o que fazer quando se vive em um sistema legal, condenado pela própria Justiça? A solução é ter o maior poder bélico possível para fazer valer o seu ponto de vista sobre os demais, sobre a polícia, sobre os moradores de determinada comunidade.

(Revista Terra, outubro de 2005, p. 38-39)



(Revista Terra, outubro de 2005, p. 42-43)

TEXTO 3

A charge abaixo satiriza a segurança nos presídios brasileiros a partir da notícia de que o traficante Fernandinho Beira-Mar negociava armas com pessoas envolvidas com a Al Qaeda, organização terrorista comandada por Osama bin Laden:



(Adaptado do site: www.charges.com.br)

REDAÇÃO: TEMA I

Após ler os dois textos 1 e 2, elabore uma dissertação a partir do tema: “As semelhanças e diferenças entre o terrorismo e o crime organizado”.

REDAÇÃO: TEMA II

Considerando a falta de segurança no Brasil, a globalização e a corrupção, escreva uma narrativa contando a fuga de um detento de um presídio brasileiro de uma forma satírica e bem humorada. Você poderá criar personagens fictícios ou utilizar figuras nacionais do crime, inclusive corruptos!

ANEXO III

Questionário sócio-educacional do grupo C Protocolo de pesquisa

ANEXO III

Prezado(a) Estudante

Estou realizando uma pesquisa cujo material de análise são textos produzidos por candidatos do vestibular e vestibulandos, e servirão de dados para minha tese de

doutoramento cujo título é "**A alternância da referência do sujeito-enunciador como**

expressão da identidade e seus efeitos de sentido". Em atenção ao que estabelece a

Resolução 196/1996 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da

Saúde, que estabelece diretrizes éticas para a pesquisa científica no Brasil, venho solicitar sua colaboração respondendo as questões da folha anexa e autorizando que eu

utilize sua redação com o tema "... (TRANSCRIÇÃO DO TEMA)...", aplicado em ____/____/____ como parte dos dados da pesquisa.

Você também poderá ter acesso aos resultados quando quiser e sua identidade será mantida em sigilo.

Se você concordar, por favor responda as questões da folha anexa e assine a autorização para que eu possa utilizar sua redação.

Obrigado.

Londrina ____ de ____ de ____.

Dirceu Cleber Conde

Doutorando em Estudos da Linguagem UEL

Matrícula: 2004 118 70050

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes

e-mails: cleberconde@irapida.com.br; cleber@fafijan.br; cleberconde1@hotmail.com

Protocolo de Pesquisa

Nome:

RG: _____ Órgão Expedidor

Endereço:

Cidade _____ Estado:

Tel: () _____ - _____ - e-mail: _____

1. Perfil socioeconômico e educacional – assinale com "X" a alternativa em que você se enquadra

1.1 Sexo:

() feminino

() masculino

1.2 Faixa etária:

Faixa etária entre

A 16-21 anos

B 22-26 anos

C 27-31 anos

D 32-36 anos

E 37-41 anos

F A partir de 42 anos

1.3. Onde cursou o ensino médio:

Onde cursou o ensino médio

A Todo em escola pública

B Todo em escola particular

C Parcialmente entre pública e particular

1.4. Qual é o meio que você mais utiliza para se manter informado(a):

Meio que se utiliza para se manter informado

A Jornal escrito

B TV

C Rádio

D Revistas

E Internet

F Outros

Autorizo que Dirceu Cleber Conde, doutorando em Estudos da Linguagem na UEL
utilize a redação de minha autoria realizada no dia ____/____/_____.

Assinatura

Anexo IV

Testes sobre paradigmas designacionais

Anexo IV

1ps

Negro(s)	Não acredito que segregar vagas no ensino aos negros resolveria estes problemas.	tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de negros , tornando assim um círculo vicioso.	Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelos negros e só nos resta admitir que não acaba prejudicando só os negros sim o próprio país .	na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo rejeição com os negros , e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos	0
Pessoa(s) Negra(s)	Não acredito que segregar vagas no ensino às peessoas negras resolveria estes problemas .	tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de peessoas negras , tornando assim um círculo vicioso.	Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelas peessoas negras e só nos resta admitir que não acaba prejudicando só a raça negra e sim o próprio país .	na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo rejeição com as peessoas negras , e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos	0
Raça negra	Não acredito que segregar vagas no ensino à raça negra resolveria estes problemas .	tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de raça negra , tornando assim um círculo vicioso.	Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelos negros e só nos resta admitir que não acaba prejudicando só a raça negra e sim o próprio país .	na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo rejeição com a raça negra , e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos	0
As pessoas de cor negra	Não acredito que segregar vagas no ensino às peessoas de cor negra resolveria estes problemas .	tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem das pessoas de cor negra , tornando assim um círculo vicioso.	Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelos negros e só nos resta admitir que não acaba prejudicando só as pessoas de cor negra e sim o próprio país .	na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo rejeição com as pessoas de cor negra , e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos	0
Pessoas de cor	Não acredito que segregar vagas no ensino às peessoas de cor resolveria estes problemas .	tudo isso acaba gerando ou melhor criando adultos marginalizados, que notamos muitas vezes se tratarem de peessoas de cor , tornando assim um círculo vicioso.	Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelos negros e só nos resta admitir que não acaba prejudicando só peessoas de cor e sim o próprio país .	na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo rejeição com as peessoas de cor , e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos	0

Negro(s)	O negro não deve ser excluído de nada ele deve ser tratado igual a todos nos .	Todos somos iguais, brancos, negros, pardos, mas as vezes os negros são mais preconceituosos .	Mas não era bem isso que a gente vê pela televisão, revistas e jornais o negro era muito discriminado no mundo inteiro .	No mundo em que vivemos existe sim, muita discriminação de negros	No país em que vivemos, grande parte dos negros tem um destino traçado
Pessoa(s) Negra(s)	A peessoas negra não deve ser excluída de nada ela deve ser tratada igual a todos nós .	Todos somos iguais, brancos, negros, pardos, mas as vezes as peessoas negras são mais preconceituosas .	Mas não era bem isso que a gente vê pela televisão, revistas e jornais a peessoa negra era muito discriminada no mundo inteiro .	No mundo em que vivemos existe sim, muita discriminação de peessoas negras	No país em que vivemos, grande parte das peessoas negras tem um destino traçado
Raça negra	A raca negra não deve ser excluída de nada ela deve ser tratado igual a todos nos .	Todos somos iguais, brancos, negros, pardos, mas as vezes a raca negra é mais preconceituosa.	Mas não era bem isso que a gente vê pela televisão, revistas e jornais a raca negra era muito discriminada no mundo inteiro .	No mundo em que vivemos existe sim, muita discriminação de raca negra	No país em que vivemos, grande parte da raca negra tem um destino traçado
As pessoas de cor negra	As peessoas de cor negra não devem ser excluídos de nada elas devem ser tratadas igual a todos nos .	Todos somos iguais, brancos, negros, pardos, mas as vezes as peessoas de cor são mais preconceituosas .	Mas não era bem isso que a gente vê pela televisão, revistas e jornais as peessoas de cor negra raça negra era muito discriminado no mundo inteiro .	No mundo em que vivemos existe sim, muita discriminação de peessoas de cor negra	No país em que vivemos, grande parte das peessoas de cor negra tem um destino traçado
Pessoas de cor	Peessoas de cor não devem ser excluídas de nada elas devem ser tratadas igual a todos nos .	Todos somos iguais, brancos, negros, pardos, mas as vezes as peessoas de cor são mais preconceituosas .	Mas não era bem isso que a gente vê pela televisão, revistas e jornais as peessoas de cor eram muito discriminadas no mundo inteiro .	No mundo em que vivemos existe sim, muita discriminação de peessoas de cor	No país em que vivemos, grande parte das peessoas de cor tem um destino traçado

Np

Negro(s)	O negro muitas vezes não é visto como o branco nos meios de trabalho .	Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha	Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .	0	. Se começar agora com um pequeno grupo de pessoas de cor nesse projeto, essas mesmas terem mais condições tanto competitivas ,
Pessoa(s) Negra(s)	O negro muitas vezes não é visto como o branco nos meios de trabalho .	Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha	Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .	0	. Se começar agora com um pequeno grupo de pessoas de cor nesse projeto, essas mesmas terem mais condições tanto competitivas ,
Raça negra	O negro muitas vezes não é visto como o branco nos meios de trabalho .	Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha	Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .	0	. Se começar agora com um pequeno grupo de pessoas de cor nesse projeto, essas mesmas terem mais condições tanto competitivas ,
As pessoas de cor negra	O negro muitas vezes não é visto como o branco nos meios de trabalho .	Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha	Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .	0	. Se começar agora com um pequeno grupo de pessoas de cor nesse projeto, essas mesmas terem mais condições tanto competitivas ,
Pessoas de cor	O negro muitas vezes não é visto como o branco nos meios de trabalho .	Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha	Muito se tem feito para defender a raça negra no Brasil .	0	. Se começar agora com um pequeno grupo de pessoas de cor nesse projeto, essas mesmas terem mais condições tanto competitivas ,

ANEXO V

Exemplário dos textos analisados

ANEXO V

TEXTOS DO GRUPO A

<texto=001>§ Os crimes que acontecem em todo o Brasil ainda resgata a imagem do negro, porém é um país que não há racismo. De início, a política de cotas para negros prevê a oportunidade de 20% das vagas para os negros ingressarem numa universidade.

§ Por um lado, a estrutura da educação deve partir do primário da escola, pois não terão uma mudança rápida de vida, já que a maioria das pessoas que praticam a violência são de origem negra. Por outro, a idéia segue uma demonstração das ofertas para melhorar a igualdade social.

§ A questão das cotas, deve ser mais discutida para não causar algum impacto ou reação de constrangimento da população e principalmente dos negros, antes de aprovarem e estabelecer esta oportunidade.

§ Para ajudar a resolver o problema da educação no Brasil esse direito ao negro não apresenta algo maléfico e não prejudicará tanto financeiramente quanto moralmente as outras raças.

<texto=002>§Um dos grandes problemas encontrados na sociedade é a falta de cota, pois se ela existisse no Brasil, atualmente não teria tanto negros fora da escola, ou até mesmo de uma Universidade.

§ Nós sabemos que uma parte desses negros não tem uma chance na Faculdade. Geralmente são sujeitos a passar o resto de suas vida como empregados, ou até mesmo entram no mundo do crime, se envolvendo com drogas, passando de um mundo de cultura, para um mundo de marginalidade, sendo que muitos deles têm a capacidade de atuar numa Universidade, até mesmo em uma Universidade Estadual, pois por serem negros, na maioria das vezes, vêm de famílias humildes, que mal ganham para o seu sustento.

§ E é nessa Faculdade, onde terão a chance de um dia ser reconhecidos, e não discriminados pela sociedade.

§ Com medidas tomadas pela Comissão de Constituição, e com a ajuda do atual governo, pode ser que o meio educacional adotado por esta cota, passe a fazer parte da vida desses cidadãos.

<texto=003>§Pessoas negras passam por grandes desafios todos os dias e, isso faz com que elas saíam vitoriosas dessa grande batalha.

§ A percentagem de negros esta aumentando a cada dia que passa, eles vencem seus preconceitos e passam por cima de suas maiores barreiras.

§ Mais ainda existe casos que os negros se sentem discriminados ex.: ao procurar emprego, as vezes não encontram saída para o preconceito, então vão nos faróis à procura de uma solução, não encontram aí começa criminalidade que vem tomando conta de nossas vidas, cadeia lotada falta de conscientização da população.

§ Uma pessoa "branca" tem maior chance de se sair vitoriosa em uma situação constrangedora, como essa que vivemos? Sim, mas os negros estão tomando cada vez mais esse grandioso lugar, e nossa sociedade.

§ Os negros tem uma grande inteligência, isso faz com que eles se destacam cada vez mais. O número de pessoas negras em nosso país com um diploma de nível superior, está cada vez mais constante pela grande habilidade que eles pertencem.

<texto=004>§Presente tais opiniões, o negro tem uma grande desvantagem no Brasil; pois ainda existem muitas pessoas racista.

§ Há tempos que as autoridades políticas vêm falando em melhoramento aos atendimentos, relação aos negros, mas nas grandes cidades, os negros são vistos como marginais, ladrões e são muito discriminados, até por próprios negros.

§ O Brasil tem que melhorar, e colocar os negros em igualdade com o branco, a sociedade negra vive com sua maioria em favelas, periferias e com baixa renda. Por ocorrência dessa baixa renda as crianças, já crescem com a marginalidade, isso não pode acontecer, somos todos filhos de Deus, obedecemos à mesma regra, por que os brancos são melhores que os negros.

§ No Brasil, há uma percentagem enorme de negros, e tende a aumentar cada vez mais.

§ Estudando estas normas, os órgãos de ensino estão dando grande prioridade ao negro, para ingressar no trabalho e na educação.

<texto=005>§Até os dias atuais existe uma questão que é preocupante a população negra no País; ou seja a desigualdade social.

§ Os negros enfrentam uma série de obstáculos para sobreviverem em meio a uma grande e Cruel população que os discriminam e os impedem de realizar benefícios para si mesmos.

§ Um exemplo disso é a pouca ou quase inexistência de negros principalmente em universidades, ou seja freqüentando cursos superiores. Esses problemas existem devido a falta de oportunidades cedidas pelo próprio meio administrativo do Brasil.

§ Esse tipo de desigualdade poderia ser resolvido de uma maneira simples e eficaz, visando obter formas para fazer com que a grande porcentagem negra existente viva com dignidade como deveriam viver a um considerável tempo.

<texto=006>§Desde o descobrimento do Brasil, o negro e seus descendentes, sofrem com o preconceito e a desvalorização

§ Há muito tempo o negro vive na sociedade, como que não fosse membro desta família Muitas empresas, instituições e pessoas ainda faz distinção e desvaloriza o homem de cor negra. É tempo de parar e refletir o que somos e temos. É preciso compreender que como ser humano a igualdade é direito de todos e por isso a oportunidade de crescer e mostrar o valor como pessoa seja negra ou parda, é este.

§ Pessoas de padrão rico em resistência, são considerados os negros, e nisso consiste a força de sempre lutar, para que governantes de muitas universidades, possa favorecer o direito de cotas, para estudantes dessa cor.

§ O sucesso de um desses jovens, está nas mãos, na espera de quem possa-o defender e acreditar nele.

§ Confiar, é dar oportunidade, dar oportunidade é ceder algo, ceder algo é contribuir; e contribuindo você será responsável pelo sucesso de muitas pessoas e pelo desenvolvimento do nosso país. É nesta corrente que inicia-se a esperança de muitas pessoas que por serem negras, vêem-se, dessa propriedade de sus direitos.

<texto=007>§A discriminação sempre esteve presente na sociedade. Esse fato, faz com que alguns negros optem por meios indignos de sobrevivência.

§ O mercado de trabalho, as universidades e até mesmo a própria sociedade, faz com que os negros sejam rejeitados, sendo que eles possuem a mesma capacidade de qualquer indivíduo.

§ Um grande passo para eliminar a exclusão no Brasil, seria aumentar o número de cotas nas universidades, porque a partir desse momento, os brancos iria conviver mais com os negros e então perceberiam a riqueza da cultura negra.

§ Esse fato também diminuiria a criminalidade e o envolvimento na drogas, pois só assim os negros sentiriam orgulho de sua cor.

§ Cada vez mais o governo deve investir na educação, aumentando o número de vagas nas universidades e no mercado de trabalho, para que as igualdades possam ser percebidas por em qualquer lugar.

<texto=008>§Visando melhoria de oportunidades, o governo decidiu adotar uma lei contra a exclusão de negros nas universidades, tentando promover o bem estar, igualdade social e material.

§ Polêmica são geradas diante à tanta injustiça, assim como os negros todos tem o direito de cursar uma universidade, sendo ele pardo, branco, independente de sua raça ou cor, pois as dificuldades são relativas diante de um ensino público defasado.

§ Acredita-se que a inclusão racial deva mudar o preconceito existente(s), mas a realidade não é esta, ao dar "chances" à concorrentes negros, os demais estarão sentindo-se excluídos, pois todos estão lutando por um espaço digno na sociedade.

§ Sendo assim, o governo não deve optar por chances de ingresso e sim por um ensino digno, onde todos possam disputar as oportunidades como seres humanos iguais, esquecendo sua raça, cor, origem, deixando de lado a discriminação imposta na sociedade.

<texto=009>§Você acha que os negros tem a mesma chance que os brancos na sociedade Educacional Brasileira? E que devem ser dadas a criação de cotas para o ingresso de negros na universidade?

§ Tem sido grande o preconceito contra os negros tanto na sociedade Educacional quanto em outros

aspectos. A questão das cotas são um tanto delicada e complexa é preciso que as leis possam ser menos racistas e a política poderá ajudar em muitos os negros a resolverem o problema da exclusão educacional, tanto o negro, quanto o branco precisam ter uma chance para poderem cursar um curso superior, mas nem sempre é isso o que acontece, muitos dizem que ao oferecerem essa cota estavam estabelecendo desigualdade material e outros acreditam que isso seria perda de tempo, pois não iria mudar a quantidade de negros que se envolvem com drogas e que estão indo para a prisão.

§ Desse modo, antes de pensar na universidade é preciso dar estrutura a todas as pessoas que acreditam que assim estarão ajudando, pois estão só piorando a situação na sociedade Brasileira.

<texto=010>§A exclusão está presente desde a hora que estão no berçário, rosados e escuros já são apontados como negros, mais tarde na base de sua educação já são julgados pela sua cor e são motivos de brincadeiras de colegas.

§ Talvez a política de cotas não seja a melhor solução concreta no Brasil já que ele, com tão grande quantidades diferentes de raças.

§ Enquanto nossos governos não investir na base de apoio para depois construir uma estrutura firme, vamos continuar vendo cada vez mais afro-brasileiros praticando crimes gerando violência e acabando nas cadeias.

§ Os negros tem capacidade de estudar e cursar uma faculdade ou até mesmo ter uma pós, mas antes de tudo isso é necessário ele ter um lar, alimentação, roupas entre outros itens indispensáveis

§ É preciso lutar pelos direitos dos negros, abraçando as idéias de grandes idealistas como Luterking entre outros negros que conseguiram vencer o preconceito e se tornaram símbolo para todos os negros.

§ Precisamos perder o pessimismo pois cada vez mais os negros estão se destacando e que sirvam de exemplo para aqueles que já perderam as esperanças de lutar por dias melhores, sem depender que deixam entrar uma pessoa na faculdade só pela sua cor.

<texto=011>§No período em que estamos cada vez mais aumenta o número de pessoas negras

§ Só que a grande maioria não chegam a uma escola com isso aumenta em muito a desigualdade social e econômica. Pois não podendo ter estudo não conseguiram ter um trabalho decente. E isto acarretará em vários problemas como os crimes e furtos.

§ Os políticos responsáveis pelo nosso país, pensando em tentar acabar com o racismo e a discriminação contra os negros criaram um projeto.

§ Neste projeto assegura uma cota de vagas para pessoas negras nas universidades públicas em concursos públicos e financiamentos estudantis.

§ Esta lei está gerando muita polêmica na sociedade.

§ Será que vale a pena este "privilegio" pois isto só aumenta ainda mais o preconceito com os povos negros.

§ Portanto antes de criar estas cotas a sociedade em geral deveria pensar primeiro na estruturação da família para depois criar um projeto deste porte tão polêmico.

<texto=012>§Não queremos divisão ou qualquer tipo de discriminação racial ou social. As cotas melhorariam a situação do negro na sociedade.

§ Porém, cada um pode ter seu lugar, desde que lute para conseguir.

§ O negro é uma pessoa comum e possui inteligência total para conquistar o seu espaço.

§ Com certeza essas cotas só fariam aumentar mais o preconceito e racismo entre eles, pois não são pessoas diferentes das outras.

§ A verdade é que se buscou uma estratégia para separar não apenas cor, mais capacidades diferentes. O negro tem plena capacidade e orgulho próprio para se rejeitar a 20% da vaga de uma universidade: isso é o que chamamos preconceito.

§ Deveriam sim, proporcionar mais oportunidades de emprego e sem deixar de lado a igualdade de direitos: comer, estudar, se divertir e principalmente viver.

<texto=013>§A política de cotas para os negros nas universidades. Vem sendo a proposta dos governantes, para melhorar o problema de exclusão educacional no país.

§ Mas só isso dificilmente, não vai resolver o problema, porque primeiro é preciso que o país cresça economicamente e que crie mais empregos. E para gerar mais empregos, o nosso presidente, tem que reduzir os impostos e facilitar os impostos para os pequenos e microempresários.

§ Gerando mais empregos e melhorando, a maneira das condições que essas pessoas negras vivem; só assim pode funcionar, a política de cotas para os negros no país.

<texto=014>§ Ainda continua a discriminação contra os negros. Será que as cotas propostas na constituição iriam resolver os problemas existente na sociedade?

§ Até os dias atuais ainda continua o preconceito contra os nossos irmãos negros, que foram livres, mais continuam sendo perseguidos e até mesmo excluídos da sociedade. O negro não tem espaço para progredir pois sempre são esbarrados, não tem acesso a uma educação de qualidade, exerce cargos inferiores. O negro só tem valor e fama se for um bom jogador ou cantor pois está no sangue.

§ Por outro lado proposta de melhoria e inclusão do negro na sociedade, já está sendo visto com bons olhos, pois a constituição está abrindo espaço para que, o negro possa ter acesso as universidades com direito acegurado, pois no vestibular só consegue uma vaga pessoas da classe média, pois podem pagar uma escola particular e ter aprendizagem a nível de vestibular oferecido pelas faculdades estaduais.

§ No entanto com as propostas das cotas uma parte da pessoas negras, que não aceitam a si próprio, vão se sentir um cidadão com direito e sem preconceito, igual a todos e sentir orgulho de ter pele negra.

<texto=015>§ No Nosso país existem mentes brilhantes, que muitas vezes não tem a oportunidade de exerce-lás, pois são radicalmente afastadas da sociedade. Essas mentes são as dos negros, que muitas vezes são descriminados por sua cor. São pessoas, seres humanos iguais a nós, rico, pobres, ladrões, trabalhadores e crianças, que muitas e muitas vezes, São esquecidas pela sociedade. Na nossa sociedade deveria ter pessoas que ajudassem mais essas pessoas, pois até na hora de conseguir um emprego é difícil, imagine estão na Educação que não tem incentivo.

§ Já chegou a hora de mudar, chegou a hora de resolver todos esses problemas, que abalam a todos, chegou a hora de investir na educação, de mudar o rumo da criminalidade, da fome, do desemprego, da exploração, e da desigualdade racial, vamos nos unir para que esses problemas sejam resolvidos e que o insentivo para negros nas universidades seja maior!

<texto=016>§ No Brasil ainda a sociedade continua, com o preconceito contra os negros, não dando condição de emprego, moradia, quanto mais eles, não tem nem, o primeiro grau, muitos tem que escalar as suas profissão, na área, que os brancos considera, lixo. E quando eles consegue um bom emprego e a família, põem seu filhos na escola, tem que ser uma escola, que a família da sociedade branca, aceita, pais muitas família tiram, seus filhas se a escola permanece, com este aluno, negro, e muitas alunas negros param de estudar, pelo perseguição, que a eles são feitos, e quando eles conseguem terminar os estudos fraco que a escola, transmitem eles não pode fazer uma faculdade, pois não tem a condição de se igualar, aqueles que pode fazer um cursinho, ou que estuda numa escola melhor, pois a maioria tem a condição de pagar um estudo melhor.

§ Enquanto o governo lança, campanha de incentivo a eles numa falsa propaganda, a minoria dos negros podem estar numa faculdade, se a condição, de um emprego pois, como eles sem, cursinho, um estudo fraco podem se comparado aos brancos.

<texto=017>§ As pessoas são ou não são preconceituosas? Brancos e negros são tratados iguais na sociedade?

§ Se olharmos ao redor veremos que a maioria da população brasileira, têm a cor da pele negra ou parda. Mas, o que realmente vemos é que de cada dez (10)§ pessoas ingressadas em uma faculdade somente uma (1)§ é negra. A aceitação do projeto que cria cotas para afro-descendentes nas universidades, contratos do financiamento estudantil e empregos públicos, está gerando polêmicas e opiniões diversas. Os próprios negros se discriminam, numa pesquisa da UERJ (universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2001, somente 24% de 2.328 alunos se reconheceram como negros ou pardos. Presumo que todas as pessoas querem reduzir as desigualdades sociais, e regionais sem preconceitos de origem, raça, sexo cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação promovendo o bem a todos.

§ Quando as pessoas tiverem mais fé e amor no coração iram perceber que estavam pensando totalmente errado e aceitaram negras nas universidades ou em qualquer outro lugar, pois Deus nos fez a sua imagem e semelhança, porém todos são iguais, independente de cor, sexo ou religião.

<texto=018>§ Criando uma política de cota, não resolveria totalmente o problema, mas é o início de uma mudança, ou que pelo menos há pensamentos de mudanças.

§ Boa parte da população negra no Brasil se sente inferior, porque a sociedade os condenam quando acham que não são merecedores de um trabalho descente, uma vida digna, como se a cor mostrasse o caráter.

§ A partir do momento que nossos governantes começarem a mudar sua maneira de pensar e agir,

dar mais condições de vida aos negros, mais atenção, o índice de criminalidade mudará, gera empregos sem preconceitos.

§ Todos deveriam abraçar essa causa para que o problema da exclusão nas universidades mudem.

<texto=019>§ Pessoas de pele escura são tristemente discriminadas, porém não são as únicas expostas à exclusão educacional. Excluídos do ensino são evidentemente aqueles que não obtêm boa condição financeira. O que dá a ilusão de que criar cotas à negros nas universidades resolverá o problema está relacionada à idéia extremamente preconceituosa de que negros são pobres.

§ Herdou-se de raízes históricas o racismo, o que infelizmente ainda é notado com grande evidência, a pele escura não determina a condição social, por tanto os negros são erroneamente julgados, Juntos somam um grande percentagem da população nacional e muitos obtêm uma classificação social elevada, igualmente aos brancos.

§ O problema da exclusão na educação está diretamente ligada ao aspecto financeiro. Quando obtem-se condições de receber bons estudos em colégios particulares de qualidade portando de custo elevado é fácil o ingresso para as universidades, porém quando não existem possibilidades de estudar em bons colégios, há uma inversão dos fatos.

§ Enfim, a resolução deste problema está diretamente ligada a um maior investimento por parte dos governantes no ensino público, dando assim novas e facilitadas oportunidades a quem possivelmente será excluído.

<texto=020>§ Ao questionarmos sobre a questão das cotas no Brasil surge uma grande dúvida será que dá certo privilegiarmos os negros se o racismo não acabou, imagine quantas críticas e mais forma de questionar o negro terá.

§ Tem se ouvido muito falar sobre a criação de cotas para o negro entrar na universidade, para assim dar mais valores a eles, a continuar em frente nos estudos, para chegarem a ser um grande profissional.

§ Com esse benefício pode acontecer que almente mais o racismo, não se deve fazer essa diferença pois o branco tem que estudar lutar muito para entrar na universidade. Já para eles será bem mais fácil entrar, assim criando uma grande adversidade. Não é raro vemos negros na rua sendo preso, fumando muitos entraram nisso até por falta de uma oportunidade de vida melhor, de educação, mas não é assim que soluciona o problema dando prioridades que vão gerar mais conflitos entre o branco e o negro.

§ Pensar em mudar, tem que começar da raiz e não é de uma hora para outra, tem que ser dar mais chance mais valor e oportunidade ma sem prioridades, fazendo eles correr atrás e conseguir o que quer com seus esforços dando méritos a si mesmo e mudando os pensamentos dos seus descendentes chegando a mudar a sociedade racista de pouco a pouco.

<texto=021>§ Cada dia que passa, vejo uma quantidade maior de negros indo para as cadeias, praticando crimes, se envolvendo com drogas, sem qualquer perspectiva de vida.

§ Não devemos ser tão medilcres ao ponto de pensar que o branco é diferente do negro, pois há diferença só de cor, mas é um ser humano igual a todos.

§ Devemos dar oportunidade a todos de igual para igual, no qual gostamos de acreditar em tudo aquilo que seja bom para você e para o próximo. Lugar de criança não é nas ruas, mas sim na escola é para isso que existe oportunidade para que todos sejam educados para resolver os problemas da Exclusão Educacional no Brasil.

§ Acreditamos que para eliminar essa desigualdade é possível dar estruturas a essas pessoas e oportunidades, porque a igualdade está em primeiro lugar.

<texto=022>§ A conquista das pessoas que tem a cor negra esta cada veis mais elevada, mais ainda tem pessoas racista o próprio negro e racista, A sociedade ainda codena o negro. A maioria do povo de favela e negro, hoje em dia os brancos são pior que os negros, a cor branca sempre se escapa mais os negros, não sempre vão prezo sem direito de defeza, toda população, negra sofre, pode ser um cantor, artista um rico, pulítico etc. quem sofre com isso são as criança que fica com tralma da sua própria cor, 50% da população de cada cidade convive com a cor negra, tem pessoas que tem pavor do negro e mem teixa seus filhos ter contado.

§ A vida foi feita para amarmos um au outros, mais o ser humano não tem consciencia do que faz só r dia do jugamento de Deus eles terão consciencia do que eles faz com os negros.

<texto=023>§Nos dias atuais nos deparamos com a situação de que a maioria das vagas nas faculdades são preenchidas por brancos, o que nos leva a crer que há uma grande desigualdade

social, educacional e até mesmo racial.

§ Para as pessoas negras que já tem idade e formação adequada para se integrar à um curso superior a política de cotas ajudaria nos dias de hoje, pois é uma oportunidade para essas pessoas adquirirem boas profissões. Assim futuramente seus filhos terão o privilégio de ter acesso à uma boa educação, desenvolvendo-se com igualdade às pessoas de outras raça. Sendo assim não precisarão fazer uso das cotas e sim concorre de maneira igualitária a uma vaga nas faculdade mostrando seus valores e batendo de frente com a injustiça e a desigualdade social. Qual o motivo da existência dessa cota? Certamente que com as dificuldades políticas-sociais que o Brasil vem enfrentando até hoje os negros são os mais prejudicados, pois com a situação geral de desemprego, fome, violência soma - se com o preconceito que sofrem os mesmos. E para que isso venha a ficar somente em suas histórias de vem aproveitar ao máximo as oportunidades que lhes forem oferecidas por direito.

<texto=024>§ Preconceito, não são metas desequilibradas de uma população ingenuamente enganada.

§ O Racismo em nosso país é o fruto de um trabalho escravo, onde havia fome, dor e humilhação.

§ Quando o Brasil foi descoberto, havia muitas riquezas, e os descobridores para lesa-las precisavam de muita mão-de-obra. Sendo assim trousseram os negros para trabalharem, pois eles teriam privilégio sobre os negros sem custos ou direitos.

§ Ainda em nossos dias há preconceito e racismo com desculpas de desequilíbrio mental ou emocional basean-se, e descriminam negros e leis que lhes dão direito a sociedade, a cargos políticos.

§ Felismente às leis tomarão providências, e estão, abolido de pouco a pouco esse mal e semeando a vida sem acepções com direitos iguais, para que todo homem passa se expressar.

<texto=025>§As oportunidades, as leis, os pensamentos se misturam em cores destacadas nos seres humanos preparados os despreparados em busca das conquistas para o crescimento social.

§ No espaço geográfico brasileiro estão distribuídas variedades de cores e raças, que até parece que cada pessoas vivente neste pai pertence a uma nação diferente pois são dirigidos a cada uma delas olhares coloridos criados na consciência, revelando assim automaticamente ao grupo racial a que pertence.

§ O grau de instrução que determinado ser re encontra o inclui a um patamar de um acesso a uma cor não revelada tornando - o assim responsável pela sua própria inclusão a uma cor não vizível em pensamentos intelectuais, pessoas formais ou informais.

§ A consciência é inodora e é ela que inclui e influi para o andamento educacional.

<texto=026>§Hoje, observamos que muitas pessoas ainda sofrem com o preconceito, principalmente os negros de classe baixa - em sua maioria -, não é dando chance para esses negros ingressarem em Universidades que resolverá totalmente o problema, mais o início de mais uma conquista que vem sendo vencida ao longo dos anos.

§ Os negros, infelizmente não são vistos como um indivíduo de bem, justamente por não terem chance, muitas vezes de provar o contrário, um exemplo bem visível; nas favelas, em delegacias principalmente de grandes centros, o que mais se vê, não são japoneses, polacos e sim negros. Isso vem de geração, crianças são criadas para ficarem longe de negros.

§ Nem toda sociedade vê o negro como um ser irracional, mas muitas pessoas impõem situações as quais os negros são diretamente discriminados, o que essas pessoas não vêem é que o preconceito tomou conta de seu raciocínio retardando seus conceitos sobre a humanidade.

§ Levando em conta que nem todos tem a mesma visão, acredito que o envolvimento dos negros com os demais, fará com que futuramente todos sejam iguais perante a sociedade, seja na trânsito, no trabalho, enfim, todos iguais.

<texto=027>§Acredito que esta política de cotas é a mais desonesta atitude, a ser dado para pessoas, somente pela cor de sua pele, saberemos do direito de todo cidadão, como direito do trabalho direito do lazer e de ir e vir. Porque não o direito do estudo livre.

§ A política brasileira esta precisando de bons governantes, pessoas com seriedade para administrar este Pai de tantas riquezas, como Amazônia o Pantanal e outras.

§ Estão falando em dar cotas de universidade para negros, e uma indignação, sabendo-se que os verdadeiros brasileiros são os índios, que nem brancos são!

§ No Brasil quando se visita um presídio é a grande a proporsão de negros em relação aos brancos, devido a estas atitudes de diferenciar as pessoas.

§ Enfim sabemos que no Brasil o racismo e crianças fora da escola, é crime mas sabemos também que o direito educacional no Brasil deveria ser para todos.

<texto=028>§No importa a cor, a raça ou a origem de cada ser humano, o que importa mesmo, é nós como pessoa.

§ Não devemos pensar que o negro, por ser negro é um indivíduo sem cultura, tudo o contrário, eles têm uma história, uma tradição.

§ Sempre pensamos, quando escutamos em falar de assaltos, que há um negro metido no assunto. Será que a cadeia só foi feita para a raça negra e para pobres.

§ Na televisão, esta raça tem pouco campo de trabalho e quando existe sempre conseguem um papel como: empregada doméstica ou papéis secundários, jamais veremos um ator negro interpretando um papel principal. No entanto esta mesma raça, é a que nos enche de orgulho no que se refere ao futebol, Pelé foi e será o embaixador brasileiro no Mundo inteiro. E em respeito às escolas de samba onde os sambistas e demais integrantes em sua maioria negros mostra ao mundo a cultura do nosso País.

§ Por tudo isso devemos defender a igualdade entre as raças e acabar com o racismo no planeta.

<texto=029>§Apesar das grandes dificuldades enfrentadas na época da escravidão, o negro ainda permanece marginalizado e excluído da sociedade pois, o índice populacional de pessoas brancas é elevado, além disso o passado dramático da raça negra é lembrado por toda sociedade que se omite a valoriza-lo.

§ Na época colonial o índice de população negra era elevado com as explorações e as condições desumanas fez com que muitos deles perdessem a vida. Hoje o que-se vê pode resumir em exclusão social e discriminação já que sendo a maioria de população branca fez com que os mesmos tivessem vantagem na corrida por emprego e vagas nas universidades que tem o numero baixíssimo.

§ Além disso, o negro foi marcado por grandes sofrimentos vivido em sua história que hoje é lembrada por toda sociedade. Nas escolas e no próprio meio social muitas pessoas olhavam para o negro como-se fosse um animal selvagem, muitos deles sofrem discriminação e violência e não tem a coragem de denunciar as autoridade, já que a mesma também faz parte desse ciclo horrível de violência ao ser humano.

§ Em virtude do que foi mencionado entende-se que a população negra ainda não conseguiu seu espaço em meio a sociedade. É preciso que as autoridades tomem a devida providência, criar um código penal severo para combater a discriminação e dar oportunidade para o negro colocar-se no mercado de trabalho.

<texto=030>§Os negros sentem-se discriminados não tendo oportunidades na carreira de trabalho, conseqüentemente por falta de acesso às universidades.

§ Eles se auto discriminam da sociedade, enquanto uns vão atrás estudam, batalham por um futuro melhor, outros estão nas ruas roubando matando e usando drogas, esperando que as coisas venham fáceis.

§ Hoje em dia não existe mais aquela pergunta sobre a cor nos concurso universitários, mostrando que eles tem direitos iguais ao dos brancos e que há lugar para todos.

§ A criação de cotas para as universidades, de nada vão adiantar o problema da exclusão educacional, sem o esforço das pessoas negras para poderem chegar ata lá.

<texto=031>§Brasil, país do carnaval, do futebol, possuidor de paisagens maravilhosas, abençoadas por Deus com certeza, mas é um país que infelizmente não respeita seu povo, suas origens, disfaça finge que não é bem assim, mas que no fundo não reconhece sua própria cor, inventa novos termos, criatividade é o que não falta.

§ O que realmente falta é o direito de negros brancos, amarelos seja lá qual for a cor do brasileiro a educação de boa qualidade. A idéia do governo em relação as cotas para o ingresso de negros as universidades pouco resolveria, pois o problema vai além e as dificuldades também. Desde de o primário, a exclusão racial já está presente.

§ As cotas deveriam existir desde a educação infantil, construindo assim um alicerce forte e duradouro, pouco adiantaria as mente falta é trabalho, dinheiro para gastos básicos, o que se vê hoje é, quem estudou a vida toda em escolas particulares consegue com facilidade vagas em faculdades públicas, ao contrário o aluno que estudar em escolas públicas, não consegue o ingresso as faculdades públicas por falta de estrutura.

§ O acesso a boa educação é fundamental, só a educação transforma os olhos o coração e a mente c ser humano.

<texto=032>§Hoje a humanidade em geral está ligada a tudo que acontece em sua volta, não deixando nada escapar quando se trata de racismo.

§ Todos tem o mesmo direito de ir e vir e de frequentar todos os lugares públicos.

§ Na sociedade brasileira desde o descobrimento do Brasil os negros já eram discriminados, e ainda continuam sendo maltratados, humilhados e até mortos por causas injustas.

§ Hoje ainda leis contra o racismo estão sempre melhorando para acabar com esse preconceito, leis novas como cotas para negros nas universidades, está causando muita disculção.

§ Para os negros freqüentarem uma universidade que já está quase ao termo de seus estudos, primeiro deveriam ter um acompanhamento desde à juventude pois muitos são de classe baixa e só dando lugares para entrar em uma universidade não resolveria o problema de exclusão educacional do país.

§ Tudo para ser feito correto deve ter um acompanhamento assim poderíamos ter uma vida sem preconceito e discriminação entre seres humanos

<texto=033>§A nossa sociedade sempre tem a suas desigualdades, vejo que não é só com os negros que a uma regeição mas também com os pobres e humildes.

§ temos que conseguir superar todos os preconceitos e termos orgulho do que somos e do que fazemos não é só porque que alguns são preconceituosos que devemos seguir o mesmo exemplo. Vamos lutar por uma causa justa, no que for correto ser injusto sim, com essas pessoas que estragam o nosso país com suas críticas sobre a cor negra, porque seja negro ou branco, acreditamos em uma só justiça a de Deus.

§ na minha opinião o nosso mercado de trabalho está tendo regeição com as pessoas de cor negra, e essa é a hora de mudar dando oportunidade a todos, e que a desigualdade não seja aceita entre nós.

§ Com isso devemos ter uma civilização negra melhor e bem aceita na educação, trabalho no lazer e r bem estar com todos.

<texto=034>§No mundo em que vivemos existe sim, muita descriminação de pessoas de cor negra, e isso já é um fato consumado, que se torna revoltante, começou desde cedo com os nossos antepassados, onde o negro servia apenas com escravo, serviçal para os brancos, excluídos até hoje, eles não consegue entrar nas universidades.

§ Essa lei de cotas que muito se discuti, não ajudaria muita coisa, pois os problemas que eles enfrentam no dia-a-dia é bem mais complexo do que muitos possam imaginar, atualmente a mente das pessoas já está com rótulos formado em relação aos negros, mediante a tudo o que vê e assiste através dos meios de comunicação, é muito difícil ser negros ricos, mais sim estupradores, ladrões, assassinos e pobres, tornando os assim revoltados com sua própria cor, é justo distribuir tais cotas para a população negra, mas o correto seria trabalhar a mente das pessoas em relação aos negros, valorizar o seu trabalho, sua cor, fazendo deles cidadãos felizes por ter sua própria raça.

§ Mudando o nosso jeito de pensar, o nossa consciência, que os negro se sentiram valorizados, e terminaria a exclusão

<texto=035>§No Brasil hoje está acontecendo uma grande discriminação contra os negros, tudo isso por causa da sua cor. Mas tudo isso é ignorância da parte do povo Brasileiro porque isso não tem nada em haver, não é que eles são "Pretos" que são " Burros", ao contrario. Existem muitos morenos, pretos, negros inteligentes.

§ Por isso o que eles precisam é de uma oportunidade para mostrarem seus talentos e conseguirem lugar na sociedade Brasileira.

§ Um fator importante é o de incentivar esses negros a cada vez mais participarem da escolas, universidades etc. Nós não deveríamos dar as costas para essas pessoas. Assim eles iriam esquecer essa enrigas, discriminações e que sabe o Brasil poderia até se tornar um país de Brancos e negros muitos inteligentes, trazendo grandes melhoria e abrindo caminho para a nova frota de criança que estão ai por vir

§ Portanto a discriminação deve acabar por causa que o mundo de hoje não é mesmo mundo de 1500 anos atrás.

<texto=036>§Realmente, (para) já era tempo de parar, pensar e se dedicar a esse assunto tão polemico, pois quantas vezes, era colocado em discussão a idéia de que o negro deveria ter chances igual, a de um branco mas na realidade sabemos que nunca foi assim. Por isso achamos ótima a idéia de que negros terão a mesma igualdade de um branco para entrar nas universidades e até mesmo nos programas de televisão.

§ Pois só assim os negros terão oportunidade de mostrar que é tão bonito, inteligente o apto a fazer qualquer tipo de trabalho que sempre era destinado a um branco. Sendo assim seria muito mais fácil acabar totalmente com a exclusão de negros não só em universidades mas em qualquer órgão que ofereça oportunidade para um ser humano pensante.

§ Porque, chega ser redicula e maneira de algumas pessoas, pensar que os brancos sejam melhores do que os negros. Sendo assim tenho certeza de que (os negros) a idéia de igualdade, a classe negra, não só pode, como vai dar certo

<texto=037>§Falar em humanidade é fácil, mas cumprir com ela é difícil.

§ Durante muito tempo no Brasil, uma grande polemica em relação as pessoas de cor, hoje o número abrange.

§ As pessoas são mais aceita nas repartições públicas, por isso que acontecia de pessoas entrar pelos caminhos das drogas daí começa a gerar atritos com seus próprios amigos, com essa mudança vimos que tudo teve novas visões, quando começou aceitação deles, as pessoas que ali participavam se comoviam. Nunca devemos criticar as pessoas para que entrem a saem de cabeça erguida eles tem as mesmas direitos, já que não era aceito o que fariam as crianças de cor não podiam estudar, ter sua própria vida, no trabalho seria um dos piores.

§ Mas só se via felicidade estampado em seus lindos rostinhos.

<texto=038>§O Brasil desde o inicio quando entrou o regime político deveria ter apostado na educação tanto para negros ou brancos, isto é, eliminando o preconceito no qual mostra a cor negra como inferior.

§ Por motivos passados relacionados com distinção de cores hoje o pais passa por sérios problemas educacionais, mostrando que a maioria que completa o ensino superior são de cor clara.

§ O governo preocupado, esta apostando em um sistema de cotas para negros nas universidades, conciente que adotando este método poderá resolver o problema de exclusão educacional no Brasil.

§ Resolver o problema não vai, mas irá aumentar o preconceito racial, pois o individuo se sentirá marcado ao entrar na universidade e obter privilégios por ser de cor negra.

§ Tudo isso resolveria se este método fosse aplicado não só em universidade mas no momento em que individuo passa a freqüentar um escola, dando –lhes apoio assitencial, não permitindo assim que a necessidade o tire do caminho da educação para os ricos.

§ Não há exclusão educacional, mas sim falta de oportunidade pois quantos jovens negros ou brancos querem alcançar o ensino superior, seria um grave preconceito ajuda apenas um quando o problema e de todos.

<texto=039>§A poucos lugares para o negro na sociedade, há universidades em todos os lugares a uma discriminação sem limites. Tudo que se refere ao negro as dificuldade aumenta as oportunidades de emprego em muito meio de trabalho o negro não é aproveitada o seu pontencial a sua qualidade quando não questionada pelo reseio e mal aproveitado, Por que ninguém da uma chance de cresce. Tem que buscar uma nova maneira que qualifica valoriza o negro na política o pouco negros que tem não é o suficiente para exigir um liberdade que já foi concedida mas que até hoje o choque continua. / vezes muda a maneira de falar politicamente tudo funciona.

§ Mas pratica tudo continua com a quarenta anos atras. Quando o negro sai em busca de conhecimento leva um joque que muito vezes não tem retorno. Buscar conhecimento em outros línguas ainda não a chance para o negro que em todos os sentindo e vista como um raça que muito desacetida. Até crescer na sociedade a um limite as ser respeitado. as leis não e concetida nos diretos dos patrois normais o racismo cresce perturbando e deixando de lado uma cultura rica em conheciemnto que poderia ser aproveitada. Mas enquanto a sociedade desrespeitar e tocar os negros com salvagem vai ter um choque ainda maior quando se encontra a saída mais não a limite nem acordo so lamento por aquilo que muito já perdeu.

<texto=040>§Atualmente, as pessoas de cores pardos sofrem grande preconceitos quanto a sua cor.

§ Pessoas morenas não tem direito de expor suas proposta elas vão em busca de seus objetivos mas quando estão quase alcançando surge o grande problema sua cor, e assim muitas vezes são tratados como animais.

§ Há pessoas que tratam crianças morenas como se fossem bichos quando se próxima dela viram até a cara com medo delas pedirem muitas não tem oportunidade nem conquistar seus objetivos surge algo para lhe atrapalhar sendo assim passam a roubar.

§ Muitos chegam até sofrer agressões sem merecer se acontece alguma coisa ao aseu redor logo olham para as pessoas negras como se só elas cometecem erros.

§ Em virtude do que foi mencionado todos deveriam se conscientizar e tomar alguma providencia, para que isso mude e todos possam viver com igualdade, sem essa desigualdade que atinge o mundo todo.

<texto=041>§Os negros no Brasil sofrem,muito com o racismo.

§ Quando vão procurar o seu primeiro emprego muitas vezes, batem a porta na cara deles,pela cor e pele negra.

§ Pouco a pouco vem melhorando,mas o racismo ainda não acabou.

§ Não adianta inventar cotas para negros em universidades,mas sim começar,pela educação das crianças,criando projetos para estudar.Para que quando fique adulto tenha profissões.

§ Porque se essas crianças crescerem vendendo objetos no faróis,roubando sem estudar vão acabar r cadeia sem ninguém para apoiálos.

§ Nunca se integrarão na sociedade.Então não adianta criar instituições sem começar de baixo.

<texto=042>§Acredita-se que o racismo no Brasil,está se tornando cada vez menor,pois na maioria das universidades há cada vez mais negros ou descendentes deles.

§ Crê-se que melhora a cada dia que se passa,e há menos analfabetos negros no Brasil,e assim menos passando necessidades nas ruas.Seria realmente um problema a menos para o governo,investir em educação e assim tirar milhares de crianças das ruas,drogas e prostituições,dando a elas uma chance para virar o jogo onde a tanto tempo a raça negra é uma das menos privilegiadas e é sem dúvida uma das que mais sofre com o preconceito e a falta de confiança.

§ Assim sendo mudar isso significa,abrir novos caminhos deixar que haja possibilidade de crescimento entre todos independente de sua raça ou condição financeira.

<texto=043>§No país em que vivemos, grande parte das pessoas de cor tem um destino traçado, não é necessário jogar beijos para perceber que essa gente vem de famílias pobres e são excluídas da sociedade, não tem escola de qualidade e acabam desistindo de estudar, por não terem estudo e nem boa aparência acabam não encontrando emprego, ficam apenas com o sub-emprego.

§ É preciso repensar numa sociedade mais justa, as escolas precisam dar mais subsídios e desenvolver nas crianças negras e pobres o censo crítico para que elas persebam que apesar de sua cor e condição social podem lutar por um mundo mais justo.

§ É necessário também estruturar as famílias dando a elas direito a viver com dignidade e respeito pois todas as pessoas tem direito a saúde,liberdade tem direito a vida.

<texto=044>§Antigamente os negros, trabalhavam nas lavouras para garantir seus sustentos, se não trabalhase certo eram castigados até a princesa Isabel declarar a Lei Áurea para não serem escravos.

§ Isso não mudou muito o que continuo é que não são vistos como seres humanos, que tem o direito de estudar, trabalhar,ter uma vida descente.

§ Nosso Brasil está precisando dar oportunidade para os negros de mostrar que são capazes de transformar nossa sociedade em algo melhor para viver.

§ O que está acontecendo é assaltos a todo momento, seqüestro, fome o que os levam a fazer isso a falta de condição para viver.

§ Nosso presidente, senadores colocassem uma lei para cada lugar ter uma pessoa negra em cargos isso mudaria a questão de que eles nunca tem vez na sociedade.

§ Se fossem tratados com dignidade melhoraria o problema do Brasil.

<texto=045>§Os negros no Brasil estão muitos taxado, pessoa humilha as pessoas de cor, pensão que eles não são ninguém.

§ No país precisa mudar dar mais emprego para as pessoas negras.

§ Então os povos de cor tem que botar a boca no trombone para os governantes atende os seus manifestos para uma vida digna de um salário mais compensavel para às pessoas.

<texto=046>§A discussão em torno de cotas para negros nas universidades gera polêmica.

§ Esse beneficio causa uma incerteza se esta proposta seria uma solução ou agravaria mais o problema do racismo no Brasil.

§ Devemos pensar que este direito estabelecido deveria também ser imposto para carentes que sofrem por não ter acesso ao um ensino melhor.

§ Existem outros casos para serem resolvidos antes de ser pensar no ensino superior, a miséria e a violência são problemas que se deve solucionar ainda quando criança, que não serão corrigidos

ofertando algumas vagas nas instituições.

§ De que maneira isto traria melhoras sendo que a exclusão educacional nas universidades se também ao fato que o ensino médio deve ser modificado, preparando melhor seus alunos para o vestibular, lembrando que os maiores obstáculos que negros sofrem para ingressar nas instituições muitas outras pessoas também passam pelas mesmas dificuldades.

§ Esse projeto faz que o racismo no país aumente pois dessa forma estaríamos diferenciando o negro do branco quando na verdade todos devem ter direitos iguais independente da sua cor.

<texto=047>§Mais uma vez o tema preconceito está em pauta, desde que nascemos e por toda nossa vida vamos presenciar a luta dos negros por espaço e quase sempre sem resultado. O fato é que muito se fala e pouco se faz.

§ Temos como exemplo a questão das cotas que seriam reservadas para negros em universidades, muitos aprovam e muitos contestam. Tenho pra mim que está não seria uma boa solução, seria como decretar: realmente os negros são inferiores e por isso os seus direitos tem que ser imposto a qualquer custo. Então eles ficariam marcados e a divisão e o preconceito seriam ainda mais visíveis. Não existe preconceito só contra negros, então porque os favorecidos com as cotas seriam só eles?A conquista de vagas em universidades em cargos públicos no meio social em geral deve ser mérito de cada um independentemente de raça, cor, sexo ,religião.

§ O problema é muito mais difícil de solucionar do que pensamos, vagas em universidades não farão as pessoas deixarem de ter preconceito. O respeito, a ética e o amor devem ser prioridade em toda e qualquer situação, através disso é que conquistamos o que desejamos e finalmente porque merecemos.

<texto=048>§Todos sabem que há anos atrás existe um grande número de pessoas humanas da raça negra em nosso país que saiam de um estado para outro em busca de melhores condições de vida e respeito na sociedade política brasileira.

§ Ao examinarmos estas condições verificamos que os negros contam com uma capacidade alta em administrar certos setores educacional no Brasil.

§ Mas para o racista os negros é o foco central de crimes ocorridos na sociedade.

§ Isso acaba prejudicando e fazendo com que os negros se deixam a si próprio e a comunidade.Por isso há falta de incentivos por parte dos políticos podendo mencionar a união a igualdade para que possa banir as dificuldades enfrentadas pelos negros.

§ Isso nos mostra as condições de vida enfrentada pelos negros e só nos resta admitir que não acaba prejudicando se a raça negrae sim o próprio país.

<texto=049>§A política de cotas, levaria o Brasil a valorizar mais o negro, dentro da sociedade e faria com que o país fosse visto de uma maneira diferente, onde não houvesse tanta discriminação e injustiças.

§ Há momento em que nossos governantes passam uma confiança de que tudo pode mudar que o mundo depende de nós, mas sabemos, onde houver discriminação o país se torna pobre, pois precisamos nos unir para que a escola e faculdade seja caminho onde todos possam caminhar, sem medo e com certeza de que tudo depende de como fomos educados.

§ Não devemos ter dúvidas que todos temos direitos iguais, caberia a sociedade apostar na cota, dando assim direito aos negros de mostrar que vivemos em um país sem desigualdade, mais justo e feliz.

<texto=050>§A criação de cotas para a entrada de negros na universidade é uma possibilidade que acarretará na proliferação do preconceito.

§ No mundo competitivo em que vivemos, desde que nascemos somos separados e classificados durante nossa vida precisamos mudar esta situação é realizando nossos ideais com força e coragem que decidimos o caminho de nossas vidas.Estudar, ter uma profissão ser aceito por todos é nosso mérito depende de cada um e não da cor de pele que temos se só existissem médicos, advogados, deputados, professores brancos poderia se dizer que os negros não tem capacidade de aprendizado, mas como sabemos há pessoas de todos os tipos em todas as profissões.

§ Os negros se auto-preconceituam por isso quando não conseguem exercer uma atividade com sucesso usam sua cor como escudo.Todo ser humano é dotado de inteligência independente de cor, só que alguns usam suas habilidades para benefício em sua vida e outros pensando que vão se dar bem praticando coisas erradas, perante a sociedade,prejudicam a todos.

§ Por isso, o acesso as universidades deve ser livre e de competência de cada um sem benefício a

negros,brancos,ricos ou pobres.

TEXTOS DO GRUPO B

<texto=001>

Pessoas sofrem de deficiência física e mental são privilegiados por serem pessoas extremamente especiais e necessitadas de cuidados excessivos.

Podemos observar isto como um caso em é extremamente necessário, não gostaria que as pessoas apenas vissem por esse lado, mas também para o mundo em que um país de primeiro mundo como os Estados Unidos em que existe uma diferença racial, assim como o sistema de cotas que deve funcionar aqui no Brasil, aonde negros estariam recebendo um espaço em universidades e concursos públicos, para possivelmente pagar uma dívida em que nós mesmo enxergamos o erro, isso não mudará a fome, diminuindo a violência ou a lavagem de dinheiro da corrupção política do país, vai apenas pagar a dívida do passado, mas continuará cego no presente em dar estas cotas para pessoas de classes baixas, mas a capacidade é de cada um pela vontade de ser alguém, não basta apenas uma oportunidade mas devemos aproveitá-la, porque todos nós somos iguais, mas capacitamo-nos através de nossas escolhas e esforços e objetividades de querer realmente lutar por aquilo ou a lugar algum chegaremos se nós mesmos não buscarmos a nossa oportunidade.

<texto002><F><16-21>

Uma das maiores questões discutidas e destacadas dentro de toda sociedade é a discriminação em diversos campos, como a racial.

Várias leis são analisadas e até mesmo aprovadas, dando mais direitos aos negros, como por exemplo, nos estudos, oferecendo melhores condições para entrar em uma faculdade.

Este assunto por sua vez gera polêmica entre todos, pois existem muitos a favor e muitos contra. É uma questão tanto interessante e delicada, pois ter uma cor diferente não significa ter mais dificuldades do que os outros. Todos devem ter as mesmas oportunidades e todos devem lutar, se esforçar para garantir seu lugar no mundo, o resultado depende de cada um. Uma pessoa com problemas físicos ou mentais deve ter oportunidades diferentes, mas uma pessoa de cor negra não deve ser favorecida, pois isto não muda em nada, a dedicação que faz a diferença.

Estas leis, propagandas a favor dos negros, de uma forma ou outra, aumenta a desigualdade no mundo, pois assim os colocam em uma posição inferior aos brancos que na realidade não existe isso, a cor não interfere no esforço, na vontade, nos sonhos, brancos e negros são iguais, podem chegar a qualquer lugar que desejar.

<texto003><F><32-36>

Até hoje se procura reparar os erros cometidos contra os negros durante muitos séculos, muitas vezes por caminhos tortos, para se chegar a fins nem sempre tão positivo, como se propõem, colocando a diferença da cor, ainda mais em evidência.

Nossos governantes propõem encontrar soluções, mas parece que ainda não reconheceu o problema, que parece ser muito mais social do que racial, não se pode negar que existe preconceito racial, mas tem que se considerar, e muito, os nossos problemas sociais.

Será que a melhor forma para incluir o negro na sociedade ou em uma sociedade que lhe seja mais justa, basta que lhe garantam algumas cotas de vagas nas universidades? Será que é só isso que falta para que ele seja tratado com a dignidade que lhe é de direito? Será que ele entrando na faculdade por cota e não por mérito, o preconceito das pessoas não será ainda maior?

Essas e muitas outras indignações, nós nos fazemos quando lemos essas propostas nos jornais.

Aparentemente é muito pouco e soa muito falso esses projetos de inclusão, essa inclusão teria que ser feita desde os primeiros anos de vida escolar para que não só o negro, mas todas as pessoas que sofrem exclusão social tenham condição de concorrer com qualquer outra pessoa, de igual para igual à sua vaga, na universidade, e tê-la, não porque tiveram "piedade", mas por mérito.

<texto004><F><22-26>

O problema da exclusão não se baseia somente na raça negra nas universidades, mas sim em um contexto geral e com todos.

E assim ao ser criado essa cota para negros, os mesmos acabam automaticamente se excluindo e o pior sendo racista com as demais cores, raças, etc. Pois assim a cor negra ganha um benefício, porém o Brasil e o mundo não se estendem somente neste preconceito.

No entanto esta lei vem ajudar os mesmos a reconhecer sua própria cor e servir de incentivo para muitos estudarem, buscando assim uma vida melhor.

Porém estas cotas se limitam somente nas universidades e o que fazer até chegar lá? Pois já que a lei busca uma igualdade o que fazer com o sistema de saúde, empregos para negros, pois se há racismo este está em tudo e em todos.

O que deve se ter é uma lavagem cerebral, pois o ser humano está preso à desigualdade em todas as áreas, e não se deve deixar se privar de cotas, pois estas só é uma maneira de disfarçar o racismo.

<texto005><F><16-21>

Ao mesmo tempo em que penso que sim também acredito que não, pois no Brasil existem muitas pessoas que são discriminadas não só pela sua cor, mas sim, por tudo que saem dos padrões de vida que eles consideram bons, essenciais.

Essas cotas estão dando mais direito aos negros para que eles percebam que não precisam se prender a beleza, isso não importa, quer dizer, o que importa realmente é a capacidade e o esforço de cada pessoa, para que possa ser alguém na vida e se superar perante essa sociedade preconceituosa.

Mas também acredite que não resolverá o problema da exclusão no Brasil, pois existem pessoas nesse mundo muito preconceituosas e interesseiras ainda. Algumas pessoas se aproximam, não só dos negros, mas de todos que estão fora dessa sociedade que se diz perfeita, só porque é inteligente, rico e que possa ser útil aquela determinada pessoa.

Infelizmente no Brasil, não só os negros estão pedindo em faróis e sendo violentados, mas também os brancos estão cada vez mais se envolvendo nesse mundo de violência.

Esse preconceito com relação a que somente negros estão se envolvendo em crimes, não é mais real, e isso é uma grande tristeza, pois todos sofremos com esse grande problema.

<texto006><F><16-21>

Cotas de pessoas com raça negra é um tema muito polêmico, visto que até que ponto ajuda mediar o pré-conceito? Será que não aumenta?

Sendo possível às vagas para concorrência de pessoas negras somente com pessoas negras é à maneira de separação, ou seja, estamos cedendo para uma divisão e não para misturar. A competência, inteligência está em cada ser, independente da cor da pele. Esse fator não pode ser um critério para maior possibilidade de uma vaga e menos concorrência.

Se aceitarmos essa imposição, estaremos aceitando a divisão das raças, dessa forma indiretamente o pré-conceito. A cor da pele deve ser apenas um fator biológico.

Portanto, não devemos aceitar essa divisão, de forma alguma, estamos sendo condicionados a um tipo de julgamento errôneo. O que se deve levar em consideração é a capacidade.

<texto007><F><16-21>

Primeiramente vamos pensar na dívida que o Brasil tem com os negros há muitos anos, sem dúvida isso faz uma enorme diferença em nossa sociedade, até hoje sofrem com algum tipo de preconceito, e as cotas para negros em vestibulares é uma forma de desrespeito. Com certeza as cotas é dar atestado de que nosso país é preconceituoso, dar cotas a alunos de escolas públicas sim, é claro, é mais do que justo, mas do mesmo jeito, deveriam reformular o ensino dessas instituições, e não simplesmente deixar com que seja fácil, para esses alunos, entrar em uma faculdade, seja ela particular ou pública.

As cotas deveriam ter algumas regras consideráveis como, por exemplo, um aluno, seja ele, branco, negro, amarelo ou pardo ter frequência de pelo menos 70% da sua vida estudantil em escola pública. Dar cotas só porque o cidadão é negro é errôneo, assim o Brasil carimba o seu atestado preconceituoso. Perante as leis somos todos iguais, sem distinção de raça, cor, sexo, idade ou qualquer tipo de discriminação.

Não é certo que só porque o Brasil tem uma “dívida” com os negros desde a época da escravidão, paguemos com certas facilidades para eles no dia-a-dia.

A política de cotas para negros nunca ajudará a resolver a problemática de exclusão social.

O problema de educação do Brasil não está em ter cotas em vestibulares, mas sim que o ensino público está sucateado.

<texto008><F><16-21>

A desigualdade está focada em todas as sociedades e por todos os indivíduos, esta palavra “a desigualdade” é causadora de muitos debates e gera muita polêmica em torno dela.

Mas atualmente a polêmica que está gerando muitas discussões é a criação de cotas para os negros ingressar na universidade, uma proposta do governo para resolver o problema educacional.

Será que isso ajudará a resolver este problema social ou invés de revolucionar o Brasil, este preconceito não vai gerar mais discriminação dentro do estabelecimento onde os negros vão ingressar, pois vai haver um efeito negativo entre os colegas porque a cor negra entrou com mais facilidade mais do que brancos e pardos.

O governo deveria investir mais na educação pública no ensino médio para que todos tivessem uma oportunidade igual para irem mais preparados para o ensino superior, ser alguma regra, uma lei para todas as crianças e as de baixa renda como de periferias possam se conscientizar de que a educação é essencial para o futuro delas e do nosso mundo.

Se esta proposta for aprovada vamos supor que os negros se formem e saiam para exercer a sua profissão lá fora e o preconceito estiver fora dessa universidade será que isso vai ajudar ou vai piorar a situação?

Temos que mobilizar as pessoas para acabar de vez com este preconceito que está em todos os lados e que muitos ainda não se preocupam, mas infelizmente se esta proposta for aprovada vai provocar uma grande desigualdade.

<texto009><F><16-21>

O preconceito de forma geral é um assunto muito discutido dentro da sociedade, mas o preconceito racial é o mais polêmico.

A política de cotas nas universidades do Brasil tem dividido muitas opiniões, penso que essa política não ajuda a resolver o problema da exclusão educacional, pois a nossa sociedade busca hoje a igualdade social, se buscamos igualdade como podemos dividir vagas nas nossas universidades pela cor e raça dos indivíduos.

Isso de certa forma acaba incentivando as diferenças entre as raças e o preconceito racial. Os próprios negros se excluem da sociedade.

Todos nós independente de raça, cor, religião, classe social temos capacidade de chegar onde queremos, claro que alguns tem mais oportunidade, mas todos podemos nos esforçar para chegar onde queremos e para realizar nossos sonhos.

Então, acredito que essa política de cotas não terá um bom resultado dentro da nossa sociedade. O governo deveria se preocupar com a educação das nossas crianças, lutar contra o preconceito e buscar a igualdade social.

<texto010><F><22-26>

Há tamanha discussão sobre cotas em faculdades públicas, para afro descendentes, que se rotulam como cor desfavorecida, a maneira de seleção é completamente duvidosa e há também muitos brancos miseráveis que sonham com uma formação profissional em nosso país.

A cor da pele não dá provas concretas sobre sua descendência, sendo assim a maneira de autorização para se beneficiar da cota, deveria ser revista, pois muitos são injustiçados e muitos sem precisão favorecidos.

Os negros desejam receber pela dívida da escravidão que os brancos têm com eles, mas há também muitos de cor diversa que também sofre por nosso capitalismo consumista, pelo lado mais favorável financeiramente.

Com esses argumentos podemos concluir que isso não resolveria o problema da educação no Brasil, ao invés de criarem cotas por que não criarem universidades? Sendo assim, teriam oportunidade para negros, brancos, amarelos, índios... Que se tenha um plebiscito para esta questão, que os brasileiros reflitam sobre esta questão, livres de preconceitos e opiniões formadas.

TEXTOS DO GRUPO C

<texto001><F><16-21>

O preconceito é uma questão que nunca deixou de existir, principalmente o fato do racismo, que agora vem sendo debatido nas universidades públicas para a questão de cotas para negros, um fato que mostra claramente a divisão das raças.

Na história do Brasil sempre houve o preconceito racial, desde a escravidão até os dias de hoje, no qual o debate agora é a implantação de cotas para negros nas universidades, esse fato ta gerando grandes polêmicas. Mas se olharmos á fundo percebemos que esta forma de "igualdade" só está trazendo mais a tona á desigualdade. Além de contrariar o artigo 5º da constituição brasileira onde diz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", não é isso q vai acontecer com a implantação dessas cotas.

Foi feita uma pesquisa na universidade do Rio de Janeiro em 2001, para o reconhecimento da cor, julgadas pelos próprios alunos, o resultado mostrou que somente 24% se reconhecerem como negros ou pardos o que comprova que os estudantes não estão preocupados em se declarar negro, pois isso pode dar um tom racista. A diretora da editora Yvonne Maggue salienta que essa tais cotas correm o risco de exaltar a desigualdade no lugar da igualdade.

Contudo fica claro que não é criando vagas reservadas para negros, que vai resolver o problema da exclusão educacional no Brasil. Mas ouvir seriamente a opinião do rapper Xis, que diz "antes de pensar na universidade, é preciso dar estrutura a essas famílias". Seria uma forma de igualdade.

<texto002><F><16-21>

Uma nova questão que vem sendo muito discutida e é a causa de muita polêmica, coloca nossa sociedade no meio de duas situações: a adoção ou não do sistema de cotas para afro-descendentes.

Esta medida que pareci primar pela inclusão destas pessoas é apenas imediata, pois quando não se melhora o ensino público o que acontece são estas novas soluções que não corrigem o verdadeiro problema que é a falta de recursos para a melhora do ensino.

O que deveria ser levado em consideração é a revisão do ensino público, proporcionando e capacitando as referidas pessoas em questão, para que os mesmos se mantenham em igual patamar, sem necessitarem de cotas para entrarem em faculdades ou cargos públicos.

Sendo assim a política de cotas apesar de resolver os problemas presentes, a longo prazo não é favorável, prevalecendo assim a melhoria do ensino público que é na verdade o nosso real problema na sociedade de hoje em dia e que merece ser revisado para se evitar este tipo de medida, como a de cotas para afro-descendentes.

<texto003><F><16-21>

A criação de cotas no Brasil tem gerado uma grande polêmica, até mesmo entre os afro-descendentes, no acesso a universidades e a empregos públicos.

Algumas pessoas acreditam que a criação de cotas é um meio de mostrar que os direitos não são iguais para todas as pessoas, que isso é uma forma de desenvolver ainda mais o preconceito. Outras acreditam que as cotas é uma forma dos negros começarem a retomar o seu espaço que foi invadido por "brancos" na época da escravidão, e que as pessoas estão reconhecendo que o desenvolvimento da população negra sempre esteve preso aos brancos, e que isso seja um modo de fornecer um pouco de estrutura para que os negros possam ter direitos iguais.

Há muito tempo já era para alguém ter feito algo pelos que sofrem preconceito, e esperamos que isso aconteça agora, pois já esperamos muito para termos direitos iguais.

<texto004><F><16-21>

Há anos o Brasil enfrenta um sério problema, o preconceito racial. Principalmente no que se refere à educação. A maioria da população vê os negros como se fosse um mendigo, catador de lixo... Não consegue ver a capacidade que existe dentro deles, são seres humanos como quaisquer outros.

Segundo a diva soul brasileiro, "Paula Lima": "a questão das cotas é um tanto delicada, complicada e complexa: ora considero uma boa solução, ora tenho dúvidas", este assunto é bem polêmico, pois muitos de nós conseguimos ver a aparência, não a essência das pessoas. O sistema de cotas nos mostra bem isso que devemos dar oportunidades a todas as raças e etnias. Onde os negros têm direito de desfrutar do mesmo "paraíso" que um branco, amarelo, pardo desfruta.

Chegou à hora de deixarmos este preconceito de lado e sermos mais compreensivos. Chega de viver neste "mundinho" do "eu". É hora de abriremos nossos olhos e enxergar o mundo onde os afro-brasileiros são cidadãos como cada um de nós.

<texto005><F><16-21>

É fundamental ter uma posição sobre o preconceito racial no Brasil, porque são valores éticos e morais que estão sendo discutidos diariamente por alunos, professores e diretores de varias instituições de ensino, sobre cotas para negros.

O preconceito racial é manifestado pelo indivíduo, principalmente, a partir de sua educação familiar, mas esse não é o único fator. A sociedade em geral, a mídia e até crenças o fazem agir assim. É o senso comum, o pré-conceito que temos de tudo e de todos.

E esse preconceito não é só visto de um homem branco por um homem negro, mas também de um negro para um branco. O seu pensamento é sem esperança, porque tem a certeza de que as coisas são assim e nunca irão mudar. Mas a história nos dá esperança, quando vemos que aqui no Brasil, temos exemplos de negros que lutaram por uma vida melhor e venceram. São exemplos vivos dessa luta Edson Arantes do Nascimento, o nosso rei do futebol Pelé, e também Gilberto Gil o ministro da cultura, entre todos.

Mas o que vemos nessas vidas com tantas guerras e batalhas? As esperanças, as lutas e a dedicação ao que todos querem: viver com dignidade. A esperança, a confiança e a determinação são requisitos indispensáveis nessa guerra a favor das cotas para negros.

É preciso que as autoridades competentes reorganizem o sistema educacional do país, não só sobre cotas, mas também em toda a sua estrutura, para que essa guerra seja vencida.

<texto006><F><27-31>

No Brasil, como em todo o mundo, existe preconceito racial e social. É difícil lutar com tais situações, porém, na tentativa de sanar ou pelo menos amenizar o problema a comissão de constituição decidiu pelo sistema de cotas para negros e pardos nas universidades e empregos públicos.

O sistema favorece afro-descendentes e estudantes de escolas públicas que, por tem uma educação básica deficiente, estariam em desvantagem em relação aos concorrentes melhores preparados em colégios particulares.

Há quem diga que programas de política da cor privilegiam apenas negros e excluem a preocupação com idade ou opção sexual acirrando assim o preconceito.

Ninguém se assume preconceituoso, no entanto, a igualdade sem distinção perante a lei fica apenas nas páginas da constituição brasileira.

Governantes deveriam ampliar o projeto incluindo todos os tipos de menos favorecidos pela sociedade como pessoas de idade avançada, trabalhadores, mães solteiras e moradores de áreas rurais e cidade pequenas.

<texto007><F><22-26>

O sistema de cotas é um assunto muito polêmico e delicado e que gera muitas discussões, uns são á favor, outro contra, a verdade é que a sociedade está dividida.

A criação de cotas foi um meio superficial que se achou para resolver este problema tão serio que é o preconceito racial. Se o governo implantasse um sistema de educação digno e decente que tivesse uma estrutura forte e uma base firme, com profissionais para ensinarem nas escolas a igualdade racial, e se banissem da mídia o preconceito, pois o negro não aparece com tanta freqüência nas propagandas quanto os brancos, aí sim a sociedade começaria a esquecer e a tirar da cabeça a idéia absurda de que o branco só por ser branco, é superior, ou melhor, em alguma coisa que o negro.

A cor, raça ou a religião não vai contar pontos na hora do vestibular, a capacidade o esforço, a determinação e dedicação da pessoa e que faz a diferença na hora de ingressarmos na faculdade, e isso todos nós temos igualmente seja branco, ou seja, negro.

<texto008><F><22-26>

No primeiro momento houve um grito de alegria, o ar de vitória tomou conta dos que a tempos sofriam maior preconceito.

Foi concebido o direito de cotas para negros em universidades.

Nunca deixamos de lembrar da escravidão, da dificuldade e luta pela abolição e após esse fato histórico, batalhas contra a discriminação foram sendo conquistadas.

É um direito de todos os cidadãos brasileiros escrito na constituição de educação, saúde, moradia, alimentação... O mínimo para sobrevivência. Mas, hoje a realidade é bem diferente, o poder está descentralizado e o país não faz a sua obrigação omite esses direitos.

E vem através de programas sociais, tentar regularizar a situação, as cotas foi gerada para esconder um defeito na escolarização fundamental que não consegue atingir 6,0 de média na ultima avaliação realizada em maio no Paraná.

Portanto seria justo que todos tivéssemos um aprendizado de níveis elevado, de boa qualidade assim ninguém achava que está sendo prejudicado, mas enquanto isso não acontece cada um luta pelos seus direitos e tenta sobreviver perante as desigualdades sociais que assolam nossa terra.

<texto009><M><16-21>

É de conhecimento de todos, o grande problema das cotas no Brasil.

Nessas últimas décadas, têm se discutido muito a questão das cotas em universidades públicas do país, onde 80% das vagas se dirigia para negros vindos de escolas públicas, pois isso vêm-se tornando polêmica no Brasil, sobre a questão da igualdade, mas é de extrema importância ressaltar que o país sofre desses problemas desde a colonização onde os negros eram submissos aos brancos.

Por outro lado, os negros estão sendo banalizados pelos políticos brasileiros, porque há uma grande deficiência na política pública, pois a educação foi "abandonada", não temos ensino de qualidade, para os jovens negros que querem ingressar numa universidade.

Ainda convém lembrar que a constituição brasileira garante á igualdade de cotas perante a lei, mas em contra partido isso não ocorre na prática, são só teorias, que não sai do papel, pois isto é um problema histórico do Brasil, onde a desigualdade é constante.

Em vista disso, os negros vêm sendo tratados como minoria nesta sociedade capitalista, nessas alturas as cotas resolvem o problema, mas o que deveria ser feito na realidade é uma reciclagem na educação brasileira, pois se nós não raciocinarmos e refletirmos sobre essa questão dos negros na sociedade, não chegaremos a consenso nenhum.

<texto010><M><16-21>

Há muitos anos os negros são discriminados e excluídos de algumas ocupações na sociedade, mas de alguns anos pra cá o governa está, então para ajudar na inclusão dos negros a sociedade criaram as cotas.

As cotas são vagas especiais para negros, em faculdades e cargos públicos. Mas será que isso

vai resolver os problemas de exclusão educacional e social.

Mas o que realmente importa é, será que todas as pessoas negras pensam assim. E talvez eles queiram ser reconhecidos pelo que são, ou por ser negro que entrou para a faculdade por cotas e depois conseguiu um emprego por cotas.

As cotas não é a solução, e sim, o esforço para conseguirem o que querem.

TEXTOS DO GRUPO D

<texto=001>

Atualmente várias pessoas sofrem com a falta de segurança tanto por causa de crimes ilegais ou por mortes; facções e o terrorismo são as principais causas desses crimes ilegais.

O terrorismo age impulsionado pelo patriotismo, segue-se o dever, a obediência a causa em que se acredita, sendo que para os terroristas de extrema não ligam de morrer pelo ideal que acredita.

As organizações Criminosas querem lucro e poder, só se interessam pelo tráfico de drogas, de armas e o contrabando. Muitas pessoas são vítimas deste comércio ilegal, quando não são usuários de drogas, trabalham para o crime organizado.

Tanto terroristas quanto ao crime organizado matam inocentes, desses sendo vítimas da miséria, pessoas morrendo feridas e mortas por seus semelhantes.

As organizações criminosas se destroem umas as outras por causa de poder, referências, e por causa do comércio ilegal.

Existem diferenças e semelhanças entre o terrorismo e o crime organizado, mas os mais fracos semelhantes e que sofrem as consequências.

É por falta de uma fiscalização mais rigorosa é que se agem essas facções e que famílias são dizimadas sem que se faça algo para evitar

<texto=002>

Está cada vez mais difícil viver em um mundo onde o terrorismo e o crime organizado andam lado a lado, acabando com famílias e vidas inocentes.

O terrorismo vem crescendo a cada dia, pessoas da alta sociedade, como líderes políticos, morrem por causa do egoísmo e sede de vingança de outros que não conseguiram alcançar tal *status*. Matam até mesmo pelo prazer de ver pessoas sofrendo.

O crime organizado também vem se espalhando e crescendo a cada dia. Homens, mulheres e crianças colocam suas vidas em risco, se envolvendo e trabalhando a favor do crime; comercializando armas ilegais e vendendo drogas, para conseguir dinheiro. Muitas vezes colocam a própria vida em risco se envolvendo em brigas de gangues e conflitos entre policiais e criminosos.

A grande semelhança entre o crime organizado e o terrorismo é que ambos matam, destroem vidas e famílias por ambição, dinheiro e poder.

Isso é uma vergonha uma total falta de educação e respeito para com os seres humanos, que não merecem tal humilhação.

<texto=003>

Em busca de poder, muitas vezes em benefício do próprio país, terroristas matam, ferem pessoas, planejam crimes organizados.

No entanto, o terrorismo hoje resulta em violência, mortes, pessoas sem moradias; os crimes organizados, por sua vez, matam, atacam, seqüestram gerando grandes transtornos a população, porém muitas vezes são formados de jovens, principalmente os de baixa renda, pois sem conhecimento, sem escolas, jogados nas ruas e favelas acabam entrando para o mundo do crime, entretanto, existem também terroristas que se organizam buscando a libertação nacional, e a libertação de territórios.

Com isto, a violência aumenta cada vez mais; o estado de tomar os recursos necessários, para que sejam usados na diminuição dos crimes organizados. Se nada for feito de concreto para acabar com o terrorismo, sairão vitoriosos e desperdício de recursos e a violência.

<texto=004>

Podemos citar uma semelhança entre o terrorismo e o crime organizado, que a cada dia que passa pessoas inocentes são mortas por terroristas e também pelo crime organizado

A diferença que podemos citar do contexto é que há muitos jovens menores de dezoito anos envolvidos nessa parte do crime organizado, mas a maioria dos jovens menores de dezoito anos são

presos pelo envolvimento com drogas, do que com envolvimento com armas ao contrário do terrorismo, que muitos dos envolvidos são pessoas maiores; indivíduos que um dia foram líderes terrorista hoje são presidentes e primeiros-ministros.

Devemos lutar contra o terrorismo e contra o crime organizado.

Nosso mundo merece um pouco de paz, e (não) segurança e menos violência

<texto=005>

As semelhanças e diferenças entre o terrorismo e o crime organizado são várias, o crime organizado não causou tanta destruição e morte igual o terrorismo, as organizações terroristas como, p exemplo, a Al Qaeda comandada por Osama Bin Laden, causou uma enorme destruição nos Estados Unidos nos ataques de 11 de setembro de 2001, destruindo as duas torres gêmeas, com o ataque aéreo de pilotos suicidas, dois dos três aviões seqüestrados bateram nas torres gêmeas, e um de menor porte caiu sobre o pentágono. Esse é só um dos vários exemplos que se pode citar sobre o terrorismo;

Já o crime organizado já não tem todo esse poder de destruição, mas também causa muita morte, o crime organizado (já não) acontecem principalmente nas favelas grupos de jovens e adolescentes se envolvem com o tráfico, mas não é o consumo de drogas que levam a matar os rivais e sim o comércio, as favelas são um campo de guerra pondo em risco a vida de várias pessoas inocentes.

<texto=006>

O aparecimento do terrorismo surgiu através de ataques suicidas, que acabou com pouco apoio da população, por não ser o jeito certo de conseguir o poder.

Como vemos diariamente em televisão, jornais. Ataque suicida deixa 20 pessoas mortas. É aí que surgiu, o crime organizado, a sociedade se junta para obter o crime.

Iraque arma um crime organizado, e explode a torre Gêmeas nos Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001, aí que surgiu terrorismo.

Apesar do terrorismo não ser o meio de preocupação para nós. Por não existir em nosso País. Temos que fazer alguma coisa uma manifestação. Se isso não acabar pode até acabar atingindo nós.

<texto=007>

Ouvimos muito falar em terrorismo e crime organizado, estas palavras já se tornaram muito comuns em nosso dia-a-dia. São poucas as diferenças e muitas as semelhanças entre uma e outra.

O terrorismo é uma palavra que há vários significados, são pessoas contratadas para matar, movimentos para mudar o regime de um país, pessoas que acabam tornando-se importantes em seu país por tais envolvimento, agora, o crime organizado não, são cometidos geralmente por pessoas de baixa renda, moradores de comunidades pobres, que entram nesse conflito como única e última opção de vida.

Essas guerras sangrentas vão se tornando maiores a cada ano, a morte é a maior semelhança entre o terrorismo e o crime organizado, os dois estão ligados ao capitalismo e a liderança, cada um de sua maneira, mas com propósitos e expectativas semelhantes.

Enfim, os temas citados acima são gerados muitas vezes por ganância e falta de justiça, pessoas que entram e não conseguem mais sair.

Esperamos que as pesquisas mudem suas estatísticas e que o percentual de mortes sejam menor.

<texto=008>

O poder está sendo causa de guerra, conflitos em nosso mundo, não só hoje, mas no decorrer da história da humanidade.

Não se importam com conseqüências, com o próximo e nem consigo mesmos. Como é o caso de terroristas que se suicidam junto as suas ações de destruição, onde o mandante está com o poder e vivo.

Acontece também nas favelas aonde inocentes morrem por balas perdidas, outros são induzidos ou obrigados a matar.

Entram em um caminho sem volta, onde se encontram confusos, como se fosse feita uma lavagem cerebral, defendem seus mandantes com “unhas e dentes”.

Todos lutando para alcançar o poder, intenções diferentes, mas infelizmente “poder”, que será entregue ao mais forte.

Uns querendo inculir seu lema, dominar países, estabelecer sua ideologia.

Outros impondo seu território, seu governo, derrubando a concorrência no tráfico, dominando seu espaço.

Lutam pela ambição de riqueza, soberba, sem se importar com o mais belo dos poderes que fomos presenteados: a vida.

<texto=009>

Tanto no passado quanto no presente, o terrorismo e o crime organizado são dois temas muito discutidos por todos. Não se sabe qual é o pior. É matar e estar morrendo ao mesmo tempo.

As pessoas já se cansaram de assistir, ler e ouvir sobre o terrorismo e o crime organizado, pois é um tema muito discutido não só entre a alta sociedade, mas entre toda a população mundial que se sente muitas vezes ameaçada.

Não se sabe qual é o menos prejudicial, pois tanto um como o outro trazem grandes prejuízos, o terrorismo destrói, feri e mata, muitas vezes em grande quantidade, enquanto que o crime organizado também matando, destruindo e ferindo, acontece em menor quantidade referente à vidas.

Além disso, quem mata está ao mesmo tempo morrendo no terrorismo homens e adolescentes se matam para matar os outros, e quem comete o crime organizado, pode também morrer naquele momento ou então passar o resto de sua vida e morrer na prisão.

Em virtude dos fatos citados, o terrorismo e o crime organizado prejudica muito a todos, não por destruir lares, acabar com trabalhos e outros fatores relativos à bens, mas sim por acabar com vidas.

<texto=010>

Vivemos em um mundo sem paz, amor, compreensão, honestidade, onde o terrorismo e o crime organizado prevalecem, fala mais alto o poder, e por amor a própria pátria.

Não pensam dois segundos para saírem atirando e explodindo, carros prédios, aviões e cidades.

Enquanto isso num piscar de olhos faz com seus amigos, companheiros, o que Deus nos deu com muito amor.

Por isso o crime organizado vive em conflitos para ter o poder.

Matam, seqüestram, roubam, dominam a polícia, as favelas, os morros, tomam posse de seu habitat.

Mesmo quando vão presos continuam organizando seus grupos de apoio para suas demandas. O grupos terroristas e o crime organizado são grupos bem estruturados, bem planejados, que as leis não conseguem dominar, e com isso seus grupos vão fortalecendo, com armas mais potentes como míssil e assim por diante.

Saem preparados para morrer ou matar, onde possam defender seu território de negócio.